U.PORTO
FLUP FACULDADE DE LETRAS
UNIVERSIDADE DO PORTO

MESTRADO

HISTÓRIA DA ARTE, PATRIMÓNIO E CULTURA VISUAL

COOPERAR PARA HABITAR:
Cooperativas de Habitação Económica do Arquiteto Pedro Ramalho

Estágio na *Casa da Arquitectura*

Inês Aguiar Ferreira

M

2021

Inês Aguiar Ferreira

COOPERAR PARA HABITAR:
Cooperativas de Habitação Económica do Arquiteto Pedro Ramalho

Estágio na *Casa da Arquitectura*

Volume I

Relatório de estágio realizado no âmbito do Mestrado em História da Arte, Património e Cultura Visual, orientado pelo Professor Doutor Hugo Barreira

Faculdade de Letras da Universidade do Porto

2021

Inês Aguiar Ferreira

COOPERAR PARA HABITAR: Cooperativas de Habitação Económica do Arquiteto Pedro Ramalho

Dissertação realizada no âmbito do Mestrado em História da Arte, Património e Cultura Visual, orientada pelo Professor Doutor Hugo Barreira.

Membros do Júri

Professor Doutor:

Faculdade:

Professor Doutor:

Faculdade (nome da faculdade):

Professor Doutor:

Faculdade (nome da faculdade)

Classificação obtida: Valores

Ars Longa, Vita Brevis.

ÍNDICE

Declaração de Honra 7
Agradecimentos 8
Resumo 9
Abstract 10
Lista de Acrónimos e Siglas 11

00. Introdução 13
Estado da Arte 15
Metodologias 20
Definição e Teorização 24
Problemáticas e Objetivos 26
Organização dos Capítulos 27
01. Relatório de Estágio 32
Levantamento, Recolha e consulta 41
02. Políticas de Habitação Públicas: síntese 45
Século XIX 47
Século XX 69
1926 76
1974 96
Século XXI 116
03. Cooperativismo: Habitação em Portugal 133
Dinâmicas cooperativista: Portugal-Suécia 155
04. Pedro Ramalho: Leituras de um *Itinerário*
Pensamento Critico: Relação Arquiteto Arquitetura 162
Casos de Estudo: Conjuntos Habitacionais de CHE
Habitovar 222
Plenicoope 240
Chave 247
Nabância 251
19 de Fevereiro 260
As Sete Bicas 267
Cidade: Metáfora para a vida urbana 282

05. Viver a Casa

Experiência Multissensorial: Arquitetura 289

Casa: Vivemos o Espaço Habitamos o Tempo 309

Considerações Finais 336

Bibliografia 339

Fontes Audiovisuais 357

Material do Acervo 362

Legislação 364

Índice de Tabelas 369

Créditos das Imagens 370

DECLARAÇÃO DE HONRA

Declaro que o presente trabalho é de minha autoria e não foi utilizado previamente noutro curso ou unidade curricular, desta ou de outra instituição. As referências a outros autores (afirmações, ideias, pensamentos) respeitam escrupulosamente as regras da atribuição, e encontram-se devidamente indicadas no texto e nas referências bibliográficas, de acordo com as normas de referenciação. Tenho consciência de que a prática de plágio e auto-plágio constitui um ilícito académico.

Porto, 29 de setembro de 2021

Inês Aguiar Ferreira

AGRADECIMENTOS

Aos meus avós maternos pela oportunidade e incentivo sem eles nada seria possível;

Aos meus pais pelo apoio incondicional, carinho e paciência demonstrados;

Ao meu professor e orientador Dr. Hugo Barreira por toda a disponibilidade, palavras de incentivo, opiniões e apreciações, pela sua prontidão na resolução de dúvidas e problemas. Por ter depositado a sua confiança e entusiasmo no meu trabalho, espero não o dececionar;

À Margarida pela amizade, paciência e prontidão;

Ao Mauro e à Sara pela força, carinho e amizade, pelas longas conversas

A todo o corpo docente de História da Arte da Faculdade de Letras da Universidade Porto que me acompanhou ao longo da licenciatura e mestrado, pelo rigor e pelos ensinamentos que de alguma forma influenciaram o meu percurso. Agradeço o privilégio de ter privado com todos;

À Direção da Casa da Arquitetura por ter acolhido o meu estágio, um agradecimento especial à Coordenadora do Departamento de Arquivo e Biblioteca Dr.ª Ana Filipe pela simpatia e cuidado na forma como nos acolheu e facilitou o acesso ao acervo;

Ao arquiteto Víctor Reis pela cortesia da entrevista;

A todos aqueles que de alguma forma contribuíram direta ou indiretamente para o meu percurso;

RESUMO

Este relatório de Estágio evidencia a dimensão e o impacto das políticas de habitação publicas no que concerne ao direito a uma habitação, relacionando-as com as práticas arquitetónicas desenvolvidas em território nacional. Usando como objeto de estudo as cooperativas de habitação económica do arquiteto Pedro Ramalho entre os anos 1976-1994, estas em parte refletem o que podemos chamar de papel da arquitetura na sociedade, dito isto reconhecemos a multidisciplinaridade de tal questão.

Trata-se de uma investigação desenvolvida no âmbito do mestrado em História da Arte Património e Cultura Visual, comportando um estágio na *Casa da Arquitectura* – Centro Português de Arquitetura, em Matosinhos. Fator que contribuir para a investigação, uma vez que teve por base parte do acervo documental analisado juntamente com outras fontes historiográficas. Recorrendo a casos de estudo – *Habitovar*, *Plenicoope*, *Chave*, *Nabância*, *19 de Fevereiro*, *As Sete Bicas* – nos quais debatemos a sua fundação enquanto cooperativa, mas também enquanto exercício de arquitetura.

A prosperidade do tema habitacional justifica-se pelo seu dinâmico enredamento. Usando a fundamentação teórica e a reflexão sobre o tema, optamos por conferir uma particular atenção à orgânica entre os componentes textuais e os aspetos visuais.

PALAVRAS-CHAVE: Habitação; Cooperativas de habitação Económica; Pedro Ramalho; Arquitetura; Casa.

ABSTRACT

This internship report highlights the dimension and impact of public housing policies regarding the right to housing, relating them to architectural practices developed in Portugal. Using as objects of study the economic housing cooperatives of architect Pedro Ramalho between the years 1976-1994, these in part reflect what we can call the role of architecture in society, having said that we recognize the multidisciplinarity of this issue.

This is an investigation carried out within the scope of the Master's Degree in History of Art, Heritage and Visual Culture, including an internship at *Casa da Arquitectura* – Centro Português de Arquitetura, in Matosinhos. Factor that contributed to the investigation, since it was based on part of the documental collection analysed together with other historiographic sources. Using case studies – *Habitovar*, *Plenicoope*, *Chave*, *Nabância*, *19 de Fevereiro*, *As Sete Bicas* – in which we debate its foundation as a cooperative, but also as an exercise in architecture.

The prosperity of the housing subject is justified by its dynamic entanglement. Using the theoretical foundation and reflection on the subject, we chose to pay particular attention to the organic between textual components and visual aspects.

KEYWORDS: Housing; Economic Housing Cooperatives; Pedro Ramalho; Architecture; House.

LISTA DE ACRONIMOS E SIGLAS

AIL	Associação de Inquilinos Lisbonenses
CASES	Cooperativa António Sérgio para a Economia Social
CEE	Comissão Económica Europeia
CHE	Cooperativa de Habitação Económica
CMH	Carta Municipal de Habitação
CNH	Comissão Nacional de Habitação
DGEMN	Direção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais
DHC	Direção de Habitação do Centro
DHD	Direito à Habitação Duradoura
ENH	Estratégia Nacional de Habitação
EPUL	Empresa Publica de Urbanização de Lisboa
FAIH	Fundo de Apoio ao Investimento Habitacional
FECOOT	Federação Nacional das Cooperativas de Transportes e Ensino de Condução Automóvel
FENACAM	Federação Nacional das Caixas de Crédito Agrícola Mútuo
FENACHE	Federação Nacional de Cooperativas de Habitação Económica
FENACOOP	Federação Nacional das Cooperativas de Consumo
FENADEGAS	Federação Nacional das Adegas Cooperativas
FFH	Fundo de Fomento da Habitação
FMI	Fundo Monetário Internacional
FNASM	Federação Nacional das Associações de Socorros Mútuos
FNRE	Fundo Nacional de Reabilitação de Edificado
GOP	Grandes Opções do Plano
HCC	Habitação a Custo Controlado
IFRRU	Instrumento Financeiro Reabilitação e Revitalização Urbanas
IGAPHE	Instituto de Gestão e de Alienação do Património Habitacional do Estado
IHRU	Instituto de Habitação e da Reabilitação Urbana
INH	Instituto Nacional de Habitação
INSCOOP	Instituto António Sérgio
INTP	Instituto Nacional de Trabalho e Previdência

LBH	Lei de Bases da Habitação
MONAC	Movimento Nacional de Autoconstrução
MOP	Ministério das Obras Publicas
MSA	Mercado Social de Arrendamento
MU	Melhoramentos Urbanos
NGPH	Nova Geração de Políticas Habitacionais
NRAU	Novo Regime de Arrendamento Urbano
PAA	Programa de Arrendamento Social
PER	Programa Especial de Realojamento
PLH	Plano Local de Habitação
PNH	Programa Nacional de Habitação
PRID	Programa de Reparação de Imoveis em Degradação
RCB	Regime de crédito bonificado
RERU	Regime Excecional para a Reabilitação Urbana
SAAL	Serviço de Apoio Ambulatório Local
U.E.	União Europeia

00. INTRODUÇÃO

Desde o início dos tempos o Homem procurou a forma mais prática e operativa de concretizar o seu abrigo, em resultado da sua evolução as sua necessidades e aptidões tornaram-se cada vez mais intrincadas e desenvolvidas, características que se traduziram diretamente em complexas forma arquitetónicas de extensiva abrangência conceptual e multidisciplinar.

Em virtude da vontade de explorarmos um tema relacionado com a premissa do direito à habitação – Cooperativas de Habitação Económica. Desta forma, direcionamos esta investigação para os projetos desenvolvidos nesse âmbito pelo arquiteto Pedro Ramalho, tendo estes sido compreendidos dentro do contexto da política de habitação nacional, como também ao nível da questão habitacional e da sua relação com o espaço de implantação, a cidade (macro escala) e com a casa (microescala), sendo sempre que possível criada uma relação com a cultura visual, como é o caso do capítulo: Pedro Ramalho: Leituras de um *Itinerário.*

O interesse resulta do contacto ao longo dos anos de licenciatura e mestrado com as unidades curriculares de História da Arquitetura, História Urbana e Património. Contudo, foi na fase de pré investigação, no âmbito da unidade curricular de Metodologias de Projeto de Investigação II que se equacionou a possibilidade de desenvolver uma investigação focada no pressuposto direito à habitação[1]. A escolha da componente de estágio pareceu-nos indicada para a conclusão do mestrado, propiciando-nos um ambiente de contacto direto com os objetos e acervos.

A *Casa da Arquitectura* acolheu o estágio de 442 horas ao longo de 17 semanas – 13 de outubro a 18 de fevereiro – com alguma flexibilidade. É de facto importante referir que esta investigação foi realizada em pleno período de pandemia mundial (Covid-19) o que trouxe as suas desvantagens, mas também acrescentou uma nova e alternativa maneira de realizar um estágio e consequentemente uma investigação. Como importa salientar que todo o estudo foi desenvolvido à volta do mote *habitar*.

O acervo do arquiteto Pedro Ramalho foi doado à *Casa da Arquitectura* através de um contrato de doação assinado em cerimónia pública a 17 de novembro de 2018. O acervo conta com mais de 2600 desenhos que correspondem a 140 projetos do arquiteto, realizados individualmente ou em coautoria, compreendidos entre a década de 50 do século XX e a atualidade. Por meio da componente de estágio obtivemos uma

[1] O título do presente relatório de estágio – *Cooperar para Habitar* – foi definido tendo por base o mote da nossa investigação, isto é, a relação a amplo espetro entre a habitação e arquitetura.

proximidade e um contacto minucioso com o acervo, ao mesmo tempo que contribuímos para o reconhecimento e enaltecimento do material de acervo desta instituição. Os contactos com tais fontes comprovaram-se de grande relevância, uma vez que estas estiveram na base da edificação de tais projetos como memorias descritivas, cadernos de encargos, faturas, correspondência entre entidades. Evidencia-se o interesse de tais informações, uma vez que sem elas alguns destes casos de estudo não poderiam ter sido analisados por falta de informação.

ESTADO DA ARTE

Tendo em consideração os objetivos traçados e as problemáticas desta investigação demostra-se imperativa a reflexão sobre as descobertas realizadas sobre a temática em análise, a o direito à habitação acessível, assim como todas as questões adjacentes que escolhemos abordar ao longo deste estudo.

Reconhecendo o papel das imagens e dos sons nos nossos dias, assim como a natureza do mestrado que nos encontramos a concluir – História da Arte Património e Cultura Visual – achamos pertinente a exploração de fontes audiovisuais que possuem em si um caracter mais que ilustrativo. Como afirma John Berger na obra "Modos de ver" (2018), só vemos aquilo que conhecemos. Posto isto, ao longo da presente investigação foram citadas músicas, entrevistas[2], vídeo-arte, filmes - em diversos suportes e cronologias –, assim como outras formas de arte e cultura visual.

Tratar de um tema tão polémico no que concerne as linhas de atuação ao mesmo tempo que tentamos estabelecer relações coerentes ao nível da História da Arte e da Cultura Visual no decorrer dos múltiplos contextos históricos e políticos, sem que a ligação ao percurso académica e o pensamento da autora se percam. Desta forma, é seguro afirmar que o nosso estudo espelha uma certa multidisciplinaridade que se traduz na multiplicidade de autores presentes na bibliografia.

Por questões de pertinência o primeiro assunto a ser abordado recai uma breve consideração sobre as políticas de habitação em Portugal numa cronologia balizada entre o séc. XIX e a atualidade. Em 1992, Manuel C. Teixeira escreve o artigo intitulado "As Estratégias de Habitação em Portugal, 1880-1940", como ele o arquiteto Nuno Teotónio

[2] Entrevistas a Pedro Ramalho (LOPES, C.N. 2015; COSTA, N.B 2019).

Pereira[3] e o historiador Gaspar Martins Pereira[4] destacam-se no panorama dos investigadores que desde cedo se focam na teorização sobre a análise e compreensão dos modos de habitar, e por consequência na questão arquitetónica com enfoque na população mais carenciada. Contudo, salientamos que tais investigadores possuem abordagens dispares entre si. Ao nível da geografia e da espacialidade tendo em consideração influências socioeconómicas, demográficas, políticas e urbanísticas. Contudo, não são exceção, denota-se um aumento do interesse relativamente à compreensão das dinâmicas relativas à habitação, o que se traduz num aumento do número de trabalhos científicos desenvolvidos, posto isto, sublinham-se nomes como Fátima Loureiro de Matos[5], no âmbito da geografia com publicações direcionadas para a relação entre a demografia e a habitação. Ao nível da sociologia sublinham-se os nomes de Isabel Guerra[6] e João Pedro

[3] PEREIRA, N. T. (1981). A arquitetura do Estado Novo;
PEREIRA, N. T. (1994). Pátios e vilas de Lisboa, 1870-1930: a promoção privada do alojamento operário. Análise Social, XXIX (127), 509-524.

[4] PEREIRA, G. M. (1996). CASA E FAMILIA. As "Ilhas" no Porto em finais do século XIX. Em F. d. SOUSA, População e Sociedade (pp. 159-183). Porto: CEPFAM;
PEREIRA, G. M. (2011). As Ilhas no Percurso das Famílias Trabalhadoras do Porto em Finais do Século XIX. Em C. (. SANTOS, Família, Espaço Doméstico e Espaço Social no Porto Contemporâneo (pp. 477-493). Porto: CITCEM;
PEREIRA, G. M. (2014). SAAL: um programa de habitação popular no processo revolucionário1. Revista da FLUP, IV Série, vol. 4, 13-31.

[5] MATOS, F. L., & RODRIGUES, R. M. (janeiro de 2009). AS ILHAS DO PORTO: Lugares de Resistência. OBSERVATORIUM: Revista Eletrônica de Geografia, v.1, n.1, 33-57;
MATOS, F. L (1994/5). Habitação Cooperativa no Grande Porto (1974/94). Revista da Faculdade de Letras - Geografia, 19-38;

MATOS, F. L (1994). Os bairros sociais no espaço urbano Porto: 1901-1956. Análise social, XXIX, 677-695;
MATOS, F. L (2015). Da implantação da república à primeira guerra: As primeiras tentativas de resolução do problema habitacional das classes operárias. Em G. M. PEREIRA, J. F. ALVES, L. A. ALVES, M. C. MEIRELES, & (Coord.), A Grande Guerra (1914-1918): Problemáticas e Representações (pp. 369-381). Porto: CITCEM.
MATOS, F., NATÁLIO, A., & ROCHA, B. (2011). AS COOPERATIVAS DE HABITAÇÃO E A CRISE – QUE RESPOSTAS? Estudo de Caso: Sete Bicas; CETA, SACHE. Actas do VIII Congresso da Geografia Portuguesa: "Repensar a Geografia para novos desafios: Competências, Investigação e acção" (p.?). Lisboa: Instituto de Geografia e Ordenamento do Território;

[6] GUERRA, I. (1997). Um olhar sociológico sobre o alojamento. Sociologia - Problemas e Práticas, no 24, 165-181;
GUERRA, I (2008). Europa e Políticas Habitacionais: Mudança em Cursos. Cidades - Comunidades e Territórios, 47-61;
GUERRA, I (2011). As políticas de habitação em Portugal: à procura de novos caminhos. CIDADES, Comunidades e Territórios, 22, 41-68.

Silva Nunes[7], estes traçam relações enquadrando o desenvolvimento e as transformações sociais e urbanas nos diferentes contextos, ou seja, a relação entre o Homem enquanto ser social e a cidade enquanto espaço de habitar. Relativamente à arquitetura destacamos a figura do arquiteto José António Bandeirinha que entre múltiplas publicações é uma referência no que respeita o tema da Arquitetura do processo SAAL. Sobreleva-se na mesma área a dissertação de mestrado integrado de Joana Ribeiro Martins "Habitação Social em Portugal: da intenção de inserção ao sentimento de exclusão" (2014), onde esta explora a relação de contexto e evolução da habitação de interesse social com enfoque no processo SAAL, tendo em consideração os aspetos como as transformações urbanas no contexto de inserção social, explorando ainda as questões históricas a montante destas questões.

Ressalva-se ainda o papel da plataforma "Mapa da Habitação - Reflexão crítica sobre a arquitectura apoiada pelo Estado em Portugal 1910-1974" apresenta-se como um projeto desenvolvido pela FAUP que visa a criação de uma narrativa que começa com a identificação da habitação de promoção pública ambicionando-se a inter-relação de fontes. A publicação do livro "Habitação: 100 anos de Políticas Públicas em Portugal, 1918-2018" (2018) por parte do Instituto de Habitação e Reabilitação Urbana, tendo este contado com a coordenação de Ricardo Costa Agarez. Esta é a mais completa publicação que recai sobre a habitação pública em Portugal, ao longo de mais de 500 páginas são apresentadas informações que vão desde a habitação e a questão social pós implantação da República às políticas habitacionais desde o início do século XXI até 2017. Apesar disto, a historiografia que incide sobre as políticas de habitação ainda se apresenta escassa e com espaço para desenvolvimento ativo.

No contexto de desenvolvimento do cooperativismo e mais concretamente das Cooperativas de Habitação Económicas as informações objetivas demostram-se deficientes. O movimento cooperativista nacional ocorre simultaneamente em outros países da Europa, apresentando-se como uma herança das ideias socialistas com atesta

[7] NUNES, J. P. (2007). À Escala Humana. Planeamento Urbano e Arquitectura de Habitação em Olivais Sul (Lisboa, 1959-1969). Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa; NUNES, J. P. (2011). Florestas de Cimento Armado. Os Grandes Conjuntos Residenciais e a Constituição da Metrópole de Lisboa (1955-2005). Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian; NUNES, J. P. (2013). O programa Habitações de Renda Económica e a constituição da Metrópole de Lisboa (1959-1969). Análise Social, XLVIII (1.º), 82-100.

Joaquim Taveira, em 1954 na obra "O movimento Cooperativista português in Conferência proferida pelo engenheiro Joaquim Taveira, na Comemoração do 56º Aniversário da Cooperativa de Lordelo do Ouro, em 31 de dezembro de 1953". Ainda neste domínio, destaca-se o nome de António Sérgio e da sua obra da década de 60 "O Cooperativismo: objectivo e modalidades" à qual não conseguimos ter acesso por mais significativa que nos parecesse. No que concerne, o diálogo entre as práticas cooperativistas e a legislação enfatiza-se o ponto de vista de Rui Namorado em "Introdução ao Direito Cooperativo: Para uma expressão jurídica da cooperatividade" (2000) e "Sobre o sector Cooperativo em Portugal. Cooperativismo e Economia Social" (2009). Ao nível das cooperativas de habitação económica sublinham-se os trabalhos académicos de Vânia Matos – "Habitação coletiva de promoção cooperativa, critérios de autenticidade na sua conservação e reabilitação" (2018) – e Filipa Gomes – "Cooperativas de Habitação Económicas e a forma urbana de Matosinhos 1965|2003" (2013). Assim como a investigação de Patrícia Pedrosa, "As cooperativas de habitação portuguesas: O jogo dos possíveis" (2018) pela forma sucinta como apresenta o desenvolvimento da atividade cooperativista no desenrolar da história, relacionando as questões de ordem social com a história da arquitetura, ao mesmo tempo que expõe exemplos explicativos de relevância que sumarizam em forma de proposta arquitetónica uma tentativa de atuação sobre o problema da habitação. Relativamente às dinâmicas estabelecidas entre Portugal e Suécia no que diz respeito às cooperativas de habitação a informação é escassa, a nossa análise baseia-se maioritariamente em informações dispersão ao longo de publicações e do acervo de Pedro Ramalho. Porém, destacamos a publicação "Profiles of a Movement: Co-Operative Housing Around the World"[8] (2012).

A documentação existente sobre a figura do arquiteto Pedro Ramalho é um tanto quanto escassa, contudo o que existe é objetivo. Do ponto de vista da revisão bibliográfica apontamos o material historiográfico desenvolvido pelo próprio como a sua dissertação para a obtenção do título de Professor Agregado do Curso de Arquitetura – "Itinerário" (1990) – entre outros textos publicados. Assim como o nome de Carlos Nuno Lacerda Lopes – "Arquitectura e Modos de Habitar: Pedro Ramalho" (2015) – e Nuno Brandão

[8] MOREAU, S., & & PITTINI, A. (2012). *Profiles of a Movement: Co-oPerative Housing around the World.* Obtido em 24 de junho de 2021, de Co-operative Housing Internacional. A sector of the Internacional Co-operative Alliance: https://4bfebv17goxj464grl4a02gz-wpengine.netdna-ssl.com/wp-content/uploads/drupal/Profiles%20of%20a%20movement%20final%20web%20ISBN.pdf.

Costa – "Pedro Ramalho: Orgânico Racional" (2019) e "Bande à Parte: Tipologias e Revolução" (2019). A metodologia apresentada pelos dois investigadores passa pelo reconhecimento de alguns projetos de referência seguindo-se uma entrevista em tom de conversa coloquial que permite estabelecer relações entre os cenários projetais. Por meio do contacto estabelecido com o material documental do acervo do arquiteto, presente na *Casa da Arquitectura*, foi possível complementar e em alguns casos sustentar novo material científico. A utilização do Google Maps e Earth demonstrou-se uma ferramenta indispensável contribuindo para a perceção espacial destes complexos, assim como os depoimentos recolhidos[9].

Pretendemos refletir sobre a cidade enquanto espaço de implantação da arquitetura anteriormente analisada, tendo por base a perspetiva de Kevin Lynch[10] que vê na cidade um espaço em constante transformação e a de Aldo Rossi[11] onde a cidade é o resultado da sobreposição e alteração do espaço. Conceções que reconhecem em toda a instância o sentido alucinante da transmutação urbana, assim como a relação de correlação entre a cidade e a arquitetura.

Muito se escreve sobre as dinâmicas entre o projeto de arquitetura e o seu processo de edificação, por norma enaltece-se o percurso do objeto arquitetónico desde a ideia inicial até a sua entrega ao que virá a ser o seu proprietário, ficando de fora o que acontece depois, do percurso da obra de arquitetura e da sua receção. Em Portugal o assunto é pouco debatido à exceção da dissertação de mestrado integrado em arquitetura de Hugo Gamboias, "Arquitectura com sentido(s): Os sentidos como modo de viver a arquitetura" (2013). Contudo, a nível internacional, a experiência de reconhecer na arquitetura mais do que a sua materialidade é amplamente explorada. Uma referência constante ao longo do nosso estudo é o arquiteto e teórico de arquitetura Juhani Pallasmaa[12], este ao longo das suas obras reconhece na arquitetura a sua relação com os sentidos. Ressalva-se, no

[9] Consultar: Volume II Anexo (A) – Depoimentos.
[10] LYNCH, K. (1990). The image of the city. Massachusetts: MIT Press.
[11] ROSSI, A. (1982). La arquitectura de la Ciudad. Barcelona: GG.
[12] PALLASMAA, J. (2011). OS OLHOS DA PELE: A arquitetura e os sentidos. (A. SALVATERRA, Trad.) Porto Alegre: bookman;
PALLASMAA, J. (2014). La imagen corpórea: Imaginación e imaginario en la arquitetura. Barcelona: Gustavo Gili;
PALLASMAA, J. (2017). Habitar. Barcelona: Gustavo Gili;
PALLASMAA, J. (2018). Essências. São Paulo: Gustavo Gili.

entanto, que não é o único a teorizar sobre este tema, também Charles Moore, Robert J. Yudell e Kent C. Bloomer exploram a "dependência" entre a arquitetura e os sentidos na sua obra "Body, Memory, and Architecture", no entanto, não nos foi possível aceder à mesma.

O filósofo Gaston Bachelard na sua obra "Poética do espaço" (1988) reflete sobre a imagem poética e como esta se relaciona de forma inconsciente por meio de estímulos, permitindo-nos traçar associações entre os lugares e as memórias. Este autor permite-nos dialogar entre duas ideias, a arquitetura enquanto experiência multissensorial no mesmo momento em que a casa se apresenta como o espaço onde vivemos no tempo em que habitamos. Usando como premissa o título da obra de Eduardo Sacriste "O que é a Casa?" é exposta uma reflexão do ponto de vista historiográfico sobre o papel da habitação na vida e na forma como o morador se relaciona, uma vez que a casa se apresenta como o espaço que se habita diariamente. Compreende-se o valor adjacente ao espaço habitacional enquanto lugar privado que reflete diretamente as vivencias do seu morador através de objetos, e em última instância as memórias.

Termina-se esta investigação na interrogativa: Como será a casa do futuro? numa tentativa de traçar uma resposta recorremos à cinematografia enquanto componente de reflexão para o pensamento artístico e conceptual da arquitetura. Destacamos a dissertação de mestrado integrado em arquitetura de Bruno Santos, "Learning from Tomorrow: Ensinamentos do Cinema para a Arquitetura" (2020), assim como três filmes de díspares cronologias que atuam enquanto realidade ficcionada: "Metropolis" (1927), "Blade Runner" (1982) e "Ready Player One" (2018). Em oposição ao cinema de ficção, o documentário de Marcus Fitsch "Flexible Buildings: The Future of architecture" (2021), este exibe uma multiplicidade de cenários de grosso modo sustentáveis e não fictícios do que poderá acontece ao nível da cidade e por consequência à arquitetura num futuro mais ou menos próximo.

Esta investigação tenciona propor uma reflexão holística de acordo com uma perspetiva informada em relação à atuação das políticas habitacionais, tendo como caso de estudo as Cooperativas de Habitação Económica do arquiteto Pedro Ramalho.

METODOLOGIAS

Para a definição e delimitação do *corpus* de investigação mostrou-se necessária a realização de uma preliminar revisão bibliográfica, tendo esta como prepósito sondar

tanto a relevância como a pertinência do nosso estudo por meio da bibliografia pré-existente. Ao compreender-nos logo à partida o quanto díspares e com lacunas as investigações em torno da habitação de interesse social possuem, reconhecemos a oportunidade com a qual nos deparamos. Importa ressalvar que tais considerações foram realizadas anteriormente ao início do estágio, mais concretamente, aquando da elaboração da proposta de estágio entregue à instituição.

O mote gerador de toda a investigação apresenta-se como a premissa: Direito à habitação, posto isto, o acervo textual do Arquiteto Pedro Ramalho presente na *Casa da Arquitectura* deve ser interpretado enquanto fator que contribui para a delimitação da investigação. Com o início da atividade de estágio no arquivo da instituição, em outubro de 2020 procedeu-se ao levantamento e a consulta de todos os materiais documentais relativos aos projetos de habitação de interesse social[13]. Esta consulta teve como prepósito recolher desde as mais minuciosas informações sobre cada um dos projetos de arquitetura de Pedro Ramalho delineados entre 1964 e 2000, sendo parte integrante do estágio proceder à digitalização dos documentos para que estes ficassem armazenados no servidor da *Casa da Arquitectura*. Terminado este processo de levantamento, consulta e análise achamos pertinente a circunscrição da investigação às cooperativas de habitação económica edificadas entre 1976 e 1994. Contudo, verificamos falta ausência de historiografia complementar, lacuna que tentamos combater por meio da consulta de monografias, artigos, trabalhos de investigação – através das constantes consultas do Repositório Nacional; Repositório da Universidade, Porto, Coimbra e Lisboa; e ainda das plataformas digitais "Mapa da Habitação" e "SIPA" (Sistema de Informação para o Património Arquitetónico) – assim como o uso de fontes audiovisuais.

Simultaneamente, a esta tarefa de consulta e análise de fontes, mostrou-se de extrema relevância a consulta de informações relativamente à "história" das políticas de habitação púbicas em Portugal desde os primórdios do século XIX até à atualidade, juntamente com a legislação que a mesma acompanha, de forma a compreendemos os fenómenos sociopolíticos adjacentes. Como resultado desta reflexão deduzimos que tais dinâmicas são demasiado extensas e complexas para que possam ser citadas na integrada ao longo desta investigação, assim sendo, reconhecemos que as mesmas foram abordadas de forma sintética.

---

[13] Consultar: Volume II Anexo (B) Tabela – Organização do Acervo do Arquiteto Pedro Ramalho: Tipologia Social (98)

Todavia, achamos oportuno refletir sobre o caminho do cooperativismo até à sua associação com a habitação. No que concerne as cooperativas de habitação Económicas – o enfoque da nossa investigação – optamos por utilizar todos os projetos desenvolvidos pelo arquiteto Pedro Ramalho – *Habitovar* [1976-78], *Plenicoope* [1978-83], *Chave* [1980], *Nabância* [1980-82], *19 de Fevereiro* [1987-89], *As Sete Bicas* [1987-94] – enquanto casos de estudo, permitindo assim compreender o caracter evolutivo dos projetos traçando comparações, bem como reconhecer a relação entre a infraestrutura arquitetónica e a forma como foi e se encontra inserida no espaço urbano. Trata-se de uma investigação sustentada em grande parte pelo material do acervo presente na *Casa da Arquitectura*, material esse que consultamos múltiplas vezes como ficará explicito no desenrolar do trabalho, assim como pela quantidade justificável de referências em rodapé. Optamos por analisar cada caso de estudo de forma individualizada, permitindo-nos assim uma abordagem singular, deixando o objeto de estudo de certa forma guiar a narrativa. No entanto, tentamos equilibrar a utilização do material de arquivo com a historiografia na tentativa de oferecer ao leitor uma leitura menos corrompida sobre o assunto.

Relativamente ao arquiteto Pedro Ramalho acreditámos ser apropriado refletir sobre o seu percurso de mais de 60 anos de experiência na projeção e edificação de arquitetura – com enfoque no percurso desde a habitação privada até às cooperativas de habitação económicas. Usando o seu "Itinerário"[14] procuramos compreender e comentar as influências que o próprio reconhece ao mesmo tento que traçamos novas por meio de correlações arquitetónicas.

Com o fortalecer deste trabalho científico verificamos que o nosso trajeto metodológico passou de uma macro escala – políticas de habitação em Portugal – para uma microescala, a casa, mais concretamente, para a sua contemplação enquanto espaço central na vida do habitante. Procuramos manter sempre uma relação de proximidade entre o objeto arquitetónico e aqueles que o habitam, dentro e fora do exercício da arquitetura. Para tal reflexão mostrou-se indispensável traçar conexões com as áreas do urbanismo, sociologia e antropologia.

Ao longo do trabalho procuramos adotar um discurso crítico, contudo reconhecemos que por vezes se denota um tom um pouco ensaístico. De forma a

[14] RAMALHO, P. (1990). Itinerário. Porto: FAUP- Faculdade de Arquitetura da Universidade do Porto.

acrescentar valor introspetivo ao longo do nosso trabalho fomos pontualmente inserindo aquilo que entendemos como semi conclusões. Buscamos ainda tirar partido de outras relações, nomeadamente, ao nível da cultura audiovisual – música, cinema, fotografia, pintura, testemunhos diretos, periódicos.

Tínhamos como ambição inquirir tanto os diretores das cooperativas em funcionamento como alguns dos moradores, ideia que inegavelmente traria valor à nossa investigação, todavia, não foi praticável. Foi, contudo, possível entrevistar[15] o arquiteto Victor Reis, ex-presidente do IHRU.

No que diz respeito à referenciação e identificação material de acervo optamos por seguir o código de arquivação da Casa da arquitetura - País| Localização| Nome do arquiteto| Tipo de projeto| Código específico| Classificação de conteúdo - e posterior título do documento (sempre que possível). A título de exemplo: *Material do acervo (PT/CA/PER/PA-031-05) – Plano parcial de pormenor da urbanização a poente da avenida 25 de abril em Aveiro (20 de novembro de 1978).* Esta escolha advém da inexistência de norma de catalogação aquando de recolha dos materiais do acervo, uma vez que o processo ainda decorria enquanto se realizava este trabalho, tendo-se optado por uma forma de citar que permita a identificação do documento, mas que poderá diferir daquela que futuramente será usada pela *Casa da Arquitectura*. No caso das fontes audiovisuais a referenciação é feita de acordo com o autor (sobrenome em maiúscula) e a data – exemplo: *ANTUNES, C., 2001*. Ao nível da legislação esta é apresentada seguindo a formatação publicação, emissor – exemplo: *Diário do Governo, Decreto-Lei nº 737-A/74; I Suplemento, Série I, de 23 de dezembro de 1974, pelo Ministério do Equipamento Social e do Ambiente – Secretária de Estado da Habitação e Urbanismo*. Aproveita-se ainda a oportunidade para criar uma chamada de atenção para as notas de rodapé em especial aquelas que referenciamos e atuam como a designação indica como *informações complementares.*

No que respeita as fontes visuais utilizadas, estas dividem-se nas categorias de desenho arquitetónico, pintura, instalação, videoarte, fotografia e fotogramas. Optamos por colocar as imagens no decorrer do trabalho, no entanto, em composições garantindo a sua proximidade ao texto, para que se possa extrair o máximo partido das suas potencialidades. Consideramos que o sistema abordado facilita a sua leitura e análise,

[15] Entrevista ao arquiteto Víctor Reis a 13 de maio de 2021.

assim como a criação de associações e comparações. Esta forma de organização procura traduzir e clarificar algumas leituras que fizemos ao nível da relação entre o texto e as fontes visuais, procurando que a mesma se torne mais dinâmica e produza relações intertextuais de diversa ordem, pelo que optamos por não colocar ao longo do texto a constante remissão para as imagens, fazendo-se a identificação pelo título da mesma. Por se tratar do trabalho de investigação de conclusão do mestrado em História da Arte, Património e Cultura Visual, o mesmo deveria refletir o percurso académico da autora, assim como a sua capacidade de pensar visualmente. Posto isto, as fontes visuais utilizadas possuem em si uma dualidade: a de ilustrar/acompanhar o texto, ao mesmo tempo que expõe o seu pensamento enquanto processo visual – *route mapping* visual – ao mesmo tempo que orienta a reflexão sobre a forma de viver o espaço, deixando-se em aberto esta forma de comunicar. Por uma questão de harmonização gráfica estas fontes visuais são acompanhadas de uma pequena legenda descritiva, que na sua grande maioria é atribuída por nós, salvo casos em que é mantida a legenda original encontrando, no entanto, diferenciada entre aspas. Optamos ainda por criar uma diferenciação ao nível da numeração entre o relatório de estágio – numeração romana – e o restante corpo do trabalho – numeração árabe, resta-nos apenas destacar que as fontes se encontram discriminadas nos Créditos das Imagens.

DEFINIÇÃO E TEORIZAÇÃO

Apesar da nossa investigação recair sobre casos de estudo que possuírem uma cronologia delimitada entre 1976 e 1994, para o seu enquadramento e problematização mostrou-se fundamental implantar uma cronologia mais abrangente compreendida entre o século XIX e os nossos dias, esta decisão deve-se a questões de exequibilidade e praticabilidade. Reconhecendo-se a carência de estudos científicos nas múltiplas áreas envoltas à cooperativa de habitação económica. Desta forma, ambicionamos contribuir para a criação de texto científico que recai sobre a compreensão adjacente à edificação de tais conjuntos arquitetónicos, reconhecendo-se o seu valor enquanto exercícios de arquitetura. É lhe acrescido ainda o valor enquanto espaço de promoção habitacional – habitação digna – a valores controlados, assim como, impulsionador do desenvolvimento urbano. Como apresentamos anteriormente a nossa investigação debruça-se sobre outros assuntos complementares a estas dinâmicas, que se manifestam igualmente pela sua atualidade e relevância. Contudo ressalvar-se que na sua grande maioria o material por

nós consultado – acervo do arquiteto Pedro Ramalho – presente na instituição onde estagiamos, *Casa da Arquitectura* possui um caracter praticamente inexplorado.

O intervalo cronológico selecionado compreende em parte a teorização levada a cabo por António Baptista Coelho, figura de renome no que respeita a habitação em Portugal, destacando-se a sua publicação "Sobre os "anos dourados" dos conjuntos cooperativos de habitação económica, 1974-1984" (2013). Patrícia Pedrosa apresenta-se como a investigadora que criou um diálogo mais abrangente em termos cronológicos, dividindo a sua publicação em quatro partes: as origens do cooperativismo nacional; as relações entre o Estado Novo e as Cooperativas; o pós 25 de abril de 1974; concluindo com as repercussões da revolução 25 de abril "e um aproximar dos valores do mercado e de uma Europa capitalista tida como modelo e de que o País se procurava aproximar"[16]. Investigação que inspira a organização e orientação de parte da nossa investigação.

Tendo como herança o Decreto-Lei n.º 740/74 promulgado a 20 de dezembro de 1974, momento em que o "o cooperativismo habitacional, convenientemente estruturado e com o adequado apoio do Estado, poderá dar um importante contributo à resolução do problema habitacional"[17], surge a 23 de dezembro do mesmo ano o Decreto-Lei n.º 737-A/74, que instaura as *Cooperativas de Habitação Económicas* (CHE's), enquanto infraestruturas de "... interesse social, beneficiando das modalidades de auxílio previstas neste diploma, as cooperativas de habitação económica que têm por único objectivo a construção ou a aquisição de casa [...]"[18]. Em consequência do período revolucionário vivido no pós abril de 1974, ocorre um aumento do numero de cooperativas. Contudo, a instauração de cooperativas a partir de 1976 procura-se estabelecer um conjunto de bases que surgem com o propósito de estabelecer o desenvolvimento construtivo do movimento cooperativo habitacional à escala nacional[19]. Pedrosa defende que:

> "Para além da apresentação das estratégias urbanas e de arquitetura [...] são feitas reflexões que se colocam de modo crítico face ao processo,

[16] PEDROSA, 2018, p. 283.

[17] Diário do Governo, Decreto-Lei n.º 730, nº 296, Série I, de 20 de dezembro de 1974, pelos Ministérios da Justiça, do Equipamento Social e do Ambiente.

[18] Diário do Governo, Decreto-Lei n.o 737-A/74, no 298, 1o Suplemento, Série I, de 23 de dezembro de 1974, pelo Ministério do Equipamento Social e do Ambiente – Secretaria de Estado da Habitação e Urbanismo; Artigo 1º.

[19] MELLO, 1979 *apud* Pedrosa, 2018.

> ou melhor, aos processos complexos que a realização destes conjuntos significa. Assim, aquilo a que chama de «mobilidade do poder político», que vai «pensando de modo diferente o papel daquelas cooperativas» na sociedade portuguesa, em resultado das mudanças dos executivos, e as exigências de alterações e adaptações sistemáticas a que os projetos ficam sujeitos, alia-se à falta de preparação do FFH e das câmaras municipais para a «avalanche de solicitações» que surgem nestes anos, criando um contexto de adversidade efetiva para estes processos"[20].

Como resultado dos avanços ocorridos nas décadas passadas, nos anos 80 ocorre um crescente desenvolvimento de cooperativas de habitação. A 2 de junho de 1982, o Decreto-Lei nº. 218/82 eleva a importância do Cooperativismo Habitacional reconhecendo o seu valor enquanto potenciador de alojamento, de que são exemplo parte dos casos de estudo por nós levantados. Consequentemente nos anos 90 ocorreu um decréscimo do número de cooperativas, repercussões da falta de terrenos e do aumento dos seus preços nas zonas onde se fazia sentir a falta de oferta habitacional. Tal dinâmica levou as cooperativas a procurar terrenos nas periferias.

PROBLEMÁTICAS E OBJETIVOS

Redigir um percurso pelas políticas de habitação em Portugal desde meados do séc. XIX até à atualidade, tendo em consideração tanto os aspetos legislativos, históricos e arquitetónicos, ao mesmo tempo que se traçam relações com a cultura literária e audiovisual é um dos objetivos desta investigação. Da mesma forma, o uso do acervo textual do arquiteto Pedro Ramalho serve-nos de guia para compreender o que está a montante e a jusante das Cooperativas de Habitação Económicas. Validando, contudo, o caracter humanista de tal processo, ambicionamos caracterizar o papel da habitação.

Destacam-se as problemáticas que guiaram a nossa investigação:

- Refletir sobre as respostas dadas ao problema da habitação;

[20] MELLO, 1979, p.19 *apud* Pedrosa, 2018, p. 299.

- Reconhecer na arquitetura o seu valor enquanto experiência multissensorial, estabelecendo relações entre arquiteturas – nacionais e internacionais – assim como com a cultura visual, arquitetónica e urbanística;

- Pensar nas arquiteturas num tempo longo para lá da ideia de projeto e construção, enfatizando o papel do habitante enquanto transformador da arquitetura.

Por conseguinte, os nossos objetivos apresentam a seguinte estrutura:

- Refletir e compreender o papel da arquitetura de interesse social no panorama arquitetónico português;

- Analisar as políticas habitacionais enquadrando-as na sua cronologia;

- Relacionar o problema da habitação com respostas concretas dadas por alguns arquitetos a partir de casos concretos;

- Analisar o percurso do cooperativismo nacional e relacioná-lo com os ideais internacionais;

- Identificar, analisar e interpretar o uso das cooperativas enquanto fenómeno social;

- Analisar a produção do arquiteto Pedro Ramalho no âmbito da habitação de interesse social à luz do seu percurso teórico;

- Analisar a implantação das cooperativas de habitação relacionando-as com as estruturas urbanas onde estão inseridas.

ORGANIZAÇÃO DOS CAPÍTULOS

O presente trabalho de investigação incide sobre as dinâmicas do direito à habitação digna, este encontra-se organizado em dois Volumes: no I figura uma organização que obedece ao sentido de análise da macro para microescala e que se traduz em seis capítulos principais, enquanto o II Volume comporta os anexos.

O primeiro capítulo comporta o Relatório de Estágio propriamente dito, neste realizamos uma sintética apresentação da instituição que albergou o estágio – *Casa da Arquitectura* – ao nível da história e do funcionamento da mesma. Num segundo

momento expomos o processo de levantamento, recolha e consulta do material usado nesta investigação, bem como todas as questões periféricas.

O segundo capítulo refere-se à síntese das políticas de habitação públicas, maioritariamente sobre o contexto nacional salvo apontamentos comparativos com as realidades internacionais. Exploramos estas políticas como a parte de um todo ao longo de uma cronologia que vai desde os primórdios do seculo XIX até sensivelmente 2020. Reconhecendo o extenso percurso seccionamos o capítulo em partes – Séc. XIX; Séc. XX (este subdivide-se em duas partes – 1926 e 1974 – escolha que advém do reconhecimento destas datas do ponto de vista político-social); Séc. XXI. Um dos fatores predominantes desta análise é a menção de diplomas legislativos, estes foram consultados por meio da plataforma digital *Diário da República Eletrónico* administrado pelo governo português. Este capítulo comprova-se necessário para o enquadramento da problemática da habitação publica em terreno nacional, uma vez que se denota uma inexistência de bibliografia concisa relativamente a tal cronologia, por esta razão achamos pertinente incluir tal compendio no nosso trabalho. A nossa perspetiva sobre este capítulo foi pensada de forma a equilibrar a informação legislativa e histórica-científica com uma componente audiovisual e cultural– exposta no trabalho através de fotografia, música, literatura e cinema. Procuramos estabelecer conexões entre o que se encontra escrito e as decisões que efetivamente foram postas à prova, de tal identificados no decorrer deste capítulo projetos arquitetónicos, todavia, reconhece-se o foco na cidade do Porto e Lisboa.

O terceiro capítulo aborda o percurso do movimento cooperativista ao cooperativismo habitacional em Portugal, como se desenvolve e atua. Assim, como acontece no capítulo anterior, este nasce da necessidade de compreender tais premissas, contudo, apoiamo-nos somente em informação legislativa e na historiografia o que contribui para uma falta de componente visual. Uma questão recorrente ao longo da investigação é a relação de apoio prestada entre as cooperativas de habitação suecas perante as cooperativas de habitação portuguesas, e consequentemente, como a as políticas de habitação suecas são vistas como um exemplo a seguir. Porém, esta encontra-se pouco desenvolvida ao nível bibliográfico e carente relativamente a fontes, situação que não nos permitiu desenvolver a questão tanto quanto desejaríamos.

O quarto capítulo diz respeito ao nosso objeto de estudo principal. Trata-se da apresentação do arquiteto Pedro Ramalho cujo material do acervo trabalhamos, para tal

decidimos dividir o capítulo em três tópicos. No primeiro debruçamo-nos sobre o pensamento critico de Pedro Ramalho, a sua visão sobre o papel do arquiteto assim como as suas reconhecidas influências, bem como outros paralelismos que achamos pertinente correlacionar. A estas questões juntamos o seu percurso em relação à arquitetura habitacional – privada, FFH, SAAL, CHE's – desde o seu primeiro projeto, a moradia na Foz do Douro à sua primeira cooperativa de habitação económica em Ovar. Tratando-se de um ponto que sumariza as suas experiências enquanto arquiteto. Num segundo tópico analisamos os edifícios definidos para caso de estudo, objetivamente, todos os projetos que este arquiteto realizou para as cooperativas de habitação económica entre 1976 e 1994 – *Habitovar, Plenicoope, Chave, Nabância, 19 de Fevereiro* e *As Sete Bicas*. O tratamento individualizado de cada um dos casos de estudo ofereceu-nos a oportunidade da sua exploração com alguma disparidade, ou seja, optou-se por individualizar um todo. Como referidas múltiplas vezes a carência bibliográfica foi novamente sentida, contudo, minimizada pelo acervo documental do arquiteto Pedro Ramalho. O último tópico *Cidade: Metáfora para a vida urbana*, atua como um reconhecimento da cidade e do seu caracter dinamizador, uma vez que os edifícios atuam como parte dos marcos visuais da mesma. A exploração da dicotomia centro-periferia, justifica-se pela sua proximidade com o desenvolvimento de infraestruturas habitacionais como as cooperativas de habitação económica. Chama-se a atenção para a pertinência e caracter mais reflexivo, onde a relação entre o texto e as componentes visuais seguiram a mesma ordem de ideias, para tal optamos pela utilização das ilustrações da série *[in]visible cities* da arquiteta Karina Puente.

O quinto capítulo incide sobre o que acontece após a edificação e entrega da habitação – *"After life" da casa* – aquele momento que direta ou diretamente todos vivenciamos diariamente nas nossas casas, como uma segunda vida da casa. Este capítulo obedece a uma dupla ramificação. Primeiramente exploramos a arquitetura enquanto experiência multissensorial: "[...] a arquitetura captura a imediatez das nossas perceções sensoriais. A passagem do tempo, a luz, a sombra e a transparência; os fenómenos cromáticos, a textura, o material e os detalhes ... tudo isto participa na experiência total da arquitetura"[21]. O segundo ramo desta reflexão incide sobre o questionamento do conceito casa e como esta atua como um reflexo direto do seu habitante por meio da

[21] HOLL, PALLASMAA, & PÉREZ-GOMES, 2006, p. 41 *apud* BORGES, 2020, p. 37.

implementação de objetos que possuem em si relação com a memória. Antepomos a conclusão desta investigação, tendo por base a interrogativa: Como será a casa do futuro? Depreendemos que tais assuntos possuem em si uma certa subjetividade inerente ao tema. A identificação e relação criada entre o tema e a imagética criada enquanto exposição de uma narrativa que não atua apenas como complementaridade ao assunto escrito, mas também como fonte e forma de comunicar visualmente que poderá ser individualizada e alvo de reflexão por parte do leitor.

O segundo volume do nosso relatório de investigação corresponde aos Anexos, local para onde se podem encontrar os documentos complementares do Volume I para que estes possam ser consultados[22]. Deste modo, os anexos – II Volume – dividem-se em duas partes: na primeira (A) concerne os depoimentos recolhidos a partir de outras fontes, enquanto o segundo (B) refere-se ao material relacionado diretamente com a instituição que albergou o nosso estágio – *Casa da Arquitectura*. A parte A deste volume apresentamos o levantamento dos depoimentos, primeiramente da Cooperativa de Habitação Económica Habitovar, testemunhos que resultam das mensagens enviadas por sócios, moradores, membros da direção, entidades políticas e amigos da cooperativa aquando da celebração do 45º aniversario da mesma. A recolha e sintetização deste material da rede social da cooperativa contribui para a sua proteção enquanto fonte. No que respeita a cooperativa de Habitação Económica Nabância, os testemunhos recolhidos fazem parte de um conjunto de boletins da mesma cooperativa, contudo, salvaguarda-se o facto que apenas conseguimos ter acesso a três exemplares – nº. 4, nº.6 e nº. 8 – balizados entre 1978 e 1979.

A parte B faz-se incluir a tabela fornecida pela *Casa da Arquitectura* no início do estágio, nesta encontra-se organizado o acervo do arquiteto Pedro Ramalho – tipologia social (98). Esta tabela ilustra todo o material que levantamentos e analisamos no decorrer do estágio. Inclui-se ainda em anexo a reprodução dos documentos originais – escrituras e contratos – das cooperativas de habitação económica analisadas.

A relevância e atualidade deste tema, seja relativamente ao tema em si mesmo ou às questões adjacentes ao mesmo, bem como a carência de historiografia. A estes fatores

[22] Esta consulta ficará condicionada por motivos de privacidade de acordo com as indicações da *Casa da Arquitectura.*

acrescenta-se o interesse pessoal e a satisfação de poder contribuir para o aumento do conhecimento desta área de estudo.

01. RELATÓRIO DE ESTÁGIO

O estágio na *Casa da Arquitectura* – Centro Português de Arquitetura iniciou-se a 13 de outubro de 2020 tendo terminado a 18 de fevereiro de 2021. Ao todo, foram realizadas 26 horas semanais, um total de 442 horas ao longo de 17 semanas – outubro a fevereiro – combinando a modalidade presencial e de teletrabalho, questão relacionada com a questão pandémica vivida. A primeira fase de investigação iniciou-se com o levantamento, recolha e consulta do acervo textual relativo às habitações de interesse social do Arquiteto Pedro Ramalho, presentes no arquivo da instituição. Enquanto a segunda fase da investigação se concentrou na recolha, levantamento e análise de recursos complementares como livros, artigos, monografias, dissertações, boletins, legislação, plantas, cartografias e fontes audiovisuais (filmes, vídeos, reportagens, músicas).

O interesse resulta do contacto ao longo dos anos de licenciatura e mestrado com as unidades curriculares de História da Arquitetura, História Urbana e Património. Contudo, foi na fase de pré investigação, no âmbito da unidade curricular de Metodologias de Projeto de Investigação II que se equacionou a possibilidade de desenvolver uma investigação focada no pressuposto direito à habitação, e mais concretamente nas habitações de interesse social, usando as obras do arquiteto Gonçalo Byrne como casos de estudo. A escolha da componente de estágio pareceu-nos em tudo a mais indicada para a conclusão do mestrado. Francamente a única opção equacionada para albergar o estágio foi a *Casa da Arquitectura* – Centro Português da Arquitetura. Sendo do conhecimento público que a instituição havia albergado o acervo do arquiteto Gonçalo Byrne – contrato celebrado a 19 de novembro de 2019 –, juntamente com a oportunidade criada por meio de um estágio integrado na unidade curricular de Gestão Cultural e Patrimonial, foi reconhecida a oportunidade da junção destes dois fatores, que em tudo pareceu propicia para a realização de um estágio curricular na *Casa da Arquitectura*. Todavia, é reconhecida a responsabilidade que advém da realização de tal investigação integrada numa instituição reconhecida e de grande notoriedade tanto nacional como internacionalmente pelo seu papel ativo na salvaguarda da arquitetura.

Contudo, o processo que antecedeu o estágio iniciou-se meses antes. O primeiro contacto foi realizado informalmente no âmbito da unidade curricular de Gestão Cultural e Patrimonial. Seguindo-se o envio de um e-mail formal com a intenção de realizar estágio, no qual foi proposto o tratamento de parte do acervo de Gonçalo Byrne, deixando, contudo, a abertura para outras oportunidades de estudo. Em resultado foi marcada uma reunião com alguns dos membros da instituição, sendo o estágio acordado na reunião em julho do passado ano, após a *Casa da Arquitectura* explicar a predisposição para a

aceitação da realização do estágio. Porém, foi exposta a impraticabilidade do trabalho de investigação recair sobre o acervo do arquiteto Gonçalo Byrne, sendo apresentadas por parte da instituição três propostas – Eduardo Souto Moura; Jorge Gigante e Francisco Melo; Pedro Ramalho – tendo a última sido escolhido por nossa parte. Após ter sido garantido o estágio o acesso ao acervo do arquiteto Pedro Ramalho, começou-se em agosto de 2020 a definir o âmbito e a cronologia da investigação que resultou numa proposta de estágio que foi entregue à instituição juntamente com a minuta de celebração do estágio.

A *Casa da Arquitectura* – Centro Português de Arquitetura, nasceu em 2007[23] como uma instituição cultural sem fins lucrativos que tem como principal missão a salvaguarda e divulgação da arquitetura à escala nacional e internacional, demando-se como uma das mais significativas instituições cultural-arquitetónica[24]. Tendo como objetivo contribuir ativamente para a reflexão e análise, fomentando a criação, conservação e valorização de coleções, e tudo o que estas possam albergar, possibilitando o seu acesso ao público. Através da criação de tais condições pretende-se aproximar a arquitetura ao grande público de forma acessível e estimulando e impulsionando o conhecimento sobre esta. Nas palavras de Dubler:

> "Tu não precisas de gostar de música, ou pintura, ou escultura...Mas ninguém consegue escapar à Arquitetura"[25].

---

[23] Na sua fase inicial a *Casa da Arquitectura* localizava-se na casa da rua Roberto Ivens (Matosinhos). Casa que pertencia à família do arquiteto Álvaro Siza, até à sua aquisição por parte CM de Matosinhos para albergar o CDAS - Centro de Documentação Álvaro Siza. Através de um protocolo estabelecido entre a CM de Matosinhos e a Casa da Arquitectura (CA), o CDSA foi incorporado na CA, iniciando-se um trabalho de cooperação e partilha de instalações.
As obras de reestruturação do espaço decorreram ao longo de 2009, respeitando as remodelações realizadas em 1961 pelo arquiteto Álvaro Siza – *Respeitando a intenção estética do seu autor e sempre sob a sua orientação, procedeu-se a ligeiras alterações com o objetivo de tornar o espaço capaz de receber as suas novas funções. Conta com espaços funcionais para a equipa de trabalho, biblioteca, sala de exposições, receção ao visitante, uma pequena loja e, ainda, um jardim onde se prevê a realização de diversas atividades* (Casa Roberto Ivens, s/d., s/p).

[24] Instituição, s/d.

[25] *You don´t need to like music, or painting, or sculpture...But Nobody can escape to Architecture* (Albert Dubler *apud* Building Pictures, 2016).

Esta instituição opera em três eixos: 1) reunião, tratamento e reconhecimento do acervo; 2) visitas aos edifícios propriamente ditos, entendidos como o "espolio vivo"[26]; 3) realização de exposições, debates, conferencias, em soma, tudo o que promova a Arquitetura.

Aproveita-se, todavia, a oportunidade para realizar uma sintética observação relativamente ao projeto de recuperação e de adaptação das antigas instalações da Real Vinícola, espaço ocupado desde 2017 pela instituição. Projeto do engenheiro António da Silva[27], edificado originalmente entre 1897 e 1901 pela sociedade Menéres & Companhia, com o propósito de albergar a Real Vinícola. Neste edifício operavam uma série de processos de rotulagem, embalamento e despacho dos vinhos, existia ainda um espaço laboratorial e uma tanoaria[28]. Tal conjunto fabril demarcou-se patrimonialmente não só pela história que carrega em sim mesmo, mas pelo seu léxico arquitetónico de inspiração inglesa[29], e pela sua relação com a envolvência, a destacar-se como o primeiro edifício fabril erguido no contexto do Plano de Urbanização da cidade de Matosinhos.

À exceção de uma ampliação em 1903, referente a construção do torreão no extremo oeste da fachada, e a implementação de azulejos em 1929, não existem quaisquer registos de alterações realizadas[30]. Após a extinção da Sociedade Menéres & Companhia em 1905 é criada a Companhia Vinícola do Porto, anos mais tarde esta designar-se-ia Real Companhia Vinícola Portuguesa. Contudo, após 1930, momento em que a Real Companhia Vinícola decretou falência, o edifício ficou ao abandono. Voltou ao funcionamento, durante a década de 50, como alojamento para aqueles que haviam ficado sem casa como consequência da obra de construção das docas do porto de Leixões. Mais tarde, já na década de 70, desempenhou funções semelhantes, ao albergar os retornados das ex-colónias[31]. Só décadas mais tarde seria adquirido pela Câmara Municipal de

---

[26] Building Pictures, 2016.

[27] *Informações complementares:* TAVARES, D. (2017). *Transformações na Arquitectura Portuense O caso António da Silva.* Porto: Dafne Editora.

[28] A primeira tanoaria a operar a vapor de toda a região (SERENO, 1995).

[29] Modelo que segue o exemplo das primitivas explorações agrícolas industrializadas. Os edifícios que compõem o complexo industrial, apresentam plantas retangulares, organizam-se em torno do perímetro do quarteirão. A obra arquitetura *apresenta paredes em alvenaria de pedra e cobertura em telha, assente em asnas de madeira e pilares de ferro forjado no corpo principal* (Casa da Arquitectura, 2017, s/p).

[30] SERENO, 1995.

[31] BARBOSA, 2015.

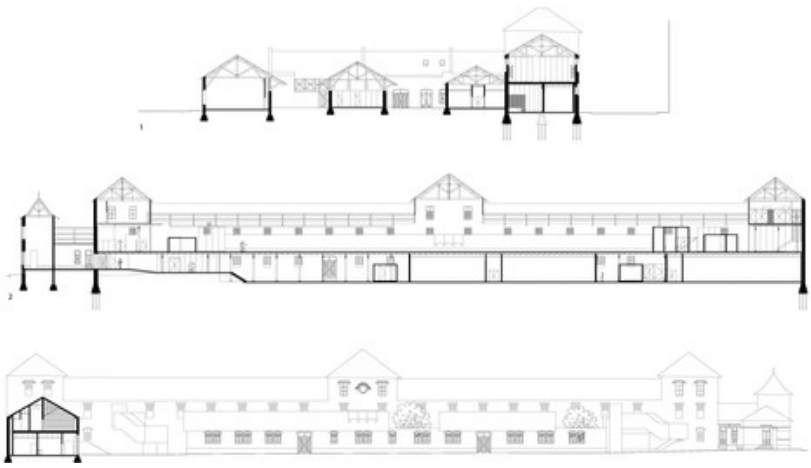
Matosinhos, sendo que entre 2015 e 2017, o equipamento passaria por um profundo processo de reabilitação com o intuito de o "devolver" à cidade em toda a sua dignidade.

[Fig. I] (esquerda) *Vista exterior,* antes da intervenção, Casa da Arquitectura, (s/d).

[Fig. II] (direita) *Vista exterior,* processo de reabilitação, Casa da Arquitectura, (s/d).







[Fig. III] *Alçado,* Projeto Casa da Arquitetura, Arq. Guilherme Machado Vaz

[Fig. IV] (esquerda) *Processo de reabilitação,* Casa da Arquitectura, (2015-2017).



[Fig. V] (direita) *Processo de reabilitação,* Casa da Arquitectura, (2015-2017).



[Fig.VI] (esquerda) *Interior,* Processo de reabilitação, Casa da Arquitectura, (2015-2017).



[Fig.VII] (direita) *Interior,* Processo de reabilitação, Casa da Arquitectura, (2015-2017).



[Fig. VIII] (esquerda) *Entrada,* Casa da Arquitectura, (2017)



[Fig. IX] (direita) *Átrio exterior,* Casa da Arquitectura, (2017).



O complexo projeto foi levado a cabo pelo arquiteto Guilherme Machado Vaz[32], que procurou um equilíbrio entre a pré-existência e a contemporaneidade, como o próprio indica:

> "O principal objetivo do projeto foi restabelecer o equilíbrio entre as forças da natureza e o espírito humano. Equilíbrio alcançado através da negociação com a natureza – que reivindica o espaço que uma vez foi dela em uma luta sem fim – o espírito humano que construiu aquele espaço cem anos atrás; e o espírito humano que necessariamente precisa interagir hoje e estabelecer um diálogo com os dois anteriores [...]"[33].

No que diz respeito ao funcionamento do edifício, este apresenta vários usos, "o projeto de arquitetura pretende adaptar o edifício às suas novas funções mantendo a sua história[34]". Como afirma Beatriz Takahashi, a *Casa da Arquitectura* comporta em si uma dupla dimensão, a primeira enquanto património arquitetónico e a segunda enquanto centro cultural[35], ambas as dimensões atuam multidisciplinarmente.

A *Casa da Arquitectura* ocupa uma área de 4.700 m2 que se divide em vários núcleos – arquivo, tratamento arquivístico, direção e produção, biblioteca, loja e as duas áreas de exposição. Inclusive, é ambicionada a autossustentação do espaço do ponto de vista económico-financeiro, para tal Câmara Municipal de Matosinhos permite o arrendamento dos espaços que não se encontrem a ser utilizados, criando assim receitas para o suporte da instituição. Fora o espaço da Real Vinícola, a *Casa da Arquitectura* detêm a tutela de outros espaços como a Casa de Chá da Boa Nova e a Casa Roberto Ivens.

Ao nível da mediação, esta instituição aposta nos serviços educativos como ferramenta de aproximação e sensibilização do público. Uma das suas estratégias prende-se na oferta de visitas direcionadas ao arquivo da instituição, desta forma é possível criar uma relação entre o público e o material arquivístico, despertando-se uma certa sensibilidade perante a arquitetura, e por consequência à própria instituição *Casa da Arquitectura*, através do sentimento de identificação e pertença[36].

---

[32] Ganhou com este projeto o prémio Nacional de Reabilitação Urbana 2018; Prémios FAD Arquitectura - Menção Honrosa (VAZ, 2017).
[33] VAZ, 2017, s/p (*Tradução livre da nossa autoria*).
[34] BARBOSA, 2015, p. 15.
[35] TAKAHASHI, 2019.
[36] TAKAHASHI, 2019.

O acervo do arquiteto Pedro Ramalho foi doado à *Casa da Arquitectura* através de um contrato de doação assinado em cerimónia pública a 17 de novembro de 2018. O acervo conta com mais de 2600 desenhos que correspondem a 140 projetos do arquiteto, realizados individualmente ou em coautoria, compreendidos entre a década de 50 do século XX e a atualidade. Tendo em consideração o tema estabelecido, pareceu-nos em tudo pertinente a realização de um estágio curricular com a instituição que alberga um vasto acervo de arquitetura e em particular o acervo do Arquiteto Pedro Ramalho. O arquiteto por meio da doação protege o seu legado, na medida em que a *Casa da Arquitectura* se dedica à conservação e proteção dessas mesmas memórias arquitetónicas, salvaguardando-se, assim, a importância destes materiais enquanto fonte historiográfica.

LEVANTAMENTO, RECOLHA E CONSULTA

Preliminarmente ao início das atividades a 13 de outubro foi apresentado à instituição um plano provisório de Estágio. Este contava como o enquadramento do projeto – justificação para a escolha da instituição; problemáticas; objetivos – atividades e metodologias; cronograma; resultados esperados e em apêndice – recolha bibliográfica (e decomposição dessa mesma recolha inicial). Salienta-se que ao longo da investigação estes pontos iniciais foram sofrendo diversas alterações e atualizações. Após a apresentação do plano e reunião com a instituição foi nos fornecida uma lista[37] composta por 27 as habitações de interesse social do arquiteto Pedro Ramalho.

A atividade de estágio tomou lugar no arquivo da instituição. Reconhecendo o valor deste núcleo podemos afirmar com certezas de que o arquivo desempenha o papel de um espaço onde se concentra fisicamente aspetos relacionados com a memória e identidade. Neste caso particular o edifício da *Casa da Arquitectura* enquanto estrutura material de arquitetura salvaguarda o seu acervo também ele de arquitetura, ocorrendo uma dupla ação de proteção da arquitetura.

Jacques Derrida interpreta o arquivo como um espaço que se irrompe a partir de um início desorganizado e caótico[38], e que se transforma numa providência que atesta a legitimidade através dos documentos que possuiu uma vez que estes podem ser consultados[39], no entanto, a sua consulta poderá em parte assemelhar-se à leitura de excertos, uma vez que pode existir ou não um sentido de coerência entre as partes[40].

---

[37] Consultar: Volume II Anexo (B) Tabela – Organização do Acervo do Arquiteto Pedro Ramalho: Tipologia Social (98)
[38] OGILVIE, 2017.
[39] RICOEUR, 2004.
[40] OGILVIE, 2017.

O material do *arquivo* encontra-se organizado segundo um código composto seis campos, a título de exemplo:

Ex: (PT| CA| PER| PA – 033 – 03)		
País	**PT**	Portugal
Localização	**CA**	Casa da Arquitetura
Nome do Arquiteto	**PER**	Pedro Eça Ramalho
Tipo de projeto	**PA**	Projeto de Arquitetura
Código específico	**033**	Conjunto Habitacional para Nabância, Tomar
Classificação do Conteúdo	**03**	Textual

Tabela 1. *Explicação do código de Arquivação*

Uma vez que se trata de um acervo textual maioritariamente constituído por documentos em suporte de papel – cartas, recibos, esboços, apontamentos, cadernos de encargos, contratos, escrituras e documentos em geral – demostra-se necessário possuir alguns cuidados que possam contribuir para menor degradação dos mesmos. Como afirmam Teixeira e Ghizoni: "Estes acervos não são livres de processos de deterioração, principalmente pela substância orgânica que caracteriza a sua fragilidade"[41], tendo em conta que as causas para tal acontecimento poderão ser de ordem intrínseca – alusivo à própria "produção do papel, como os resíduos na composição da pasta química, com a lignina e cargas, na colagem com alúmen (resina), os ácidos que reagem e destroem aos poucos as cadeias moleculares da celulose, rompendo-as, tornando o papel quebradiço, mesmo com uma simples dobra"[42] – ou extrínseca – relacionado com os fatores ambientais como "humidade relativa, temperatura, radiações luminosas, poeira, poluição atmosférica, insetos e roedores, microrganismos, tintas de escrever, manuseio e acondicionamento inadequado, vandalismo, catástrofes (enchentes e incêndios)"[43].

Todo o material deve ser manuseado com cuidado para que não se danifique ou potencialize a sua degradação ou destruição, assim sendo, antes de procedermos à digitalização do mesmo foi necessário realizar a higienização dos documentos, ou seja, a

[41] TEIXEIRA & GHIZONI, 2012, p. 40.
[42] TEIXEIRA & GHIZONI, 2012, p. 40.
[43] TEIXEIRA & GHIZONI, 2012, p. 40.

eliminação de toda a sujidade adjacente aos documentos como clipes e agrafos oxidados, marcadores de páginas, elásticos, pó e outros elementos que comprometam a integridade dos documentos de forma a travar a sua degradação.

A digitalização foi realizada de forma a não comprometer a leitura de contexto dos documentos, isto é, foi mantida a ordem pela qual os documentos se encontravam organizados nas pastas entregues à instituição. Todos os registos criados foram armazenados no servidor da *Casa da Arquitectura*. Posteriormente os documentos foram acondicionados, numa capilha de papel acid-free e agrupados seguindo a lógica anteriormente existente, dito isto, os documentos são separados entre si por folhas do mesmo papel acid-free. Na parte superior da capilha foi registado o código de identificação a lápis, procedendo-se ao acondicionamento da mesma na estante. Destaca-se a importância das explicações e esclarecimentos fornecidos pela supervisora de estágio, Coordenadora do Departamento de Arquivo e Biblioteca Ana Filipe.

Tratando-se de numa situação excecional repleta de condicionamentos criados pelo encerramento da instituição em sequência das normas impostas pelo governo durante o clima pandémico, não ouve oportunidade de aceder a mais do que o acervo documental do arquiteto Pedro Ramalho. Em consequência, a situação de consulta, análise e recolha dos dados foi alterada múltiplas vezes. Reconhece-se, mesmo assim, que tal tarefa demostrou-se bastante morosa pela necessidade de concentração e minúcia que é necessária, tendo-se prolongando-se até 22 de janeiro, contudo demonstrou-se essencial para a evolução do Estágio.

A consulta do acervo deve ser entendida como um ponto basilar para o progresso desta investigação sendo que foi fornecida informação inédita. Estas diligências traduziram-se seguramente em repercussões muito positivas dado tratar-se de uma das fontes mais diretas que possamos ter no âmbito da arquitetura. O facto da própria *Casa da Arquitectura* ambicionar disponibilizar em linha o mais rapidamente possível parte dos acervos doados pelos arquitetos, demonstra o quanto reconhecem a importância destes materiais para que todos, sejam curiosos ou investigadores, tenham acesso.

Em todo o caso, foi recolhido e analisado o material relativo aos vinte e sete projetos presentes na lista fornecida. Dada a impossibilidade de tratar todo o acervo referente à "habitação social" por motivos de exequibilidade relacionada com o âmbito de uma investigação desta natureza, optamos por delimitar a investigação às cooperativas de habitação económicas, mais concretamente aos cinco casos de estudo produzidos. A escolha justifica-se pela tentativa de criar material científico atualizado sobre o assunto,

desta forma contribuímos para a valorização e dinamização do acervo do arquiteto Pedro Ramalho enquanto testemunho de técnicas e praticas arquitetónicas; ao reconhecer o valor histórico, bibliográfico e documental do acervo, tendo ainda sido criadas associações entre outros projetos. Ambiciona-nos que este estágio tenha sido tão benéfico para a instituição como foi para a nossa investigação.

O estágio terminou oficialmente a 18 de fevereiro, como referido anteriormente, tendo-se iniciado uma segunda fase nesta investigação, mais concretamente, a produção textual.

02. POLÍTICAS DE HABITAÇÃO PÚBLICAS:

Síntese

Podemos levantar a hipótese que recai sobre a necessidade de conceber uma História da Habitação em Portugal, um compendio de legislações e documentos de valor Histórico-científico. Esta necessidade pode ser suportada pelas constantes alterações, entenda-se, atualizações do tema que mais complexo do que aparenta. A questão habitacional tem de ser entendida dentro de um contexto multidisciplinar, ou seja, a parte de um todo. Por outras palavras:

> "... a casa, enquanto espaço físico englobado noutros espaços (ruas, bairros, cidades) nunca deixou de subentender uma ótica de exclusão sintomática da estratificação social. Na história da Habitação em Portugal, essa mesma exclusão/divisão/ segregação socioeconómica não se remete, unicamente, na sua relação com o espaço exterior, mas também com a sua dimensão interna"[44].

Um dos principais fatores de dinamização da cidade é a habitação. "Pode-se dizer que não existem ou não existiram cidades em que o aspecto residencial não estivesse presente"[45]. Assim sendo, a História da Habitação acontece paralelamente à História das próprias cidades. "É na arquitectura habitacional que se lê a história de um povo, a forma de habitar e as capacidades económicas dos ocupantes. É a arquitectura da identidade por excelência"[46].

---

[44] MARQUES, 2018, p.77.
[45] ROSSI, 2001, p.96 *apud* SILVA T. A., 2013, p.37.
[46] SILVA T. A., 2013, p.37.



[Fig.1] *Crianças a brincar no pátio de uma Ilha, Porto* (1960).

SÉCULO XIX

Elísio Estanque afirma que a urbanização deve ser relacionada com o "surgimento da industrialização e as subsequentes reconfigurações da estrutura social portuguesa, particularmente o advento do capitalismo e da classe média"[47]. A introdução do capitalismo ocorre lenta e contraditoriamente, "podendo ser situada numa primeira fase na passagem do séc. XVIII para o XIX através do papel da aristocracia fundiária (de raiz senhorial) que se misturou com a burguesia agrária e com ramificações a famílias inglesas"[48]. Este momento pode ser entendido como a consolidação da burguesia e a sua transição para o campo industrial. Portanto, na viragem para o século XX o Estado tinha uma participação reduzida no campo da habitação, posicionamento antagónico ao que ocorria noutros países da Europa, nomeadamente onde o processo industrial estava mais desenvolvido.

Portugal encontrava-se a viver uma Revolução Liberal em 1820, simultaneamente, na Inglaterra colhiam-se os frutos da Revolução Industrial, onde através do processo tecnológico, se pretendia substituir eficientemente a produção dita tradicional pela produção mecanizada, maquinofatura. Esta revolução deve ser entendida como o ponto de partida para um profundo processo de transformação das sociedades, através de uma ótica político-económica[49], mas também social, que rapidamente se espalhava por toda a Europa.

Contudo, "nunca houve um desenvolvimento industrial em grande escala que tornasse a industrial a actividade dominante na economia nacional"[50]. A segunda metade do século XIX pode ser entendida como um período de desenvolvimento nacional – desenvolvimento de estradas, caminhos de ferro e outras infraestruturas. Todavia, a crescente produção industrial levou à deslocação massiva das populações[51], que até então viviam e trabalhavam no meio rural para as cidades, que pouco a pouco cresciam industrialmente. Estas pessoas procuravam melhores condições de vida, deslumbrando-se com as ofertas de trabalho e subsequentes facilidades. Esta movimentação deu origem a graves problemas sociais, principalmente nos grandes centros urbanos como Porto e Lisboa. As cidades não estavam preparadas para um tão rápido crescimento demográfico,

[47] MARQUES, 2018, p. 76.
[48] MARQUES, 2018, p. 76.
[49] A designação "economia social" surge por volta de 1830, no tratado de Charles Dunoyer em Paris (CAEIRO, 2008).
[50] TEIXEIRA, 1992, p.66.
[51] Em 1890, cerca de um terço da população das cidades – Porto e Lisboa – tinha origem rural (TEIXEIRA, 1992).

inicialmente, procedeu-se à subocupação dos edifícios pré-existentes. Tendo-se tomado consciência da falta de infraestruturas de alojamento, questão que se traduziu em problemas relacionados com a insalubridade de modo a contribuir para o agravamento da saúde publica[52]. Num primeiro momento, o problema da habitação foi entregue à burguesia industrial, esta criou habitações para os seus operários – *Vilas operárias, pátios e ilhas* – fenómeno que ocorreu principalmente no Porto e em Lisboa. Este erguer de alojamentos tem de ser entendido mais como uma questão económica do que social, uma vez que muitas destas habitações se localizavam na parte traseira das habitações burguesas.

A dificuldade de resposta por parte da cidade, leva na maioria dos casos a situações de caracter provisório. O Porto é uma cidade que se transforma rapidamente durante a revolução industrial. A habitação torna-se o reflexo direto da sociedade e das pessoas que nela vivem[53]. O progressivo crescimento populacional e a inadequação desta cidade, no que concerne a procura de habitação[54], levará à proliferação das *ilhas*. Esta tipologia data anteriormente à industrialização, ao contrário do que se afirmava estas não são um resultado direto da industrialização, nem do êxodo rural da segunda metade do século XIX[55]. Este fenómeno social é bem mais antigo, como comprova a descrição: "casas que têm quinze famílias diferentes e que pela sua dilatada extensão se chamam de ilhas"[56] da obra *Descrição Topographica e História da Cidade do Porto*, do Padre Agostinho Rebelo da Costa. A terminologia *ilha* foi possivelmente criada no Porto, tendo em consideração a definição presente no *Vocabulário Português e Latino* (1713), onde *ilha* surge como "huma, ou muytas casas juntas, que um huma cidade tem rúas ao redor de si por todas as partes"[57]. Contudo, foi no final do século XIX que as ilhas atingiram uma disseminação bastante significativa, "albergando, em meados da década de oitenta, cerca de 20 mil habitantes (existiam então 530 ilhas)"[58], estas pessoas viviam em condições de precariedade, insalubridade, pobreza e conflito.

---

[52] MARTINS, 2014.
[53] SILVA T. A., 2013.
[54] Nas primeiras décadas do século XIX, foram ocupados velhos edifícios (TEIXEIRA, 1992), no entanto, como resposta direta ao problema surgiram as *ilhas* por volta de 1850.
[55] PEREIRA G. M., 2011.
[56] COSTA, 2001, p.61 *apud* PINTO R. J., 2015, p.10.
[57] BLUTEAU, 1712-1728 *apud* PINTO R. J., 2015, p.10.
[58] PEREIRA G. M., 2011, p. 479.

A *ilha* caracteriza-se pela organização em fileira localizadas nos logradouros das casas burguesas, todavia, ocasionalmente são igualmente implantadas em lotes livres. Apresentam múltiplas variações[59] no que respeita o modelo, tratando-se maioritariamente de pequenas habitações de um único piso – área bruta de 16m2 – contudo, destaca-se a existência de *ilhas* com mais de um piso[60]. As *ilhas* na sua maioria não possuíam fornecimento de água e os sanitários eram comuns. Apesar das graves condições de precaridade, insalubridade, conflito e extrema pobreza, nestes micro edifícios coabitavam famílias inteiras[61]. O corredor possui desta forma um valor dual – publico/ privado – uma vez que é usado como uma extensão da própria casa.

Assim sendo é possível afirmar que esta tipologia[62] habitacional otimiza o aproveitamento do espaço urbano. Estes espaços eram constituídos por fileiras de 10 a 12 casas de áreas reduzidíssimas, a fachada da habitação não ultrapassava os 4 metros, comportando uma porta e uma janela[63], estes elementos proporcionavam a entrada de luz e circulação de ar na habitação. Devido às suas pequenas dimensões era possível edificar um número considerável de habitações para albergar o excedente populacional, ao mesmo tempo que geravam riqueza para os promotores das mesmas[64]. Tal acontecia, pois, o requerimento de licença de obra privada solicitado à Câmara Municipal do Porto carecia somente do desenho das fachadas, os interiores destas habitações não possuíam qualquer regulamentação ou desenho [65].

---

[59] As "Ilhas atípicas", refletem *situações de deformação da estrutura regular das ilhas*, enquanto as "quintas" *são geralmente aglomerados de pequenas habitações, mais ou menos improvisados, com uma disposição espacial pouco estruturada, resultante de um crescimento gradual no interior de quintas agrícolas em torno da casa do caseiro* (MATOS & RODRIGUES, 2009, p. 37).

[60] *[...] podendo a ilha ter mais de um piso assim como ocupar toda a parcela e, quando construída em dois lotes contíguos, pode dar lugar a um corredor alargado ou à construção de casas costas com costas* (PINTO R. J., 2015, p. 6).

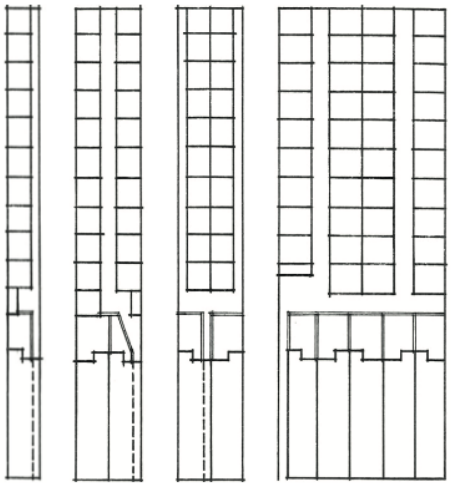
[61] TEIXEIRA, 1992.

[62] Apesar destas serem vistas como habitações típicas da cidade do Porto, ressalva-se a sua existência noutras *cidades industriais, como nas britânicas, as back-to-back-houses, as railroad e dumbell houses de Nova Iorque, os courons em França, as casas de corredor em Espanha, as vilas e pátios de Lisboa e os cortiços, que surgiram no Rio de Janeiro e mesmo em S. Paulo depois de 1850, permite considerá-las como uma forma urbana característica do capitalismo industrial* (MATOS & RODRIGUES, 2009, p. 34).

[63] MATOS & RODRIGUES, 2009

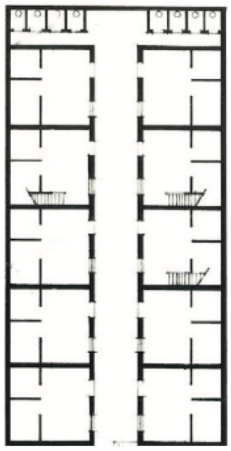
[64] PINTO R. J., 2015.

[65] PINTO R. J., 2015.



[Fig. 2] (à esquerda)

Morfologia das ilhas no início do séc. XIX



[Fig. 3] (à direita)
Caracterização: ilha "Corredor"



[Fig. 4]
Caracterização: ilha "atípica"



[Fig. 5] (à esquerda) *Acesso à ilha,* Porto (1960).



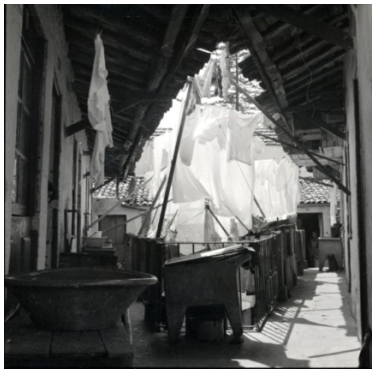
[Fig. 6] (à direita) *Corredor de uma ilha*, Porto (1960).



[Fig. 7] (à esquerda) *Corredor de uma ilha,* Porto (1960).



[Fig. 8] (à direita) *Habitações no interior de um quarteirão* (1960).



[Fig. 9] (à esquerda) *Pátio no interior da Ilha* (1960).



[Fig. 10] (à direita) *Pátio no interior da Ilha* (1960).

Mais do que uma criação de alojamento para os mais carenciados, as *ilhas* eram um negócio, entenda-se, um investimento para a pequena burguesia ou em alguns casos para os funcionários do Estado. O investimento era pouco pois as casas eram edificadas com materiais de baixíssima qualidade, rudimentares, sem ventilação, água, esgotos ou eletricidade, em contrapartida, o retorno era significativo. As rendas eram baixas, mas múltiplas e completamente "livres de impostos"[66]. De acordo com Pinto:

> "As casas tinham apenas uma parede independente e o seu interior, em regra, tinha apenas 3 micro divisões (sala, cozinha e quarto), por vezes também com um pequeno sótão, gaveta que se incorporava sobre a cozinha e o quarto, que funcionava normalmente como o espaço apertado onde dormiam os mais novos. Muitas vezes, os sanitários, quando existiam, ficavam ao fundo do quintal ou a meio do corredor e eram comuns a todos os habitantes da "ilha", que geriam a sua limpeza numa escala partilhada"[67].

As *ilhas*[68] atuavam como um "microcosmo cultural e social"[69], em outros termos, a *ilha* atua como um espaço onde todos possuem algo em comum seja o espaço ou condição social, fortalecendo assim o vínculo íntimo e de confiança. Porém, era também uma área marginalizada: "Próxima dos semelhantes e, tantas vezes, hostil com os estranhos, a ilha era um lugar fechado sobre si mesmo como uma concha[70]". Um espaço onde os indivíduos possuíam um forte espírito de comunidade[71] e solidariedade entre eles, em oposição, ao espírito de desprezo por parte da restante cidade.

---

[66] PINTO R. J., 2015.

[67] PINTO R. J., 2015, p.7.

[68] *Informações complementares* - PINTO, R. J. (2015). AS ILHAS DO PORTO. Em I. B. VAZQUEZ, & P. CONCEIÇÃO, *"Ilhas" do Porto - Levantamento e Caracterização* (pp. 5-18). Porto: Municipio do Porto; PEREIRA, G. M. (2011). As Ilhas no Percurso das Famílias Trabalhadoras do Porto em Finais do Século XIX. Em C. (. SANTOS, *Família, Espaço Doméstico e Espaço Social no Porto Contemporâneo* (pp. 477-493). Porto : CITCEM; OLIVEIRA, S. F. (2020). DO TRATAMENTO À PREVENÇÃO. A Arquitetura como Determinante Social da Saúde no caso da Ilhas do Porto. Dissertação de Mestrado Faculdade de Arquitetura da Universidade do Porto. Porto: FAUP.

[69] PEREIRA G.M., 2011, p. 477.

[70] PINTO R. J., 2015, p.7-8.

[71] *[...] era comum os moradores saltitarem entre ilhas vizinhas, mantendo os laços afectivos no território, mas numa busca perene de rendas mais baixas, compatíveis com os salários então* praticados (PINTO R. J., 2015., p. 8).





[Fig. 11] (à esquerda) *Organização interior de uma ilha,* Porto (1960).

[Fig. 12] (à direita) *Organização interior de uma ilha,* Porto (1960).





[Fig. 13] (à esquerda) *Interior de uma ilha,* Porto (1960).

[Fig. 14] (à direita) *Interior de uma ilha,* Porto (1960).





[Fig. 15] (à esquerda) *Moradores no corredor de uma ilha no Porto* (1960).

[Fig. 16] (à direita) *Moradores no corredor de uma ilha no Porto* (1960).





[Fig. 17] (à esquerda) *Ilha vertical,* Porto

[Fig. 18] (à direita) *Escadaria, Ilha vertical*, Porto.

A imagem degradante das *ilhas* foi registada através de fotografias, como as observadas anteriormente, bem como através de testemunhos fílmicos e escritos. No documentário *Douro, Faina Fluvial*[72] (1931), de Manoel Oliveira é possível contemplar em alguns dos seus planos estas tipologias, assim como outras com similares condições de insalubridade. Em contrapartida, a obra *Os Famintos* (1903), de João Grave, relata os trabalhadores fabris a caminho da sua casa na ilha expondo com pormenor o interior das habitações:

> "Operários cansados e melancólicos recolhiam em ranchos do trabalho, gesticulando, falando animadamente. Alguns caminhavam em silêncio, resignados e taciturnos, pungidos, decerto, por sofrimentos bem ásperos. As mulheres vinham às portas, de faces maceradas e braços cruzados no seio. Pequerruchos de tenra idade coçavam as chagas da cabeça com os dedinhos ulcerados e pediam pão, lacrimejando. Viam-se os interiores sem asseio, desconfortáveis e em revolta: ao fundo, alcovas sombrias com catres de pinho nuamente expostos à observação irónica de toda a gente, como corpos sem virgindade; nas salas encardidas, três cadeiras, uma mesa e montões de farrapos, em promiscuidade com berços e louças. Nas mais luxuosas, havia cómodas de mogno envernizadas, tendo em cima pálidos Cristos agonizando em cruzes negras, entre vasos de faiança onde morriam, numa tristeza, flores sem frescura. Um fumo ténue ascendia dos telhados, perdendo-se na atmosfera em espirais, esbatendo-se em névoas que a aragem esgarçava; nalgumas casas ouviam se choros, lamentações, confusas disputas"[73].

---

[72] OLIVEIRA, M. (realização) – Douro, Faina Fluvial, 1931. Duração: 00:18:53h. Obtido em 26 de agosto de 2021, no canal Domínio Público (YouTube): https://www.youtube.com/watch?v=5AydVnMFosE&t=659s
Informações complementares - BARREIRA, H. D. (2017). *Imagens na Imagem em Movimento. Documentos e Expressões. Douturamento em História da Arte Portuguesa* . Porto : Faculdade de Letras da Universidade do Porto .

[73] GRAVE, 1903 *apud* PINTO R. J., 2015, p.9.

[Fig.19] (à esquerda) *Casas na zona da Ribeira,* Porto (década de 30).

[Fig.20] (à direita *Casas na zona da Ribeira,* Porto (década de 30).





[Fig.21] (à esquerda) *Casas na zona da Ribeira*, Porto (década de 30)

[Fig.22] (à direita) *Falta de habitabilidade*, Porto (década de 30)





[Fig. 23] (à esquerda) *Falta de habitabilidade*, Porto (década de 30)

[Fig. 24] (à direita) *Falta de habitabilidade*, Porto (década de 30)





Para lá das ilhas existiam outras formas de habitar igualmente populares na cidade do Porto. Gaspar Martins Pereira refere as "casas de malta" ou as "colmeias" que se localizavam no centro histórico da cidade do Porto, e operavam enquanto casas de caracter temporário, com um nível de miséria e aglomeração superior ao das próprias ilhas. É de referir que tais albergues devem ser entendidos dentro da dinâmica de uma cidade portuária que se traduz num vai e vem de gente[74].

Simultaneamente em Lisboa, o grande desenvolvimento industrial, assim como da área dos transportes comportava o mesmo problema que se refletia na falta de capacidade habitacional. O sistema, estabelecido "pelos governos da Regeneração"[75], encontraria mecanismos próprio que passavam pelo rasgar de avenidas e pela urbanização de bairros novos[76]. Contudo, estas soluções em nada beneficiaram as classes operárias, estas seriam levadas a ocupar os velhos edifícios – como havia acontecido no Porto – nas imediações das zonas industriais, que posteriormente, seriam "tomadas como modelos para novos desenvolvimentos, dando origem aos *pátios*"[77]. A resposta do setor privado passaria por usar os terrenos desocupados e de baixo valor para edificar habitações precárias. De acordo com as palavras de Nuno Teotónio Pereira:

> "Senhorios dinâmicos fazem construir, eles próprios, nas traseiras dos seus prédios casas abarracadas para alugar a operários; são aproveitadas caves insalubres para o mesmo efeito, sempre com acesso pelas traseiras; conventos das recém-extintas ordens religiosas, adquiridos em hasta pública, ou palácios arruinados são meticulosamente alugados quarto a quarto. E começa a haver quem, com espírito empreendedor, adquira terrenos para aí fazer construir pátios"[78].

---

[74] *Informações complementares*: PEREIRA, G. M. (2013). As ilhas no percurso das famílias trabalhadoras do Porto em finais do século XIX. Em C. (. SANTOS, *Família, Espaço Doméstico e espaço social no Porto Contemporâneo* (pp. 477-493). Porto: CITCEM.

[75] Crescimento demográfico continuo que se verificou até ao início do século XX, teve na sua origem o Movimento Político da Regeneração de 1851, assim como as vantagens económicas oriundas da industrialização pela necessidade de mão de obra.
Informações complementares: ILDEFONSO, S., MACHETE, R., FALCÃO, A., & & HEITOR, T. (2019). A Proto-habitação social na cidade de lisboa: uma leitura integrada da vila operária no contexto urbano atual. URBE Revista Brasileira de Gestão Urbana.

[76] PEREIRA, N.T.,1994.

[77] TEIXEIRA, 1992, p. 69.

[78] PEREIRA, N.T.,1994, p. 511.

O *pátio* era assim definido por um "espaço mais ou menos regular, situado no interior de um quarteirão, com pequenas casas construídas à volta viradas para um espaço livre comum"[79]. Estas habitações precárias, destinavam-se à população com poucos recursos, como os operários, que poderiam usufruir da casa mediante o pagamento de uma renda[80]. O *pátio,* era desde modo utilizando como uma estrutura a partir da qual se organizava o restante espaço, onde era valorizada a privacidade e o intimismo. Rapidamente, esta estrutura é adulterada, evoluindo para soluções "isentas de condições de salubridade mínimas, comprometidas pela ocupação excessiva e densa, designadamente a ausência de exposição solar, exposição às humidades, deficiências construtiva e dimensionamento abaixo dos padrões mínimos"[81].

Segundo Nuno Teotónio Pereira, a tipologia dos pátios é muitíssimo diversificada, uma vez que passa pelo aproveitamento de espaços, e nos casos em que a construção era feita "de raiz, deliberadamente com esta finalidade, esta tipologia não se distingue muitas vezes das vilas que mais tarde surgiriam"[82].

Em 1870, deu-se início a implementação das v*ilas*, estas eram destinadas às classes mais carenciadas – transição do *pátio* para *vila operária* – a grande diferença estava presente no facto, que ao contrário do *pátio*, a *vila operária* é planificada, todavia, "a semelhança entre estas duas formas de alojamento é evidenciada por vários autores, na medida em que, ambos estabelecem uma relação com os espaços públicos, nomeadamente com a rua"[83].

Entre o período, 1880-1940, Portugal toma consciência dos problemas decorrentes da falta de salubridade e como esta questão se refletia na taxa de mortalidade nas grandes cidades, como resultado seriam implantadas normas higienistas[84].

Como referido anteriormente, o alojamento operário demarcava-se como uma iniciativa privada, quer seja pelas próprias fabricas ou pelas empresas de construção.

---

[79] TEIXEIRA, 1992, p.69.
Alguns destes «pátios» eram relativamente espaçosos, outros eram construídos em estreitas parcelas de terreno. Neste último caso assemelhavam-se às "ilhas", embora não tivessem a mesma consistência formal (TEIXEIRA, 1992, p.69).

[80] Embora significativos os pátios, nunca foram construídos na mesma quantidade que as ilhas no Porto (TEIXEIRA, 1992).

[81] PINTO, 2008, p. 50.

[82] PEREIRA, N.T.,1994, p. 511.

[83] MARTINS, 2014, p. 51.

[84] ILDEFONSO, MACHETE, FALÇÃO, & & HEITOR, 2019.
Em 1881, seria efetuado um Inquérito Industrial, e entre 1902-1905 o Inquérito aos Pátios de Lisboa.

Estas vilas localizavam-se, de modo geral, nas zonas periféricas das cidades, "uma vez que os preços praticados em relação às rendas eram mais interessantes, mas sobretudo por se localizarem em áreas de maior concentração de indústria, das matérias-primas, assim como a facilidade às vias de comunicação e de transporte"[85].

[85] MARTINS, 2014, p. 52.



[Fig. 25] Pátio da Catelhana, Lisboa (s.d).



[Fig. 26] (à esquerda) *Vila Operária,* Lisboa (s.d).



[Fig. 27] (à direita) *Moradores de uma Vila Operária,* Lisboa (s.d).

As *vilas operárias* faziam-se edificar dispersamente pela malha urbana – de forma a preencher os espaços desocupados com o maior número de fogos (rentabilização) – com áreas mínimas, onde as escadarias e galerias são implementadas no exterior da construção, com o propósito de poupar o espaço no interior. Estes edifícios eram edificados maioritariamente nas traseiras de outros edifícios, sendo que a maioria não possuía uma vista para a via principal. Destinavam-se às classes mais precárias com escassos recursos, tratando-se de uma construção simples e de modesta qualidade [86]. No artigo – Pátios e Vilas de Lisboa, 1870-1930: a promoção privada do alojamento operário – Teotónio Pereira analisou caso a caso as várias tipologias: "Da casa Bifamiliar à correnteza"[87]; "Prédios em correnteza e vilas"[88]; "Vilas formando pátio"[89]; "Vilas construídas atrás de edifícios"[90]; "Vilas formando ruas"[91]; "Vilas directamente ligadas à produção"[92] e "Vilas de escala urbana"[93].

---

[86] MARTINS, 2014.
Contudo, como são melhores que os pátios, as rendas são mais elevadas, sendo que por vezes, serviam de habitação para as classes medias baixas (TEIXEIRA, 1992).

[87] PEREIRA, N.T.,1994, p. 512.

[88] PEREIRA, N.T.,1994, p. 512.

[89] PEREIRA, N.T.,1994, p. 513.

[90] PEREIRA, N.T.,1994, p. 516.
Habitações compostas por um ou dois pisos, localizadas por norma na parte traseira das casas burguesas – *A atribuição do nome da vila, corresponde ao nome do proprietário do edifício principal ou de um familiar seu, e a entrada para o edifício é totalmente separada da entrada para o pátio, fazendo mais uma vez distinção das classes sociais que o ocupam* (MARTINS, 2014, p. 55).

[91] PEREIRA, N.T.,1994, p. 517.
Estas vilas possuíam uma forma mais longitudinal, que acompanha o terreno, relacionando-se com pequenos arruamentos paralelos ou perpendiculares à rua principal, garantindo desta forma o acesso. – *Trata-se de casas em que as correntezas assim construídas não se distinguem claramente de tipologias mais correntes, a não ser pelo facto de as ruas pertencerem à própria vila e, por isso, terem a designação de "particulares"* (PEREIRA, 1994, p. 518).

[92] PEREIRA, N.T.,1994, p. 518.
Habitações mandadas edificar pelas fábricas para os seus operários - *Mais tarde surgem as habitações integradas na própria fábrica, localizadas em pisos construídos sobre os armazéns, formando blocos (em correnteza) que acompanham a via pública, e que normalmente se destinam ao escalão superior do pessoal* (MARTINS, 2014, p. 57).

[93] PEREIRA, N.T.,1994, p. 521.
Vilas que se organizavam em função do espaço privado coletivo - *...com o desenvolvimento desta modalidade, as tipologias vão se diversificando, sendo cada vez menos a semelhança com o pátio "primitivo". Devido a investimentos mais volumosos, estas vilas atingem uma nova dimensão e uma escala urbana. As construções são de maior dimensão e volume, assim como a sua estrutura é mais complexa, integrando já um sistema viário, apesar deste ser particular e segregado* (MARQUES, 2014, p. 58).

Recorrendo novamente à cinematografia como fonte visual, o filme *Pátio das Cantigas*[94] (1942) de António Lopes Ribeiro permite-nos traçar uma comparação entre o que Teotónio Pereira descreve tipologicamente como "Vilas construídas atrás de edifícios"[95] e o "pátio do Evaristo" ao nível da organização formal do espaço. Porém, reconhece-se que o "pátio do Evaristo" se trata de um cenário construído em estúdio que por sua vez obedece-se a uma lógica cinematográfica, contudo, estamos perante um formulário de mimetização do léxico arquitetónico existente nos pátios por toda a Lisboa. Ressalva-se ainda o cuidado que recai sobre o cenário, das artes aplicadas à diferenciação pela fenestração, e como estes pormenores oferecem ao espectador uma leitura sobre o estrato social de quem habita a casa. A título de exemplo, a casa do Evaristo destaca-se por ser a casa do burguês, mais desafogada, com um varandim sobre o pátio, enquanto as casas dos outros personagens apresentam-se como que comprimidas, podemos ver em algumas cenas a proximidade entre varandins e janelas, assim com a simulação de um tratamento formal de alvenaria mais pobre.

Dada a sua importância – "pátio do Evaristo" – para o desenvolvimento fílmico a apresentação do espaço ao longo do filme é realizada de forma cuidada, recorrendo a pontos de referência visuais captados ao longo das cenas como é o caso da entrada para o pátio através de uma estrutura arqueada, estes pontos permitem ao espectador acompanhar o espaço no tempo. Sublinha-se ainda uma sequência de nove planos onde o "pátio do Evaristo" é apresentado acuradamente entrecruzando a perspetiva da personagem [o Evaristo] e o da própria lente que atua como espectador.

---

[94] RIBEIRO, A. L., (*produção*) – *Pátio das Cantigas*, 1942. Duração: 02:02:05h. Obtido em 26 de agosto de 2021, no canal VIP (YouTube): https://www.youtube.com/watch?v=0GKFIkUPySw&t=2s.

[95] PEREIRA, N.T.,1994, p. 516.



[Fig.28] *Pátio do Evaristo* (interior), Pátio das Cantigas, (1942)



[Fig.29] *Pátio do Evaristo* ("entrada"), Pátio das Cantigas (1942)



[Fig.30] *Pátio do Evaristo* (interior), Pátio das Cantigas (1942)



[Fig.31] *Pátio do Evaristo*, Sequência de Fotogramas [00:12:34 – 00:12:45h], Pátio das Cantigas (1942)

(direita para a esquerda)

Posto isto, os *bairros operários económicos*[96] devem ser entendidos como a evolução morfológica das vilas de escala urbana, estas "assentam numa acção cooperativista e associativa, que tenta subsistir sem apoios do estado"[97].

Como referido anteriormente, foi a partir do fim do século XIX, que o Estado e, por conseguinte, as Câmaras Municipais começaram a considerar o problema da habitação. "As suas preocupações eram, por um lado, dar incentivos aos promotores privados para construírem habitação destinada a pessoas de poucos recursos e, por outro lado, controlar a actividade destes construtores privados"[98], por outras palavras, não se debatia quem deveria edificar, mas sim, quais os incentivos que precisariam ser dados aos construtores privados, assim como a regularização das normas construtivas.

As primeiras propostas apresentadas no parlamento datam da década de 80 do século XIX, estas tinham como finalidade incentivar os privados a investir na construção de habitação de baixo custo. Nestes diplomas[99] eram aconselhadas isenções fiscais para as entidades privadas que construíssem sem ultrapassar o orçamento pré-determinado, seriam ainda concedidos meios para adquirir terrenos, materiais de construção e créditos de bonificação. A habitação recomendada passava por uma casa individual de um só piso, mais quintal/jardim, porém, tanto o orçamento como os terrenos eram insuficientes, propondo-se novas hipóteses ao nível formal, técnico e de cooperação com as Câmaras Municipais[100]. Em 1880 foi promulgada a Lei que concederia a isenção durante 5 anos da contribuição predial a todos os edifícios que não excedessem o valor de renda anual de 50$000 reis[101], passados 8 anos a Lei seria revista e o período de isenção aumentado para 10 anos. Apesar disto, a criação de legislação não teve os resultados previstos, as casas

---

[96] MARTINS, J. *(produção) - Os Bairros Operários… Lisboa no Princípio do Século*, As Pedras e o Homem, 1974. Duração: 00:29:13h. Disponível em RTP Arquivos: https://arquivos.rtp.pt/conteudos/os-bairros-operarios-lisboa-no-principio-do-seculo/.

[97] MARTINS, 2014, p. 59.

[98] TEIXEIRA, 1992, p. 74.

[99] TEIXEIRA, 1992.
Diplomas idênticos entre si apresentados nos anos de 1883, 1884, 1901 e 1908, a maioria não foi homologada

[100] Algumas destas ideias viriam mais tarde a surguir nos Decretos-Lei nº. 4:137, de 1918 e 23:052, de 1933.

[101] TEIXEIRA, 1992.

construídas foram insuficientes e de pouca qualidade técnica e material, outro fator, reside no valor da renda anual sendo este era demasiado alto para a maioria dos operários[102].

[102] TEIXEIRA, 1992.



[Fig. 32] *Pátio da Bagatela e Casario,* Antigo Bairro Operário, Lisboa (1974)



[Fig.33] *Antigo Bairro Operário*, Lisboa (1974)



[Fig. 34] *Antigo Bairro Operário,* Lisboa (1974)



[Fig. 35] *Bairro do Arco do Cego,* Lisboa (1935)

Século XX

Na primeira metade do século XX manifesta-se não só em Portugal, mas também por toda a Europa, medidas legislativas de penalização dos senhorios, estas limitavam-nos em termos de "autonomia e vontade nos contratos de arrendamento urbano. A denominação de contratos vinculísticos é dada pela doutrina, justamente pela imposição de vínculos ou restrições à liberdade contratual e à autonomia da vontade privada"[103].

Pouco tempo depois da Implantação da República é publicada a Lei do Inquilinato - 12 de novembro de 1910 – este decreto ditava assim o congelamento das rendas, inicialmente pelo período de um ano, tendo sido alvo de vários alargamentos[104] por implementação de novos diplomas[105]. Em menos de um ano seria é apresentada a primeira Constituição portuguesa – 21 de agosto de 1911 – documento que afirma ser "garantido o direito à propriedade, salvo as limitações estabelecidas"[106], é importante referir que se fala em propriedade no sentido de posse, não sendo especificado o tipo de propriedade. Como reconhece Ricardo Agarez, "este é, ainda, um período com importantes zonas de sombra na historiografia sobre o tema"[107].

Com o início da I Guerra Mundial – 1914 –, os Estados tomavam consciência da falta de medidas de apoio e proteção às famílias[108], acabando por adotar medidas legislativas que proporcionassem o acesso à habitação, "entre as quais a alteração do regime do arrendamento urbano, protegendo os arrendatários em desfavor dos senhorios que viram a sua liberdade contratual severamente restringida"[109]. Como resultado do aumento exponencial da inflação, as rendas foram congeladas de maneira a garantir que as famílias conseguissem suportar esses valores e não perdessem as suas habitações[110]. Apesar das medidas possuírem um "carácter transitório e excepcional, mantiveram-se até

---

[103] SILVA, 2014, p. 11.

[104] SILVA, 2014.

Inclui-a outras medidas como *o alargamento do prazo de pré-aviso para a oposição à renovação do contrato ou o reconhecimento ao arrendatário comercial de um direito de indemnização no momento da cessação do contrato de arrendamento* (SILVA, 2014, p. 12).

[105] Durante a I República: Decreto 1:079, de 23 de Novembro de 1914; O Decreto nº. 5:411, de 17 de Abril de 1919 e a Lei 1662, de 4 de Setembro de 1924

[106] Constituição da República Portuguesa (1911) - título II, artigo 3º, alínea 25

[107] AGAREZ, 2018, p. 18.

[108] *Face à mobilização de milhares de homens para as frentes de batalha era necessário assegurar a protecção das suas famílias, nomeadamente através da conservação da casa de habitação. A Primeira Guerra Mundial, e a destruição dela resultante, reduziu drasticamente o número de fogos para habitação disponíveis* (SILVA, 2014, p. 11).

[109] SILVA, 2014, p. 11.

[110] SILVA, 2014.

à Segunda Guerra Mundial, e em alguns países o carácter marcadamente vinculístico dos contratos de arrendamento manteve-se durante muitas e muitas décadas"[111].

Em 1918, o Estado toma uma posição mais ativa enquanto dinamizador e promotor de Habitação – Decreto nº 4: 137[112] de 25 de abril – neste decreto reflete-se sobre o estado do país traçando considerações em relação a outros [países]. O governo explicita a sua vontade em extinguir os bairros insalubres do Porto e de Lisboa, apresentando como solução a edificação de habitações de baixo custo "com todas as possíveis condições de conforto, independência e higiene"[113]. Entende-se que se trata de um problema sanitário e que já deveriam ter sido tomadas medidas[114]. Estas habitações poderiam ser edificadas por iniciativa privada – sociedades ou cooperativas de construção – a quem seriam disponibilizados "empréstimos com uma reduzida taxa de juro de 4%, através da Caixa Geral de Depósitos"[115], assim como a isenção da contribuição predial[116] e acesso a terrenos. É ainda levantada a hipótese de a construção ser realizada por iniciativa do Estado ou das Câmaras Municipais, visto que o último era o responsável pela urbanização do espaço circundante, pelo "financiamento e a construção das necessárias infra-estruturas e serviços"[117], abrangendo a construção da rede viária, os sistemas de saneamento, água e eletricidade, bem como alguns equipamentos.

Passados quatro dias – 29 de abril – é publicado o Decreto nº 4: 163[118], este diploma deveria ser entendido como um complemente ao Decreto nº. 4:137, onde surge estabelecido um crédito no valor de 550.00$00[119] destinado à construção de casas baratas para operários nas cidades do Porto e Lisboa. A 15 de junho do mesmo ano é promulgado o Decreto nº 4: 415, onde era estipulado que a verba apresentada no decreto anterior

---

[111] SILVA, 2014, p. 12.

[112] Este Decreto expõe ideias que já haviam sido apresentadas entre 1890 e 1905 em outros diplomas, no entanto, nunca haviam sido promulgadas.

[113] (Diário da República, Decreto 4:137, I Série, nº 87, de 25 de abril de 1918, pela Presidência do Ministério)

[114] [...] *a necessidade de os substituir por arruamentos de habitações modestas, mas limpas, cujas rendas sejam compatíveis com os meios de que dispõem [...]* (Diário da República, Decreto 4:137, I Série, nº 87, de 25 de abril de 1918, pela Presidência do Ministério).

[115] TEIXEIRA, 1992, p. 77.

[116] Isenção prevista nos projetos de lei, tendo esta a duração de 20 anos

[117] TEIXEIRA, 1992, p. 77.

[118] Diário do Governo; Decreto nº. 4:163; Série I, de 29 de abril de 1918, pelo Ministério do Comércio (8.ª Repartição da Direção Geral de Contabilidade Pública)

[119] Segundo o decreto nº. 4: 163, o valor seria distribuído 250.000$00 para o Porto e 300.000$00 para Lisboa

deveria ser usada para a "aquisição de terreno e construção de 100 casas económicas no Pôrto"[120]. Posteriormente, o Decreto nº 4:447[121], de 22 de junho de 1918, adotaria providências imediatas para que se pudesse dar início a edificação de casas económicas em Lisboa. Não obstante a todos os incentivos, as instituições privadas não mostraram muito interesse na construção de habitações de renda limitada.

A 14 de abril de 1919, através do Decreto nº 5:397, o Ministério das Finanças facultava o acesso a um "crédito especial"[122] ao Ministério do Trabalho, para que este edifica-se, o que viria a ser o primeiro bairro operário, na cidade de Lisboa. Este deveria possuir "habitações higiénicas, agradáveis e cómodas, de harmonia com os direitos e necessidades de quem habita e produz"[123], sendo dada igual importância aos equipamentos que se devem instalar nas imediações.

Em suma, se o Decreto nº 4:137, procurava fomentar a construção de casas económicas, o Decreto nº 5: 397, convoca o Estado a assumir a edificação de um bairro operário. Contudo, com a implementação do Decreto 5:443[124], de 26 de abril, é toma uma posição ambiciosa e arrojada por parte do Governo ao acrescentar "mais quatro bairros destinados a operários e às classes menos abastadas"[125].

Em Lisboa foram erguidos dois bairros[126], preliminarmente o Bairro do Arco do Cego[127], projeto dos arquitetos Adães Bermudes, Edmundo Tavares e Frederico Caetano de Carvalho[128], tendo este sido realizado ao longo de três fases[129]. Este bairro, composto por 469 habitações, encontra-se estruturado "dentro de um retângulo e orientado segundo

---

[120] Diário do Governo; Decreto 4:415, Série I, de 15 de junho de 1918, pela Secretaria de Estado do Comércio (8.ª Repartição da Direção Geral de Contabilidade Pública). Futuramente no Decreto 4:440 de 21 de junho de 1918, seria tomada a decisão de criar *um regulamento da construção, aluguer e venda de casas económicas.*

[121] Diário do Governo, Decreto nº 4:447; Série I, de 22 de junho de 1918, pela Secretaria do Estado e do Comercio – Secretária-geral.

[122] No valor de 250 000$00.

[123] Diário do Governo, Decreto nº 5:397, Série I, de 14 de abril de 1919, pelo Ministério do Trabalho – Gabinete do Ministério.

[124] Futuramente, o diploma viria a ser regulado pelo Decreto no 5:481, de 30 de abril de 1919.

[125] Diário do Governo, Decreto 5:443, Série I, de 26 de abril de 1919, pelo Ministério do Trabalho (11ª. Repartição da Direção Geral da Contabilidade Pública).

[126] *Embora a construção do Bairro do Arco do Cego tenha começado em 1919, e a do Bairro da Ajuda em 1920, problemas financeiros fizeram parar as obras em 1922* [suspenção dos trabalhos através da promulgação da Lei nº 1:258 de 5 de maio de 1922] (TEIXEIRA, 1992, p. 78). A seria retomada e concluída na década de 30 (GONÇALVES, J.F., 2007).

[127] TIAGO, 2010.

[128] GONÇALVES, J.F., 2007.

[129] MATOS, F. L., 2015.

eixos ortogonais, com 45 quarteirões retangulares e estrutura-se em torno do edifício da Escola Secundária Dona Filipa de Lencastre [...]"[130], sendo organizado com recurso a várias tipologias de habitação – casas de 2 e 3 pisos e casas de bandas geminadas. Posteriormente o Bairro da Ajuda, da autoria do arquiteto Eugénio Correia, este implementaria um projeto constituído por 264 habitações[131]. Estes bairros ofereciam múltiplas soluções, desde habitações unifamiliares a blocos[132] de habitação.

Simultaneamente no Porto o Bairro de Sidónio Pais é implantado – atualmente conhecido como Bairro da Arrábida[133] – juntamente com mais quatro bairros operários[134]. Este bairro estabelece-se ao longo de dois quarteirões retangulares "com os ângulos truncados, e por uma banda de casas [...]"[135]. Dispondo de 100 habitações unifamiliares que correspondem à implementação de quatro tipologias[136] distintas, todas elas fazem-se acompanhar por um jardim na frente e um logradouro nas traseiras. Ao longo de 1919 foi equacionada a construção de bairros pelo país, fruto dos sucessivos diplomas e portarias, no entanto, os processos adjacentes às construções mostravam-se lentos e tumultuosos, originando que a edificação de alguns destes empreendimentos nunca arrancasse[137]. Destaca-se ainda o valor da iniciativa privada sobre a habitação de caracter social, mais concretamente, as iniciativas de caracter filantrópico em parceria com o município. A título de exemplo, destaca-se o bairro do Monte Pedral projetado pelo arquiteto Marques da Silva, trata-se de um conjunto de 26 moradias unifamiliares com jardim, cujo valor das rendas era controlado[138].

---

[130] MATOS, F. L., 2015, p. 378.
[131] MATOS, F. L., 2015.
[132] São reconhecidas as vantagens da construção em altura em termos de economia de espaço.
[133] Não foi possível encontrar um registo de autoria do projeto nas fontes consultadas.
[134] Colónia Antero de Quental (28 habitações); Colónia Estevão Vasconcelos (90 habitações); Colónia Dr. Manuel Laranjeira (130 habitações) e Colónia Viterbo Campos (64 habitações) (MATOS, F. L., 2015).
[135] MATOS, F. L., 2015, p. 375.
[136] *As diferentes tipologias distinguem-se mais pelas diferentes soluções arquitetónicas que apresentam os alçados principais e posteriores, do que pelo número de divisões interiores* (MATOS, F. L., 2015, p. 375).
[137] MATOS, F. L., 2015.
[138] MATOS, F. L., 1994.

[Fig. 36] (à esquerda) *Bairro da Ajuda Boa-Hora,* Lisboa (1934)

[Fig. 37] (à direita) *Bairro da Ajuda Boa-Hora,* Lisboa (1934)



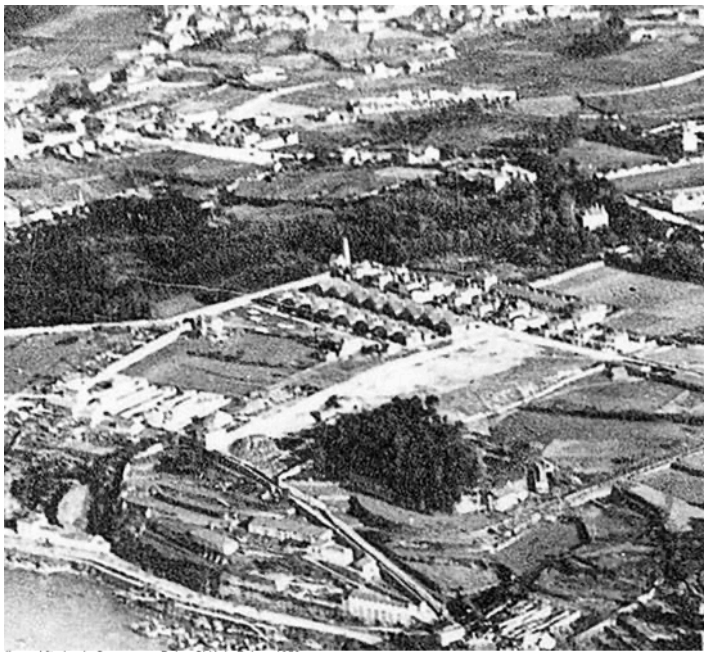


[Fig. 38] (à esquerda) *Bairro do Arco do Cego,* Lisboa (1935)

[Fig. 39] (à direita) *Bairro do Arco do Cego*, Lisboa (1935)







[Fig. 40] *Bairro de Sidónio Pais,* Porto (1950)



[Fig. 41] *Bairro "O comercio do Porto" do Monte Pedral,* Porto (1905)

1926



[Fig. 42] *Moradoras do Bairro de Lata no Monte do Seminário,* Porto (1947-1949).

A década de 20 ficou marcada pelo golpe militar de 1926, e, por conseguinte, a instauração em 1933 do que ficaria conhecido como Estado Novo, regime que se definia como "um Estado nacionalista, social e corporativo"[139]. Uma das primeiras iniciativas no campo da habitação foi a restauração de todos os privilégios que os senhorios haviam perdido, nomeadamente a atualização dos valores das rendas[140] que estavam congeladas desde 1910: "Na celebração de novos contratos de arrendamento os senhorios eram livres de estabelecer as condições contratuais, sem referência às condições anteriores"[141].

Tendo como foque a promoção habitacional económica são celebrados vários Decretos[142] nomeadamente, o Decreto nº 16: 055[143] de 22 de outubro de 1928, este promulga várias considerações sobre a construção e venda de casa económicas, enquanto o Decreto nº 16: 085[144], de 29 de outubro de 1928, regulamentava a construção e a vendas das mesmas habitações. Estes decretos pretendiam incentivar os privados a construir, da mesma forma que aceleraram os processos de expropriação e garantiam o período de isenção fiscal durante dez a quinze anos. Ainda assim, o número de casas construídas foi relativamente baixo, graças à falta de interesse por parte dos construtores privados, bem como "a falta de terrenos urbanizados suficientemente baratos para a construção de habitação de baixo custo e os maiores lucros que se podiam obter na construção de habitação para o mercado livre"[145]. O valor da isenção fiscal não recompensava a "baixa remuneração do capital investido na construção de habitação de rendas controladas"[146].

---

[139] TEIXEIRA, 1992, p. 79.

[140] Diário do Governo, Decreto nº 15:289, Série I, de 30 de março de 1928, pelo Ministério das Finanças – Direção Geral das Contribuições e Impostos.

[141] TEIXEIRA, 1992, p. 79.

[142] Publicação do Decreto nº 15:289 (Diário do Governo, Decreto nº 15:289, Série I, de 30 de março de 1928, pelo Ministério das Finanças – Direção Geral das Contribuições e Impostos).
Tencionava-se cria um Fundo Nacional de Construções e Rendas Económicas, com o propósito de *promover e a subsidiar a iniciativa particular de construções bem como o barateamento das rendas de casas e de quartos para habitação das classes carenciadas. No entanto, o Fundo nunca chegou a ser regulado* (ANTUNES, LÚCIO, SOARES, & JULIÃO, 2016, p. 59).

[143] Diário do Governo, Decreto nº 16: 055, Série I, de 22 de outubro de 1928, pelo Ministério do Comercio e Comunicações -Secretaria Geral do Ministério – Repartição Central.

[144] (Diário do Governo, Decreto nº 16:085, Série I, de 29 de outubro de 1928, pelo Ministério do Comércio e Comunicações -Secretaria Geral do Ministério – Repartição Central).
A regulamentação tinha por base a Lei nº 12:740, de 26 de novembro de 1926; e os decretos nº 15: 331, de 9 de abril de 1928 e 16:055, de 22 de outubro de 1928.

[145] TEIXEIRA, 1992, p. 79.

[146] TEIXEIRA, 1992, p. 79.

Consequentemente, embora as rendas tivessem de obedecer a valores controlados, estas eram em muito superiores ao que as famílias podiam pagar[147].

Na década de 1930, as cidades do Porto[148] e de Lisboa[149] sofreram um considerável desenvolvimento ao nível demográfico e económico, como resultado das "actividades especulativas e na expansão do comércio externo, mais do que no desenvolvimento industrial"[150], Manuel Teixeira evidência ainda que os "[...]lucros crescentes da exportação de produtos para as indústrias de guerra, principalmente o volfrâmio, e os aumentos de preços dos produtos coloniais nos mercados internacionais criaram um excesso de liquidez, muito do qual veio a ser investido no sector imobiliário e da construção"[151]. Desta forma, muitas das iniciativas que haviam sido inciadas nas décadas interiores eram agora concluídas.

A Ditadura Militar trouxe consigo a criação de "instrumentos-base que o Estado Novo viria a desenvolver; a necessidade de envolvimento da iniciativa privada na questão da habitação apoiada [...] traduzindo-se em modelos diversos de atuação que ciclicamente expuseram a incapacidade do sistema público para sozinho, satisfazer as necessidades do País"[152].

Em abril de 1933 é apresentada a nova Constituição, onde se pode ler a seguinte afirmação: "Direito de propriedade e a sua transmissão em vida ou por morte, nas condições determinadas pela lei civil"[153], sendo que pouco havia sido alterado em relação à constituição de 1911. Ainda em 1933, é elaborado o programa *Casas Económicas*, sobre o Decreto-lei nº 23:052 de 23 de setembro, com o propósito de resolver o problema habitacional das classes trabalhadoras, tendo sido decisivo para a definição e clarificação dos princípios fundamentais nos primeiros anos de atuação urbana do Estado Novo. O Decreto promove a construção "em colaboração com as câmaras municipais, corporações

---

[147] Futuramente, seria realizada uma nova tentativa sobre estes ideais o Decreto-Lei n° 31:561, de 10 de outubro de 1941, que reproduziria poucos resultados.

[148] Entre 1920 e 1930 a cidade do Porto recebeu mais 27 500 habitantes, sendo que entre 1920 -1940 haviam sido edificadas 19 300 habitações (TEIXEIRA, 1992).

[149] TEIXEIRA, 1992.

Entre 1920 e 1930, Lisboa albergou mais 107 300 habitantes, o que se traduziu entre 1920-1940 em 54 700 novos fogos.

[150] TEIXEIRA, 1992, p.78.

[151] TEIXEIRA, 1992, p. 78.

[152] AGAREZ, 2018, p. 18.

[153] Constituição da República Portuguesa (1933) - título II, Artigo 8º, alínea 15.

administrativas e organismos corporativos"[154]. Estas casas seriam distribuídas em regime de propriedade resolúvel[155] e seriam isentas de contribuições durante os primeiros dez anos do período de amortização. A construção ocorre sob a alçada do Ministério das Obras Publicas e Comunicações, sendo este o responsável pela aprovação dos projetos e orçamentos, assim como pela escolha dos terrenos e toda a administração de verbas. "As *Casas Económicas* a construir ao abrigo deste decreto serão moradias de família, com quintal, e classificam-se, em função do salário do agregado familiar do morador-adquirente (...)"[156]. Desta forma, existência de duas classes de moradias – A e B – com três tipos: casais sem filhos; "casais com filhos pouco numerosos de um sexo, e ainda outro, a casais com filhos de dois sexos ou com filhos numerosos de um só sexo"[157]. Necessitariam ainda ser implantadas de acordo com o plano urbano pré delineado, quer seja pela Câmara ou pelo Estado em terrenos preferencialmente das Câmaras Municipais. Este cuidado com o desenho urbano traduzia-se em bairros morfologicamente delimitados, ou seja, segregados – social, residencial e geograficamente – do resto da cidade, onde os preços dos terrenos eram mais baixos. Porém a distribuição das moradias deveria obedecer aos critérios pré-determinados no decreto-lei.

Portanto, o Estado[158] enquanto entidade promotora monopoliza todo o processo. Salienta-se que esta "iniciativa foi fortemente marcada pelo estilo arquitectónico[159] e o desenho urbano defendido e adoptado"[160].

---

[154] Diário do Governo, Decreto-Lei nº. 23:052, nº 217, Série I, de 23 de setembro de 1933, pela Presidência do Conselho – Sub-Secretário de Estado das Corporações e Previdência Social.

[155] Ideologicamente, a família era um dos pilares do Estado Novo, e isso traduzia-se na política de habitação do regime. Como dizia Salazar: *A intimidade da vida familiar reclama aconchego, pede isolamento, numa palavra, exige a casa, a casa independente, a nossa casa [...] É naturalmente mais económica, mais estável, mais bem constituída, a família que se abriga sob tecto próprio. Eis porque não nos interessam os grandes falanstérios, as colossais construções para habitação operária [...] para o nosso feitio independente e em benefício da nossa simplicidade morigerada, nós desejamos antes a casa pe- quena, independente, habitada em plena propriedade pela família* (TEIXEIRA, 1992, p. 80 *apud* GONÇALVES, 1978, p. 37).

[156] Diário do Governo, Decreto-Lei nº. 23:052, nº 217, Série I, de 23 de setembro de 1933, pela Presidência do Conselho – Sub-Secretário de Estado das Corporações e Previdência Social.

[157] Diário do Governo, Decreto-Lei nº. 23:052, nº 217, Série I, de 23 de setembro de 1933, pela Presidência do Conselho – Sub-Secretário de Estado das Corporações e Previdência Social; Artigo 12º, alínea 1.

[158] *As «Casas Económicas» a edificar segundo o regime instituído em 1933 foram consideradas MU a partir de 1934, facilitando a expropriação de terrenos para este fim e o suporte financeiro à sua realização* (AGAREZ, 2018, p. 18).

[159] Referência ao "imaginário" arquitetónico da Casa Portuguesa de Raúl Lino e a importância que este teve para a construção de casas económicas, estas habitações procura expressar um certo "portuguesismo, nacionalismo" arquitetónico (ANTUNES, LÚCIO, SOARES, & & JULIÃO, 2016).

[160] ANTUNES, LÚCIO, SOARES, & & JULIÃO, 2016, p. 62.

Contudo, alguns dos bairros de *casas económicas* apresentavam deficiências construtivas, o que causava problemas com os moradores, a culpa[161] era atribuída ao Subsecretariado de Estado das Corporações e Previdência Social, que tinha como responsabilidade a fiscalização das habitações[162].

É possível afirmar sem quaisquer dúvidas que a política habitacional do Estado Novo era substancialmente direcionada à classe média[163], apesar de oficialmente se parecer procurar soluções para a classe operária, estes agregados familiares não conseguiam acompanhar as exigências, principalmente a nível financeiro.

O Decreto-Lei nº 28:912[164] de agosto de 1938 – faz uma revisão do Decreto 23:052 de setembro de 1933, afirmando que o Governo "traçou a sua política em relação ao problema da construção de casas económicas destinadas às famílias menos abastadas e tomou as disposições necessárias à realização de uma primeira experiência da orientação definida, as cidades, de Lisboa e Porto"[165]. É reconhecida a complexidade do problema, assim como a dificuldade na criação de resoluções, "embora pondo grande esperança no êxito da solução construída, quis o Governo, como uma norma [...] colhêr os resultados das experiências, para apreciar com rigor os méritos do sistema adoptado, para corrigir ou simplesmente aperfeiçoar a orientação seguida, se os factos se opusessem à sua concepção"[166]. O Decreto-Lei relembra ainda que tais habitações podem ser vistas como um "instrumento de defesa da instituição família e de conservação da ordem social existente" valores que vão de encontro com a ideologia do Estado Novo[167].

---

[161] A Reclamação provinha do Instituto Nacional do Trabalho e Previdência (INTP), ao serviço da Direção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais (AGAREZ, 2018).

[162] AGAREZ, 2018.

[163] Principal base de apoio do Estado Novo.

[164] Futuramente, na década de 40 - Decreto-lei nº 33:278 reflete sobre os Decretos-lei 23:052 e 28:912, anunciando a construção de mais 4 000 casas económicas – que seriam implantadas em Lisboa, Porto, Coimbra e Almada, apresentando ainda a introdução de mais 2 classes de habitação (C e D) destinadas à classe media –, e 1 000 casas desmontáveis – no Porto e Lisboa – *nos termos e com a mesma finalidade que se definiram no decreto 28:912*.

São ainda esclarecidas dúvidas relativas à conservação dos arruamentos e logradouros.

[165] Diário do Governo, Decreto-Lei nº. 28:912; nº 186, Série I, de 12 de agosto de 1938, pelo Ministério das Obras Públicas e Comunicação (Gabinete do Ministério).

[166] Diário do Governo, Decreto-Lei nº. 28:912; nº 186, Série I, de 12 de agosto de 1938, pelo Ministério das Obras Públicas e Comunicação (Gabinete do Ministério).

[167] Ao nível internacional existe um distanciamento das soluções dos outros países.





[Fig. 43] (à esquerda) *Bairro de Lata no Monte Seminário,* Porto (1947-1949).

[Fig. 44] (à direita) *Bairro de Lata no Monte Seminário e os seus habitantes,* Porto (1947-1949).





[Fig. 45] (à esquerda) *Bairro de Lata,* vista aérea, Alvalade (?), Lisboa (1979).

[Fig. 46] (à direita) *Bairro de Lata* (Pormenor), Alvalade (?), Lisboa (1979).





[Fig. 47] (à esquerda) *Bairro de "Lata" do Xangai,* Aldoar, Porto (1962)

[Fig. 48] (à direita) *Bairro de "Lata" do Xangai,* Aldoar, Porto (1962)





[Fig. 49] (à esquerda) *Bairro de Casas Económicas das Condominhas,* Porto (194 1948)

[Fig. 50] (à direita) *Bairro de Casas Económicas do Amial(?),* Porto (1947-1948)

Ressalva-se a vontade de acabar com os "amontoados de barracas" soluções inabitáveis, predispondo-se a construir mais *casas económicas,* assim como a construção de *casas desmontáveis*. Estas deveriam ser entendidas como alojamentos temporários de transição, enquanto as famílias não passavam para as habitações definitivas, as *casas económicas*.

As *casas desmontáveis*[168] eram, assim, cedidas a título precário[169] e geridas pela autarquia que ficava responsável pela atribuição das licenças de habitação e pela fixação do valor das rendas. No que diz respeito à edificação[170], esta seguia o modelo de moradia unifamiliar de um só piso, quanto aos materiais implementados estes eram de fraca qualidade, o que se traduzia num valor mais económico, o que a longo prazo demonstrou ser escolha negligente, pois a conservação e preservação era cara e pouco eficaz. Consequentemente, estes bairros de *casas desmontáveis* ocorreram em problemas de ordem financeira, urbanística e social, entrando em descrédito.

Porém, devido a todos os problemas enunciados anteriormente, foi implantado em 1945 um novo programa, *Casas para famílias pobres* – Decreto-lei nº 34 486 – onde é promovida a construção de 5 000 *casas para famílias pobres*, estas deveriam ser edificadas pelo país conforme a necessidade, sendo utilizado para tal um subsídio não reembolsável, e o valor das rendas fixado pelo Estado. Estamos perante o abandono da designação desmontável, no entanto, as habitações continuariam a ser de caráter provisório[171], sem amortização e possibilidade de despejo imediato como acontecia nas *casas desmontáveis*. Ao nível da construção, as lições aprendidas foram tomadas em consideração tendo sido adotada uma construção em alvenaria, com o passar dos anos estas habitações perderiam o caracter provisório que as caracterizava passando a moradas de caracter permanente.

Relativamente ao léxico arquitetónico, é possível determinar dois momentos dispares no programa, o primeiro na década de 40, com uma continuidade "das opções estilísticas, arquitetónicas e de desenho urbano implementadas nas iniciativas de

---

[168] Foram promovidas 1 000 casas.

[169] Ou seja, existia a possibilidade de despejo imediato, bem como a impossibilidade de amortização.

[170] As primeiras casas desmontáveis foram entregues a título experimental já mobiladas – *As casas eram alugadas com a mobília básica e a renda, que variava entre os 30$00 e 50$00, incluía o custo da água e da eletricidade* (TEIXEIRA, 1992, p. 81).

[171] Diário do Governo, Decreto-Lei nº. 34:486; nº 73, Série I, de 6 de abril de 1945, pelo Ministério das Obras Públicas e Comunicação (Gabinete do Ministério).

habitação social precedentes (i.e. moradia unifamiliar/ *casa portuguesa*)"[172], e o segundo na década de 60[173] com a "construção em altura de cariz modernista (i.e. edifícios construídos em torres ou em banda, de quatro a cinco pisos, utilizando- se com frequência o duplex)"[174], deste modo, as primeiras edificações começaram por ser moradias unifamiliares, evoluindo com o tempo para edifícios multifamiliares.

A 7 de maio de 1945 a Lei nº 2:007 regularizava e esclarecia todas as questões associadas às *casas de renda económica*, assim são considerados os alojamentos construídos nos centros urbanos ou industriais ao abrigo da presente lei. Estas habitações podiam assim ser construídas por instituições publicas ou privadas – "sociedades cooperativas, ... por organismos corporativos onde coordenação económica, instituições de providencia social, empresas concessionadas de serviços públicos, empresas industriais e outras entidades idóneas de direito privado"[175].Trata-se da primeira iniciativa de habitação social do Estado Novo, abrindo portas a um conjunto de entidades aptas a construir, contrariando a ideia de *casa portuguesa*.

As *casas de renda económica* teriam de oferecer boas condições de salubridade, higiene e ligação à rede de esgotos e distribuição de água. Poderiam ser implantadas em agrupamentos ou em blocos, convenientemente localizados e com boas condições. Deveriam ser organizadas no máximo por rés-do-chão e três pisos – "com o mínimo de três divisões para a 2º classe e de cinco para a 1ª classe, além de cozinha, despensa, casa de banho e retrete"[176]. Da mesma forma, as rendas não deveriam exceder os valores bases extipulados na lei, sendo isentos de contribuições prediais por 15 anos. Os arrendatários possuíam o direito de compra da habitação, tanto a pronto como em prestações – com aplicação das "tabelas de juro e amortização aprovadas pelo Ministério das Finanças"[177].

---

[172] ANTUNES, LÚCIO, SOARES, & & JULIÃO, 2016, p. 68.

[173] Nos anos 60 e 70, a Câmara Municipal de Lisboa incrementou a edificação de conjuntos habitacionais "*de carácter social destinados a realojamentos e à colocação de funcionários da autarquia que faziam uso dos esquemas da política de alojamentos para famílias pobres. Assim, surgiram bairros constituídos por alojamentos de rendas reduzidas, que a CML denominava (e hierarquizava) como "rendas mínimas", "rendas moderadas", "rendas módicas" e "rendas médias"* (ANTUNES, LÚCIO, SOARES, & & JULIÃO, 2016, p. 68).

[174] ANTUNES, LÚCIO, SOARES, & & JULIÃO, 2016, p. 68.

[175] Diário do Governo, Lei nº. 2:007; nº 98, Série I, de 7 de maio de 1945, pelo Ministério das Obras Públicas e Comunicação.

[176] Diário do Governo, Lei nº. 2:007; nº 98, Série I, de 7 de maio de 1945, pelo Ministério das Obras Públicas e Comunicação.

[177] Diário do Governo, Lei nº. 2:007; nº 98, Série I, de 7 de maio de 1945, pelo Ministério das Obras Públicas e Comunicação.

Apesar disso, os valores não eram baixos o suficiente para que as classes carenciadas pudessem usufruir da medida. Vários foram os diplomas publicados nos anos seguintes, "a participação das entidades privadas manteve-se relativamente incipiente, tendo ficado (muito) aquém das expectativas do Governo"[178].

O Estado procurava contribuir para a resolução do problema da habitação, mesmo que as políticas produzissem poucos resultados. No Decreto-Lei nº 35: 611, de 25 de abril de 1946, introduzem-se considerações alusivas à cooperação das instituições de previdência na resposta ao problema da habitação.

Em 1947, com a instauração do programa *Casas de renda limitada*, através do Decreto-Lei nº 36: 212[179], de 7 de abril, este diploma pretende atrair os privados para a construção de habitação social, fixando-se o valor das rendas futuras[180]. As políticas apresentadas são semelhantes aos princípios das casas de renda económica, podendo afirmar-se que se trata de uma atualização da mesma. No próprio Decreto-Lei uma observação é feita, muito mais se teria feito se não fosse o clima de guerra vivido, para controlar o grave problema habitacional do país. Entre as demais questões, salienta-se o agravamento progressivo dos preços[181] tanto dos materiais de construção, como da mão de obra, que resultam diretamente no aumento das rendas e na construção de novas casas, colocando em risco o plano socioeconómico existente à data.

No que concerne ao modelo arquitetónico, desde 1945 existe uma preferência pelos edifícios em altura[182], quanto maior o número de fogos, maiores os lucros. O diploma serve ainda para definir uma nova modalidade de construção, com igual componente social, os prédios de rendimento – "habitação em vários fogos, podendo dispor de estabelecimentos comerciais no primeiro piso"[183].

---

[178] ANTUNES, LÚCIO, SOARES, & & JULIÃO, 2016, p. 69.

[179] Diário do Governo, Decreto-Lei nº. 36:212; nº 78, Série I, de 7 de abril de 1947, pelo Ministério das Obras Públicas e Comunicação.
O diploma condicionava que o programa *casas de renda limitada*, terminaria a 31 de dezembro de 1957. Porém, graças aos resultados otimistas o prazo foi alargado até 31 de dezembro de 1967, sendo que em 1973, a medida foi recuperada (ANTUNES, LÚCIO, SOARES, & & JULIÃO, 2016).

[180] Estas habitações que inicialmente apenas podiam ser arrendadas ao abrigo da Lei do Inquilinato, pós 1958 passa a ser permitido a venda mediante a regularização ANTUNES, LÚCIO, SOARES, & & JULIÃO, 2016.

[181] Pelos decretos-lei nº 36: 214 e 36: 213, *põe-se termo à livre flutuação dos preços dos materiais de construção destinados à edificação de casas de rendas pré-estabelecidas e limita-se a concessão das isenções tributarias atualmente em vigor para os prédios de renda livre, aquelas que podem efectivamente contribuir para atenuar a presente crise habitacional* – (Diário do Governo, Decreto-Lei nº. 36:212; nº 78, Série I, de 7 de abril de 1947, pelo Ministério das Obras Públicas e Comunicação)

[182] PEREIRA, 1981 *apud* TAVARES, 2013.

[183] Diário do Governo, Decreto-Lei nº. 36:212; nº 78, Série I, de 7 de abril de 1947, pelo Ministério das Obras Públicas e Comunicação; artigo 2º.





[Fig. 51] (à esquerda) *Bairro de Casas de Renda Económicas de Ramalde,* Porto (1963).

[Fig. 52] (à direita) *Bairro de Casas de Renda Económicas da Vilarinha,* Porto (1963).





[Fig. 53] (à esquerda) *Bairro de Casas de Renda Económicas de São Roque da Lameira, Porto* (1963).

[Fig. 54] (à direita) *Bairro de Casas de Renda Económicas do Ilhéu*, Campanhã, Porto (1963).





[Fig. 55] (à esquerda) *Construção de Casas de Renda Económica,* Alvalade, Lisboa (Década de 50).

[Fig. 56] (à direita (1952)

Casas de Renda Económica, Alvalade, Lisboa (Década de 50).





[Fig. 57] (à esquerda) *Casas de Renda Económica,* Bairro de Alvalade, Célula 6, Interior da casa, Lisboa (1956).

[Fig. 58] (à direita) *Casas de Renda Económica,* Bairro de Alvalade, Célula 6, Casa de Banho, Lisboa (1956).



[Fig. 59] (à esquerda) *Casas de Renda Económica,* Bairro de Alvalade, Célula 6, Escadaria, Lisboa (1956).



[Fig. 60] (à direita) *Casas de Renda Económica,* Bairro de Alvalade, Célula 6, Cozinha, Lisboa (1956).



[Fig. 61] (à esquerda) Bairros *Casas de Renda Limitada*, Praça do Areeiro, Lisboa (1952)



[Fig. 62] (à direita) *Bairros Casas de Renda Limitada,* Avenida de Roma, Alvalade, Lisboa (1952)

Entre maio e junho de 1948 é realizado o 1º Congresso Nacional de Arquitetura, dinamizado por Teotónio Pereira[184] e Costa Martins, influenciado pelo III Congresso Internacional de Arquitectura Moderna[185] (CIAM). "Neste congresso uma terceira geração de arquitetos constata todo um mundo de arquitetura moderna que existia e que era já uma realidade indiscutível"[186]. No que concerne a discussão sobre o edifício de habitação coletiva é tido como melhor solução[187] através da implantação de "unidades de habitação", como era implementado desde o urbanismo moderno, desta forma, as "edificações e os planos de urbanização deveriam seguir a Carta de Atenas"[188].

Paulatinamente, de 1958 a 1968[189] o Ministério das Corporações e da Previdência Social demostrará uma ascensão ao nível da política de habitação do Estado Novo[190]. Nas palavras de Serra:

> "Com início nos anos 50, inaugurar-se-á uma "política de comparticipações" que representa uma "significativa alteração na política habitacional do Estado" e que encontra "paralel[ism]o em outras mudanças de natureza económica e social". Traduzir-se-á tal política, entre outros aspetos, na "retirada do Estado para os grandes centros urbanos", na "reformulação dos mecanismos de financiamento", e na "inscrição [explicita] da habitação nas estratégias públicas de planeamento do desenvolvimento económico [Plano Intercalar de Fomento e III Plano de Fomento]"[191].

---

[184] Segundo Nuno Teotónio Pereira, este congresso marca o *momento de viragem na reconquista da liberdade de expressão dos arquitetos* (PEREIRA, 1981 *apud* TAVARES, 2013).
Apresenta em congresso - *O Problema Português da Habitação.*

[185] III Congresso Internacional de Arquitectura Moderna realizado em 1930, sobre o tema *Métodos da Construção Racional,* entre várias apresentações destaca-se a de Walter Gropius – *Construção Baixa, Média ou Alta* – onde este debateu os problemas da habitação coletiva em altura, focando-se em princípios de salubridade e iluminação (FONSECA, 2005, p. 49 *apud* MATOS, 2018).

[186] MATOS, 2018, p. 219.

[187] Adoção do modelo de Gropius - *Para Gropius os blocos deveriam ser implantados em linha, num único corpo orientado segundo eixo Norte-Sul, devendo a distância entre os blocos paralelos ser igual a uma vez e meia a altura dos edifícios – de acordo com a regra de Heiligenthal. Dada a sua grande altura era possível concentrar serviços comuns, câmaras frigorificas, sistemas centrais de abastecimento e lavandarias. O espaço do jardim era amplo e liberto* (FONSECA, 2005, p. 49 *apud* MATOS, 2018, p. 219).

[188] MATOS, 2018, p. 219.

[189] No início da década de 60, o ritmo de crescimento populacional abrandava ligeiramente, por consequência, o desenvolvimento urbano alterava drasticamente a *estrutura de povoamento da aglomeração* (NUNES J. P.; 2011, p. 127-131 *apud* NUNES, J. P., 2013, p. 84).

[190] BAPTISTA, 1999, p. 71-88 *apud* NUNES J. P.; 2013.

[191] SERRA, 2002, p. 191; 194;196 *apud* NUNES J. P.; 2013, p. 88.

Todavia, ainda que fossem criados novos programas habitacionais e fomentos, o valor final das casas manteve-se inacessível para diversas famílias, em consequência, estas optaram por habitações clandestinas[192], "bairros de lata" e pelo subarrendamento. Estes bairros clandestinos começaram na década de 50 na periferia de Lisboa, aumentado drasticamente, passando "a desempenhar um papel significativo na expansão das áreas urbanas"[193]. O mercado habitacional clandestino traduziu-se na possibilidade da população carenciada poder construir uma habitação, ou seja, atingir o objetivo da casa própria. O estado nunca adotou medidas concretas que impossibilitassem o progresso e evolução da habitação clandestina[194].

Em resultado deste desenvolvimento continuo na cidade de Lisboa, é lançado a 18 de agosto de 1959, o Decreto-Lei nº 42:454[195], onde o Estado em articulação com a Câmara atentou a expansão da cidade através das *habitações de rendas económica*, resultando assim o aparecimento de novos núcleos urbanos. Posto isto, este decreto tinha como principais propósitos para lá do crescimento urbano, atender às carências habitacionais da população - reduzir o número de elementos residentes, viabilizar o saneamento nos prédios mais velhos, desmantelar os "bairros de lata" realojando os habitantes em "habitações de carácter definitivo e de rendas tão módicas quanto possível"[196]. Este diploma deve ser entendido como o "culminar e o ponto mais alto da experiência de habitação social do Estado Novo. O Decreto-Lei consubstanciava-se numa política bastante flexível, englobando diversas entidades e dando liberdade de escolha arquitectónica"[197]. O seu sucesso reside no facto de este ter sido preparado ao longo da década de 50, especificamente sobre a legislação de fomentação habitação para o

[192] Bairros clandestinos são todos aqueles que são edificados sem licença camarária.
[193] MARTINS, 2014, p. 67.
[194] QUINTAS, 2008
[195]O Estado relança o programa *Habitações de Renda Económica*, que havia sido criado inicialmente em 1945 ao abrigo da Lei n. 2:007 (Diário do Governo, Decreto-Lei nº. 42:454; nº 188, Série I, de 18 de agosto de 1959, pela Presidência do Conselho).
[196] Diário do Governo, Decreto-Lei nº. 42:454; nº 188, Série I, de 18 de agosto de 1959, pela Presidência do Conselho.
[197] ANTUNES, LÚCIO, SOARES, & & JULIÃO, 2016, p. 73.

funcionalismo público[198] – Lei nº 2:090[199], de 21 de dezembro de 1957 - e para os sócios das instituições de providência, a Lei 2:092[200], de 9 de abril de 1958.

Do Decreto-Lei nº 42:454 resultou ainda na criação do Gabinete Técnico de Habitação (GTH), este pretendia solucionar o problema da habitação em Lisboa, através da introdução de novas políticas urbanas. "As malhas dos Olivais Norte, Olivais Sul e Chelas foram escolhidas pela edilidade para a edificação das *unidades urbanas*, e o GTH desempenhou um papel central no planeamento, na execução, e no controlo do programa"[201]. Este gabinete, pode assim ser entendido como um "laboratório experimental"[202] de urbanismo na cidade de lisboa. De acordo com Nunes:

> "Da expropriação e infraestruturação do solo ao lançamento, controlo e avaliação das empreitadas[203]; dos estudos de economia e normalização da construção[204] à preparação de instrumentos destinados à melhoria da eficiência do programa [...] da execução do plano dos Olivais Norte, realizado no Gabinete de Estudos de Urbanização, à conceção dos planos de Olivais Sul e Chelas, e ao convite às equipas de arquitetura encarregues dos projetos de habitação e seu acompanhamento[205]; da investigação sobre as necessidades habitacionais em Lisboa, [...] à realização de "inquéritos fogo-família" com o intuito de aferir a adaptação dos agregados domésticos aos alojamentos dos Olivais Norte e Sul[206]; da publicação regular de uma revista especializada, o Boletim do Gabinete Técnico de Habitação, à organização de encontros com especialistas estrangeiros, foi a partir da ação do GTH que emergiram

---

[198] ANTUNES, LÚCIO, SOARES, & & JULIÃO, 2016.

[199] Diário do Governo, Lei nº. 2:090; nº 290, Série I, de 21 de agosto de 1957, pela Presidência da República

[200] A lei 2:092 de 8 de abril de 1958 – Determina as modalidades de cooperação das instituições de previdência, das Casas do Povo e suas Federações no fomento da habitação, em particular a) *construção de casas económica ou de prédios em regime de propriedade horizontal e de casas de renda económica*; b) *Construção ou aquisição de prédios de renda livre;* c) *Concessão de empréstimos aos beneficiários (...); d) Concessão, às entidades patronais contribuintes (...)*; e) *Concessão, às Casas do Povo e suas Federações de empréstimos para a construção de habitações destinadas, quer aos sócios efectivos e outros beneficiários dos fundos de previdência das Casas do Povo, quer às pessoas que sejam equiparadas aos sócios nos termos do 1º do artigo 6º do Decreto-Lei nº 41: 286 de 23 de Setembro de 1957* - (Diário do Governo, Lei nº. 2:092; nº 72, Série I, de 9 de abril de 1958, pela Presidência da República; capítulo I, Base I, ponto 2). São ainda estabelecidas as normas para cada um dos regimes antecipados.

[201] NUNES J. P., 2013, p. 90.

[202] MARTINS, 2014, p. 73.

[203] NUNES, 2007, pp. 65-75 e 87-89 *apud* NUNES J. P., 2013, p. 90.

[204] NUNES, 2007, pp. 70-84 *apud* NUNES J. P., 2013, p. 90.

[205] NUNES, 2007, pp. 97-100 *apud* NUNES J. P., 2013, p. 90.

[206] ALMEIDA-LEITE, 1968 *apud* NUNES J. P., 2013, p. 90.

novas formas de planear e desenhar, conceber e investigar a edificação de habitação pública de cariz social em Lisboa"[207].

No decorrer dos anos 60[208], o Gabinete Técnico de habitação demostrou-se como um impulsionador na investigação das necessidades habitacionais na zona de Lisboa, focando-se no problema do subarrendamento; subocupação; nas "carências de equipamento doméstico e sanitário"[209], como resultado observava-se um claro défice de habitação.

Ao abrigo do Decreto-Lei n. 44:645[210] de 25 de outubro de 1962, é proposta a autoconstrução[211] da habitação própria pelos chefes de família, tendo por base, as condições estabelecidas no mesmo. Estes tinham acesso a um "empréstimo reembolsável a 10 anos e no valor de 25% do custo do terreno e da construção"[212], ao nível da edificação existiam apoios "na cedência de materiais, assistência técnica de projeto e em obra"[213]. Esta medida, pretende controlar o continuo surgimento de edificações clandestinas.

Com a entrada em vigor do Plano Intercalar de Fomento (1965-1967), procurava-se esclarecer todo o processo desenvolvido até ao momento no âmbito da habitação. Portugal encontrava-se a viver um período de Guerra Colonial, o índice de imigração era altíssimo "e com a inevitável abertura dos mercados, o regime carecia de um instrumento

---

[207] NUNES J. P., 2013, p. 90.

[208] A crise habitacional acentuou-se drasticamente a partir dos anos 60, muito por causa dos intensos progressos ao nível da urbanização e industrialização. Estas circunstâncias, levaram a drásticas alterações ao nível social e económico, sendo imperativa a instauração de uma nova política habitacional (RODRIGUES, SAMAGAIO, FERREIRA, & JANUÁRIO, 1998).

[209] NUNES J. P., 2013, p. 93.

[210] Diário do Governo, Decreto-Lei nº. 44:645; nº 246, Série I, de 25 de outubro de 1962, pelos Ministério do Interior e da Obras Públicas, recorda a intensão do Decreto-Lei n. 34:486 de 6 de abril de 1945 sobre a construção de casas modestas.

Futuramente, o Decreto-Lei nº 53/77, renovaria o Programa Autoconstrução, proporcionados empréstimos sem juros, com amortização a 20 anos.

[211] *O movimento Nacional de Auto-construção (MONAC) surgiu no âmbito da União Católica dos Industriais e Dirigentes do Trabalho (UCIDT*), esta união foi formada em 1952, tendo por base um pedido direto do Papa Pio XII, a Horácio de Moura numa das suas viagens ao Vaticano, *no sentido de mobilizar os leigos católicos para a resolução dos problemas habitacionais dos mais pobres*. Em 1960 o movimento alcança independência, mantendo, no entanto, associação à ação católica.

Pode-se entender o movimento como uma resposta social as carências habitacionais existentes por todo o país. As primeiras ações do movimento foram em Coimbra – zona de atuação de Horácio de Moura – e financiadas pelo arcebispo Ernesto Sena de Oliveira (FREIRE & BORGES, 2018, p. 146).

[212] FREIRE & BORGES, 2018, p. 147

[213] FREIRE & BORGES, 2018, p. 147.

que veiculasse estratégias, que agregasse deliberações e que reequilibrasse as várias tendências no seu seio"[214], Bandeirinha prossegue com a explicação: "[O] plano propôs várias iniciativas tendentes a facilitar operações de expropriação de terrenos para execução de programas habitacionais integrados nos respectivos planos de urbanização, e também outras que, pelo seu procedimento modelar, pudessem servir para regular a acção da iniciativa privada"[215].

Últimos anos do Estado Novo, Marcelo Caetano sobe ao poder em 1968, iniciando-se um período de transição, contudo, as políticas habitacionais agora apresentadas só viriam a ser devidamente instauradas após o movimento revolucionário de 1974[216].

Não obstante, o III Plano de Fomento (1968-1973), víria a ultimar as propostas desenvolvidas pelo Plano Intercalar de Fomento. Apresentando, ainda, propostas relativas à aquisição de terrenos, "salvaguardando a eventual necessidade de serem tomadas medidas especiais, que passariam pela revisão dos procedimentos legais de avaliação de terrenos e de inibição da especulação"[217].

O Fundo de Fomento[218] da Habitação[219] é criado através do Decreto-Lei nº 49:033, de 28 de maio de 1969, e trata-se de um diploma que reflete sobre a política habitacional até a data de execução do mesmo. O FFH centralizava num só organismo[220] a prossecução das múltiplas medidas da política habitacional, o objetivo era então "contribuir para a resolução do problema habitacional, especialmente os indivíduos não beneficiados pela actividade desenvolvida, no domínio da habitação, pelas caixas de

---

[214] BANDEIRINHA, 2007, p. 24.
[215] BANDEIRINHA, 2007, p. 25.
[216] MARTINS, 2014.
[217] BANDEIRINHA, 2007, p. 25.
[218] Havia sido recomendado pelo Plano Intercalar de Fomento.
[219] Colóquio sobre Política de Habitação (de 30 de junho a 5 de julho de 1969), pela iniciativa do Ministério de Obras Públicas – *..., apesar de todo o empenho na organização do Colóquio sobre Política da Habitação, apesar da articulada argumentação de ordem social, económica, técnica, cultural e jurídica, apesar da análise, feita com base num trabalho rigoroso que já vinha de algum tempo atrás, ter sido devidamente complementada com propostas realistas que, sem elevar ao impossível os quantitativos do investimento, apenas alteravam o alvo e planeavam a produção, continuava a ser difícil estabelecer o compromisso com uma actuação coordenada e integradora dos diversos organismos do Estado tendente à resolução cabal do problema do alojamento* (BANDEIRINHA, 2007, p. 27).
[220] VILAÇA & FERREIRA, 2018.

previdência ou outras instituições semelhantes"[221], enquadra-se ainda nas suas competências:

> "a) Adquirir terrenos para construção; b) Urbanizar os terrenos (...); c) Construir casas para habitação (...); d) Arrendar ou atribuir em regime de propriedade resolúvel as habitações construídas e que legalmente o não devam ser por outra entidade; e) Colaborar com quaisquer entidades que a título permanente a eventual se proponham contribuir para a realização dos objectos do fundo designadamente como as Câmaras Municipais e as Misericórdias; f) Conceder subsídios para construção nos termos do artigo 6º do Decreto-Lei nº. 44 645, de 25 de outubro de 1962; g) Superintender, no termos legais, na construção das causas económicas; h) Assistir tecnicamente as câmaras municipais (...)"[222].

O FFH traduziu-se numa estrutura administrativa que procura concentrar e estruturar as múltiplas vertentes[223] inerentes à questão do alojamento. Porém, "enquanto instrumento de intervenção na promoção habitacional do Estado Novo, teve até 1974 um papel discreto"[224]. Com a sua criação, e com o ajustamento do III Plano de Fomento, instaura-se o que se designaria de Planos Integrados[225] – "planeamento, projeto, execução e gestão de novas áreas residências"[226] – podendo ser entendidos como "laboratórios de experimentação". De acordo com Vilaça e Ferreira:

> "Localizados em zonas aptas para expansão territorial, por vezes degradadas e marginais dos grandes centros urbanos, os Planos Integrados caracterizam-se pela apropriação sistemática do terreno necessário à sua implantação, através da expropriação sistemática,

[221] Diário do Governo, Decreto-Lei nº. 49:033; nº 126, Série I, de 28 de maio de 1969, pelo Ministério das da Obras Públicas – Gabinete do Ministro; capítulo I, artigo 1º.
[222] Diário do Governo, Decreto-Lei nº. 49:033; nº 126, Série I, de 28 de maio de 1969, pelo Ministério das da Obras Públicas – Gabinete do Ministro; capítulo I, artigo 3º.
[223] Com a adesão ao Fundo Monetário Internacional (FMI), Portugal vive um crescimento económico ao longo dos anos 60, o que se traduziu em significativas intervenções ao nível da habitação, *como meio de fomento da indústria da construção e do mercado imobiliário informal* (BANDEIRINHA, CASTELA, ARISTIDES, & ALVES, 2018, p. 235).
[224] RODRIGUES, SAMAGAIO, FERREIRA, & JANUÁRIO, 1998, p. 85.
[225] Inicia-se a execução dos mesmos em Almada, Aveiro (Santiago), Guimarães, Porto, Zambujal
[226] VILAÇA & FERREIRA, 2018, p. 324.

> sobretudo de quintas, e pela integral condução da realização pelo setor público"[227].

Complementariamente, define-se uma política relativa à diminuição do custo dos solos – Decreto-Lei n. 576/70[228], de 24 de novembro – que ficaria conhecida como a Lei dos Solos. Segundo Nuno Serra, esta objetivava "resolver os problemas da disponibilidade dos terrenos destinados a urbanização" (...), e contribuir assim para o incremento da sua produtividade e modernização, atraindo o investimento privados para estas áreas"[229].

Em 1971, é fundada a Empresa Publica de Urbanização de Lisboa[230] (EPUL), esta tinha como propósito o estudo e execução de projetos de empreendimento urbanístico.

A 30 de dezembro de 1972, por Decreto-Lei nº 587/72 é revista a Lei Orgânica do Fundo de Fomento da Habitação, sendo lhe atribuídas novos serviços: *"*a) O Serviço de Inquéritos Habitacionais; b) O Serviço Social das Casas Económicas; c) Os serviços da 2.ª Repartição, compreendendo os da 4.ª e 8.ª Secções, o Serviço Médico e os de Inspecção e de Fiscalização de Bairros de Casas Económicas; d) Os serviços da 3.ª Repartição, na parte respeitante à administração do Fundo das Casas Económicas*"*[231]. Todavia, apesar das medidas terem sido elencadas, na realidade nunca foram concretizadas pelo menos durante o regime de Marcelo Caetano[232]. Com a passagem para o regime democrático, começa-se a observar transformações no âmbito das políticas e estratégias habitacionais[233]. De acordo com Serra:

> "A pesada estrutura burocrática do FFH, a aposta nos empreendimentos em grande escala, por conta dos grandes grupos da construção civil, e a desadequação a um Estado caduco, distante e hermeticamente estruturado, são algumas das razões que têm sido apontadas como justificativas da inoperância das reformas marcelistas"[234].

---

[227] VILAÇA & FERREIRA, 2018, p. 324.
[228] Diário do Governo, Decreto-Lei nº. 576/70; nº 273, Série I, de 24 de novembro de 1970, pela Presidência do Conselho.
[229] SERRA, 1997, p. 8.
[230] Diário do Governo, Decreto-Lei nº. 613/71; nº 304, Série I, de 31 de dezembro de 1971, pelo Ministério do Interior – por ação da Câmara Municipal de Lisboa.
[231] Diário do Governo, Decreto-Lei nº587/72; nº 302, Série I, de 30 de dezembro de 1972, pelo Ministério do Interior – por ação da Câmara Municipal de Lisboa; artigo 2º.
[232] SERRA, 1997.
[233] MARTINS, 2014.
[234] SERRA, 1997, p. 8.

1974



[Fig. 63] *Cartazes pelo Direito habitacional,* Porto (1974-1975).

As décadas de 70 e 80 ficaram marcadas pela grande afluência de população às cidades – imigração das ex-colónias e migração da zona rural – o que se traduziu em grandes carências ao nível habitacional, mas também de equipamentos sociais e infraestruturas. Questões estas que se traduziram num surto de construção clandestina, bem como de bairros de barracas[235].

Com a revolução de 25 de abril de 1974, não se constatam mudanças radicais ao nível das estratégias e políticas de habitação. De facto, apesar do tema fazer parte do "quadro de atribuições do tardio Estado de Providência português, com a consagração do direito à habitação na Constituição de 1976, a intervenção estatal não sofre alterações significativas"[236]. Em concordância com o Artigo nº. 65 "Todos têm direito, para si e para a sua família, a uma habitação de dimensão adequada, em condições; de higiene e conforto e que preserve a intimidade pessoal e a privacidade pessoal e a privacidade familiar"[237]. Nas palavras de Mendes:

> "A eficácia duma política de habitação depende da estabilidade das suas opções e instrumentos. Esta não ocorreu na última década em Portugal, onde se registou o aparecimento sucessivo de políticas diferenciadas, privilegiando medidas conjunturais, sem definição de domínios da intervenção e uma gestão articulada e coerente"[238].

[235] 40% da construção na década de 70 não era licenciada. *Estima-se, através dos levantamentos do PER (finais dos anos 80), que nas duas grandes metrópoles existiriam cerca de 50 mil barracas onde viveriam mais de 150 mil pessoas* (GUERRA, 2011, p. 45).
[236] SERRA, 1997, p, 9.
[237] Constituição da República (1976), Título II – Artigo 65º, alínea 1.
[238] MENDES, 1984.

[Fig. 64] (à esquerda) *Assembleia Geral de Moradores da Arrábida,* Porto (1975).



[Fig. 65] (à direita) *Manifestação de Moradores,* Porto (1974).



[Fig. 66] (à esquerda) *Manifestação contra a Lei das Ocupações,* Porto (1975).



[Fig. 67] (à direita) *Manifestação pela Habitação*, Porto (1975).



[Fig. 68] (à esquerda) Comissões de Moradores m*anifestam-se pela Habitação*, Porto (1975).



[Fig. 69] (à direita) *Manifestação pela Habitação*, Porto (1975).



O intervalo entre 1974[239] e 1976, corresponderia ao momento de maior empenho, no que diz respeito à manifestação de estratégias relativas às políticas habitacionais, "direcionada para o desenvolvimento de um verdadeiro sector publico de promoção, para o lançamento concreto das bases de uma política fundiária e urbanística coerentes, e para uma efectiva acção reguladora do Estado sobre os processos do mercado habitacional"[240]. Em contrapartida, as ações do Estado estavam subordinadas pelas intensas transformações a nível social e político, assim, o Estado não se mostrou indiferente ao desenvolvimento dos movimentos sociais que, sem precedentes, evoluíram a volta da habitação e dos equipamentos coletivos[241]. De acordo com Vilaça e Ferreira:

> "Com efeito, desde logo, a Promoção Direta de Habitação, dividida em Planos Integrados e Realizações Dispersas, mais tarde redenominadas de Realizações Diversas, programas dirigidos à construção de habitação promovida e financiada pelo Estado central, através do lançamento de concursos públicos para a arrematação das respetivas empreitadas"[242].

As edificações de habitações individuais com logradouro, ao gosto das políticas do Estado Novo, eram agora substituídas[243] pela "construção em altura em processos de aglomeração e densificação populacionais, designadamente nos grandes centros urbanos"[244]. Como consequência do período instável que se vivia na segunda metade da década de 70 tornar-se-ia impossível a construção de habitações suficientes para albergar todas as famílias, dito isto, se durante o Estado Novo existiu o problema relativo a habitação clandestina – barracas ou similares –, o mesmo ganhou cada vez uma maior dimensão. "Foi a chamada construção em «avos» ou a construção «à multa», perante a passividade total dos poderes públicos e o enriquecimento ilícito de alguns agentes imobiliários pouco escrupulosos"[245]. Estas construções tendiam a ter parecenças com as habitações que estes indivíduos possuíram anteriormente no meio rural, influenciados por

---

[239] A 15 de maio de 1974, Nuno portas foi nomeado Secretario de Estado da Habitação e Urbanismo ficando no cargo durante os três primeiros governos provisórios.
[240] SERRA, 1997, p. 9
[241] SERRA, 1997.
[242] VILAÇA & FERREIRA, 2018, p. 320.
[243] Soluções que se tinham verificado um pouco por toda a Europa, nomeadamente nos anos que se seguiram à 2.ª Grande Guerra (VILAÇA & FERREIRA, 2018, p. 320).
[244] VILAÇA & FERREIRA, 2018, p. 320.
[245] VILAÇA & FERREIRA, 2018, p. 321.

esta dinâmica as novas casas dispunham sempre que possível de um espaço verde. O quintal possuía um duplo prepósito, por um lado contribuía para o cultivo de bens para o sustenta da família, e por outro um lugar de lazer para a mesma [246]. Conforme Vilaça e Ferreira expõem:

> "Os Contratos de Desenvolvimento para Habitação, um dos programas que teve um horizonte temporal mais longínquo, responsável pela construção de muitos milhares de fogos para venda a preços controlados pela iniciativa privada e que teve um papel preponderante nos programas de realojamento; foi, igualmente, uma continuidade natural do Programa de Renda Limitada, que pretendia que os privados construíssem habitação para a classe média"[247].

O SAAL[248], Serviço Ambulatório de Apoio Local, foi entendido como uma ação sem precedentes, apesar da sua breve duração – agosto[249] de 1974 a outubro de 1976[250] – "não possibilitou o aprofundamento, nem a consolidação de uma teoria e de uma prática em processo de elaboração, entre conflitos de grau de importância diversa, que poderiam ir da provável guerra civil, ao simples debate sobre um material de construção, ou tipologia, ou ainda, à critica premente aos instrumentos de planeamento ainda vigentes"[251]. Contudo, as habitações edificadas são nos nossos dias marcos nas cidades onde foram implantadas. Contudo a significação atribuída pelos que viram a tornar-se moradores e os arquitetos que as projetaram difere. Para os seus moradores representam simbolicamente a sua luta pelo direito à habitação digna, enquanto que do ponto de vista dos arquitetos estes edifícios eram vistos como "[...] projetos rápidos, construções

---

[246] MARTINS, 2014.
[247] VILAÇA & FERREIRA, 2018, p. 322.
[248] *Informações complementares*: BANDEIRINHA, J. A. (2011). O Processo SAAL e a Arquitectura no 25 de abril de 1974. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra.
[249] Despacho do Ministérios da Administração Interna, do Equipamento Social e do Ambiente, de 6 de agosto de 1976.
[250] A partir de 1975 começaram a existir alguns conflitos entre os moradores e as equipas do SAAL, estes conflitos internos contribuíram para o início do declínio do programa. Sendo que fevereiro de 1976, através do relatório publicado pelo Conselho Nacional do SAAL, são elencados vários pontos que necessitavam de melhorias, *constatava-se a necessidade de fazer ajustes ao plano de actividades previsto para 1976 devido a uma redução orçamental de 200 mil contos* (BANDEIRINHA, 2011, p. 182).
A 27 de outubro de 1976 por *despacho conjunto do Ministério da Administração Interna e do Ministério da Habitação, Urbanismo e Construção, sugere a extinção do programa SAAL e a sua estrutura orgânica de intervenção* (MARTINS, 2014, p. 111. A justificação prende-se no facto das Brigadas Técnicas prestarem pouco apoio às populações, e no número pouco substancial de fogos construídos.
[251] MATOS, 2018, p. 204.

provisórias e pontos de partida para o debate, marcas inolvidáveis do início de um processo irreversível pelo facto de estas habitações de terem sido executáveis"[252]. Em junho de 1974, Nuno Teotónio Pereira entregou no FFH o documento que delimitava a ação geográfica do SAAL, "compreendendo todo o país com exceção do concelho de Lisboa e dos Planos Integrados, então a cargo do Fundo de Fomento Habitação (Monte da Caparica, Zambujal, Setúbal, Aveiro, Guimarães e Matosinhos)"[253].

O processo SAAL[254] contraria o conceito de casa pronta a habitar. Os moradores[255] estão presentes nas tomadas de decisão, ou seja, possuem um papel ativo na dinâmica da edificação. Assim sendo, as casas são adaptadas às pessoas, concretizando, desta forma, o objetivo de melhoramento das condições de vida e de conforto. Como que tratam de processos que intrinsecamente se cruzam com os fatores sociais, políticos e económicos surgem referenciadas em documentários ou músicas, nomeadamente na chamada "música de intervenção". A letra de "Os Índios da Meia *Praia"* (1976) de Zeca Afonso descreve o Processo SAAL na zona da Meia-Praia, próximo a Lagos (Algarve). A execução destas habitações correu por meio de autoconstrução – potencializado maioritariamente na zona sul de Portugal – processo levado a cabo pelos moradores que atuam na tentativa de substituir as velhas casas (*barracas*) por habitações mais dignas. De acordo com a letra da música de José Afonso:

> "[...] Oito mil horas contadas/ Laboraram a preceito/ Até que veio o primeiro/ Documento autenticado

---

[252] COSTA in BECKER et al; 1998, p. 65 *apud* MATOS, 2018, p. 205.

[253] BANDEIRINHA, 2011, p. 118.

[254] *Fontes Audiovisuais a consultar:* ALVES-COSTA, C. (*realização*) – *Casa para o Povo*, 2010. Duração: 00:15:09h. Disponível em Vimeo: https://vimeo.com/111230531; PCP Lagos (divulgação) – Construção do Bairro SAAL da meia Praia, 1975. Duração: 00:28:29h. Disponível em Vimeo: https://vimeo.com/22259925; NICHE, G. (*realização*) – *A Arquitectura e o 25 de abril: Conversa com José António Bandeirinha*, 2016. Duração: 00:25:19h. Disponível no Centro de Documentação 25 de abril, Universidade de Coimbra em: https://arqmultimedia.cd25a.uc.pt/en/mmcs/1380; SOUSA, A. de; PALLA, M. A. *(edição)* – Direito à Habitação, CINEQUIPA, Departamento de Programas Culturais (RTP), 1975. Duração: 00:49:38h. Disponível no Centro de Documentação 25 de abril, Universidade de Coimbra em: https://arqmultimedia.cd25a.uc.pt/pt/mmcs/744; DIAS, J. (*realização*) – *As Operações SAAL*, 2009. Duração: 01:36:57h; TELLES, A. C. (Realização) – *Continuar a viver*, Instituto Português de Cinema, 1976. Duração: 01:40:06h. Disponível no YouTube: https://www.youtube.com/watch?v=qE0NlsQTs_k

[255] Desenvolvimento das Associações de Moradores - *Para além das acções desenvolvidas no sentido da conquista de condições habitacionais condignas, as Associações de Moradores constituíam, ainda, um espaço de desenvolvimento de competências dos seus membros, nomeadamente através dos jornais que quase todas possuíam: estes constituíam não só um veículo de divulgação de informação sobre a vida das associações, mas eram também espaços de reflexão, de manifestação, de expressão de opiniões, de debate e de apelo ao envolvimento dos moradores nas lutas* (MACHADO, 2011).

> Veio um cheque pelo correio/ E alguns pedreiros amigos/ Disse o pescador consigo/ Só quem trabalha é honrado
> [...] Eram mulheres e crianças/ Cada um c'o seu tijolo/ Isto aqui era uma orquestra/ Quem diz o contrário é tolo
> E toda a gente interessada/ Colaborou a preceito/ Vamos trabalhar a eito/ Dizia a rapaziada
> Não basta pregar um prego/ Para ter um bairro novo/ Só unidos venceremos/ Reza um ditado do Povo
> E se a má língua não cessa/ Eu daqui vivo não saia/ Pois nada apaga a nobreza/ Dos índios da Meia-Praia [...]"[256].

Esta música é parte integrante do documentário de António Cunha Telles, *Continuar a Viver*, também conhecido como *Índios da Meia-Praia*. Este documentário foca-se em toda a experiência SAAL que ocorreu nesta comunidade piscatória.

Hoje em dia a construção sobre o domínio público marítimo[257] é completamente proibido, desta forma, o que ocorreu é Lagos deve ser entendido unicamente como o resultado de um país desregrado acabado de sair de uma revolução. Ao ponderar-mos a situação concluímos que o problema dos habitantes da Meia-Praia ficou temporariamente resolvido, pois do ponto de vista legislativo não existe forma de legalizar aquele empreendimento pelo facto da construção ter sido realizada na zona do areal. Mais se acrescenta, uma vez que num futuro mais ou menos distante a subida do nível do mar colocará em risco estas habitações, para tal a solução mais viável passa pela demolição desta área residencial e consequente realojamento dos habitantes.

Como Zeca Afonso, também Sérgio Godinho aproveitou as suas músicas para chamar a atenção para os problemas sociais, particularmente, na música *Liberdade* (1974), onde expressa "[...]Só há liberdade a sério quando houver/ A paz, o pão /habitação /saúde, educação /Só há liberdade a sério quando houver /Liberdade de mudar e decidir /Quando pertencer ao povo o que o povo produzir [...]"[258]. Desta forma, é possível afirmar que o problema da habitação era um tema no qual se refletia bastante, isto quer dizer,

---

[256] AFONSO, José (*Compositor*) – *Os Índios da Meia-Praia*, 1976 *apud* s.a. (2005 (?)). Zeca Afonso - Os Índios da Meia Praia. Obtido em 22 de maio de 2021, de Alfarrabio: http://alfarrabio.di.uminho.pt/zeca/cancoes/119.html
Ressalva-se que a versão veiculada na música não inclui todas as quadras.

[257] Diário da República, Lei n.54/2005; Série I-A de 15 de novembro de 2005, pela Assembleia da República

[258] GODINHO, Sérgio (*Compositor*) – *Liberdade,* 1974. Obtido em 22 de maio de 2021, de Sérgio Godinho TV (YouTube): https://www.youtube.com/watch?v=HVCt3RGcjRQ

existia uma grande discussão a vários níveis, não se tratava de um assunto que as pessoas levassem de animo leve.



[Fig. 70] (à esquerda) *Mulheres e Crianças transportam tijolos,* SAAL Meia Praia, Lagos (1976).



[Fig. 71] (à direita) *Reunião de Moradores,* SAAL Meia Praia, Lagos (1976).



[Fig. 72] (à esquerda) *Construção*, SAAL Meia Praia, Lagos (1976).



[Fig. 73] (à direita) *Construção,* SAAL Meia Praia, Lagos (1976).

[Fig. 74] (à esquerda) *Local de Implantação,* SAAL Meia Praia, Lagos (1975).

[Fig. 75] (à direita) *Construção de Casas,* SAAL Meia Praia, Lagos (1975).





[Fig. 76] (à esquerda) *Casas SAAL,* Casal das Figueiras, Setúbal (s.d).

[Fig. 77] (à direita) *Casas SAAL,* Quinta das Fonsecas, Quinta da Calçada, Lisboa (s.d).





[Fig. 78] (à esquerda) *Construção de Casas SAAL,* Bairro das Antas, Porto (s.d).

[Fig. 79] (à direita) *Casas SAAL,* Bairro das Antas, Interior, Porto (s.d).





[Fig. 80] (à esquerda) *Construção de Casas SAAL Curraleira,* Embrechados, Lisboa (s.d).

[Fig. 81] (à direita) *Casas SAAL,* Bairro da Lapa, Porto (1975).







[Fig. 82] (à esquerda) *Plenário do SAAL,* Porto (5 de abril de 1974)



[Fig. 83] (à direita) *Manifestação contra a lei das ocupações,* Porto, (17 de maio de 1975)



[Fig. 84] (à esquerda) *Manifestação contra a lei das ocupações*, Porto (17 de maio de 1975)



[Fig. 85] (à direita) *Manifestação*, Porto (23 de outubro de 1976)



[Fig. 86] (à esquerda) *"A casa é do povo"*, Porto (s/d)



[Fig. 87] (à direita) *Casas Sim Barracas Não*, Porto (s/d)

Paralelamente, o Programa de Apoio às Cooperativas de Habitação Económica, tendo como base jurídica o Decreto-Lei nº. 730/74, de 20 de Dezembro, define o regime de cooperação habitacional, enquanto o Decreto-Lei nº. 737-A/74[259], promulgado a 23 de Dezembro, reconhecia a importância do cooperativismo[260] "na promoção de alojamento de inequívoca utilidade social como forma privilegiada de organização da iniciativa e da gestão de recursos pelos próprios moradores na realização de conjuntos urbanos que efectivamente correspondam às suas necessidades"[261], por outras palavras, as cooperativas integravam uma estratégias participativa, na edificação de conjuntos habitacionais de qualidade arquitetónica[262], que se determina também pela colaboração dos próprios moradores, gerando-se um sentido de pertença[263]. De acordo com Coelho a:

> "[...] dinamização do convívio, apropriação e participação direta/ indireta dos habitantes na formalização e na gestão dos seus espaços de habitar, que se julga terem estado bem presentes neste período da promoção cooperativas de habitação económica e que se prolongaram pelo período subsequente [...]"[264].

As cooperativas de caracter social passariam a designar-se por Cooperativas de Habitação Económica (CHE's), sendo que, se desenvolveriam maioritariamente até ao final dos anos 80[265], momento em que é fundada a FENACHE – Federação Nacional de Cooperativas de Habitação Económicas.

---

[259] Futuramente, por Decreto-Lei 265/76, de 10 de abril, o regime das cooperativas de habitação será alterado.
[260] As primeiras cooperativas habitacionais haviam surgido em Portugal no final do século XIX.
[261] Diário do Governo, Decreto-Lei nº737-A/74; I Suplemento, Série I, de 23 de dezembro de 1974, pelo Ministério do Equipamento Social e do Ambiente – Secretária de Estado da Habitação e Urbanismo
[262] COELHO, 2013, p. 136 *apud* SANCHES, 2015, p. 113.
[263] SANCHES, 2015.
[264] COELHO, 2013, p. 136 *apud* SANCHES, 2015, p, 113.
[265] Em 1980 existiam um total 250 cooperativas de habitação legisladas distribuídas por todos o país.



[Fig. 88] *Projeto do Arq. Pedro Ramalho, para a Cooperativa de Habitação Económica HABITOVAR* [1976-1978], Ovar (s.d).



[Fig. 89] *Projeto dos Arqs. João Pestana, Chaves de Almeida e Fernando Neves, para a Cooperativa de Construção e habitação HABECE* [Década de 90,] Ramalde Porto (s.d).

A 5 de novembro de 1976, através do Decreto-Lei nº. 794/76 é promulgada a nova Lei dos Solos, esta define "os princípios e normas fundamentais sobre a política dos solos, e concentra e sistematiza dispositivos dispersos por leis avulsas, sem prejuízo de algumas inovações que foram julgadas oportunas"[266]. A necessidade de uma nova Lei dos Solos, prende-se na alteração de interesses, pós-revolução de abril, existindo um maior cuidado com o ordenamento do território, ou seja, com uma planificação mais detalhada ao nível da implantação de novas infraestruturas e equipamentos.

Em consequência das políticas de consolidação económica e financeira, os anos de 1978 e de 1979, ficariam marcados pela diminuição da promoção pública de habitação, muito por causa da suspensão do financiamento às cooperativas, assim como a diminuição do investimento privado, devido ao aumento dos preços dos materiais e valores de financiamento[267].

Em 1980[268], o debate sobre a habitação foi retomado, os apoios às cooperativas são descongelados, sendo ainda introduzidas novas medidas[269] de apoio. Contudo, o FFH sofre um grande corte orçamental, conduzindo-o a urna situação de desequilíbrio financeiro, a 30 de outubro é apresentada a Resolução nº 224/81, esta visa a criação de medidas para a extinção do Fundo de Fomento da Habitação:

> "a) Apresentarem projectos de decreto-lei extinguindo o Fundo de Fomento da Habitação e o Instituto de Apoio à Construção Civil, alterando a orgânica da Direcção-Geral do Planeamento Urbanístico, por forma a absorver as funções normativas e fiscalizadoras referentes à habitação, e definindo a instituição que assumirá as funções de fomento financeiro dos programas de habitação;
> b) Providenciarem no sentido da reafectação dos funcionários e agentes e do património dos organismos a extinguir;

---

[266] Diário da República, Decreto-Lei nº. 794/76; nº. 259, Série I, de 5 de novembro de 1976, pelo Ministério da Habitação, Urbanismo e Construção – Gabinete do Ministério.

[267] MENDES, 1984.

[268] Pelo Decreto-Lei nº. 454/80, de 9 de outubro, é aprovado o Código Cooperativo, este define o cooperativismo como uma *atividade económica e sócio-cultural livre e independente, profundamente enraizado no sentido e na prática do povo português*, (Decreto-Lei nº. 454/80, de 9 de outubro, da Presidência do Concelho de Ministros, Gabinete do Ministério Adjunto do Primeiro-Ministro), reconhecendo a falta de cobertura legislativa objetiva e clara.
Referência ainda a importância da Lei Basilar, de 1867, e o Código Comercial de 1888, apesar de o Código Comercial por ser considerado um retrocesso em comparação com a Lei Basilar.

[269] Introdução de alterações ao nível do sistema de autorização de créditos e incentivos financeiros à habitação através da Portaria n.º 435/ 80 de 25 de junho, da Presidência do Conselho de Ministros e Ministério das Finanças e do Plano.

> c) Tomarem as medidas adequadas para assegurar a continuidade dos programas em curso ou pendentes de acção no Fundo de Fomento da Habitação, designadamente no tocante aos compromissos e direitos por ele detidos"[270].

A 29 de maio de 1982, por Decreto-Lei nº. 214/82[271], é oficialmente extinto o Fundo de Fomento da Habitação e o Instituto de Apoio à Construção Civil, sendo ainda estabelecidas as estruturas sucessoras.

Pelo Decreto-Lei n.º 218/82[272], de 2 de junho, é estabelecida legislação que havia sido exigida pelo Código Cooperativo – Decreto-Lei nº. 454/80 – para o setor habitacional, isto é, um complemento ao código. "As cooperativas de construção e habitação e as suas organizações de grau superior regem-se pelas disposições do presente diploma e, nas suas omissões, pelo Código Cooperativo"[273].

O ano de 1983 foi assinalado pela exacerbação da situação económica, no que diz respeito a política habitacional, exprimiu-se "na substituição do sistema de crédito à casa própria pelo regime de poupança-habitação; na transferência para as câmaras municipais da responsabilidade de promover a habitação social, na extinção do FFH e criação do Fundo de Apoio ao Investimento em Habitação"[274], este destinar-se-ia ao financiamento de programas sociais[275].

Maria Clara Mendes defende que as sucessivas movimentações do Estado, sem tempo para a sua consolidação, e agravadas pela situação económica são as responsáveis

---

[270] Diário da República, Resolução nº 224/81, Série I de 30 de outubro de 1981, pela Presidência do Conselho de Ministros, Gabinete do Primeiro Ministro.

[271] Diário da República, Decreto-Lei nº 214/83, Série I de 29 de maio de 1982, pelo Ministério da Habitação, Obras Públicas e Transportes.

[272] Futuramente, pelo Decreto-Lei nº 502/99, de 19 de novembro, é estabelecido o regime jurídico das cooperativas de habitação revogando o Decreto-Lei nº 218/82.
O diploma expõe a existência de 495 cooperativas habitacionais, e como estas são prova da tentativa de resolução do problema habitacional (Diário da República, Decreto-Lei nº. 502/99, Sério I -A, de 16 de dezembro de 1999, pela Assembleia da República).

[273] Diário da República, Decreto-Lei nº 218/82, nº 125, Série I, de 2 de junho de 1983, pela Presidência do Conselho de Ministros; capítulo I, artigo 1º.

[274] MENDES, 1984.

[275] Pelo Decreto-Lei nº 220/83, de 26 de marco, são estabelecidas condições especiais de acesso a crédito por parte de municípios, assim como outros coletivos, com o propósito de fomentar a criação de habitação a custos controlados. Ou seja, é reconhecida a decisão da extinção do FFH, apresentando-se a criação de um novo fundo – Fundo de Apoio ao Investimento para a Habitação – este destinar-se-ia *a assumir as funções financeiras dos programas de habitação definidos pelo Governo* (Decreto-Lei nº 220/83, de 26 de marco, do Ministério das Finanças e do Plano e da Habitação, Obras Públicas e Transportes).

pela situação existente no domínio da habitação[276]. Em consequência, o número de construções clandestinas aumentou drasticamente; "o parque habitacional degradou-se; o mercado de arrendamento desapareceu e os custos médios das habitações"[277] encontravam-se completamente desajustados dos rendimentos familiares, restringindo o acesso à habitação. Não obstante, a gestão urbana mostrava-se deficiente, uma vez que, os terrenos eram insuficientes[278]. A 17 de abril é promulgado o Decreto-Lei nº 110/85, que regularizará a criação de condições de crédito para o incentivo da construção com fins arrendatários[279], uma vez que a legislação anterior – Decreto-Lei 220/83 – oferecia possibilidades de crédito que incentivavam a edificação de habitações para venda. Por conseguinte, a solução passa "pela criação de condições especiais de financiamento a conceder aos municípios e suas associações e ainda a empresas municipais e intermunicipais que construam habitações para arrendamento, repartindo ainda entre as administrações central e local os encargos de uma responsabilidade que cabe a ambas"[280].

O Instituto Nacional de Habitação[281] é fundado ao abrigo do Decreto-Lei nº 177/84, este pode ser entendido no contexto de uma extensa transformação ao nível da política habitacional, que levaria ao término da FAIH, "enquanto entidade financiadora e a premência de um organismo que assumisse parte das funções que o extinto Fundo de Fomento da Habitação deixara a descoberto e paralelamente implementasse novas medidas que se justificavam face ao contexto económico e social do momento"[282].

Sobre a alçada do INH[283] e da Política de Habitação e Custos Controlados, formam criados programas, entre eles o Programa Especial de Realojamento[284] (PER), este

---

[276] MENDES, 1984.
[277] MENDES, 1984.
[278] Com a extinção do Fundo de Fomento à habitação regou-se um vazio institucional
[279] A Lei nº 46/85, de 20 de setembro, regularizará os regimes de renda livre, condicionada e apoiada
[280] Diário da República, Decreto-Lei nº 110/85, Série I, de 17 de abril de 1985, pelo Ministério do Equipamento Social.
[281] *Entre 1984 e 2007, o INH terá financiado, aproximadamente, 130000 fogos de habitação social, dos quais cerca de 60000 para arrendamento e 70000 para venda. A média anual foi de cerca de 7200 fogos. Nos primeiros 10 anos, as cooperativas de habitação foram o promotor que mais construiu, com um total de mais de 40 000 casas edificadas. A partir de 1995, os municípios assumiram-se como os promotores de referência e através dos financiamentos para os programas de realojamento e outros construíram mais de 68 000 habitações para famílias a residir em alojamentos precários* (VILAÇA & FERREIRA, 2018, p. 347).
[282] VILAÇA & FERREIRA, 2018, p. 343.
[283] O Instituto Nacional de Habitação passaria por uma extensa reestruturação alterando a sua designação para Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana (IHRU), em 2007.
[284] Criado por Decreto-Lei nº 163/93, de 7 de maio (Posteriormente alterado pelo Decreto-Lei nº 271/2003)

focava-se nas áreas metropolitanas de Porto e Lisboa, tendo como objetivo a eliminação das "barracas" ou outro tipo de construção precária, mediante o realojamento das famílias.

Em 1986, seria publicada a Lei Orgânica do INH – Decreto-Lei n.º 202-B/86 – muito semelhante ao Decreto-Lei original, mantendo, desta forma, as atribuições e competências do Instituto Nacional de Habitação inalteradas, consolidando a sua intervenção na política habitacional. No preambulo, pode ler-se:

> "[...] a própria dinâmica do sector veio a consubstanciar-se no alargamento da atividade do Instituto, que no final de Abril de 1986 tinha já assinado contratos para a construção de cerca de 8500 fogos, no valor de 19 milhões de contos, o que mostra bem as perspectivas de desenvolvimento do novo organismo e o volume das responsabilidades entretanto assumidas. Por outro lado, a própria experiência colhida pelo INH durante este período de instalação permitiu definir com maior precisão os parâmetros da sua futura atuação como instituto vocacionado para a administração e financiamento de programas de habitação social que devam ser apoiados pelo Estado"[285].

O hiato entre a extinção do FFH e a criação do Instituto de Gestão e de Alienação do Património Habitacional do Estado[286] (IGAPHE)[287] levaria 5 anos, responsabilizando "a

[285] Diário da República, Decreto-Lei nº 202-B/86, nº 166/1986, 1º Suplemento, Série I de 22 de junho de 1986, pelo Ministério das Obras Públicas, Transportes e Comunicações.

[286] O Estado, posteriormente, procurou transferir o seu património habitacional através do desenvolvimento do Instituto de Gestão e de Alienação do Património Habitacional do Estado (IGAPHE). Procurando, ainda, *regularizar o setor do arrendamento através da criação do Regime de Arrendamento Urbano* (MARQUES, 2018, p. 90).

[287] Criado a 26 de fevereiro de 1987, ao abrigo do Decreto-Lei nº 88/87, tendo as seguintes atribuições: *a) A gestão, conservação e alienação do parque habitacional, equipamentos e solos, que constituem o seu património, no cumprimento da política definida para a habitação social; b) Conceder apoio técnico a autarquias locais e outras instituições promo- toras de habitação social, no domínio da gestão e conservação do parque habitacional; c) Apoiar o Governo na definição das políticas de arrendamento social e alie- nação do parque habitacional público.* Diário da República, Decreteo-Lei nº. 88/87; nº 48/1987, Série I de 26 de fevereiro de 1987; pelos Ministérios das Finanças, Justiça e das Obras Públicas, Transportes e Comunicações.
Passados três meses são atribuídas ao IGAPHE novas competências por Decreto-Lei nº. 226/87, onde é estabelecido um novo regime de cooperação em programas destinas à habitação social, revogando o anterior Decreto-Lei nº 366/85, de 11 de setembro.

comissão liquidatária por muito mais do que as funções de liquidação e prolongou a sua existência para além do desejável"[288].

A "questão habitacional", ao nível do debate europeu, é algo bem complexo, tanto as dinâmicas como as políticas associadas à habitação estão em constante adaptação e mutação. Assim, segundo Guerra:

> "... novas procuras, novas necessidades face ao mercado habitacional. São sobretudo citadas como mais significativas, devido aos seus impactos nas necessidades de habitação, algumas transformações na estrutura demográfica: o envelhecimento crescente da população, a diversificação do tipo de famílias e novas dinâmicas na relação casa/trabalho, as diversidades ligadas aos fenómenos migratórios, etc. Mas são também apontadas as dinâmicas socioculturais mais qualitativas que se traduzem por dimensões de individualização e de mudança dos modos de vida que, intimamente ligados aos fenómenos anteriores, dão origem a uma diversificação da procura"[289].

Reconhece-se as transformações socioculturais como as principais dinamizadoras habitacionais, bem como as constantes alterações do papel do Estado, procurando-se, no entanto, um equilibro que garanta um direito à habitação generalizado.

Em Portugal, os anos de 1980-90 representariam uma dualidade no que respeita a escassez de habitação em relação à população, por outras palavras, a questão da falta de habitação passaria a dar lugar a realidade do mercado – fator imobiliário, construtivo e bancário – estes tornar-se-iam determinantes nas décadas seguintes[290]. Sob outra perspetiva, da escassez passar-se-ia para um aumento no que respeita a propriedade, ou seja, "segundas casas", sinal de saturação do mercado[291], até ao final do século XX.

Relativamente à construção de habitação social, o financiamento para a aquisição de habitação destinava-se, maioritariamente, aos "grupos com alguma capacidade de poupança, pese embora ter atingido alguns dos grupos sociais de rendimentos médios-baixos"[292]. Em contrapartida, a população mais carenciada, sem capacidade de investimento, "mal alojada de menores rendimentos aumenta consideravelmente

---

[288] VILAÇA & FERREIRA, 2018, p. 341.
[289] GUERRA, 2011, p. 41.
[290] MARQUES, 2018.
[291] MARQUES, 2018.
[292] GUERRA, 2011, p. 58.

alargando os regimes de sobreocupação dos fogos e de construção de barracas"[293]. Deste modo, o progresso "económico e a consciência crescente das necessidades de habitação permitiram, na década de 80, um desenvolvimento substantivo do número de fogos novos construídos para habitação social"[294].

Portugal havia entrado para a CEE em 1986, o que potenciou o seu crescimento económico entre 1986 e 1992, tendo este sido recuperado entre 1995 e 1999. Ao nível do setor habitacional, como referido anteriormente, o Estado diminuiu significativamente o seu papel como promotor, tendo passado essa função para os municípios. De acordo com Guerra:

> "... o aumento do rendimento das famílias, descida das taxas de juro na UE, melhoria substancial das condições de crédito para aquisição de habitação potenciadas pelos apoios e incentivos fiscais do Estado, inércia do mercado de arrendamento; quer ainda ao nível da oferta – com o crescimento do número de empresas de construção e de imobiliárias, concentração e entrada de empresas estrangeiras, e aumento substancial do número de fogos construídos"[295].

Viver-se-ia um tempo de grande investimento na construção da habitação[296], o Estado mantinha e fortalecia o estímulo à aquisição da casa própria, por meio de crédito bonificado[297], sendo esta a principal política habitacional, no entanto, "esgotava largamente os recursos disponíveis"[298].

---

[293] GUERRA, 2011, p. 58.
[294] GUERRA, 2011, p. 58.
[295] GUERRA, 2011, p. 50.
[296] Período que se estenderia até 2002, ano em que terminou a atribuição da bonificação das taxas de juro, com o prepósito de aquisição de habitação própria.
[297] Bonificação que abrangia vários rendimentos.
[298] GUERRA, 2011, p. 57.
Apesar de não se conhecerem os montantes exactos da despesa pública com esta medida de política, esta era, sem dúvida, a medida mais exigente em termos financeiros (GUERRA, 2011, p. 57).

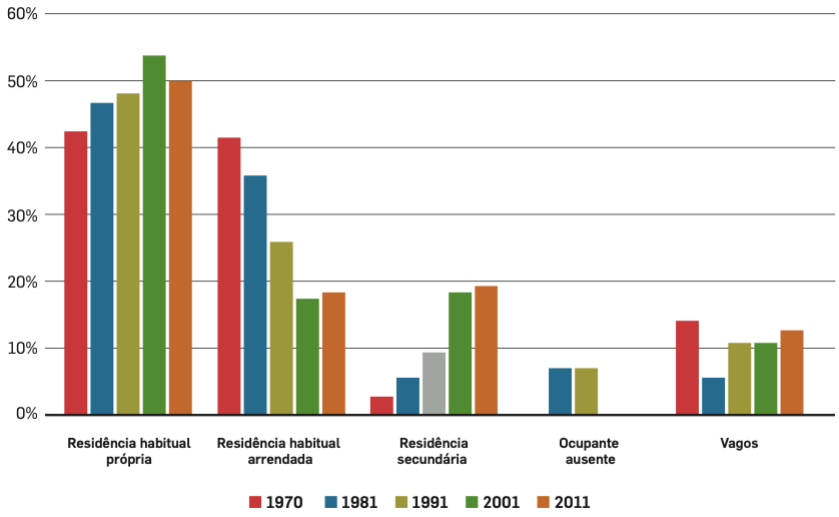


[Fig. 90] Cartaz: *Manifestação pela Habitação - Casa para as pessoas não para o lucro*, Lisboa (2020).

O início de um novo milénio ficaria assinalado por múltiplas mudanças que condicionaram a influência do Estado no âmbito da habitação. Por conseguinte, "a promoção do acesso a casa própria gerou a diminuição do arrendamento e o aumento dos alojamentos ocupados por proprietários, em muitos casos com hipoteca"[299]. Esta tendência perpetuou-se ao longo de vários anos, podendo mesmo afirmar tratar-se de uma das mais significativas mudanças sociais do século XIX em contexto português. Nas palavras de Xerez, Rodrigues e Cardoso:

> "Apesar desta tendência, que teve particular importância na política de habitação em muitos países, como foi o caso de Portugal e dos países do Sul da Europa, assistimos atualmente a uma mudança naquilo a que se designou a ideologia da casa própria"[300].

O direito e a acessibilidade à habitação digna, tornar-se-ia num extenso debate dentro e fora[301] de Portugal, desde a Constituição de 1976, onde está contemplado o artigo 65º à Declaração Universal dos Direitos Humanos, de 1945.



Fonte: INE — Censos 1970, 1981, 1991, 2001 e 2011.

[Fig. 91] Alojamentos familiares clássicos por forma de ocupação (INE)

[299] XEREZ, RODRIGUES, & CARDOSO, 2018, p. 465.
[300] XEREZ, RODRIGUES, & CARDOSO, 2018, p. 466.
[301] É necessário salientar o contexto do processo de globalização, bem como das mudanças ao nível sociocultural, destas alterações nasceria a critica ao anterior paradigma construtivo dos Bairros Sociais, desde a posição de distanciamento do Estado, no que respeita a fomentação da habitação, mas também, à descentralização da questão do alojamento (GUERRA, 2008).

O gráfico[302] acima indicado apresenta a evolução da habitação em Portugal, por forma de ocupação, nas décadas de 70, 80, 90, 2000, apresentando como preferência habitacional a "residência habitual própria" e a descida da "residência habitual arrendada", salientando-se ainda o acréscimo de "residências secundarias" e de habitações "vagas". Contudo, entre os anos de 2001 e 2011, é possível observar um decréscimo na habitação própria, e um aumento pouco significativo dos arrendamentos, 1%. O decréscimo da habitação própria, e por consequência, o aumento do arrendamento, prende-se com o fator económico, mais concretamente "o fim do crédito bonificado, a maior regulamentação do crédito bancário, uma maior exigência das instituições bancárias na concessão de crédito à habitação e, por fim, a crise financeira de 2008-2010"[303].

Deduz-se assim, que nas últimas duas décadas, a administração das políticas habitacionais potencializou-se em volta de três pontos: habitação social, reabilitação urbana e promoção do arrendamento[304]. Conforme expõem Xerez, Rodrigues e Cardoso:

> "Algumas das iniciativas inventarias, abrangem "programas como o PER, o Programa de Financiamento para Acesso à Habitação (PROHABITA), o Mercado Social de Arrendamento (MSA), o Porta 65, o Programa Reabilitar para Arrendar, o regime jurídico da reabilitação urbana e ainda as sucessivas alterações ao Novo Regime do Arrendamento Urbano (NRAU)"[305].

Dito isto, a partir de 2002 Portugal passaria a integrar a União Económica Monetária, ou seja, a moeda oficial passaria a ser o euro, e com isso o problema da inflação deixaria de existir, continuava, no entanto, "obrigado a controlar as contas públicas, devendo para isso cumprir as regras do Pacto de Estabilidade e Crescimento"[306].

---

[302] XEREZ, RODRIGUES, & CARDOSO, 2018, p. 466 *apud* INE.
[303] XEREZ, RODRIGUES, & CARDOSO, 2018, p. 467.
[304] XEREZ, RODRIGUES, & CARDOSO, 2018, p. 467
Lei nº 31/2012, de 14 de agosto, procede à revisão do regime jurídico no campo do arrendamento urbano, atualizando a Lei 6/2206, de 27 de fevereiro.
Assim sendo, a Lei 31/2012, pretende dinamizar o mercado do arrendamento *alterando o regime substantivo da locação (...); o regime transitório dos contratos de arrendamento celebrados antes da entrada em vigor da Lei nº. 6/2006, forçando a negociação entre as partes (...); ...procedimento especial de despejo do local arrendado (...)* (Diário da República, Lei nº 31/2012, 1.º Série, nº 157, de 14 de agosto de 2012, pela Assembleia da República).
[305] XEREZ, RODRIGUES, & CARDOSO, 2018, p. 467.
[306] XEREZ, RODRIGUES, & CARDOSO, 2018, p. 468.

Paralelamente, este ano daria início a uma "pausa" na fomentação do setor público de habitação, assim como o fim do crédito de bonificação jovem.

O crescimento da economia abrandou, entrando-se num período de estagnação que influenciou drasticamente a vida dos portugueses, fator que se traduziu numa maior precaridade no emprego e taxa de desemprego. Dada a conjuntura de indefinição a todos os aspetos, registar-se-ia uma redução abrupta a nível das vendas e novos licenciamentos.

Em 2010, a crise financeira[307] global chegou a Portugal, vivendo-se um grande período de austeridade. Deste modo:

> "A orientação estratégica da política de desenvolvimento económico e social, identificada através de uma análise às GOP, é fundamental para compreender a evolução da política de habitação desenvolvida pelos cinco últimos governos constitucionais"[308].

O Governo que iniciaria funções em 2002, o XV Governo Constitucional, seria definido pela mudança das políticas dos dois governos antecessores, desta forma, entre 2002 e 2007, realizar-se-iam mudanças significativas no âmbito das políticas habitacionais, no âmbito do crédito bonificado[309]. No último trimestre de 1998, os Regimes de Crédito Bonificados (RCB) seriam retomados – Decreto-Lei nº 349/98, de 11 de novembro – mencionava-se que as taxas de juro elevadas haviam impedido o acesso ao crédito em 1986. Deste modo, devido ao acentuado declínio das taxas de juro tornava-se incontestável "reequacionar, numa perspectiva de racionalização de afectação de recursos financeiros do Estado, o sistema de concessão de bonificações, por forma que o mesmo se adeqúe às necessidades reais de apoio à habitação, prevenindo excessos na sua utilização"[310], seriam então tabelados na lei os valores máximos de habitação, em função dos rendimentos e do número do agregado familiar.

---

[307] *...crise das dívidas soberanas na Europa obrigou à disciplina do Programa de Ajustamento Económico e Financeiro (PAEF), cuja implementação, a partir de meados de 2011, foi supervisionada pela Troika — Comissão Europeia, o Banco Central Europeu e o Fundo Monetário Internacional* (XEREZ, RODRIGUES, & CARDOSO, 2018, p. 469).

[308] XEREZ, RODRIGUES, & CARDOSO, 2018, p. 469

[309] Em Portugal desde 1976 existe o crédito bonificado, este viria a ser reformulados nos anos 1983, 1984 e 1986, o último por Decreto-Lei n.º 328-B/86, de 30 de setembro, momento em que são criados três regimes de crédito (o regime geral, o regime bonificado e o regime bonificado jovem). Estes regimes tinham como propósito o acesso ao crédito para a compra de casa própria.

[310] Diário da República, Decreto-Lei nº 349/98; I Série – A, de 11 de novembro de 1998, pelos Ministérios das Finanças e do Equipamentos, do Planeamento e da Administração do Território.

A 31 de março de 2002, a Lei nº. 16-A/2002[311], mais concretamente o artigo 5º, colocaria fim ao RCB[312], a partir de 1 de outubro do mesmo ano. A razão para tal extinção pende-se no agravamento do endividamento das famílias, causando assim, desequilíbrio entre o rendimento das famílias e o aumento das suas dividas. Assim sendo:

> "Os economistas [por exemplo, Edward Glaeser] são geralmente da opinião de que em vez de um apoio estatal como o crédito bonificado, que tem as características de um abatimento, do qual beneficiam mais quem mais tem, seria preferível atribuir um valor fixo em euros, direcionado às famílias mais desfavorecidas, que servisse de entrada inicial num crédito à habitação própria"[313].

No que respeita a "habitação social"[314], muitas vezes entendida como uma habitação que havia sido "construída e comprada com o apoio financeiro do Estado, através de benefícios fiscais e financiamento para aquisição de terras, construção e promoção de habitação"[315], estava reservada, em particular a famílias com baixos recursos económicos[316]. Como referido em pontos anteriores, em Portugal, o principal promotor e gestor da habitação de caracter social é o Estado, sendo o IHRU[317] a entidade que possuí o papel central na gestão, financiamento[318] e promoção da habitação. De acordo com Xerez, Rodrigues e Cardoso:

> "O IHRU é responsável por 15 512 fogos e 231 bairros de habitação social. Os municípios são os principais proprietários de habitação social. Além destes, há ainda as cooperativas de habitação, apoiadas

---

311 Diário da República, Lei nº 16-A/2002; I Série – A, de 31 de maio de 2002, pela Assembleia da República.

312 Deduz-se que contrário do seu propósito inicial, o RCB não era um programa de acesso ao crédito com fins habitacionais aos mais carenciados.

313 XEREZ, RODRIGUES, & CARDOSO, 2018, p. 473.

314 Conceito que havia sido introduzido em Portugal em 1983, mas o sentimento por detrás do mesmo é bastante anterior.

315 CECODHAS, 2017 *apud* XEREZ, RODRIGUES, & CARDOSO, 2018, p. 478.

316 A percentagem de "habitação social" em Portugal é muito baixa, em comparação com outros países da Europa (ex: França, Reino Unido, Holanda, ...).

317 A 2 de agosto de 2012, pelo Decreto-Lei nº. 175/2012 é revista a Lei Orgânica do IHRU, I.P. *de modo a assegurar os objetivos de maior eficiência e melhor gestão dos serviços e dos recursos a ele afetos e a clarificar os regimes legais que lhe são aplicáveis* (Diário da República, Decreto-Lei nº 175/2012, 1.º Série, nº 149, de 2 de agosto de 2012, pelo Ministério da Agricultura, do Mar do Ambiente e do Ordenamento do Território).

318 Ao contrário do que acontece em alguns países europeus, em Portugal não há proprietários privados que construam habitações de cariz sociais sem garantirem lucros.

> pelo Estado, que fornecem habitação a custos controlados, e as instituições particulares de solidariedade social (IPSS)"[319].

Os programas[320] mais significativos, ao nível social, são o Plano Especial de Realojamento – fundado na década de 80 – destinando-se ao realojamento e o PROHABITA, ao apoio financeiro para a edificação e reabilitação em casos mais sensíveis. Em 2000, o "problema da erradicação de barracas estava extinto em alguns municípios, como foi o caso de Lisboa, e noutros, muito melhorado"[321], constatava-se uma alteração na maneira de ver e pensar a habitação social, à medida que a reabilitação ganhava lugar.

Ao nível do modelo habitacional, ocorre uma generalização, no que se refere à produção económica orquestrada pelo mercado, colocando-se mais uma vez em causa o papel do Estado ao nível da socioeconómica, mais concretamente, no que respeita a população mais carenciada, vendo-se este obrigado a rever a sua atuação. De acordo com Guerra, a europa, em 2008, debater-se-ia:

> "O reconhecimento de que as profundas transformações da sociedade actual, no meadamente o processo de globalização, e as transformações sociodemográficas têm originado grandes transformações nas dinâmicas habitacionais, quer ao nível da oferta quer da procura; A crença de grande parte dos analistas ocidentais de que a maioria dos problemas habitacionais estão resolvidos pelo menos naquilo que tradicionalmente se apelida de carências quantitativas; O predomínio da defesa da retirada do Estado da produção directa de habitação, o seu enquadramento num olhar mais estratégico sobre a política das cidades acompanhado de uma profunda crítica à geração de políticas anteriores"[322].

Como referido anteriormente, após 2002 foram desenvolvidos vários "programas" ao nível da habitação, de forma sintética é possível referenciá-los cronologicamente:

---

[319] XEREZ, RODRIGUES, & CARDOSO, 2018, p. 478.

[320] Plano Especial de Realojamento – Consultar o seguinte Decreto-Lei n.º 163/93, de 7 de maio; Decreto-Lei n.º 79/ 96, de 20 de junho; Decreto-Lei n.º 271/2003, de 28 de outubro. PROHABITA – Consultar o seguinte Decreto-Lei n.º 135/2004, de 3 de junho; Decreto-Lei n.º 54/2007, de 12 de março. Outra legislação no âmbito da habitação social: Decreto-Lei n.º 226/87, de 6 de junho; Decreto-Lei n.º 80/2014, de 19 de dezembro; Decreto-Lei n.º 81/2014, de 19 de dezembro, Resolução da Assembleia da República nº. 48/2017, de 20 de março.

[321] XEREZ, RODRIGUES, & CARDOSO, 2018, p. 479.

[322] GUERRA, 2008, pp. 47-48.

2002

- Introdução do Euro (€)
- Fim do Crédito Bonificado
- Fusão entre o Instituto de Gestão e Alienação do Património Habitacional do Estado (IGAPHE) e o Instituto Nacional de Habitação (INH)

2003

- Revisão do Plano Especial de Realojamento (PER)
- Plano Nacional de Ação para a Inclusão (2003-2005)

2004

- Programa PROHABITA, este focava-se na área de reabilitação urbana, nas áreas históricas e nas zonas críticas que necessitassem de intervenção
- Plano 100 Compromissos para Uma Política da Família

2005

- Iniciativa Bairros Críticos - Cova da Moura, Lagarteiro e Vale da Amoreira - entendida como uma "experiência de intervenção socioterritorial"

2006

- Implementação do Novo Regime de Arrendamentos Urbano (NRAU)

2007

- Desenvolvimento de programas de arrendamento
  - Porta 65, destinado a jovens
  - Mercado Social de Arrendamento (MSA)
- Criação do Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana (IHRU)

2008

- Plano estratégico de habitação (2008-2013) - Necessidade de coordenação entre o poder central e o local
- Programa Local de Habitação (PLH) - Adoptado pelo Município de Lisboa, resultou na criação de vários programas, que adaptavam as respostas às necessidades
- Plano para a Integração dos Imigrantes

2009

- Regime Jurídico de Habitação Urbana

Década de

- Ambicionava-se a dinamização dos instrumentos de reabilitação urbana, para combater os problemas associados ao arrendamento

2011

- Adaptação ao Plano de Ajustamento Económico e Financeiros
- Período de austeridade

2012

- Mercado Social de Arrendamento
- Revisão do NRAU

2013

- Reabilitar para Arrendar - "regime extraordinário de proteção de devedores de crédito à habitação em situação económica muito difícil" (XEREZ, RODRIGUES, & CARDOSO, 2018, p. 475)
- Estratégia Nacional para a Integração das Comunidades Ciganas (2013-2020)

2014

- Criação do Regime Excecional para a Reabilitação Urbana (RERU)
- Revisão do NRAU
- Regime de concessão de crédito bonificado à habitação a pessoa com deficiência
- Regime de Renda Condicionada
- Novo Regime de Arrendamento Apoiado

2015

- Estratégia Nacional para a Habitação (2015-2030).
- Reabilitação para Arrendar (Habitação acessível)
- Estratégia Cidades Sustentáveis
- Estratégia Nacional para a Habitação

2016

- Criação do Fundo Nacional de Reabilitação do Edificado (FNRE)
- Instrumento Financeiro para a Reabilitação e Revitalização Urbanas (IFRRU)

2017

- Planos Estratégicos de Desenvolvimento Urbano/ Planos de Ação Integrados para as Comunidades Desfavorecidas; Planos Estratégicos de Desenvolvimento Urbano/ Planos de Ação Reabilitação Urbana
- Programa Casa Eficiente 2020; Programa de Reabilitação Urbana de Bairros Sociais na vertente da Eficiência Energética.
- Revisão do Porta 65 Jovem e do NRAU
- Relançamento dos programas PER e PROHABITA
- Programa de mobilidade habitacional; Porta ao Lado; Da Habitação ao Habitat;
- IFRRU 2020; Porta de Entrada; 1º. Direito
- Reabitar para Arrendar; Projeto Reabilitar com Regras; Programa de Arrendamento Acessivel; FNRE (Fundo Nacional de Reabilitação do Edificado)

2018

- Criação do Programa Arrendamento por Jovens - (Portaria nº. 4/ 2018, 4 de janeiro)

2019

- Revisão do NRAU - (Lei nº. 13/ 2019, 12 de fevereiro; Lei nº. 14/ 2019, 12 de fevereiro)
- Lei de Bases da Habitação - (Lei nº. 83/2019)

2020

- Revisão do NRAU (Lei nº. 2/ 2020, 31 de março)

O tema da habitação sobressaiu ao nível das agendas políticas, tanto em contexto nacional como internacional. No que respeita o *ciclo de programação comunitário* 2007-2013, este criou a possibilidade de pedir apoios para melhorar a eficiência energética, bem como o conforto térmico em edifícios vistos como pertencentes a bairros sociais. Destaca-se que tal medida foi mantida no ciclo 2014-2000.

Todavia, a questão habitacional, em grande parte das últimas décadas foi vista como algo secundário. como afirma João Ferrão, prevaleceu a "ideia de que a habitação se deve reger por mecanismos de mercado, a ação pública neste domínio tende a restringir-se a intervenções de apoio aos segmentos populacionais mais vulneráveis [...]"[323], desta forma a carência de políticas habitacionais a nível nacional, era algo contraproducente, sendo necessária a implantação da mesma.

Por conseguinte, recolhesse-se que este cenário está a mudar, em setembro de 2015, foi realizada a Cimeira das Nações Unidas, sobre o tema Desenvolvimento Sustentável, sendo definida a agenda *Transformar o nosso Mundo: Agenda 2030 para o desenvolvimento sustentável*, documento, onde estão expressos 17 objetivos de extensa amplitude, que resultaram das lições adquiridas entre 2000 e 2015, sendo ambicionado o cumprimento dos mesmo até 2030 em todo mundo[324]. Para a questão em estudo destaca-se o objetivo 11. "Make cities and human settlements inclusive, safe, resilient and sustainable"[325].

Em 2016, evidenciou-se a *Agenda Urbana* para UE (Pacto de Amesterdão), acordada em reunião informal dos Ministros da UE Responsáveis pelos Assuntos

---

[323] GUERRA, 2008.

[324] Contrariamente, ao estabelecido na "Declaração do Milénio das Nações Unidas" 2000-2015, onde foram estabelecidos 8 "Objetivos de Desenvolvimento do Milénio", compreendendo assuntos de várias dimensões (VIEIRA, 2015).

[325] *11.1 By 2030, ensure access for all to adequate, safe and affordable housing and basic services and upgrade slums; […]; 11.3 By 2030, enhance inclusive and sustainable urbanization and capacity for participatory, integrated and sustainable human settlement planning and management in all countries ;[…] ; 11.6 By 2030, reduce the adverse per capita environmental impact of cities, including by paying special attention to air quality and municipal and other waste management; […]; 11.a Support positive economic, social and environmental links between urban, peri-urban and rural areas by strengthening national and regional development planning; 11.b By 2020, substantially increase the number of cities and human settlements adopting and implementing integrated policies and plans towards inclusion, resource efficiency, mitigation and adaptation to climate change, resilience to disasters, and develop and implement, in line with the Sendai Framework for Disaster Risk Reduction 2015-2030, holistic disaster risk management at all levels; 11.c Support least developed countries, including through financial and technical assistance, in building sustainable and resilient buildings utilizing local materials* (NAÇÕES UNIDAS, 2015, p. 23).

Urbanos, a 30 de maio. Este documento, considera a questão habitacional com um dos 10 temas prioritários, sendo que para cada tema foi estabelecido um trabalho de colaboração que, neste caso, "Visa promover o acesso a alojamento de boa qualidade e a preços acessíveis. Será dada ênfase à habitação pública a preços acessíveis, à regulamentação em matéria de auxílios estatais e à política geral em matéria de habitação"[326]. Dado o seu caracter prioritário, de 17 a 20 de outubro do mesmo ano, decorreu a Terceira Conferência das Nações Unidas sobre o tema Habitação e Desenvolvimento Urbano Sustentável (HABITAT III), tendo sido aprovada a *Nova Agenda Urbana*[327]. Este plano estabelecia variadíssimos pontos em torno da habitação e das políticas habitacionais, apresentando o direito à "habitação adequada como uma componente indissociável do direito, mais amplo, a um nível de vida adequado, e contém diversos pontos específicos sobre uma habitação adequada, acessível, segura, resiliente e sustentável para todos assim, como sobre políticas urbanas e integradas e instrumentos legais e financeiros a mobilizar para esse efeito"[328].

[A nível nacional], o realojamento social, o assunto voltou a estar em cima da mesa a partir de 2017, através da Resolução da Assembleia da República nº 48/2017, onde se recomenda que se "proceda ao levantamento das necessidades de realojamento e proteção social em matéria de habitação, avalie a execução do Programa Especial de Realojamento e crie um novo programa que garanta o efectivo acesso ao direito da habitação"[329].

A 26 de abril de 2017, após um extenso debate político, a Comissão Europeia publica a Recomendação (UE) 2017/761 da Comissão, sobre o Pilar Europeu dos Direitos Sociais, instituindo-se um acordo entre os Estados Membros e a União Europeia. Mais uma vez, a questão habitacional destaca-se como uma das 20 prioridades, explicitada em três pontos:

> "a) Deve ser garantido às pessoas necessitadas o acesso a habitação social ou a uma ajuda à habitação de boa qualidade;
> b) As pessoas vulneráveis têm direito a assistência e a proteção adequadas em caso de despejo;

---

[326] EU, 2016, p. iii.
[327] Consultar o documento: *Nova Agenda Urbana* (NAÇÕES, 2016).
[328] FERRÃO, 2018.
[329] Diário da República, Resolução da Assembleia da República nº 56/2017, Série I de 20 de março de 2017, pela Assembleia da República.

> c) Devem ser disponibilizados aos sem-abrigo alojamento e serviços adequados para promover a sua inclusão social"[330].

Poucos mês depois, a 15 de novembro foi acordado o Projeto do "Parecer do Comité das Regiões Europeu – Rumo a uma agenda europeia para a habitação" este "apela, na continuidade da parceria «habitação» no âmbito da *Agenda Urbana* da UE, à aplicação de uma agenda europeia para a habitação que permita assegurar uma melhor articulação entre as políticas da UE e as políticas dos Estados-Membros"[331], uma nova política de concordância que tenha em consideração a questão habitacional, ou seja, uma agenda europeia para a habitação, uma continuação do Pacto de Amesterdão[332].

A nível nacional, nos últimos anos, têm ocorrido múltiplas transformações no campo da política habitacional, entre a promulgação de vários diplomas e a criação de múltiplos programas. Destaca-se a *Nova Geração de Políticas Habitação*[333] (NGPH), de outubro de 2017, a sua atuação deve ser entendida com uma chamada de atenção para "a emergência da crise da habitação"[334], pretendendo-se garantir o direito à habitação. Mas podemo-nos perguntar: serão estas medidas suficientes?

A NGPH corresponde a uma soma de medidas e instrumentos, tendo como compromisso garantir "o acesso universal a uma habitação adequada"[335] assim como, a criação de condições através da reabilitação urbana e de edifícios. No primeiro ponto, substancializa-se na alusão à meta de médio prazo (8 anos):

> "Aumentar o peso da habitação com apoio público na globalidade do parque habitacional de 2% para 5%, o que representa um acréscimo de cerca 170.000 fogos, passando na classificação europeia do escalão *muito pequeno* (<5%) para o *pequeno* (5-10%); Baixar a percentagem de população que vive em agregados familiares com sobrecarga das despesas com habitação no regime de arrendamento de 35% para 27%"[336].

---

[330] THYSSEN, 2017, p. 61.
[331] LAMBERTZ, 2017, p. 58.
[332] Nenhum dos documentos mencionados possui valor legal, acrescenta-se ainda o facto destes terem sido amplamente criticados *por serem genéricos, "redondos", pouco ambiciosos e de exequibilidade duvidosa* (FERRÃO, 2018), contudo, apelam a um sentido de mudança.
[333] Resolução do Conselho de Ministros n.º 50-A/2018, de 2 de maio.
[334] ALLEGRA, 2019.
[335] PARA UMA NOVA GERAÇÃO DE POLÍTICAS DE HABITAÇÃO, 2017.
[336] PARA UMA NOVA GERAÇÃO DE POLÍTICAS DE HABITAÇÃO, 2017, p. 5.

Tenciona-se desenvolver políticas habitacionais, e não financiar meramente programas, ao mesmo tempo que se procura estabelecer uma correlação entre o mercado e a ação publica. Neste sentido foram ponderados um total de quatros objetivos:

1. "Dar resposta às famílias que vivem em situação de grave carência habitacional"[337] – Criação do Programa de Apoio ao Acesso à habitação (1. º Direito[338]) e o Programa Porta de Entrada[339];
2. "Garantir o acesso à habitação aos que não têm resposta por via do mercado"[340] – Programa de Arrendamento Social[341] (PAA); Porta 65 – Jovem[342]; e o Fundo Nacional de Reabilitação do Edificado[343] (FNRE);
3. "Criar as condições para que a reabilitação seja a principal forma de intervenção ao nível do edificado e do desenvolvimento urbano"[344] – Reabilitar para Arrendar[345]; IFRRU 2020; Casa Eficiente 2020[346]

---

[337] PARA UMA NOVA GERAÇÃO DE POLÍTICAS DE HABITAÇÃO, 2017, p. 4.

[338] Programa que estimula a criação de soluções habitacionais, para os *que vivem em condições habitacionais indignas e que não dispõem de capacidade financeira para suportar o custo do acesso a uma habitação adequada* (IHRU, 2018, p. 4) – Legislação: Decreto-Lei nº 37/2018, de 4 de maio; Declaração de Retificação n.º 25/2018, de 2 de agosto; Portaria n.º 230/2018, de 17 de agosto; Decreto-Lei n.º 84/2019, de 28 de junho; Decreto-Lei n.º 81/2020, de 2 de Outubro; Portaria n.º 41/2021, de 22 de fevereiro.

[339] Apoio ao Alojamento Urgente – Legislação: Decreto-Lei nº 29/2018, de 4 de maio e a Portaria n.º 167/2018, de 12 de junho; Decreto-Lei n.º 81/2020 de 2 de outubro; Portaria n.º 44/2021, de 23 de fevereiro.

[340] PARA UMA NOVA GERAÇÃO DE POLÍTICAS DE HABITAÇÃO, 2017, p. 4.

[341] Promoção de habitação adaptada aos rendimentos das famílias – No âmbito da NGPH, foi aprovado o Decreto-Lei n.º 68/2019, de 22 de maio; Decreto-Lei n.º 68/2019, de 22 de maio; Portaria n.º 175/2019, de 6 de junho; Portaria nº. 176/2019, de 6 de junho; Portaria 177/2019, 6 de junho; Portaria nº. 179/2019, 7 de junho; Decreto-Lei n.º 81/2020, de 2 de outubro.

[342] Apoio financeiro ao arrendamento jovem.
Legislação: Decreto-Lei nº 308/2007, de 3 de setembro; Portaria nº. 1515-A/ 2007, de 30 de novembro; Portaria nº. 249-A/2008, de 28 de março; Decreto-Lei nº 61-A/2008, de 28 de março; Declaração de Rectificação nº. 30/2008, de 26 de maio; Despacho nº 4966/2009, de 11 de fevereiro; Decreto-Lei nº 49/2010, de 30 de abril; Portaria nº 277-A/2010, de 21 de maio; Declaração de Rectificação nº. 22/2010, de 20 de julho; Lei n.º 87/2017, de 18 de agosto; Portaria nº. 4/2018, de 4 de janeiro.

[343] Reabilitação de imoveis – Resolução do Conselho de Ministros n.º 48/ 2016, 1 de setembro, regulamentada pela Lei nº 16/2015, de 24 de fevereiro.
Legislação: Decreto-Lei nº 150/2017, de 6 de dezembro; Decreto-Lei nº 30/2019, de 26 de fevereiro; Decreto-Lei nº 94/2019, 16 de julho.

[344] PARA UMA NOVA GERAÇÃO DE POLÍTICAS DE HABITAÇÃO, 2017, p. 4.

[345] Habitação Acessível - Decreto-Lei nº 136/2004, de 9 de setembro; Decreto-Lei n.º 307/2009, 14 de agosto; Decreto-Lei n.º 175/2012, de 2 de agosto; Decreto-Lei n.º 53/2014, de 8 de abril; Lei n.º 80/2014, de 19 de dezembro.

[346] Regulamento do Programa "Casa Eficiente", 2018.

4. "Promover a inclusão social e territorial e as oportunidades de escolha habitacionais[347]" – Programas "Chave na Mão"[348]; "Da Habitação ao Habitat"[349]; "Porta ao Lado".

A *Nova Geração de Políticas Habitação* é inovadora do ponto de vista da reflexão que faz sobre a administração do sector habitacional, "baseada no pressuposto de que a diversificação das fontes de financiamento das políticas de habitação permitirá aumentar a oferta de habitações e melhorar o funcionamento do mercado imobiliário, o que, indiretamente, facilitará o acesso à habitação"[350]. Nada obstante, os resultados são imprevisíveis, especialmente, no que depende do setor imobiliário[351].

Outro ponto legislativo, de significativa importância, a *Lei de Bases*[352] *da Habitação* – Lei n.º 83/2019, de 3 de setembro – "com muitas décadas de atraso em relação às outras áreas do estado social, cria um quadro regulamentar para a concretização do Direito à Habitação consagrado no artigo 65 da Constituição"[353]. Esta lei para lá do seu carácter legislativo, possui ainda uma importância simbólica, uma vez que reconhece a habitação como um direito universal. Nela, pode ler-se:

> "Todos têm direito à habitação, para si e para a sua família, independentemente da ascendência ou origem étnica, sexo, língua, território de origem, nacionalidade, religião, crença, convicções políticas ou ideológicas, instrução, situação económica, género, orientação sexual, idade, deficiência ou condição de saúde"[354].

A implementação obrigatória de estratégias nacionais – *Programa Nacional de Habitação* e *Carta Municipal de Habitação* – enquanto medida ativa para a transposição

---

[347] PARA UMA NOVA GERAÇÃO DE POLÍTICAS DE HABITAÇÃO, 2017, p. 4.
[348] Programa de Mobilidade Habitacional para Coesão Territorial – Legislação Resolução do Conselho de Ministros n.º 57/2018, de 8 de maio; Aviso n.º 14754/2019, de 23 de setembro e Regulamento n.º 423/2020, de 23 de abril.
[349] Legislação: Despacho n.º 695/2020, de 29 de junho; Resolução de Conselho de Ministros n.º 56/2018, de 7 de maio; Resolução do Conselho de Ministros n.º 62/2020, de 14 de agosto
[350] ALLEGRA, 2019.
[351] ALLEGRA, 2019.
[352] É importante relembrar que as Leis de Base têm como objetivo estabelecer noções abrangentes a nível legislativo e governamental (TULUMELLO, 2020).
[353] TULUMELLO, 2020.
[354] Diário da República, Lei n.º 83/ 2019, 1ª Série, nº 168, de 3 de setembro de 2019, pela Assembleia da República; Artigo 2.º, alínea 2.

de problemas relacionados com a habitação. Desta forma, o *Programa Nacional de Habitação* (PNH) estabelece assim, os "objetivos, prioridades, programas e medidas da política nacional de habitação"[355]. Por outro lado, a *Carta Municipal de Habitação* (CMH) é o "instrumento municipal de planeamento e ordenamento territorial em matéria de habitação"[356]. A CMH inclui o "diagnóstico das carências de habitação [...]; a identificação dos recursos habitacionais e das potencialidades locais, [...]; O planeamento e ordenamento [...]; a definição estratégica dos objetivos, prioridades e metas a alcançar [...]"[357].

Simone Tulumello demonstra que a lei possui várias falhas, relativamente, "à proteção ativa do direito à habitação", usando como exemplo o artigo 60º – Defesa dos interesse e direitos dos cidadãos – "que reconhece o «direito de promover a prevenção, a cessação e a reparação de violações de bens e valores habitacionais *pela forma mais célere possível*». [...] eis um detalhe que demonstra como o legislador considerou atribuir mais peso ao direito à propriedade do que ao direito à habitação (numa lei sobre o direito à habitação)"[358], todavia, este, infelizmente, não é exemplo único.

Em 2020, reconhece-se a habitação como um direito constitucionalmente consagrado, contudo, as constantes transformações dos modos de vida, bem como outros fatores que foram enunciados ao longo o texto, levaram à promulgação a 9 de janeiro, do Decreto-Lei n.º 1/2020[359], tendo como principal objetivo a criação do "direito real de habitação duradoura (DHD)"[360]. Em termos de conceito, o DHD: "faculta a uma ou a mais pessoas singulares o gozo de uma habitação alheia como sua residência permanente

---

[355] Diário da República, Lei n.º 83/ 2019, 1ª Série, nº 168, de 3 de setembro de 2019, pela Assembleia da República; Artigo 17.º, alínea 1.

[356] Diário da República, Lei n.º 83/ 2019, 1ª Série, nº 168, de 3 de setembro de 2019, pela Assembleia da República; Artigo 22.º, alínea 1.

[357] Diário da República, Lei n.º 83/ 2019, 1ª Série, nº 168, de 3 de setembro de 2019, pela Assembleia da República;, Artigo 22.º, alínea 3.

[358] TULUMELLO, 2020.

[359] Em *situações em que, não se justificando a aquisição da propriedade, se revelava necessário garantir a segurança da solução habitacional, como nos casos do direito de habitação atribuído pelo Decreto-Lei n.o 502/99, de 19 de dezembro [...] e pela Lei n.º 7/2001, de 11 de maio [...]* - Diário da República, Decreto-Lei n.º 1/2020, 1ª Série, nº6, de 9 de janeiro de 2020, pela Presidência da República.

[360] Diário da República, Decreto-Lei n.º 1/2020, 1ª Série, nº6, de 9 de janeiro de 2020, pela Presidência da República; Artigo 1º.

por um período vitalício, mediante o pagamento ao respetivo proprietário de uma caução pecuniária e de contrapartidas periódicas"[361].

A 2 de outubro, é proclamado o Decreto-Lei nº 81/2020 – este deve ser entendido como uma adaptação à *Lei de Bases da Habitação* (LBH) dos programas "1º. Direito — Programa de Apoio ao Acesso à Habitação"; "Porta de Entrada — Programa de Apoio ao Alojamento Urgente" e o "Programa de Arrendamento Acessível", assim como a Lei orgânica do IHRU, I. P. Efetua-se, ainda, uma série de alterações, com o objetivo de aperfeiçoar as ideias impostas no NGPH.

[361] Diário da República, Decreto-Lei n.º 1/2020, 1ª Série, nº6, de 9 de janeiro de 2020, pela Presidência da República.



[Fig. 92] *Manifestação "Pelas nossas Casas, Pelas nossas Vidas, Lisboa* (2018)



[Fig. 93] *Manifestação "Pelas nossas Casas, Pelas nossas Vidas, Lisboa* (2018)

03. COOPERATIVISMO: Habitação em Portugal

A questão cooperativista possui profundas raízes na Europa, esta remonta à Revolução Industrial englobando a grande parte dos países que se desenvolveram "desde os primórdios num processo de simbiose e impulsos mútuos, superando os limites impostos pelas fronteiras"[362]. Todavia, a instituição cooperativa deve ser entendida como algo mais que teoria, pois irrompe da prática, "é filha da necessidade e avança e retrocede numa longa série de tentativas"[363]. Assim sendo, a primeira cooperativa, no sentido moderno do termo, surgiu em Inglaterra, a *Rochdale Society of Equitables Pionneers*, fundada em 1844. No entanto, evidencia-se a existência de experiências, no século XVIII e inícios do XIX, na Europa[364]. A nível legislativo, a primeira Lei que incidiu sobre as cooperativas foi a *Industrial and Provident Societies Act*, Lei Inglesa, publicada em 1852.

O movimento cooperativista Português encontra-se amplamente relacionado com o movimento cooperativista mundial[365], isto é, em paralelo com o movimento Inglês, Alemão e Francês[366], tendo chegado a Portugal, em 1848[367], associado aos ideais socialistas[368]. Como afirma Joaquim Taveira: "Foi gerado por ideia novas irradiadas de um ponto do globo e captadas em toda a superfície do planeta, mas principalmente no sector em que se delimita o Velho Mundo"[369]. A Lei Portuguesa seria então aprovada a 2 de julho de 1867, quinze anos mais tarde. A *Lei Cooperativa*[370] seria obra de João Andrade Corvo, Ministro das Obras Públicas.

A Lei estabelece uma definição de cooperativas: "Sociedades cooperativas são associações de número ilimitado de membros, e de capital indeterminado e variável, instituídas com o fim de mutuamente se auxiliarem os sócios no desenvolvimento da sua indústria, do seu crédito e da sua economia doméstica"[371]. Segundo Leite, salienta-se que

---

[362] GUICHARD, 2006, p. 203.
[363] GUICHARD, 2006, p. 203.
[364] GUICHARD, 2006.
[365] TAVEIRA, 1954.
[366] MATOS V. P., 2018.
[367] ANDRADE, 1981, pp. 11-12 *apud* MATOS V. P., 2018, p. 267.
[368] *Echo do Operário*: periódico semanal, dedicado a noticias, política e literatura. Difusor dos ideais socialistas, deve ser entendido como o promotor das primeiras associações de classes. Deste movimento sucederam as greves de 1872 (TAVEIRA, 1954).
[369] TAVEIRA, 1954, p. 6.
[370] Também por Lei Basilar do Cooperativismo, obteve esta denominação, uma vez que deve ser visto *como um dos elementos que desencadearam o desenvolvimento do cooperativismo em Portugal* (NAMORADO, 2000, p. 37).
[371] Diário do Governo, Lei do Cooperativismo Português (Sociedade Cooperativas), 2 de junho de 1867, Art. 1º.

existe uma clara "mistura conceptual"[372] entre os termos sociedades e associações, todavia, este foca-se na implementação de dois fatores[373], o mutualismo, e a multidisciplinaridade da própria cooperativa. O cuidado prolonga-se às cooperativas de habitação, nomeadamente: "Construir casas para os associados"[374], particularizando mais a questão no artigo 14º, esclarecendo a necessidade de criar estatutos onde fossem estabelecidos fatores relativos ao funcionamento[375] da cooperativa – definição do investimento; tipologia e valor da habitação; questões relacionadas com a inscrição, pagamentos e investimentos. Assim, na alínea 5 deste artigo pode ler-se:

> "[...] Estas sociedades podem ser instituídas, não para construir, mas para emprestar a cada um dos socios o capital necessário para adquisição de casas, nos limites de preço que os estatutos fixarem, [...]"[376].

A Lei provocaria uma agitação entre 1871 e 1874 e, em consequência, o número de sociedades cooperativas aumenta significativamente no Porto e em Lisboa[377]. Em 1894[378] é criada a primeira cooperativa habitacional portuguesa, a Cooperativa Popular

---

[372] LEITE, 2011.

[373] Estes fatores serão determinantes para o caracter social que mais tarde será atribuído às cooperativas.

[374] Diário do Governo, Lei do Cooperativismo Português (Sociedade Cooperativas), 2 de junho de 1867, Art. 2º, alínea 6.

[375] Esta lei estipula ainda que *as sociedades cooperativas devem ter um nome especial, que sem equívoco as distinga umas das outras* (Diário do Governo, Lei do Cooperativismo Português (Sociedade Cooperativas), 2 de junho de 1867, Art. 4º.), princípio que se perpetuará até ao presente Código Cooperativo (Lei n.º 119/2015, de 31 de agosto).

[376] Diário do Governo, Lei do Cooperativismo Português (Sociedade Cooperativas), 2 de junho de 1867, Art.14º, alínea 5.

[377] ANDRADE, 1981, p. 18 *apud* MATOS V. P., 2018.

[378] Em 1895, foi fundada a International Co-operative Alliance (ICA), esta *coordena o movimento cooperativo internacional, reunindo, representando e prestando apoio às cooperativas e suas organizações* (GUICHARD, 2006, p. 204). Futuramente, em 1946 a ICA, tornar-se-ia uma das primeiras organizações não governamentais a fazer parte das Nações Unidas. Sendo que em 1994, viria a ser fundada a ICA Europa, sediada em Bruxelas.

de Construção Predial. Mais tarde, em 1898[379], surgiria a primeira cooperativa mista, melhor dizendo, uma Cooperativa de Construção e Instrução[380].

A nível nacional, o Código Comercial, (1888) de Veiga Brandão, mais concretamente no Livro II, Título II, Capítulo V – Disposições especiais às sociedades cooperativas – dedica os artigos 207º a 233º à questão cooperativista.

Posteriormente, seria admitida a falta de legislação concisa, reconhecendo ainda, "a inclusão das disposições referentes às cooperativas no Código Comercial de 1888, que além de representar um retrocesso relativamente à lei proposta por Andrade Corvo, esvaziava aquelas organizações populares do seu conteúdo associativo"[381], ou seja, enquanto a Lei Basilar se focava na mutua ajuda, o Código Comercial confere às cooperativas "características acentuadamente mercantis, estabelecendo ainda que as cooperativas compram para vender, realizando lucros"[382].

Com a Implantação da República, em 1910, o número de cooperativas demostra-se pouco significativo, porém, no decorrer da 1ª República[383] o número foi aumentado[384], muito devido ao acréscimo de Cooperativas de consumo. É necessário ter em consideração que o Estado Novo encontra a economia social num estado vulnerável, o que contribuiu favoravelmente para a proliferação de cooperativas, contudo, nem todas as cooperativas eram bem vistas pelo Governo, nomeadamente as de consumo[385]. Devido

---

[379] Na década de 90, do seculo XIX, testemunha-se uma segmentação das cooperativas por setores de atividade, assim sendo o primeiro Congresso Cooperativo, seria realizado em janeiro de 1894 em Lisboa (TAVEIRA, 1954). *Em 1901 são fundadas as cooperativas Ocidental 1º de Janeiro e a Predial, respetivamente nas cidades do Porto e do Funchal...em 1905, surge a Cooperativa Predial Portuguesa em Lisboa* (FENACHE, s.d *apud* MATOS V. P., 2018).

[380] MATOS V. P., 2018.

[381] Diário da República, Decreto-Lei n.º 454/80, nº 234, Série I, de 9 outubro de 1980, pela Presidência do Conselho de Ministros – Gabinete do Ministério Adjunto do Primeiro Ministro.

[382] Diário da República, Decreto-Lei n.º 454/80, nº 234, Série I, de 9 outubro de 1980, pela Presidência do Conselho de Ministros – Gabinete do Ministério Adjunto do Primeiro Ministro.

[383] O Governo iniciaria o seu apoio à habitação social, em 1918, na qual estaria inserida a fomentação de habitação com recurso a cooperativas (MATOS V. P., 2018).

[384] A fundação das primeiras cooperativas de habitação recua à segunda metade do seculo XIX, no entanto, foi durante a I Guerra Mundial – 1914-1018 – que a sua atividade se manifestou significativamente, nomeadamente em países como Dinamarca, Suécia, Holanda e Suíça (MATOS V. P., 2018).

[385] Decreto-Lei n.º 22:513 – Lei-Garrote – este restringe a isenção do imposto das cooperativas de consumo e produção, quando a negociação é realizada entre sócios (Diário do Governo, Decreto-Lei n.º 22:513; nº 104; Série I, de 12 de maio de 1933, pelo Ministério das Finanças – Direção Geral das Contribuições e Impostos; Artigo 1º).

à "forte presença operária, viram a sua actividade ser encurtada e foram sujeitas a uma vigilância cada vez mais apertada"[386].

Em concordância com a legislação, as Caixas de Crédito Agrícola Mútuo (sob a competência da recém-criada Caixa Nacional de Crédito – 1929), "sofriam o primeiro revés, dado não poderem competir com as outras instituições financeiras. Desta forma, ao invés do que se passara até aí, verificou-se uma evolução em acréscimos cada vez menores das Caixas de Crédito Agrícola Mútuo"[387]. O mesmo não aconteceu com a *cooperação de habitação,* segundo Inácio Andrade, "desde muito cedo contara com organizações fortes a Sociedade Cooperativa *O Problema da Habitação*, no Porto e a operar desde 1926, ou como a Sociedade Nacional de Fomento Imobiliário, fundada em Lisboa em 1946. Os fogos construídos encontravam-se todos sob a forma legal de propriedade resolúvel"[388].

Em 1935, Raúl Tamagnini expõe a necessidade de publicação de um Código Cooperativo adaptado ao novo contexto.

É possível afirmar, que nos pós II Guerra Mundial, ocorreu um aumento substancial das cooperativas de habitação, isto significa que, se "existia 1 em 1925, até 1945 passariam a 2 e só nos 10 anos seguintes subiria para 35 as cooperativas existentes. Em 1950, seriam já 36 500 as famílias cooperativistas nestas instituições. À altura do artigo, Costa refere que o número já teria subido para o meio milhar"[389].

Não obstante, em 1951 é editado o primeiro exemplar do *Boletim Cooperativista*[390], numa tentativa de restabelecer a unidade enquanto movimento cooperativo. Como prolongamento deste desejo, António Sérgio[391], em 1956, promove 1º Congresso Cooperativo português, designado *Reunião Magna*. "Como travão a esses

---

[386] ALMEIDA, 2005, p. 57.
[387] ANDRADE, 1981, pp. 27-28; 42-43 *apud* MATOS V. P., 2018, p. 268.
[388] ANDRADE, 1981, p. 28 *apud* MATOS V. P., 2018, p. 268.
[389] COSTA F. C., 1957 *apud* PEDROSA, 2018, p. 286.
[390] O Boletim Cooperativista possui uma abrangência multissetorial, no entanto, destaca-se o um dos seus textos relativos a habitação: *A Habitação para Todos: Problema Nacional*.
[...] O movimento cooperativo sempre se preocupou com estabilidade da família e uma das finalidades das primeiras Cooperativas era exactamente a obtenção de habitação para os seus associados. Com o andar dos tempos criou-se em muitos países um sector cooperativo de habitação tendo atingindo, nalguns, lugar de relevo como solução justa e prática para ir de encontro às necessidades cada vez mais prementes de habitações capazes. [...] A solução cooperativa poderá ser uma delas e por isso aqui estamos a chamar os compradores ao problema (Boletim Cooperativista, 1968, Lisboa), como este, muitos outros textos chamaram a atenção para o problema habitacional em Portugal.
[391] Influenciado pelo cooperativista e teórico Charles Gide (PEDROSA, 2018).

movimentos o Estado Novo produz diversas leis com o objectivo de limitar a veleidade de qualquer evolução em relação a uma autonomia"[392].

Na exposição *O Cooperativismo Habitacional no Mundo,* apresentada em 1957, no Porto, seria exposta a proposta que os arquitetos Nuno Teotónio Pereira e Bartolomeu Costa Cabral haviam realizado para a Associação dos Inquilinos Lisbonenses (AIL), de uma unidade de habitação cooperativa. Os edifícios apresentados correspondiam a "volumes baixos que organizam espaços públicos comuns, com diferentes vias de circulação hierarquizadas, das viárias às pedonais, criando espaços exteriores de ocupação de proximidade"[393].

[392] ALMEIDA, 2005, p. 57.
[393] PEDROSA, 2018.



O COOPERATIVISMO É DE INICIATIVA POPULAR EM TUDO. TODO ELE É EDIFICADO PELA ACTIVIDADE DOS CIDADÃOS

BOLETIM COOPERATIVISTA

REDACÇÃO E ADMINISTRAÇÃO
Rua C, 3, Lote 300-A — Olivais-Sul — LISBOA-6

COORDENADO POR
ANTÓNIO SÉRGIO

N.º 170 Janeiro 1968
Publicação mensal — Distribuição gratuita

A HABITAÇÃO PARA TODOS
PROBLEMA NACIONAL

A habitação é uma necessidade fundamental à condição do homem. Sem ela não há vida familiar válida pois é dentro dela que a célula familiar se desenvolve e se enriquece daqueles aspectos que contribuem para a estabilidade de um país. E se por toda a parte se considera que a família é a unidade fundamental na estrutura dos países não há dúvida que família sem habitação é algo sem sentido. Em Portugal, como aliás em muitos países, o problema habitacional põe-se com uma agudeza cada vez mais acentuada. Por isso parece-nos ser útil criar-se uma consciência colectiva do problema de modo a todos procurarmos soluções para ele. O Movimento Cooperativo sempre se preocupou com a estabilidade da família e uma das finalidades das primeiras Cooperativas era exactamente a obtenção de habitações capazes para os seus associados. Com o andar dos tempos criou-se em muitos países um sector cooperativo de habitação tendo atingido, nalguns, lugar de relevo como solução justa e prática para ir de encontro às necessidades cada vez mais prementes de habitações capazes.

Numa altura em que uma catástrofe enlutou o País e atingiu tantos milhares de pessoas mal alojadas é tempo de meditarmos todos nas nossas responsabilidades perante este problema nacional.

Será sentimental e comovedor verter algumas lágrimas perante a desgraça de tantos, dar mesmo auxílio material imediato às vítimas, mas será ainda mais importante pensarmos todos, desde os responsáveis até ao mais humilde cidadão, de que é preciso trabalhar na busca de soluções para a carência cada vez mais acentuada de habitações. A solução cooperativa poderá ser uma delas e por isso aqui estamos a chamar os cooperadores ao problema.

NESTE NÚMERO:

- UMA COOPERATIVA DISTRIBUIDOBA DE JORNAIS
- PÁGINA AGRÍCOLA
- ANIVERSÁRIO DA COOPERATIVA DE RAMALDE
- A EDUCAÇÃO MISTA
- COOPERADORES CONSCIENTES – META A ATINGIR EM ESPECIAL

SUPLEMENTO ESPECIAL DEDICADO À HABITAÇÃO

[Fig. 94] *Boletim Cooperativista nº 170* (Capa), (janeiro de 1968).

No decorrer da história das Cooperativas Portuguesas, várias foram as questões que levantaram preocupações, nomeadamente, os problemas relativos à estruturação/ organização das mesmas, bem como, a carência "de formação e preparação dos membros dos órgãos sociais"[394]. Porém um dos anseios mais comuns prende-se ao fator financeiro, "concretizadas muitas vezes de modo grave na falta de terrenos interessantes e economicamente acessíveis [...]"[395].

Em 1969, seria realizada uma proposta ao Governo de forma a estabelecer uma política de habitação que concedesse às cooperativas apoios, nomeadamente, através do crédito bonificado, da atribuição de terrenos a preço de custo e de isenções fiscais. Anos mais tarde, em 1973, seria criada a União de Cooperativas de Lisboa[396]. Salienta-se a evolução do setor cooperativo pós 25 de abril de 1974, mais concretamente o aumento significativo do número de cooperativas, no entanto, a mudança não se fica apenas na quantidade, mas sim na qualidade das mesmas. O Processo SAAL, implementado pelo Despacho de 6 de agosto de 1974, inaugura "as estratégias que procuram resolver as sistemáticas críticas, por um lado, à construção de habitação e resposta efetiva às deficiências habitacionais e, por outro lado, aos próprios contextos e processos cooperativos"[397]. Embora o SAAL tenha seguido uma dinâmica díspar, os processos por este instaurados possuem uma extrema relevância para a história das cooperativas de habitação portuguesas[398], impulsionado o setor para lá do termino do processo[399]. Ideologicamente, o SAAL, deve ser entendido como um marco na arquitetura portuguesa pós-revolução, demarcando-se pela preocupação com a habitação condigna através de soluções personalizáveis[400], tendo por base as carências dos moradores[401]. É possível afirmar que a iniciativa alcançou um sucesso impensável, muito por causa do seu caracter metamórfico, intenda-se, a sua capacidade de adaptação.

---

[394] AMARAL, 1971, p. 19 *apud* PEDROSA, 2018, p. 290.
[395] AMARAL, 1971, p. 19 *apud* PEDROSA, 2018, p. 290.
[396] MATOS V. P., 2018.
[397] PEDROSA, 2018, p. 298.
As cooperativas funcionavam como promotoras dos processos.
[398] PEDROSA, 2018.
[399] A Extinção do processo ocorreria pelo Despacho de 27 de outubro de 1976.
[400] COSTA F. C., 1957.
[401] Eram realizadas reuniões periódicas entre as Brigadas Técnicas e os moradores, este diálogo/ discussão entre as partes é um dos fatores para o sucesso do processo, tornando-a uma experiência inovadora a vários níveis, contrariando a ideia da casa pronta a habitar.

A 20 de dezembro de 1974, seria promulgado o Decreto-Lei nº 730/74[402] – Regime Jurídico da Cooperação Habitacional – onde "o cooperativismo habitacional, convenientemente estruturado e com o adequado apoio do Estado, poderá dar um importante contributo à resolução do problema habitacional"[403]. Mais concretamente, pretende-se estabelecer e retificar o regime jurídico das cooperativas de habitação, de forma a atualizar os preceitos que se encontram no Código Comercial, de 1888, realizado num contexto completamente díspar ao de 1974.

Pelo Decreto-Lei n.º 737-A/74, de 23 de dezembro do mesmo ano, é implementado o programa de política habitacional sustentado nas cooperativas para a fomentação do alojamento (implementação de medidas de incentivo). Assim sendo, são instauradas as *Cooperativas de Habitação Económica*[404] (CHE's): "São de interesse social, beneficiando das modalidades de auxílio previstas neste diploma, as cooperativas de habitação económica que têm por único objectivo a construção ou a aquisição de casa [...]"[405].

Todavia, estas transformações não acarretaram uma maior consolidação cooperativista, continuando a manifestar-se as reduzidas medidas da Primeira República, bem como, as tentativas de exploração do movimento cooperativos por parte dos partidos pós-revolução de abril. Renovam-se as intenções por parte dos Governos Provisórios e Constitucionais, no que diz respeito ao papel e apoio das Cooperativas.

Denota-se a partir de 1975, um crescente aumento do ramo cooperativo, sendo que a 4 de junho desse ano é criada a Comissão de Apoio às Cooperativas – Decreto-Lei n.º 349/75 – esta tem como objetivo[406] identificar, preparar, propor, promover e executar todos os problemas relativos à promoção e evolução das cooperativas em Portugal[407].

---

[402] Diário do Governo, Decreto-Lei n.º 730/74, nº 296, Série I, de 20 de dezembro de 1974, pelos Ministérios da Justiça, do Equipamento Social e do Ambiente.

[403] Diário do Governo, Decreto-Lei n.º 730/74, nº 296, Série I, de 20 de dezembro de 1974, pelos Ministérios da Justiça, do Equipamento Social e do Ambiente, Preâmbulo.

[404] Sublinha-se que as habitações desenvolvidas no âmbito do Processo SAAL não se enquadram neste contexto.

[405] Diário do Governo, Decreto-Lei n.º 737-A/74, nº 298, 1º Suplemento, Série I, de 23 de dezembro de 1974, pelo Ministério do Equipamento Social e do Ambiente – Secretaria de Estado da Habitação e Urbanismo; Artigo 1º.

[406] Diário da República, Decreto-Lei n.º 349/57, Série I, de 4 de junho de 1975, pelo Ministério para o Planeamento e Coordenação Económica, Artigo 2.º.

[407] Destacam-se dois núcleos com respostas dispares, por um lado Lisboa e Setúbal, por outro Matosinhos.

Com a entrada em vigor da Constituição da República Portuguesa[408], em 1976, fica ciente a necessidade de se proceder a alterações legislativas ao nível das Cooperativas.

Por Decreto-Lei n.º 902/76, de 31 de dezembro, foi fundado organismo autónomo – Instituto António Sérgio[409] (INSCOOP) – cujo objetivo passaria por "apoiar, competente e eficazmente, o surgimento, o fortalecimento e a expansão de todas as iniciativas cooperadoras que respeitem os princípios cooperativos, tal como têm sido expressos pela Aliança Cooperativa Internacional e são evocados no texto constitucional"[410]. A 8 de junho de 1977, a Lei n.º 35/77, atualiza e aprova, os novos Estatutos da INSCOOP. Apesar disto, não foram criadas nenhumas medidas de caracter global, ou seja, não foram desenvolvidas diretrizes que dotassem o sector cooperativo de recursos necessários à sua adaptação a novos contextos[411].

No seguimento "do programa de cooperação luso-sueco", no qual falaremos em seguida, foi fundado o Grupo de Apoio às Cooperativas de Habitação, pelo Secretariado de Estado da Habitação e Urbanismo[412]. Partindo desta relação e "através dos projetos-piloto desenvolvidos a partir de 1976, o objetivo era conseguir estabelecer as bases que permitiriam a construção de «movimento autónomo das cooperativas de habitação à escala nacional»"[413]. De acordo com Melo:

> "Para além da apresentação das estratégias urbanas e de arquitetura [...] são feitas reflexões que se colocam de modo crítico face ao processo, ou melhor, aos processos complexos que a realização destes conjuntos significa. Assim, aquilo a que chama de «mobilidade do poder político», que vai «pensando de modo diferente o papel daquelas cooperativas» na sociedade portuguesa, em resultado das mudanças dos executivos, e as exigências de alterações e adaptações sistemáticas a que os projetos ficam sujeitos, alia-se à falta de preparação do FFH e das câmaras municipais para a «avalanche de solicitações» que surgem

---

[408] O artigo 61 é dedicados às "Cooperativas e autogestão", aliena 1) Todos têm o direito de constituir cooperativas, devendo o Estado, de acordo com o Plano, estimular e apoiar as iniciativas nesse sentido Constituição da República Portuguesa, 1976.

[409] Como é proferido no Decreto-Lei a escolha do nome António Sérgio, deve ser entendido como uma homenagem a uma figura que tanto dedicou ideal cooperativo.

[410] Diário da República, Decreto-Lei n.º 902/76, nº 303, 1º Suplemento, Série I, de 31 de dezembro de 1976, pela Presidência do Conselho de Ministros.

[411] Evidencia-se que o setor Cooperativo continuava a reger-se pelo Código Comercial de 1888.

[412] MELLO, 1979, p. 28 *apud* PEDROSA, 2018, p. 299.

[413] MELLO, 1979, p. 22 *apud* PEDROSA, 2018.

Estes "projetos-piloto" devem ser intendidos dentro de um contexto experimental.

> nestes anos, criando um contexto de adversidade efetiva para estes processos"[414]

Em 1978, o Estado[415] autoriza o FFH a atribuir empréstimos – créditos com juros bonificados – às cooperativas de habitação, para que estas pudessem edificar ou comprar habitações. Esta medida, deve ser entendida segundo pois pontos, por um lado, o Estado, estava a apoiar as cooperativas de habitação, por outro lado, fomentava a criação de novos alojamentos, através da incrementação de novas políticas de habitações combatendo a falta de alojamento.

Na sequência de vários congressos realizados ao longo de 1977-1980, foram constituídas várias Federações, entre elas a Federação Nacional das Cooperativas de Habitação Económica – FENACHE – no seguimento do II Congresso do Movimento Cooperativo Habitacional, realizado em dezembro de 1980.

A década de 80 começa sobre um grande impacto das respostas da década anterior, contribuindo assim, para o crescente desenvolvimento de novas cooperativas de habitação. Posto isto, a 9 outubro, é promulgado o Código Cooperativo[416] - Decreto-Lei n.º 454/80[417] – este tem como objetivo compilar num só diploma toda a legislação sobre o tema em análise. Pretende-se, desta forma, dotar o setor cooperativo de um mecanismo jurídico independente do Estado. Sublinha-se ainda, a questão do autofinanciamento cooperativo, assim como a necessidade de proteção em torno do conceito de *cooperativa*. Assim, no preâmbulo deste Decreto-Lei pode ler-se:

> "A referida explicitação dos princípios e finalidades do cooperativismo não se encontra limitada ao seu enunciado, prevendo-se um mecanismo capaz de afastar os que utilizarem meios ilícitos ou apenas recorrerem à forma cooperativa para alcançar indevidamente benefícios legais. Por outro lado, a definição do conceito de cooperativa elimina os fundamentos da denominada «lei garrote» de 1933, contra a qual lutaram duramente, quase setenta anos, os mais lídimos defensores do

---

[414] MELLO, 1979, p. 19 *apud* PEDROSA, 2018, p. 299.

[415] Diário da República, Decreto-Lei nº 268/78, Série I, de 1 de agosto de 1978, pelo Ministério da Habitação e obras Públicas – Gabinete do Ministro.

[416] Entrada em vigor a 1 de janeiro de 1981.

[417] Diário da República, Decreto-Lei nº 454/80, nº 234, Série I, de 9 de outubro de 1980, pela Presidência do Conselho de Ministros – Gabinete do Ministro Adjunto do Primeiro-Ministro.
Posteriormente este Decreto-Lei sofreria alterações a vários níveis – Consultar: Decreto-Lei n.º 238/81, de 10 de agosto de 1981; Lei n.º 1/83, de 10 de janeiro de 1983; Decreto-Lei n.º 335/83, de 16 de julho de 1983; Decreto-Lei n.º 31/84, de 21 de janeiro de 1984; Decreto-Lei n.º 399/86, de 27 de novembro de 1986; Decreto-Lei n.º 230/88 de 5 de julho de 1988.

> cooperativismo. Encontra-se também facilitada a fusão de cooperativas por forma a permitir que estas organizações possam atingir uma dimensão económica mais conveniente. Quanto às cooperativas de grau superior, definiram-se os conceitos, com vista a uma válida integração do sector cooperativo, de acordo com os respectivos ramos de actividade. Foram estes enumerados de acordo com a prática da Aliança Cooperativa Internacional, tendo sido incluídas as cooperativas culturais, que assim obtêm pública reparação do rude golpe sofrido através do Decreto-Lei n.º 520/71"[418].

Segundo António Sérgio, existem seis "tipos" de cooperativas díspares entre si: as cooperativas de consumo; as cooperativas operárias; as cooperativas de produtores individuais; as cooperativas de habitação; as cooperativas de crédito e as cooperativas de mão-de-obra[419]. Não obstante, a sua visão sobre a definição de cooperativa habitacional "surge imbuída de uma visão politizada pondo reservas ao capitalismo"[420].

A 2 de junho de 1982, por Decreto-Lei n.º 218/82[421], é instituída a legislação referente ao setor habitacional[422] exigida anteriormente pelo Código Cooperativo. Nele pode ler-se:

> "1 - São cooperativas de construção e habitação as que tenham por objecto principal a construção ou a sua promoção e a aquisição de fogos para habitação dos seus membros, bem como a sua reparação ou remodelação.
> 2 - As cooperativas de construção e habitação podem ainda prosseguir ou apoiar e incentivar outras iniciativas de interesse para os cooperadores nos domínios social, cultural, material e de qualidade de vida, designadamente a criação de postos de abastecimento, lavandarias, serviços de limpeza e arranjos domésticos, creches e

---

[418] Diário da República, Decreto-Lei nº 454/80, nº 234, Série I, de 9 de outubro de 1980, pela Presidência do Conselho de Ministros – Gabinete do Ministro Adjunto do Primeiro-Ministro; Preâmbulo.

[419] Ressalva-se o facto que esta cooperativa pode ainda surguir com outras designações, nomeadamente, cooperativa de trabalho; comanditas operárias de trabalho parcial, ou ainda, sub-empresas de associação operária (MATOS V. P., 2018).

[420] SÉRGIO, 196?, p. IV *apud* MATOS, V. P., 2018, p. 269.

[421] Posteriormente este Decreto-Lei sofreria alterações a vários níveis – Consultar: Portaria 692/85, de 17 de setembro; Decreto-Lei n.º 202-B/86, de 22 de julho; Decreto-Lei nº 37/88, de 5 de fevereiro; Portaria n.º 302/88, de 12 de maio; Decreto-Lei n.º 77/89, de 3 de março; Decreto-Lei n.º 162/93, de 7 de maio; Decreto-Lei n.º 234/95, de 13 de setembro; Decreto-Lei n.º 145/97, de 11 de junho; Decreto-Lei nº 502/99, de 19 de novembro de 1999.

[422] Em 1980 existiam 250 cooperativas de habitação legalizadas.

infantários, salas de estudo, salas e campos de jogos, lares para a terceira idade e centros de dia.
3 - A utilização da forma cooperativa não isenta da obrigação da conformidade do exercício da actividade com a lei e os regulamentos ou da obtenção de autorização e licenças exigíveis nos termos legais e regulamentares, devendo as entidades de quem dependa a concessão dessas autorizações e licenças ter em conta a especial natureza e função social das cooperativas"[423].

O Decreto-lei salienta a importância do Cooperativismo Habitacional, no sentido, que este deveria ser usado para satisfazer as necessidades de alojamento, ou seja, através deste diploma, pretende-se reunir num único regime jurídico, todas as questões relativas às Cooperativas de Habitação Económica (CHE's) e das cooperativas designadas de "antigas". Desta forma, terminar-se-ia com "as práticas de autorização administrativa de constitucionalidade menos que duvidosa"[424], prosseguindo-se um caminho para a política global ao nível da compra da casa própria. A inauguração de novas cooperativas[425] de habitação advém, ou da carência de alojamento, ou da vontade de uma habitação que proporcione melhor qualidade de vida aos seus proprietários.

Com a fundação do Instituto Nacional de Habitação (INH), em 1984, procurava-se solucionar o problema criado pelo Fundo de Apoio ao Investimento para a Habitação[426] (FAIH). Deste modo, o INH, comprova a necessidade de "criar na administração central a estrutura orgânica que realize as tarefas que, observando o princípio da descentralização, lhe continuarão a competir como instrumento da política de habitação e de apoio financeiro aos programas destinados aos estratos sociais menos solventes"[427].

Por conseguinte, as "estruturas cooperativistas não são, tal como quaisquer outros programas, especificadas, mas passará a ser este o seu interlocutor estatal"[428], deste modo, as cooperativas de habitação, serão novamente impulsionadas financeiramente. "A

---

[423] Diário da República, Decreto-Lei n.º 218/82, nº 125, Série I, de 2 de junho de 1982, pela Presidência da República de Ministros, artigo 2º.
[424] Diário da República, Decreto-Lei n.º 218/82, nº 125, Série I, de 2 de junho de 1982, pela Presidência da República de Ministros, Preâmbulo.
[425] As cooperativas operam de acordo com os seus estatutos e regulamentos.
[426] Consultar Decreto-Lei n.º 217/82, de 31 de maio.
[427] Diário da República, Decreto-Lei nº 177/84, Série I, de 25 de maio de 1984, pelos Ministérios das Finanças, do Plano e do Equipamento Social; Preâmbulo.
[428] PEDROSA, 2018, p. 310.

tendência para o esvaziamento ideológico e uma aproximação aos processos do mercado vão-se acentuando"[429].

A partir da década de 90[430], o número de cooperativas entra em decréscimo. "Tentando contrariar este caminho, ainda surgem respostas concertadas entre municípios e setor cooperativo"[431] estes articulam investimento e empenho. No entanto, o problema encontrar-se-ia igualmente associado à falta de terrenos a valores comportáveis nas zonas onde se fazia sentir a escassez habitacional, o que levaria as cooperativas habitacionais a procurar zonas cada vez mais periféricas. Consequentemente, a localização tornar-se-ia um fator de inacessibilidade para aqueles com pouco poder de mobilidade[432]. Simultaneamente, a implantação constante dos Planos Diretores Municipais colocaria de lado grande parte do apoio na aquisição dos terrenos por parte dos Municípios[433].

Um novo Código Cooperativo surgiria em 1996, através do Decreto-Lei n.º 51/96[434], de 7 de setembro, este consagra 12 ramos[435] ao setor cooperativo. Este novo Código identifica duas espécies de cooperativas, sendo estas de primeiro[436] grau – "São cooperativas do primeiro grau aquelas cujos membros sejam pessoas singulares ou colectivas[437]" – e as de grau superior[438] – "São cooperativas de grau superior as uniões, federações e confederações de cooperativas"[439].

---

[429] PEDROSA, 2018, p. 310.

[430] No final da década de 90, mais especificamente, em 1999 o número de cooperativas de habitação em Portugal seria de 495 (Diário da República, Decreto-Lei n.º 502/99, nº 207, Série I-A, de 19 de novembro de 1999; Preâmbulo).

[431] PEDROSA, 2018, p. 310.

[432] GUERRA, MATOS, MARQUES, & SANTOS, 2012-2013.

[433] GUERRA, MATOS, MARQUES, & SANTOS, 2012-2013.

[434] Posteriormente este Decreto-Lei sofreria alterações a vários níveis – Consultar: Decreto-Lei n.º 343/98, de 6 de novembro (Artigo 30.º); Decreto-Lei n.º 131/99, de 21 de abril; Decreto-Lei n.º 108/2001, de 6 de abril; Decreto-Lei n.º 204/2004, de 19 de agosto; Decreto-Lei n.º 76-A/2006, de 29 de março (Artigo 31.º); Lei nº 119/2015, de 31 de agosto.

[435] Setores: Consumo; Comercialização; Agrícola; Crédito; Habitação e Construção; Produção operária; Artesanato; Pesca; Cultura; Serviços; Ensino e Solidariedade social (Diário da República, Lei n.º 51/96, nº 208, Série I-A, de 7 de setembro de 1996, pela Assembleia da República, Artigo 4.º)

[436] As cooperativas de primeiro grau, diferenciam-se *através de três critérios essenciais, o critério de grau de atividade, o critério cronológico e o critério do regime de propriedade* (MATOS V. P., 2018, p. 269)

[437] Diário da República, Lei n.º 51/96, nº 208, Série I-A, de 7 de setembro de 1996, pela Assembleia da República, Artigo 5.º.

[438] Estas podem também ser designadas de segundo grau.

[439] Diário da República, Lei n.º 51/96, nº 208, Série I-A, de 7 de setembro de 1996, pela Assembleia da República, Artigo 5.º.

As cooperativas de habitação operam com o propósito de adquirir ou construir habitações para os seus sócios. Todavia, dentro desta dinâmica existem vários "níveis" de funcionamento, umas focam-se exclusivamente "no crédito, tendo para tal o autofinanciamento dos cooperadores"[440] na aquisição das habitações, outras cooperativas concentram-se na edificação e aquisição. Existem também as "que se dedicam somente à urbanização dos terrenos já adquiridos em comum, dando os lotes urbanizados aos cooperadores"[441] e por último, as "vocacionadas exclusivamente para a gestão dos espaços habitados e edificados"[442]. No que concerne as Uniões de Cooperativas habitacionais, as mesmas são identificadas como cooperativas de grau superior, uma vez que se apresentam como multifuncionais: "desde a representação social, à fiscalização de obras, à aquisição de terrenos em comum e à promoção integrada da habitação"[443].

Pelo Decreto-Lei n.º 502/99[444] é estabelecido o novo regime jurídico das cooperativas de habitação e construção, atualizado segundo as preocupações à data, sendo que para tal foi tido em consideração o parecer do INSCOOP[445], a FENCAHE e o INH.

O futuro das cooperativas parecia promissor graças ao novo Código Cooperativo e ao Estatuto Fiscal Cooperativo[446], contudo, estes foram amplamente criticados. De acordo com Vilaça:

> "A demora na realização do regulamento que garantisse a efetividade do Estatuto e a sua «aplicação sem controvérsias nem equívocos» contribuiu para o que afirmam ser a irrelevância da promoção habitacional cooperativa por esses anos"[447].

Outro fator recaiu sobre o afastamento das cooperativas de habitação da sociedade mais carenciada, focando-se em classes com maiores rendimentos – maior capacidade de

---

[440] MATOS V. P., 2018, p. 269.
[441] MATOS V. P., 2018, p. 269.
[442] MATOS V. P., 2018, p. 269.
[443] MATOS V. P., 2018, p. 269.
[444] Diário da República, Decreto-Lei n.º 502/99, nº 207, Série I-A, de 19 de novembro de 1999, Decreto-Lei que vem revogar o Decreto-Lei 218/82, de 2 de junho.
[445] O anterior Instituto António Sérgio à data designado Instituto António Sérgio do Sector Cooperativo (atualizado pela Lei nº 51/96, Capítulo X). Posteriormente, a 7 de outubro de 2009, por Decreto-Lei n.º 282/2009, o mesmo seria extinto, sendo criado a Cooperativa António Sérgio para a Economia Social (CASES).
[446] Consultar: Decreto-Lei n.º 85/98, de 16 de dezembro.
[447] VILAÇA, 2001, p. 88 *apud* PEDROSA, 2018, p. 310.

investimento – originando numa quebra no apoio à promoção de habitações a custo controlado[448], as HCC. Ao nível do léxico arquitetónico, as tipologias herdadas "misturam-se com os imaginários das habitações que a capacidade económica permite"[449], locais onde a circulação era realizada ao ar livre uma vez que as habitações surgiam em seguimento umas das outras. Em particular a zona das "galerias e [das] outras transições entre o exterior e o interior [...] tornam as estruturas distributivas mais ricas, vão, entre legislação, novos/velhos modelos arquitetónicos e capacidade económica, concorrendo com distribuições em caixas de escadas e elevadores mais tradicionais"[450]. O que acontecia era que as galerias acima mencionadas seguiam muitas das vezes o exemplo formal dos bairros lisboetas, como tivemos oportunidade de ver anteriormente, a falta de necessidade de uma porta digamos comum para entrar no prédio, deve ser entendida como uma herança de uma certa promiscuidade entre o espaço privado e o social.

Em 2015, seria lançada a *Estratégia Nacional para a Habitação* (ENH), como resultado da necessidade de se implantar novas estratégias com o particular objetivo assente no desenvolvimento dos aglomerados urbanos, assim como a reabilitação e revitalização demográfica e financeira dos mesmos[451]. O setor habitacional apresenta-se como uma situação paradoxal, ou seja, se por um lado, existe um "elevado número de fogos devolutos"[452], por outro, vivem-se dificuldades no "acesso das famílias a uma habitação adequada às suas posses e necessidades"[453]. De acordo com a Resolução de Ministros n.º 48/2015:

> "Em 20 anos, o país produziu um milhão e meio de novas habitações, suprimindo, em termos técnicos, o défice habitacional. Não obstante, persistem problemas relacionados com a degradação do parque habitacional dos centros urbanos antigos, com as necessidades de mobilidade das famílias e com os custos da habitação, em especial no arrendamento, que continuam elevados.

---

448 COELHO, 2006.
449 PEDROSA, 2018, p. 311.
450 PEDROSA, 2018, p. 311.
451 Diário da República, Resolução do Conselho de Ministros n.º 48/2015, n.º 136, Série I, de 15 de julho de 2015, pela Presidência do Conselho de Ministros; Preâmbulo.
452 Diário da República, Resolução do Conselho de Ministros n.º 48/2015, n.º 136, Série I, de 15 de julho de 2015, pela Presidência do Conselho de Ministros, Anexo I.
453 Diário da República, Resolução do Conselho de Ministros n.º 48/2015, n.º 136, Série I, de 15 de julho de 2015, pela Presidência do Conselho de Ministros, Anexo I.

> É neste contexto que a expressão "*tanta gente sem casa e tanta casa sem gente*" assume uma dimensão nova, pois em Portugal já não existe um défice habitacional, mas antes dificuldades no acesso à habitação"[454].

Este "programa estratégico" não dá oportunidade às cooperativas enquanto possíveis promotoras de soluções. A 31 de agosto de 2015, é aprovada a Lei n.º 119/2015[455] – Código Cooperativo que vem revogar a Lei n.º 51/96 – trata-se de uma atualização mais detalhada e consequentemente, extensa da questão no seu geral[456].

Em outubro de 2017, é lancada a *Nova Geração de Políticas Habitação*[457] (NGPH), esta reflete sobre "a emergência da crise da habitação"[458], pretendendo-se, assim, garantir o direito à habitação. Contudo, este documento, não esclarece a "intervenção" do Estado em relação às cooperativas de habitação, contudo, o documento foca-se na questão do arrendamento e da reabilitação[459]. Podemos afirmar que o potencial das cooperativas não é inteiramente explorado, ficando na ideia a necessidade de adotar novas estratégias de potencialização habitacional em vez de esperar por medidas Estatais. "Nas novas exigências habitacionais nacionais, mas também nos caminhos que os decisores políticos escolhem e valorizam, não surgem esclarecidos os modos em que uma reinvenção das cooperativas pode fazer sentido e ter novos espaços de ação e manobra"[460].

Como referido no capítulo anterior, a Lei de Bases da Habitação[461] possui muitos problemas, uma vez que existe um fosso entre o que está escrito na Lei e o que na realidade acontece. Não obstante, esta dedica o Artigo 55º às *Cooperativas de habitação e autoconstrução*. A Lei refere que o Estado fomenta a criação de cooperativas de

---

[454] Diário da República, Resolução do Conselho de Ministros n.º 48/2015, n.º 136, Série I, de 15 de julho de 2015, pela Presidência do Conselho de Ministros, Anexo I.

[455] Esta viria a sofrer alterações: Lei n. 66/2017, de 9 de agosto.

[456] Para melhor compreensão, consultar o Quadro Comparativo desenvolvido pela Cooperativa António Sérgio para a Economia Social (CASES) em: https://cases.pt/wp-content/uploads/2011/02/Código-Cooperativo-Quadro-comparativo-1.pdf .

[457] Resolução do Conselho de Ministros n.º 50-A/2018, de 2 de maio.

[458] ALLEGRA, 2019.

[459] Resolução do Conselho de Ministros n.º 50-A/2018, de 2 de maio.

[460] PEDROSA, 2018, pp. 311-312.

[461] Diário da República, Lei n.º 83/2019, nº 168, Série I, de 3 de setembro de 2019, pela Assembleia da República.

habitação, uma vez que estas contribuem para a melhoria da qualidade, tanto da habitação como do espaço circundante[462]. Na mesma pode ler-se:

> "Às cooperativas de habitação que tenham por objeto principal a promoção, construção, aquisição e arrendamento ou gestão de fogos para habitação acessível, bem como a sua manutenção, reparação ou reabilitação, são garantidos incentivos e apoios públicos, nomeadamente: a) Um regime tributário que assegure discriminação positiva aos seus projetos; b) Incentivos específicos; c) Simplificação dos procedimentos administrativos"[463].

Salienta-se, além disto, o papel dos Municípios na estimulação do setor cooperativo e na reabilitação do espaço urbano. O nosso país tem passado por constantes renovações nos últimos anos no que diz respeito à questão habitacional, todavia, o "estado presente da habitação em Portugal se caracteriza por um acumular de novas crises sobre problemas históricos e estruturais"[464].

[462] Através da construção de equipamentos sociais ou outro tipo de infraestruturas.

[463] Diário da República, Lei n.º 83/2019, nº 168, Série I, de 3 de setembro de 2019, pela Assembleia da República; Artigo 55.º, alínea 3.

[464] *Informações complementares*: ALLEGRA, M., & TULUMELLO, S. (junho de 2019). O estado da habitação: Introdução ao dossier. Cidades, Comunidades e Territórios, nº 38, iii-ix.

Em suma, o cooperativismo deve ser, assim, entendido como o resultado do movimento operário no seguimento da instauração de um modelo associativo regido por três diretivas. Primeira diretiva, propriedade cooperativa, traduz-se no facto de se tratar de uma "associação de pessoas e não de capital"[465]. Segunda diretiva, gestão cooperativa, expressa que o poder de decisão recai sobre a "assembleia dos associados"[466], com uma normativa democrática, cada sócio possui um voto. Terceira diretiva, repartição cooperativa, significa que as "sobras financeiras"[467] são distribuídas no final de cada ano, pelos seus associados. O cooperativismo existe na relação direta entre as necessidades dos associados, "por um lado, e as operações da cooperativa, por outro; e entre a participação dos associados nas atividades da cooperativa, por um lado e o funcionamento da cooperativa, por outros"[468]. Objetivamente, é possível "definir uma cooperativa como uma associação voluntária com fins económicos, podendo nela ingressar os que exercem uma mesma atividade"[469], contudo, as cooperativas de habitação são por outros autores referenciadas como fundamentais "na construção de relações efetivas com as práticas democráticas [...][470]" assim como na "construção dos espaços em que se habita"[471].

As dificuldades patentes nas cooperativas de habitação em Portugal não recaem sobre a cooperativa em si mesma, mas sobre a gestão do próprio setor social, mais concretamente, sobre o problema da promoção da habitação com a finalidade de arrendamento, dito isto, quando as cooperativas trabalham com a premissa de construir habitação destinada à sua venda são sempre bem-sucedidas.

---

[465] RIOS, 2017, p. 14.
[466] RIOS, 2017, p. 14.
[467] As sobras financeiras são o resultado do valor pós desconto das despesas administrativas – *[...] Isso ocorre porque, sendo a cooperativa uma organização que visa exclusivamente a fornecer serviços a seus associados a preço de custo [...] A cooperativa não lucra em cima do associado, ela é apenas um instrumento para os associados, estes sim, lucrarem* (RIOS, 2017, p, 2015).
[468] RIOS, 2017, p. 16.
[469] RIOS, 2017, p. 17.
[470] PEDROSA, 2018, p. 312.
[471]PEDROSA, 2018, p. 312.

O problema tem basicamente a haver com a falta de responsabilização, ao contrário do que acontece com os países nórdicos – Dinamarca, Holanda, Bélgica, Noruega, Suécia[472] e Inglaterra - em que o modelo empresarial do setor social é bem-sucedido. Sucesso que se correlaciona com o facto de existir uma clara responsabilidade e responsabilização dos cooperadores, esta questão traduz-se numa penalização imediata sobre quem não cumpre as normas sendo colocado fora do sistema cooperativo e transferido para os mecanismos de proteção do Estado. Em Portugal isto não acontece pois não existe nem este senso de responsabilidade nem responsabilização. Sendo que a maior questão recai sobre a falta de mecanismos de atuação e proteção destas pessoas carenciadas. A sua ausência expressa-se através do não pagamentos, da não desocupação das casas, da não atuação, consequentemente a falta de mecanismo leva a falência dos poucos ou deficientes sistemas que existem. Desta forma, as cooperativas de habitação só terão um futuro próspero quando o Estado resolver o problema da responsabilização do arrendatário e da autoridade do senhorio.

Quando pensamos em cooperativas de habitação estas apresentam-se como soluções proveitosas, benéficas, fundadas através da união de pessoas e que as leva a responsabilizar-se. Contudo, existe um outro lado altamente perverso, como é o caso do Bairro Portugal Novo[473] na freguesia do Areeiro, Lisboa. Os habitantes objetivamente ocupam as casas, ninguém que mora no bairro é proprietário pois estas nunca foram registadas. Trata-se de um problema com décadas e, numa tentativa de minimizar os cenários de violência e vandalismo, a 26 de maio de 2021 foi apresentada uma Resolução do Conselho de Ministros que recai não só sobre o Bairro Portugal Novo como também sobre Bairro do Horizonte e sobre a Associação de Moradores Lisboa Nova. Estes complexos habitacionais foram edificados entre 1978 e 1987, no município de Lisboa, tendo à altura contado com o apoio financeiro do Fundo de Fomento à Habitação e com o suporte técnico do Serviço de Apoio Ambulatório Local.

---

[472] *Informações complementares*: About Sweden. (s.d.). Obtido em 20 de julho de 2021, de Co-operative Housing Internacional. A Sector of the Internacional Co-operative Allience: https://www.housinginternational.coop/co-ops/sweden/.

[473] *Informações complementares:* GARRIDO, Maria José (*jornalista*) – *"Portugal Novo": O bairro no Coração de Lisboa onde "as casas não são de ninguém"*, 2021. Duração: 00:25:47h. Obtido em 28 de julho de 2021, de TVI 24: https://tvi24.iol.pt/videos/sociedade/portugal-novo-o-bairro-no-coracao-de-lisboa-onde-as-casas-nao-sao-de-ninguem/605cf0930cf277cf82bdf5ab.

Na Resolução do Conselho de Ministros pode ler-se: "Essas construções foram promovidas sem ter sido assegurado o respetivo processo de licenciamento, nunca tendo, como tal, sido possível efetuar o registo da sua titularidade em nome das cooperativas, que foram entretanto extintas"[474], acrescenta ainda que, "[...] apesar dos esforços de cada uma das entidades públicas envolvidas, a conjugação, durante décadas, da indefinição sobre a propriedade das construções e da ausência de uma entidade gestora das mesmas determinou um progressivo agravamento de fenómenos de pobreza social e urbanística nas zonas da localização dessas construções que só é possível solucionar através de uma resposta articulada do Estado e do Município"[475]. Assim sendo, fica prevista a articulação entre a administração central e os municípios de Lisboa e Setúbal, com o objetivo de se promover e regularizar a situação se se vem a deteriorante desde o final da década de 70 relativamente à questão social e urbanística. No caso concreto do Bairro Portugal Novo[476] trata-se de 221 fogos, promovidos pela extinta cooperativa de habitação económica.

Paralelamente existiram excelentes casos de Cooperativas de habitação, sendo que as melhores são aquelas que se transformaram em habitação própria, ou seja, aquelas em que as pessoas compram as casas. Os casos em que as pessoas ficaram inquilinas, e, portanto, o sistema permaneceu em propriedade coletiva o desfecho foi infeliz. Tenha-se presente a diferença entre propriedade coletiva e propriedade individual[477]. Na propriedade coletiva[478] as pessoas não são donas da casa, são acionistas ao possuírem uma cota, ou seja, uma parte do empreendimento. Comparativamente funciona como se se tratasse de uma empresa da qual se é acionista, sendo que neste caso a cota dá direito a uma habitação. Com o tempo as cooperativas evoluíram para aquilo que ficou conhecido como propriedade individual, ou seja, muitas das cooperativas converteram os seus

---

[474] Resolução do Conselho de Ministros n.º 63/2021, Série I de 26 de maio de 2021, pela Presidência do Conselho de Ministros, p. 5.

[475] Resolução do Conselho de Ministros n.º 63/2021, Série I de 26 de maio de 2021, pela Presidência do Conselho de Ministros, p. 5.

[476] Anteriormente reconhecido como Bairro da Quinta do Bacalhau ou Bairro SAAL da Quinta do Bacalhau projeto do arquiteto Manuel Vicente (FIGUEIREDO, 2010)

[477] VILAÇA & FERREIRA, 2018.

[478] Regulamentado pelo Decreto-Lei nº 76/85 de 25 de março, este diploma autoriza a atribuição de empréstimos às cooperativas de habitação para a compra ou construção de habitações dentro do regime de propriedade coletiva, previsto inicialmente no Decreto-Lei n.º 218/82 (Diário da República, Decreto-Lei n.º 76/85; Série I, de 25 de março de 1985, pelo Ministério do Equipamento Social).

edifícios em propriedade horizontal. Posto isto, no regime de propriedade individual[479], a pessoa é proprietária da casa, o que significa que em vez de pagar o empréstimo à cooperativa, paga o empréstimo ao banco, e desvincula-se da cooperativa. A própria cooperativa acaba a partir do momento em que vende as habitações e o processo transita para os bancos – deixa de haver uma relação cooperativa-cooperador passando a haver uma relação entre os cooperadores-banco.

Deste facto nasceram algumas cooperativas que adulteram as suas funções começando a atuar como as empresas de construção – edificam com o propósito de vender. Por conseguinte, não são cooperativas constituídas por pessoas que se juntam porque partilham as mesmas vontades, mas por cooperativas pré-existentes que angariam pessoas a quem vendem as casas. Tanto quanto, um dos problemas que ocorreu quando a *Crise do Subprime* [480]em 2007 e que se prolongou, relaciona-se com o facto de muitas das cooperativas que tinham financiamento na banca e do IRU abriram falência porque não conseguiam escoar o número de casas que detinham, tudo isto porque o ciclo de crédito bancário se interrompeu.

Destaca-se ainda a relevância das cooperativas de habitação, mais concretamente, o seu papel na articulação e modelação do espaço urbano, em particular nas zonas de expansão e consolidação urbana, como se analisará mais à frente.

Atualmente, as Cooperativas de Habitação Económicas carecem de uma reinvenção ao nível da gestão dos empreendimentos como também à luz das novas formas de habitar. Desta forma podemo-nos questionar: Qual será o futuro das cooperativas de habitação económica? Quais serão os seus pontos de atuação? Existirá a necessidade da alteração do modelo primitivo das cooperativas? Enfatizando-se a forma como as cooperativas habitacionais permitem uma maior e personalizada relação entre a habitação, o habitante e a cidade, estes aspetos demonstram o quão importante é discussão em torno das "novas" políticas habitacionais.

---

[479] Diário da República, Decreto-Lei n.º 349/83; Série I, de 30 de junho de 1983, pelos Ministério das Finanças e do Plano de Habitação, Obras Públicas e Transportes.

[480] XEREZ, RODRIGUES, & CARDOSO, 2018.
A origem da crise do Suprime encontra-se associada ao facto dos bancos americanos oferecerem créditos de habitação a um preço de juro barato sem assegurar a possibilidade do pagamento da hipoteca, com a retração do mercado imobiliárias as pessoas deixaram de pagar as hipotecas ficando os bancos com um problema por falta de liquidez. Disto isto, o colapso económico causado por uma falta de liquidez, alastrou à União Europeia, iniciando-se a designada Crise da Divida (VAREJÃO, 2020).

DINÂMICAS COOPERATIVISTA HABITACIONAIS:

Portugal – Suécia

É possível refletir sobre o vínculo existente entre as cooperativas habitacionais portuguesas e as suecas a partir das afirmações do arquiteto Pedro Ramalho e da circular envida pela cooperativa Habitovar para este arquiteto – 11 de maio de 1979. Este documento referencia uma secção de discussão sobre o Problema da Habitaçao onde seriam projetados slides sobre a "Habitação Cooperativa na Suécia"[481]. A circular ressalva ainda que estariam presentes membros do FFH, da DHC e os técnicos da própria Habitovar[482]. Assim, no nosso entendimento, a projeção de tais slides atesta tanto o papel como a importância da imagem na cultura e no desenvolvimento habitacional. Desta forma, a imagem atua como um instrumento de tempo, espaço e memória, uma vez que estes valores se articulam entre si garantindo à imagem uma legitimidade em termos informativos, como também um certo valor pedagógico, atuando como um agente mediador entre o objeto arquitetónico e o observador.

Por conseguinte, a Suécia destaca-se como um país pioneiro no que respeita as políticas de habitação. A habitação cooperativa inaugurou-se neste país no final do século XIX, todavia, quando nos focamos neste sistema cooperativo[483] devemos entendê-lo sob um prisma muito particular relacionado com a carência habitacional, bem como a própria especulação imobiliária adjacente – questões semelhantes às ocorridas em Portugal. Em 1923, associações de moradores estabeleceram a HSB Riksförbund com o intuito de

---

[481] Material do acervo: (PT/CA/PER/PA-025-05) – Carta da Cooperativa Habitovar para o Arquiteto Pedro Ramalho (7 de maio de 1979).

[482] Esta análise baseia-se em informações dispersas presentes no acervo.

[483] *Informações complementares*: MOREAU, S., & & PITTINI, A. (2012). *Profiles of a Movement: Co-oPerative Housing around the World.* Obtido em 24 de junho de 2021, de Co-operative Housing Internacional. A sector of the Internacional Co-operative Alliance: https://4bfebv17goxj464grl4a02gz-wpengine.netdna-ssl.com/wp-content/uploads/drupal/Profiles%20of%20a%20movement%20final%20web%20ISBN.pdf.

instituir um "corpo político" para potencializar a habitação cooperativista a larga escala. "O sistema da propriedade do inquilino utilizando o modelo de desenvolvimento mãe-filha, foi bem-sucedido"[484], ou seja, as cooperativas secundárias (mães) desenvolvem unidades construtivas para as cooperativas primárias (filhas) por meio de construção e venda[485]. Apesar destas cooperativas habitacionais possuírem liberdade de escolha relativamente a forma como são geridas, a sua grande maioria opta por adquirir os "serviços administrativos e de manutenção da sua organização regional HSB (ou Riksbyggen, respectivamente)"[486], fator que contribui para a continua e estreita relação entre as cooperativas de habitação e as organizações adjacentes[487].

Após a II Guerra Mundial foi criada legislação que atuaria como suporte legal através da atribuição de subsídios estatais para a construção de novos complexos habitacionais:

> "Em 1945 o primeiro comité governamental de habitação decidiu que a Suécia providenciaria o mesmo tipo de subsídios, independentemente do direito de ocupação quer fosse edifício para aluguer, habitação cooperativa, ou propriedade privada"[488].

Esta realidade proporcionou uma liberdade de escolha em relação à adaptação da casa às necessidades dos seus habitantes. Posto isto, foram instaurados mecanismos para evitar a especulação imobiliária, e a habitação Cooperativa passou a ter acesso a financiamento[489] direto para manter a acessibilidade habitacional a todos sem ter em consideração a sua situação económica. Por outras palavras, com o final da guerra, várias medidas foram delineadas como um suplemento às políticas de bem-estar social – medidas de proteção à dignidade humana. Estas tinham como propósito garantir que toda a população, incluindo as famílias mais carenciadas, tinham acesso a habitação condigna,

---

[484] MOREAU & & PITTINI, 2012, p. 70 (*Tradução livre da nossa autoria*).
[485] MOREAU & & PITTINI, 2012.
[486] MOREAU & & PITTINI, 2012, p. 70 (*Tradução livre da nossa autoria*).
[487] MOREAU & & PITTINI, 2012.
[488] MOREAU & & PITTINI, 2012, p. 70 (*Tradução livre da nossa autoria*).
[489] Salienta-se ainda que o conceito e aplicação da designação "habitação social" foram abandonadas, ainda na década de 90, por consequência, verificou-se uma extensa reforma, particularmente na área habitacional, levando a abolição de financiamento. Pós 2006, o Estado afastou-se do campo habitacional, como havia ocorrido até então, dando lugar ao setor privado, particularmente aos investidores e às novas cooperativas, tais mudanças traduziram-se num aumento significativo da especulação imobiliária.

"sem necessidade de avaliação das respectivas condições financeiras[490]", assegurando assim o seu direito[491] social. Embora estes apoios tenham sido reduzidos de forma gradual ao longo de décadas culminando na extinção dos mesmos, durante a sua implementação o setor de habitação cooperativa manifestou um aumento expressivo, entenda-se que cerca de 56% do setor habitacional seria constituído por residências multifamiliares, destacando-se que a maioria das mesmas pertenceriam ao setor cooperativo[492].

Por conseguinte, a 23 de setembro de 1975, seria estabelecido o *Programa de Cooperação Técnica Luso-Sueca*. Este focava-se na "troca de informações técnicas e a realização de seminários, para públicos mais alargados"[493]. No final desse ano, ocorreria nas instalações do FFH um curso lecionado por formadores suecos sobre o tema "Cooperativas de Habitação". Contudo, seria só em 1976, que se realizaria uma visita a Estocolmo sob a alçada do *Swedish Institut* e do *Swedish International Developmet Authority* com o propósito de compreender o sistema público sueco, com um foco particular no planeamento urbano e em todas as questões adjacentes. Desta visita foi possível concluir que existia uma esmagadora diferença entre ambos os países[494]. Assim , a suécia torna-se um "aliado" português na luta contra o problema da habitação, bem como contra a degradação do espaço urbano, comparticipando em estratégias de habitação para as classes mais carenciadas[495]. Perante a criação de *um Programa Nacional de Cooperativas de Habitação*, foi implementado pelo Ministério das Obras Públicas uma infraestrutura de apoio, a GACH – Grupo de Apoio às Cooperativas Económicas, sendo esta dirigido pelo arquiteto Duarte Cabral e Mello[496] .

Retomando as ideias anteriores, as cooperativas de habitação – *bostadsrätt* – na sua maioria variam entre 20 e 100 unidades, contudo, existem 10% que variam entre 100 e 500 unidades, estas foram construídas maioritariamente entre 1965-1975[497].

---

[490] POLÍTICAS NA SUÉCIA, 2010, s/p.

[491] Declaração Universal dos Direitos Humanos – Artigo 17.º: 1) *Toda a pessoa, individual ou colectivamente, tem direito à propriedade*; 2) *Ninguém pode ser arbitrariamente privado da sua propriedade.*

[492] CMHC-SCHL

[493] ALMEIDA & MARAT-MENDES, 2021, p. 21.

[494] ALMEIDA & MARAT-MENDES, 2021.

[495] ALMEIDA & MARAT-MENDES, 2021.

[496] *Informações Complementares:* FELDMAN, E. (*realizador*) – *Maria Manuel Godinho de Almeida e Duarte Cabral de Mello,* 1993. Duração: 00:23:09h. Obtido em 28 de junho de 2021, de RTP Arquivos: https://arquivos.rtp.pt/conteudos/maria-manuel-godinho-de-almeida-e-duarte-cabral-de-mello/

[497] CMHC-SCHL

Relativamente ao sistema cooperativo habitacional sueco[498] compreendemos que a implantação de estruturas arquitetónicas localizam-se maioritariamente em áreas urbanas. Posto isto passar-se-á a referir as regras estipuladas para habitar em regime cooperativa habitacional:

- "As propriedades (prédio e terreno) são propriedade das cooperativas habitacionais;
- Os inquilinos devem ser membros da cooperativa, sendo que o Conselho é o responsável pela aprovação da adesão [...];
- Os membros ao comprarem ações é lhe garantido o direito de ocupação ilimitada, desde que cumpram com suas obrigações. As ações são vendidas a valor de mercado [...];
- Os membros pagam uma taxa mensal que cobre as despesas de juros e amortização dos empréstimos da cooperativa, bem como as despesas operacionais e manutenção futura programada. A mensalidade está relacionada ao tamanho das unidades ocupadas pelo associado;
- Os membros são responsáveis pela reparação e manutenção das unidades próprias e a cooperativa é responsável pela manutenção das áreas e instalações comuns;
- Os membros podem subalugar seu apartamento com a aprovação do Conselho, sendo que, os membros podem apresentar uma reclamação ao tribunal de aluguer se a mesma for recusada pelo Conselho"[499].

O movimento cooperativo habitacional encontra-se desta forma ligado a duas instituições HSB Riksförbund[500] e a Riksbyggen[501], estas operam à escala nacional ao

[498] 1 572 311 pessoas vivem em cooperativas de habitação, sendo que existem 1 064 629 habitações em cooperativas o que representa 22% do valor total de habitações no país [dados referentes a 2016] About Sweden, s/d, s/p.

[499] About Sweden, s/d, s/p (*Tradução livre da nossa autoria*).

[500] *Associação Nacional da Sociedade de Poupança e Construção Civil dos Inquilinos* apresenta-se como a maior entidade cooperativa da Suécia possuindo um papel ativo desde 1923 (CMHC-SCHL).

[501] Organização de Construção Cooperativa dos Sindicatos Suecos seria fundada só em 1940, subdivide-se em múltiplas entidades (CMHC-SCHL).

nível da gerência, desenvolvimento e oferta de habitações e serviços[502] a preço de custo. Destaca-se ainda a existência de instituições independentes que operam sobre a alçada da SBC – Organização Central Sueca de Cooperativas de Proprietários e Inquilinos[503]. A título de exemplo apresentamos dois complexos habitacionais posteriores às cronologias dos casos de estudo nacionais, trata-se da Cooperativa de Habitação Finnboda Park, em Estocolmo e a Cooperativa de Habitação Strandparken em Kalmar[504].

[502] *Informações complementares*: About Sweden. (s.d.). Obtido em 20 de julho de 2021, de Co-operative Housing Internacional. A Sector of the Internacional Co-operative Allience: https://www.housinginternational.coop/co-ops/sweden/.

[503] *Informações complementares*: CMHC-SCHL. (s.d.). HOUSING RESEARCH REPORT: New Models for Co-operative Housing. Obtido em 21 de julho de 2021, de Malatest: https://eppdscrmssa01.blob.core.windows.net/cmhcprodcontainer/sf/project/archive/research_2/new_models_for_co-op_housing.pdf.

[504] Não nos foi possível encontrar os autores dos projetos arquitetónicos.

[Fig. 95] (à esquerda) *Cooperativa de habitação Finnboda Park,* Estocolmo (1997-2006)



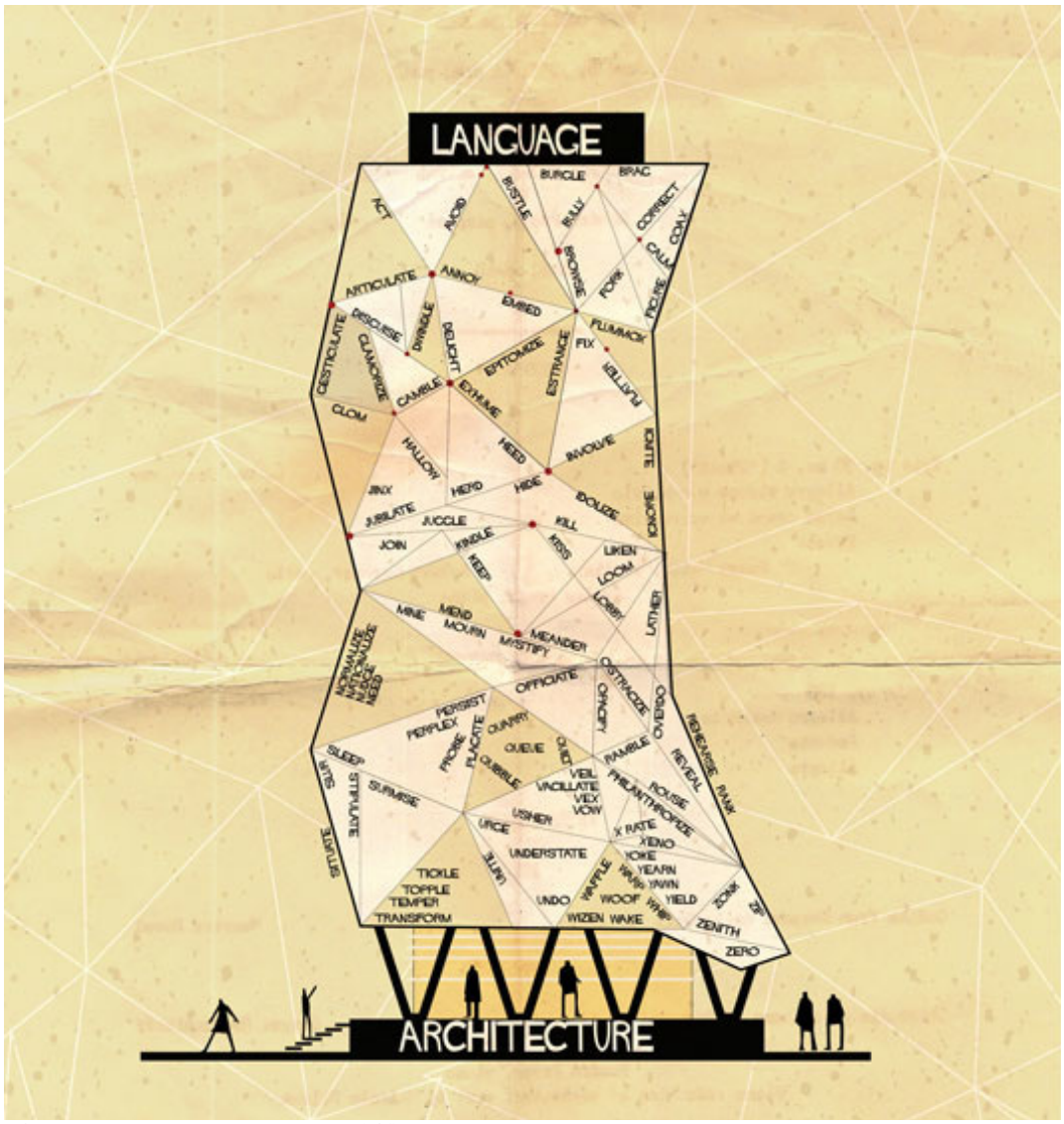
[Fig. 96] (à direita) *Cooperativa de habitação Finnboda Park,* Estocolmo (1997-2006), Vista de Satélite (Google Maps)



[Fig. 97] *Cooperativa de habitação Strandparken,* Kalmar



04. PEDRO RAMALHO: Leituras de um *Itinerário*



[Fig. 98] Pensamento *Arquitetónico, (s/d).*

PENSAMENTO CRÍTICO:
Relação arquiteto arquitetura

> "Ser *arquitecto* implica uma atitude perante a vida e perante a sociedade que, em princípio, dificilmente se coaduna com análises parcelares e estáticas de cariz exclusivamente tecnocrático ou, ao invés, exclusivamente teórico-ideológico. Difícil, portanto, é meditar sobre essa condição, como difíceis são as necessárias opções que tornam possíveis uma abordagem útil e uma leitura com alguma significação entendível pelo exterior. Cada um de nós é arquitecto à sua maneira e esse *ser arquitecto* revela de uma história pessoal, de uma práxis persistente e de uma considerável dose de meditação teórica, ideológica, sociológica, etc.; isto é, uma cultura com tudo o que esta palavra implica de *totalidade* [...]"[505].

É com esta afirmação que Pedro Ramalho[506] inicia a introdução da publicação da sua dissertação para a obtenção do título de "Professor Agregado do Curso de Arquitectura"[507], estas palavras atentam o seu sentido critico sobre a seu posicionamento a nível profissional. Criando o devido distanciamento o arquiteto Pedro Ramalho dispõe de mais de 60 anos de experiência onde reconhece que a sua formação foi determinante para o seu percurso[508], tanto ao nível da prática arquitetónica, como ao nível da comunicação e debate da mesma. Este reconhece que "as convicções adquiridas na formação jogaram a favor ou contra as *escolas*, promoveram ou arredaram influências, condicionaram as escolhas estéticas"[509], contando ainda com a influência mais ou menos positiva daqueles que "constituem a história da arquitetura portuguesa e mundial"[510].

Posto isto, no início da sua formação na Escola Superior de Belas Artes do Porto, no final dos anos 50, as influências arquitetónicas apresentavam-se múltiplas e dispares. Sucintamente, ao nível do racionalismo, Le Corbusier, Walter Gropius e Ludwing Mies Van Der Rohe, opõem-se à corrente organicista e a uma nova imagem arquitetónica imposta por Frank Lloyd Wright, que seria levada ao extremo por Bruno Zevi. Em contrapartida, os arquitetos escandinavos introduzem o novo empirismo, enquanto o brutalismo ganha espaço através dos arquitetos ingleses. Não obstante, Josep Antoni

---

[505] RAMALHO, 1990, p. 7.
[506] Pedro Ramalho nasceu em Caminha em 1937 (RAMALHO, 1990)
[507] RAMALHO, 1990, p. 3.
[508] *Muitas vezes se tem salientado a importância do período de formação na actividade de qualquer profissional. A escola é determinante e nenhum autodidactismo a substitui, pesem as excepções com algum significado. No meu caso pessoal o período de formação teve essa importância marcante* (RAMALHO, 1990, p. 8).
[509] RAMALHO, 1990, p. 8.
[510] RAMALHO, 1990, p. 8.

Coderch[511], arquiteto catalão, que Pedro Ramalho salienta "por actuar numa situação política"[512] semelhante à vivida nacionalmente, contraria as imposições resultantes da ditadura, optando pela implantação de um léxico arquitetónico mais simples e harmonioso influenciado pelo novo organicismo e pela tradição popular[513].

Ao nível da obra teórica, destaca-se a figura de Bruno Zevi, cuja arquitetura obedece a três pontos essenciais: "o espaço interno, o vazio e o volume, isto é, a caixa que encerra o vazio, os elementos decorativos"[514]. Todavia, os últimos perdem o sentido arquitetónico "quando não estão organicamente integrados no espaço interno e quase derivados deste"[515]. A questão espacial[516] possui maior relevância em relação à volumétrica, sendo apresentada segundo a orientação "orgânica entre as exigências humanas, materiais, psicológicas, espirituais e a arquitetura"[517]. Pedro Ramalho, declara que "Zevi [...] vai produzir em mim a preocupação dos valores das continuidades espaciais, mas ainda dentro da ideia da planta como geradora. O exterior é consequência dessa procura dinâmica no interior, e o espaço exterior está sempre numa relação directa com o interior[518]". Ainda assim, Frank Lloyd Wright[519] será determinante na compreensão do espaço exterior, ao explorar as noções de "espaço contínuo, materiais de construção e integração"[520].

Segundo o próprio Pedro Ramalho: "A problemática do espaço está sintetizada nesta afirmação de Zevi sobre a obra de Wright, obra na qual aquele detecta sempre a mesma preocupação de busca: *integrar os ambientes, viver o edifício não como uma série*

---

[511] Autor do Manifesto "Não são de génios que necessitamos agora" (CODERCH, 1961). Este manifesto espelha o pensamento mordaz, atuando como uma chamada de atenção para o "momento", apelando ainda à tradição.
[512] RAMALHO, 1990, p. 13.
[513] RAMALHO, 1990.
[514] RAMALHO, 1990, p. 14.
[515] RAMALHO, 1990, p. 14.
[516] Bruno Zevi, reconhece na história da arquitetura moderna, *a história de uma nova concepção do espaço continuo. Depois da influência funcionalista pura tratava-se de dar à planta livre de Le Corbusier um sentido espacial dentro de um conceito de arquitectura orgânica e, dentro dessa, uma concepção de espaço contínuo* (RAMALHO, 1990, p. 14.)
[517] RAMALHO, 1990, p. 14.
[518] RAMALHO, 1990, p. 15.
[519] Arquiteto que não produziu nenhum manifesto, no entanto, escreveu uma diversidade de textos que dão resposta às problemáticas que vai enfrentando com o tempo. No seu texto "An organic Architecture" de 1939, afirma ser um arquiteto organicista.
[520] RAMALHO, 1990, p. 15.

de palavras separadas, mas como um discurso espacial contínuo"[521]. Salientam-se, contudo, dois fatores que o mesmo referenciou aquando das *prairie houses*, a utilização dos materiais deveria ser o mais natural possível, de forma que o espaço de implantação e a habitação se encontre em harmonia. Ao mesmo tempo, a ornamentação deve proceder da estrutura, não devendo existir em separado, ou seja, os elementos ornamentais servem um *continuum* funcional.

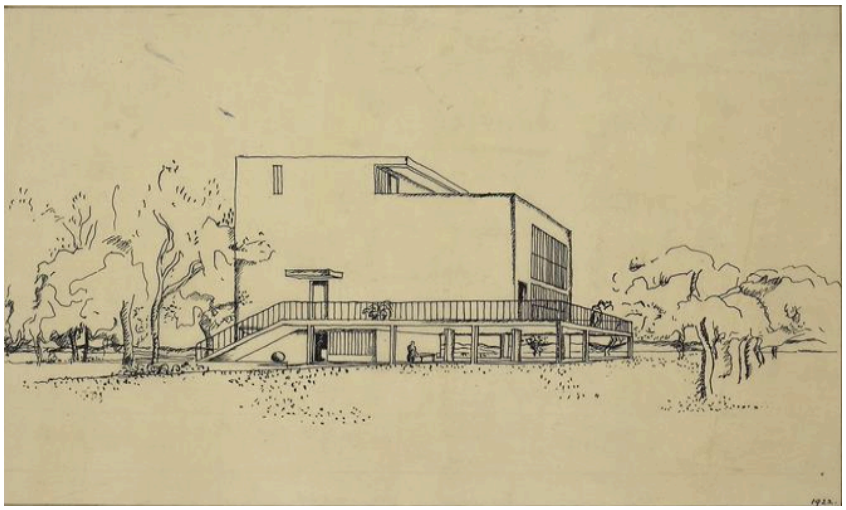
[521] RAMALHO, 1990, p. 15.



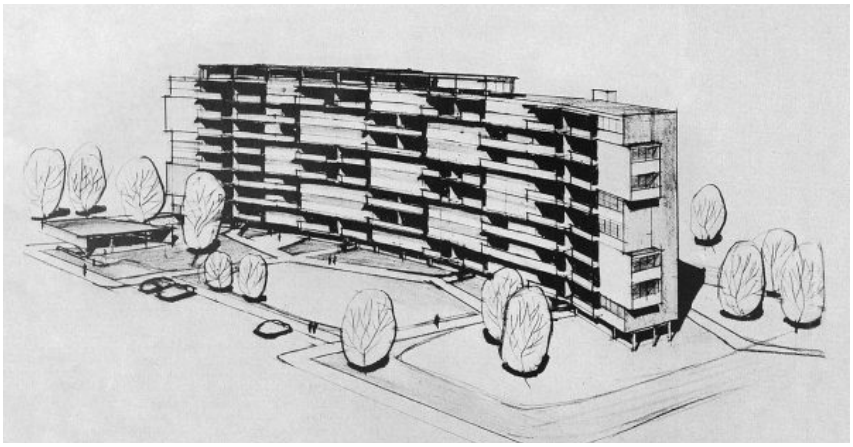


[Fig. 99] (à esquerda) *Unité d' Habitation* (1947-53), Le Corbusier, Marselha, Franca, (s/d).

[Fig. 100] (à direita) *Haus* (1956-57), Walter Gropius, Berlim, Alemanha, (s/d).



[Fig. 101] *Desenho, Maison Citrohan* (1922), Le Corbusier.



[Fig. 102] *Desenho, Haus,,* (1956-57), Walter Gropius, Berlim, Alemanha, (s/d).



[Fig. 103] *Pavilhão de Barcelona* (1929), Mies Van Der Rohe, Barcelona (s/d)



[Fig. 104] *Vista Exterior, Casa Tugendhat,* (1928-30), Mies Van Der Rohe, Brno, República Checa, (2009/10).



[Fig. 105] *Interior, Casa Tugendhat,* (1928-30), Mies Van Der Rohe, Brno, República Checa, (2009/10).



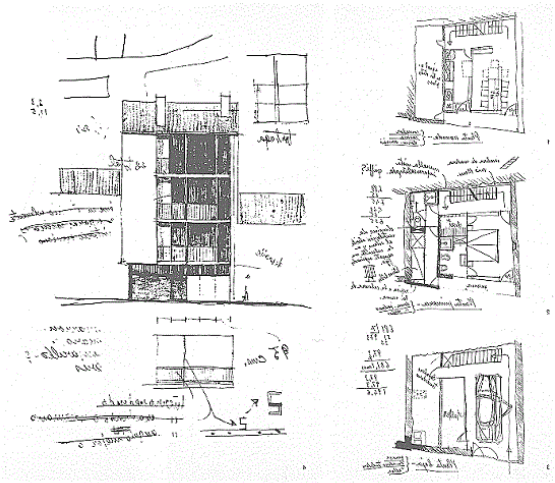
[Fig. 106] (à esquerda) *Casa de Cascata* (1936-39), Frank L. Wright, Pensilvânia, EUA, (s/d).



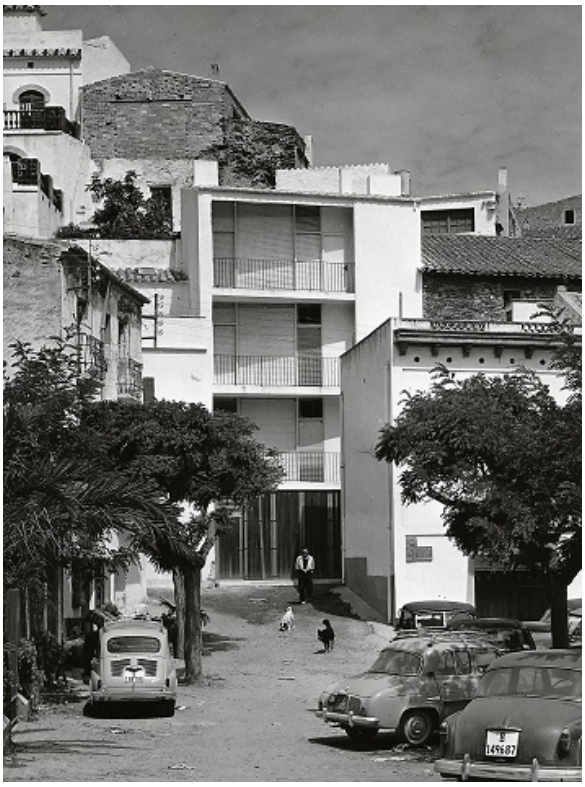
[Fig. 107] (à direita) Envolvência, *Casa de Cascata* (1936-39), Frank L. Wright, Pensilvânia, EUA, (s/d).



[Fig. 108] *Casa de de Arthur Heurtley* (prairie House) (1902), Frank L. Wright, Oak Park, EUA, (s/d).



[Fig. 109] *Desenho do arquiteto, Casa Senillosa* (1956), Josep A. Coderch, Cadaqués, Espanha, (s/d).



[Fig. 110]

Vista exterior, Casa Senillosa (1956), Josep A. Coderch, Cadaqués, Espanha, (s/d).



[Fig. 111] *Frente da habitação, Casa Catasús* (1956), Josep A. Coderch, Barcelona, Espanha, (s/d).



[Fig. 112] *Vista do jardim traseiro*, Casa Catasús (1956), Josep A. Coderch, Barcelona, Espanha, (s/d).

O novo-empirismo[522] surge na Suécia, como uma tentativa de superação do funcionalismo, questionando o movimento moderno[523], "mas também como uma inflexão regional especifica tal como é a relação com a natureza"[524]. Esta relação harmoniosa entre o edifício arquitetónico e a natureza que ocorre da osmose racional destes dois fatores é percetível nas obras de arquitetos como Alvar Alto, Erik Gunnar Asplund e Jørn Utzon. De acordo com Zevi:

> "Quando nos perguntamos por que motivo a arquitetura escandinava contemporânea não possui a dureza formal do funcionalismo europeu, por que motivo os suecos e os finlandeses são mais humanos e orgânicos do que Le Corbusier, alguns materialistas respondem: as árvores na Escandinávia crescem segundo linhas curvas e por isso sugerem mimeticamente uma arquitetura menos angulosa do que a do concreto e do aço"[525].

E. de Maré, critico inglês, manifesta-se como defensor de tal tendência, "no seu comentário à actividade dos arquitectos dizia *existe a consciência de que os edifícios são de facto para servir os seres humanos e não para confirmar a fria logica de uma teoria"*[526]. Por outro lado, a corrente brutalista[527] mostra-se como uma tendência crítica do racionalismo, esta corrente opta pelo uso dos materiais no seu estado mais bruto, cru, como acontece no caso da Cooperativa de Lordelo do Ouro ou na Igreja do Sagrado Coração de Jesus em Lisboa. Consequentemente, estas arquiteturas resultam de um rigoroso uso de equipamentos técnicos construtivos que consequentemente, apoiaram "uma pesquisa determinante a partir da qual não podem ser mais ignorados nas estéticas

---

[522] A denominação, novo-empirismo, foi implementada pela revista inglesa "Architectual Review" (FUÃO, 2000).

[523] *Informações complementares:* GARRIDO, J. T. (2009). *Voltar a Casa. Reflexões sobre racionalismo e empirismo na arquitectura contemporânea*. Prova final de Licenciatura em Arquitetura. Coimbra: Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra.

[524] COUTINHO, 2015, p. 96.

[525] ZEVI, 1996, 150.

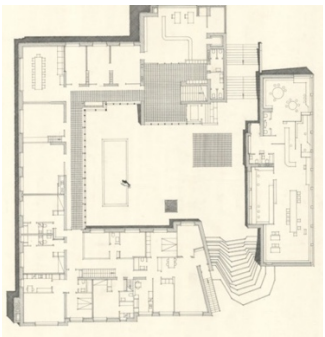
[526] RAMALHO, 1990, p. 16.

[527] A designação "brutalismo" levanta várias considerações.
Informações complementares: ZEIN, R. V. (7 de maio de 2007). *Vitruvius Brutalismo, sobre sua definição (ou, de como um rótulo superficial é, por isso mesmo, adequado)*. Obtido de Vitruvius: https://vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/07.084/243.

da arquitectura esses elementos técnicos que são na realidade parte integrante da sua linguagem"[528] como o betão, o ferro, e o vidro.

[528] RAMALHO, 1990, p. 17.





[Fig. 113] (à esquerda) *Vista exterior, Centro Municipal Säynätsalo,* (1949-52), Alvar Aalto, Jyväskylä, Finlândia, (s/d).

[Fig. 114] (à direita) *Planta, Centro Municipal Säynätsalo, (*1949-52), Alvar Aalto, Jyväskylä, Finlândia, (s/d).



[Fig. 114] *Vista exterior, Centro Municipal Säynätsalo,* (1949-52), Alvar Aalto, Jyväskylä, Finlândia, (s/d).



[Fig. 116] (à esquerda) *Vista exterior, Villa Snellman* (1917-18) Erik Gunnar Asplund, Djursholm, Sweden, (s/d).



[Fig. 117] (à direita) *Corredor, Villa Snellman* (1917-18) Erik Gunnar Asplund, Djursholm, Suécia, (s/d).



[Fig. 118] (à esquerda) *Sala, Villa Snellman* (1917-18) Erik Gunnar Asplund, Djursholm, Suécia, (s/d).



[Fig. 119] (à direita) *Corredor, Villa Snellman (1917-18) Erik Gunnar Asplund, Djursholm, Suécia, (s/d).*

[Fig. 120] (à esquerda) *Interior, Casa de verão em Stennäs (1937) Erik Gunnar Asplund, Hästnäsvägen, Sorunda , Suécia*, *(s/d).*



[Fig. 121] (à direita) *Vista exterior superior, Casa de verão em Stennäs (1937) Erik Gunnar Asplund, Hästnäsvägen, Sorunda, Suécia*, *(s/d).*



[Fig. 122] *Vista exterior, Casa de verão em Stennäs (1937) Erik Gunnar Asplund, Hästnäsvägen, Sorunda , Suécia*, *(s/d).*





[Fig. 123] *Vista exterior, Casa Can Lis, Jørn Utzon (19971-74), Maiorca, Espanha, (s/d).*



[Fig. 124] *Vista exterior, Casa Can Lis, Jørn Utzon (19971-74), Maiorca, Espanha, (s/d).*



[Fig. 125] *Cooperativa de Lordelo do Ouro* (1960-63), Álvaro Siza Vieira, Porto, Portugal (s/d).



[Fig. 126] Street View, *Cooperativa de Lordelo do Ouro* (1960-63), Álvaro Siza Vieira, Porto, Portugal (julho de 2020).





[Fig. 127] (à esquerda) *Igreja do Sagrado Coração de Jesus* (1962-76), Nuno Teotónio Pereira e Nuno Portas, Lisboa, Portugal (s/d).

[Fig. 128] (à direita) Street View, *Igreja do Sagrado Coração de Jesus* (1962-76), Nuno Teotónio Pereira e Nuno Portas, Lisboa, Portugal (2020).



[Fig. 129] *Interior, Igreja do Sagrado Coração de Jesus* (1962-76), Nuno Teotónio Pereira e Nuno Portas, Lisboa, Portugal (2014).

Simultaneamente, em Portugal, Keil do Amaral foi responsável pela promoção do inquérito à Arquitetura Popular Portuguesa na década de 50, iniciativa que se demarcou pela sua importância. O inquérito viria a ser publicado em 1961, tendo contribuindo para a transformação da arquitetura moderna portuguesa, mais concretamente, no que diz respeito às formas, materiais utilizados e às soluções construtivas adotadas. Para Pedro Ramalho, o inquérito traduziu-se "na tentativa e na procura de humanizar a obra; a recusa da monumentalidade; no respeito pela forma do terreno; na relação com o meio vegetal e com o meio construtivo; na recusa de utilização de materiais tipo [...]; no conceito de privacidade da casa e da vivência colectiva nos espaços exteriores"[529].

A importância de Fernando Távora[530] para a formação de gerações de arquitetos, neste caso concreto assenta no facto de este ter sido uma grande influência tanto como arquiteto, como seu professor instituindo novas temáticas, novos valores – espaciais e formais – mas também pelo seu pensamento, conhecimento e comunicação[531]. Tomando como exemplo a casa de férias em Ofir constatamos que esta é o reflexo teórico, material e técnico do diálogo entre a arquitetura vernacular portuguesa e a arquitetura contemporânea com uma forte ligação à história da arquitetura[532].

Evidencia-se ainda a relevância da revista[533] "Arquitecura" que contribuiu de forma generalizada para difusão e manifestação teórica da disciplina, ou seja, para o entendimento do panorama nacional e para a introdução de novas metodologias de ação. "Na convergência de influências apontadas e criticamente assumidas"[534], destaca-se ainda o fascínio pelo arquiteto Alvar Aalto[535], como Pedro Ramalho reconhece: "Era uma resposta ao conjunto de preocupações que então nos dominavam e a escolha de uma atitude projectual de contensão, que se vai definindo, como busca do essencial, desse modo recusando a *via italiana* em voga"[536]. O próprio sublinha as obras que foram

---

[529] RAMALHO, 1990, p. 17.

[530] Arquiteto portuense (1923-2005), um dos fundados da reconhecida "Escola do Porto".
Informação complementar: ANTUNES, C. (*realizador*) – *Fernando Távora*, 2001. Duração: 00:50:51h. Obtido em 3 de junho de 2021, de RTP Arquivos: https://arquivos.rtp.pt/conteudos/fernando-tavora-2/.

[531] RAMALHO, 1990.

[532] ANTUNES, 2001.

[533] RAMALHO, 1990.

[534] RAMALHO, 1990, p. 21.

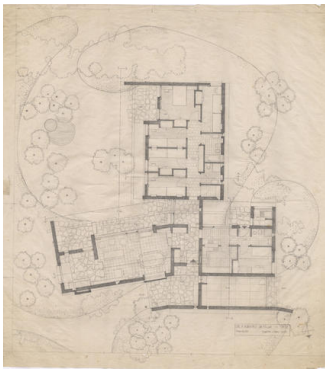
[535] Uma referência ao nível da linguagem, como também em relação a sua atitude e forma de habitar o espaço.

[536] RAMALHO, 1990, p. 21.

determinantes para a sua estética projetual no início da sua formação[537], nomeadamente, a Torre de Bremen, o Centro Cultural de Wolfsburg e o imóvel no Bairro Hansa[538].

[537] RAMALHO, 1990.

[538] Prédio Hansaviertel, Berlim, Alemanha (1955–57) – Tentativa de edificar um prédio com uma relação direta com a paisagem, mantendo uma atmosfera íntima e privada (FLEIG & AALTO, 1990).
Esta área residencial foi construída para a "Interbau Building Exibition" (1957), na qual participaram 53 arquitetos, entre eles Alvar Aalto, Walter Gropius, Oscar Niemeyer, ... A área havia sido destruída durante a II Guerra Mundial, sendo esta reedificada tendo por base os princípios do modernismo internacional.





[Fig. 130] (à esquerda) *Planta, Casa de Férias* (1957-58) Fernando Távora, Ofir, Portugal, (s/d).

[Fig. 131] (à direita) *Vista exterior, Casa de Férias* (1957-58) Fernando Távora, Ofir, Portugal, (2018).



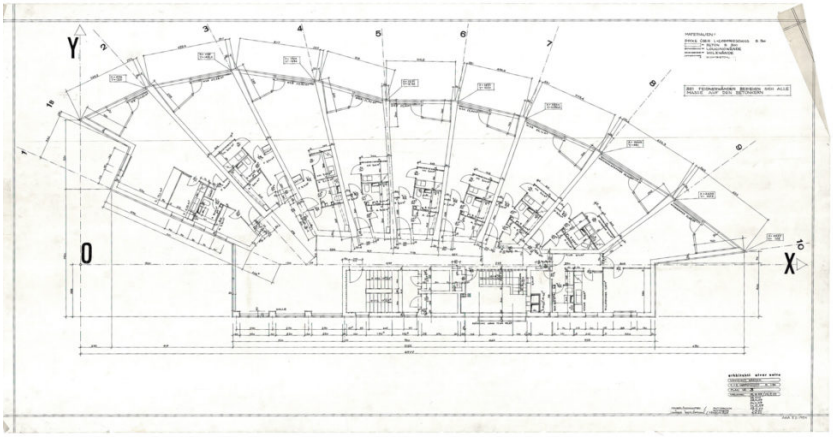


[Fig. 132] (à esquerda*) Vista Interior/ Sala, Casa de Férias* (1957-58) Fernando Távora, Ofir, Portugal, (2018).

[Fig. 133] (à direita) *Entrada (pormenor), Casa de Férias* (1957-58) Fernando Távora, Ofir, Portugal, (2018).



[Fig. 134] *Vista exterior, Torre residencial Neue Vahr Highrise* (1958-62), Alvar Aalto, Bremen, Alemanha, (s/d).



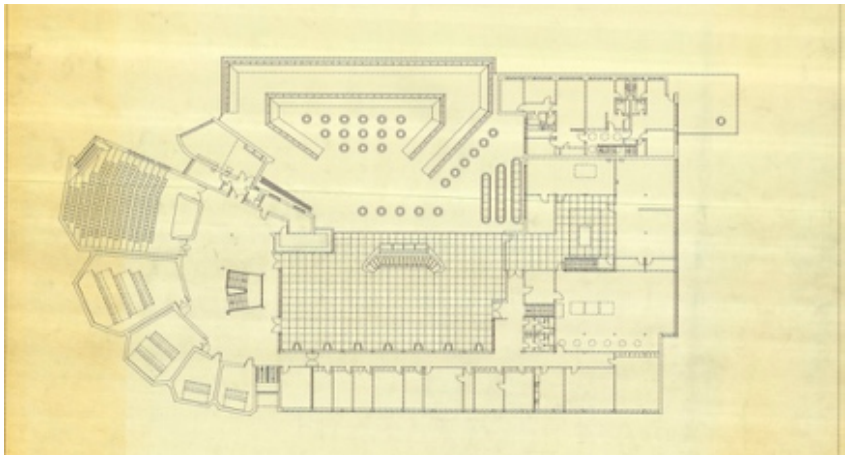
[Fig. 135] *Planta, Torre residencial Neue Vahr Highrise* (1958-62), Alvar Aalto, Bremen, Alemanha, (s/d).





[Fig. 136] (à esquerda) *Vista exterior,* Centro Cultural Wolfsburg (1958-62), Alvar Aalto, Wolfsburg, Alemanha, (s/d).

[Fig. 137] (à direita) *Vista exterior superior,* Centro Cultural Wolfsburg (1958-62), Alvar Aalto, Wolfsburg, Alemanha, (s/d).



[Fig. 138] *Planta, Centro Cultural Wolfsburg (1958-62),* Alvar Aalto, Wolfsburg, Alemanha, (s/d).



[Fig. 139] (à esquerda) *Interior,* Centro Cultural Wolfsburg (1958-62), Alvar Aalto, Wolfsburg, Alemanha, (s/d).



[Fig. 140] (à direita) *vista exterior,* Imóvel do Bairro Hansa (1957), Alvar Aalto, Berlim, Alemanha (1957).



[Fig. 141] *Planta,* Imóvel do Bairro Hansa (1957), Alvar Aalto, Berlim, Alemanha (s/d).

A formação[539] de um arquiteto é constante, uma vez que continua como resultado do exercício da sua atividade. O ato de edificar deve ser pensado como o ato de implantar um objeto arquitetónico num espaço vivo, em constante transformação, esse edifício "deverá continuar o diálogo permanente das relações vivas que quase sempre forma inerentes à evolução lenta das comunidades"[540], assim sendo, a obra deverá ser pensada, entenda-se personalizada, para o seu contexto. Pedro Ramalho justifica que os arquitetos fazem obras e não projetos. As obras são o resultado que permanece, assim como a sua relação com o contexto, o lugar e a circunstância, bem como a sua habilidade "de transmitir valores, ideias, pensamentos e sensações – criar património – algo que só a Arquitectura, *pura e dura*, [...] consegue fazer"[541], o mesmo complementa:

> "O campo das formas e da linguagem arquitectónica é naturalmente sujeito a modas, mas se não soubermos interpretá-las criticamente e adaptá-las às nossas próprias realidades físicas e sociais, culturais e técnicas, estamos a entrar, mais uma vez, na gratuitidade das realizações e como consequência, a colaboração na destruição em curso do nosso já reduzido património arquitetónico"[542].

Ao se compreender o contexto evolutivo das cidades, os edifícios nestas implantadas adquirem o valor de testemunhos vivos, sendo que, as constantes metamorfoses operam como atualizações ao nível das carências e do gosto. Como afirma Pedro Ramalho: "Temos de reconhecer que os programas de habitação evoluem com os hábitos [...]. Um programa correcto há vinte anos é obsoleto hoje. [...] Por esta razão há que pensar em soluções evolutivas, não só no sentido corrente do crescimento, mas principalmente na evolução da qualidade de vida"[543]. O arquiteto convoca ainda duas questões que se mantêm pertinentes: "Mas será que as obras de hoje são projectadas de forma a aceitar uma evolução que lhe confira um caracter vivo e permanente? Será por outro lado que sabemos actuar culturalmente tentando compreender os valores das obras existentes?"[544].

---

[539] A formação do arquiteto Pedro Ramalho é marcada por um período anterior e outro posterior à reforma de 1957.
[540] RAMALHO, 1990, p. 26.
[541] LOPES, 2015, p. 15.
[542] RAMALHO, 1990, p. 27.
[543] RAMALHO, 1990, p. 28.
[544] RAMALHO, 1990, p. 29.

A necessidade de alterar, ajustar ou mesmo acomodar, procede daquilo que este arquiteto designa como "um total desajustamento entre as propostas da arquitectura doméstica e a forma como estas são utilizadas"[545]. Os efeitos de tal desequilíbrio são proporcionais à rigidez do próprio projeto arquitetónico. "Uma casa se não se transforma num museu tem de ser receptiva a transformações que à partida são imprevisíveis"[546], os modos de habitar de cada individuo é que ditam as transformações.

No que concerne a capacidade de incorporação das componentes técnicas, é difícil encontrar referências relativamente ao conhecimento construtivo dos arquitetos relacionados com o movimento moderno. "Refere-se por vezes, a timidez com que os arquitectos portugueses aplicam as modernas técnicas construtivas, particularmente do betão armado"[547], dizendo de forma superficial que "*não tiraram partido do plástico*" dessa técnica e se limitaram a utilizá-la nas estruturas recticuladas independentes, a maior parte das vezes como processo de economia construtiva"[548]. No entanto, é necessário salientar o facto que para este arquiteto, a utilização de betão armado é igual a qualquer material, "desde que correctamente integrado na obra não é aceitável falar-se em *timidez de utilização"*[549]. De acordo com Pedro Ramalho:

> "Timidez é não ser capaz de repensar as soluções que muitas vezes nos chegam como produtos de tecnologias avançadas e saber replicá-las aos nossos condicionamentos económicos e sociais, ou ainda saber recusá-las por significarem dependências ou conteúdos económia e socialmente negativos"[550].

Não se pode separar a construção da composição arquitetónica, caso se fizer, o resultado será negativo pois a obra será artificial e desarticulada[551]. A obra arquitetónica deve ser considerada como um todo, porém, o condicionamento técnico não deverá ser entendido como uma limitação criativa, pelo contrário, deverá ser um fator de estimulação à imaginação[552].

---

[545] RAMALHO,1990, p. 29.
[546] RAMALHO, 1990, p. 29.
[547] RAMALHO, 1990, p.30.
[548] RAMALHO, 1990, p. 30.
[549] RAMALHO, 1990, p. 30.
[550] RAMALHO, 1990, p. 30.
[551] RAMALHO, 1990.
[552] RAMALHO, 1990.

Como debate das ideias e inquietações, anteriormente apresentadas e por vezes contraditórias, o arquiteto Pedro Ramalho, entre 1963 e 1982, realizou uma série de experiências[553] na área habitacional[554], que serão agora sumariamente analisadas.

As suas obras exprimem o seu modo de ver e criar, através das quais o próprio admite uma predisposição pelos programas mais complexos. Porém, antes de mais, ressalva-se que os edifícios são pensados tendo em consideração a constante dualidade arquitetónica: interior – exterior. Da articulação entre estas duas tensões resulta a arquitetura, os espaços interiores adquirem a significação de "abrigo físico e psicológico"[555], enquanto os espaços exteriores se relacionam com o ambiente. Assim sendo, o "conceito de espaço nunca é restritivo, nem pode ser limitado artificialmente e, de relação em relação, deverá envolver uma escala que ultrapassa a visão directa"[556]. Pensar arquitetura é pensar em sociedade, as duas estão intrinsecamente associadas, não devendo ser pensada em separado. Todos os contextos adjacentes à prática arquitetónica deveram ser levados em consideração. Pedro Ramalho afirma:

> "A arquitectura entendida como um objeto é, a meu ver desprovida de significado. A interligação entre a realização arquitectónica e o contexto (físico e social) onde se insere é tão forte que o resultado final não pode ser avaliado separadamente, desmontado das suas determinantes. Pelo contrário deverá ser entendido como uma nova unidade"[557].

A oportunidade de projetar o seu primeiro edifício de assinatura surgiu em 1963, mais concretamente, uma moradia localizada na parte mais antiga da Foz do Douro. Ao nível da implantação, esta demostrou-se desafiante pelo tamanho reduzido e pela forma irregular, Pedro Ramalho viria a afirmar numa entrevista que foi um movimento ousado para o cliente "aceitar que a casa adquiriu para remodelar, fosse deitada abaixo e em seu lugar construído um projeto de raiz"[558]. O arquiteto reconhece ainda que este projeto

---

[553] Experiências essas que se debruçam sobre o entendimento do espaço, os modos de habitar – tendo em consideração os fatores sociais e económicos, como também o próprio processo de transformação das habitações (adaptações).

[554] Moradia na Foz do Douro, Porto [1963/66]; Blocos residenciais da Pasteleira, Porto [1964/67 e 1968/73]; Conjunto Residencial para o F.F.H., Guimarães [1973/82]; SAAL Antas, Porto [1974/76]; Conjunto habitacional Habitovar [1976/82].

[555] RAMALHO, 1990, p. 35.

[556] RAMALHO, 1990, p. 35.

[557] RAMALHO, 1990, p. 36.

[558] LOPES, 2015, p. 28.

reflete a sua oportunidade de direcionar todas as suas preocupações, quer seja pela forma como a moradia está integrada na morfologia urbana, isto é, pela maneira como se adapta ao terreno, quer seja, pela forma como os espaços se articulam de forma orgânica, não existindo uma separação estanque entre o interior e o exterior[559]. Contudo[560], a escadaria é usada como corredor desde a cave até a zona do estúdio atuando como "espinha dorsal"[561] na organização interna da habitação. Sendo assim, é possível reonhecer na moradia na rua São João da Foz referências à obra de Adolf Loos. A título comparativo a *Villa Müller*[562] (1930) apresenta-se formalmente como o resultado da articulação de volumes cúbicos, onde a sua fachada austera cujas paredes lisas são ocasionalmente rasgadas por fenestrações de pequena amplitude[563]. Esta escolha de tratamento exterior possui o prepósito de focar a atenção no espaço interno, lugar onde se habita. Na obra de Pedro Ramalho a articulação dos volumes é pronunciada verificando-se um maior dinamismo formal no exterior do que na obra de Loos.

Contudo, a nível interno, este arquiteto evidencia o seu lado mais revolucionário ao desenvolver níveis a diferentes cotas, estas atuam como uma forma de diferencial os espaços relativamente à sua importância e função, existindo uma separação entre os espaços privados e os sociais, ou seja, uma maior cota significa um espaço com mais privacidade. Estas características de exploração, articulação e aproveitamento de espaço de forma harmoniosa encontram-se patentes na moradia de Pedro Ramalho, da mesma forma como a escadaria é utilizada pelos dois arquitetos como o ponto central de todo o edifício.

---

559 RAMALHO, 1990.

560 *[...] E eu fiquei um pouco desapontado, na medida em que uma coisa é pensar e outra é executar. Como toda a verdura que tinha, inexperiência completa, algum daquele resultado não era exactamente o que eu esperava* (LOPES, C.N., 2015, p. 29).

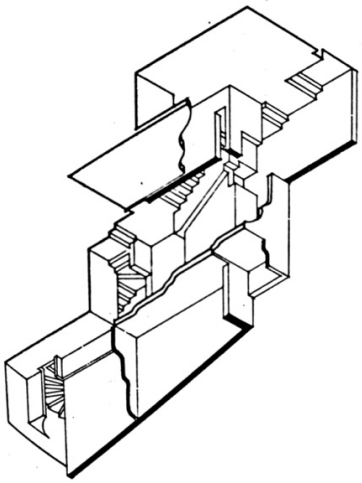
561 RAMALHO, 1990, p. 37.

562 RISSELADA, 1993

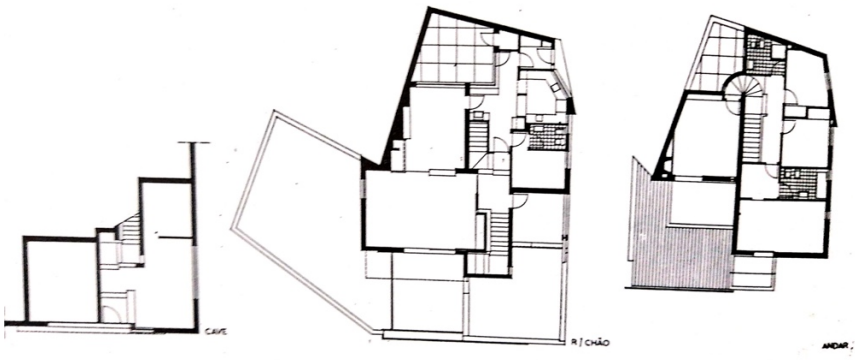
563 BEEK, 1993.



[Fig. 142] (à esquerda) *Planta de Implantação, Moradia na Foz do Douro* (1963-66), Pedro Ramalho Porto (s/d).



[Fig. 143] (à direita) *Vista Axonométrica, Moradia na Foz do Douro* (1963-66), Pedro Ramalho Porto (s/d).



[Fig. 144] *Planta, Moradia na Foz do Douro* (1963-66), Pedro Ramalho Porto (s/d).



[Fig. 145] (à esquerda)

Exterior, Moradia na Foz do Douro (1963-66), Pedro Ramalho Porto (s/d).

[Fig. 146] (à direita)
Interior, Moradia na Foz do Douro (1963-66), Pedro Ramalho Porto (s/d).



[Fig. 147] (à esquerda)
Interior, Moradia na Foz do Douro (1963-66), Pedro Ramalho Porto (s/d).

[Fig. 148] (à direita)
Interior, Moradia na Foz do Douro (1963-66), Pedro Ramalho Porto (s/d).





[Fig. 149] (à esquerda) *Interior, Moradia na Foz do Douro* (1963-66), Pedro Ramalho Porto (s/d).

[Fig. 150] (à direita) *Escadaria, Moradia na Foz do Douro* (1963-66), Pedro Ramalho Porto (s/d).

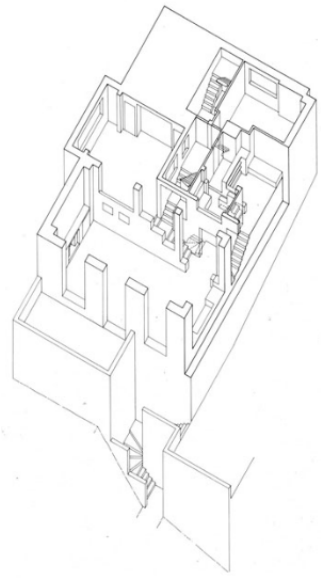




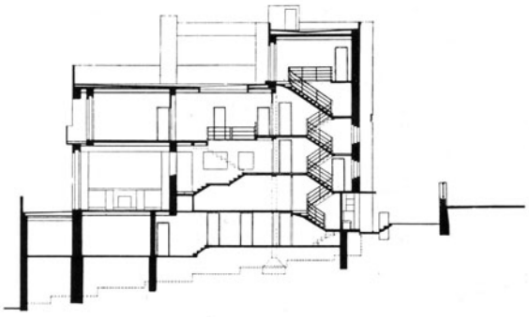
[Fig. 151] (à esquerda) *Quarto, Moradia na Foz do Douro* (1963-66), Pedro Ramalho Porto (s/d).

[Fig. 152] (à direita)

Casa de banho, Moradia na Foz do Douro (1963-66), Pedro Ramalho Porto (s/d).



[Fig. 153] (à esquerda) *Vista Axonométrica, Villa Müller (1930)* Adolf Loos, Praga, República Checa, (s/d).



[Fig. 154] (à direita) *Alçado (corte), Villa Müller (1930)* Adolf Loos, Praga, República Checa, (s/d).



[Fig. 155] (à esquerda) *Interior, Villa Müller (1930)* Adolf Loos, Praga, República Checa, (s/d).



[Fig. 156] (à direita) *Interior, Villa Müller (1930)* Adolf Loos, Praga, República Checa, (s/d).

No mesmo ano, foi levantada a hipótese de desenvolver, dentro do regime de casas de rendimento, "um bloco residencial em regime de condomínio"[564], na zona da Pasteleira, onde havia sido adquirido um terreno à Câmara Municipal do Porto. Tratava-se de um espaço recém urbanizado "segundo um plano ortodoxo rígido na geometria das suas implantações construídas e nas suas circulações diferenciadas"[565], como consequência, o bloco apresenta-se isolado por falta de enquadramento urbano. Apesar disto, demarca-se pela sua orientação a sul, com uma vista sobre o rio Douro, esta condicionante atua como um fator de organização do espaço, reconhecida influencia de Alvar Aalto[566]. Tendo como exemplo, a fenestração presente na fachada possui uma orientação horizontal, acompanhando a própria panorâmica. As próprias varandas-terraço, atuam como prolongamentos das salas, "incluem-se nesta fachada, recuadas, como única forma de criar zonas de transição, vividas com privacidade"[567], dito isto, este projeto demonstra um grande cuidado com a maneira com o espaço interior se articula[568]. Com o tempo foram sendo desenvolvidos novos blocos residenciais[569], sendo que estes empreendimentos eram realizados por iniciativa organizada pelos seus moradores, tendo esta sido a primeira vez na zona norte a se realizar tal tentativa[570], entenda-se o procedimento em si era simples a construção ocorria após a reunião com os interessados, sendo estes faziam parte de uma lista de inscrição previamente realizada[571]. Por se tratar de cinco edifícios realizados em cronologias diferentes, o pensamento arquiteto que refletem é díspar, desta forma, cada um obedece a inspirações dispares[572], Ramos afirma que estes edifícios atuam como um "reflexo da critica que os autores realizam aos valores

---

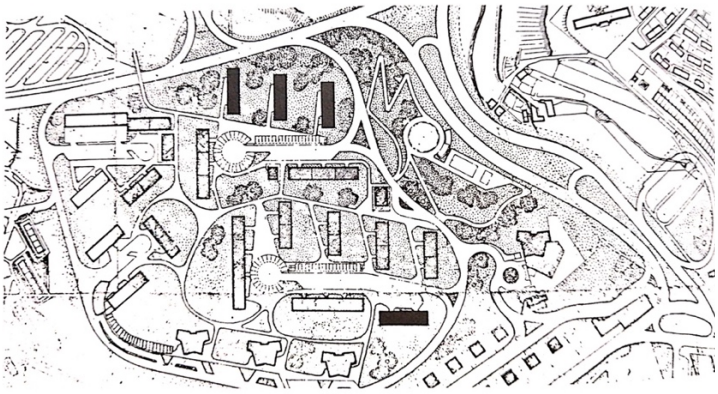
[564] RAMALHO, 1990, p. 41.
[565] RAMALHO, 1990, p. 41.
[566] LOPES, C.N., 2015.
[567] RAMALHO, 1990, p. 41.
[568] RAMALHO, 1990.
[569] Salienta-se que ao todo foram realizados 5 blocos – Talhão E [1964-1968]; Talhão C [1969-1971]; Talhão P e Q [1967-1971]; Talhão R [1967-1971] – em coautoria com o arquiteto Sergio Fernandez, e patrocinio do arquiteto Arménio Losa.
[570] RAMOS, 2001.
[571] Material do acervo (PT/CA/PER/PA-007-03) – Carta: Edificação de um prédio em regime de propriedade horizontal (24.01.1969).
Salienta-se ainda o facto que a oportunidade de adquirir tal habitação era apresentada por ordem de inscrição.
[572] Informações complementares: RAMOS, R. J. (2001). Pasteleira . In *Porto 1901-2001, Guia de arquitectura moderna* (p. s.p). Porto: Ordem dos Arquitectos SRN, Civilização.

do *Movimento Moderno*"[573]. Destaca-se o papel de indelével significância deste projeto na história da habitação social[574] no Porto, entre as demais razões, indica-se o seu caracter inovador na "procura de identidade e o modo de fazer [...] Uma arquitectura com voz própria, com identidade e personalidade, ou seja, uma arquitectura autónoma e sem concepções"[575].

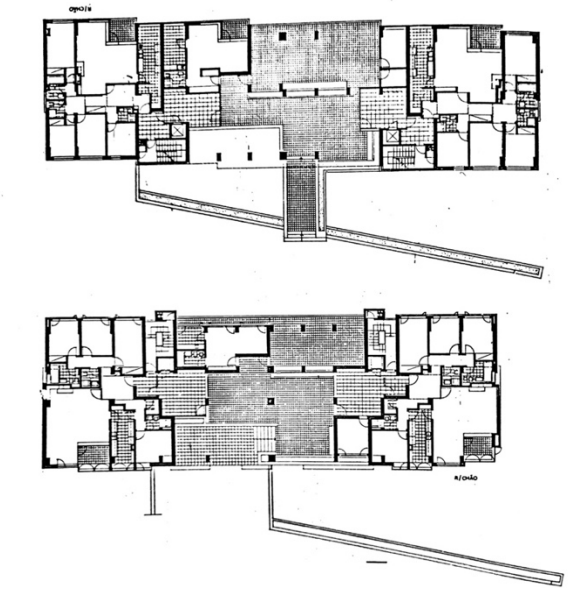
[573] RAMOS, 2001, s/p.

[574] Pedro Ramalho reconhece que foi *[...] um êxito em termos financeiros (mesmo para a época): terrenos, os projetos, os encargos, as licenças, a construção etc. ficaram por 250 contos por habitação [...] logo a seguir fizemos os outros conjuntos, também no mesmo regime, [...] as casas ficaram três vezes mais caras* (LOPES, C.N., 2015, p. 32).

[575] LOPES, C.N., 2015, p. 10.



[Fig. 157] *Planta de Implantação, Blocos Residenciais na Pasteleira* (1964-67 e 1968-73), Pedro Ramalho, Porto (s/d).



[Fig. 158] *Planta, Bloco Residencial na Pasteleira* (1964-67 e 1968-73), Pedro Ramalho, Porto (s/d).



[Fig. 159] (à esquerda) *Exterior, Bloco Residencial na Pasteleira* (1964-67 e 1968-73), Pedro Ramalho, Porto (s/d).



[Fig. 160] (à direita) *Zona de acesso, Bloco Residencial na Pasteleira* (1964-67 e 1968-73), Pedro Ramalho, Porto (s/d).



[Fig. 161] (à esquerda) Interior da *Casa do Arq. A. Alves-Costa, Bloco Residencial na Pasteleira* (1964-67 e 1968-73), Pedro Ramalho, Porto (s/d).



[Fig. 162] (à direita) Interior da *Casa do Arq. A. Alves-Costa, Bloco Residencial na Pasteleira* (1964-67 e 1968-73), Pedro Ramalho, Porto (s/d).

Em 1973, uma nova experiência, desta vez, a edificação de um conjunto residencial[576] para o Fundo de Fomento de Habitação, em Guimarães, inserido num Plano Integrado[577]. Os aspetos negativos prendem-se, fundamentalmente, na "localização arbitrátria, da inerência da sua função de dormitório e da atitude projectual da construção"[578], em suma, projetos desenraizados do contexto urbano.

Os planos integrados tendem, pela sua grande amplitude, a necessitar de ser enquadrados a nível urbano: "É pois necessário diversificar as intervenções, dimensionando-as adequadamente, como resposta às necessidades reais das populações e dos processos construtivos regionais [...]"[579]. Dito isto, o espaço de implantação do conjunto residencial localiza-se na periferia da cidade, mais concretamente, na zona superior. "Os condicionamentos para a intervenção são limitados: um programa que define o número de fogos e as percentagens por tipos, a topografia do terreno (sem cobertura vegetal significativa), um Anteplano"[580]. Todavia, o plano inicial acabou por ser revisto, criando, assim, uma maior homogeneização entre os edifícios e o espaço de implantação. Ao nível da arquitetura, o edifício em "U" atua como elemento gerador de todo o conjunto, proporcionando a interligação com os outros edifícios, criando assim uma complexa rede de circulações[581]. Relativamente, à organização interna destaca-se a "a associação vertical dos diversos tipos de fogos"[582]. Segundo o arquiteto Pedro Ramalho trata-se de uma:

> "... solução dinâmica, tanto para os fogos como para o conjunto, que surge a ideia de um MÓDULO[583] VERTICAL, como unidade mínima

---

[576] O Plano Integrado da Quinta da Senhora da Conceição, em Guimarães, inicialmente comportava um plano de 359 fogos, no entanto, após nova revisão [pós 25 de abril de 1974] este número foi reduzido (RAMALHO, 1990).

[577] *... planeamento, projeto, execução e gestão de novas áreas residências* (VILAÇA & FERREIRA, 2018, p. 324). *[...] os Planos Integrados caracterizam-se pela apropriação sistemática do terreno necessário à sua implantação, através da expropriação sistemática, sobretudo de quintas, e pela integral condução da realização pelo setor público* (VILAÇA & FERREIRA, 2018, p. 324).

[578] RAMALHO, 1990, p. 47.

[579] RAMALHO, 1990, p. 47.

[580] RAMALHO, 1990, p. 48.

[581] RAMALHO, 1990, p. 48.

[582] RAMALHO, 1990, p. 48.

Solução alternativa à usualmente sobreposição dos fogos: esquerdo-direito.

[583] A largura do módulo é de 5.25 m, sendo que a sua utilização deve articulada *com um sistema misto de acessos [...]. Os módulos agrupam-se em quatro unidades a que corresponde uma junta de dilatação, de modo a que a distância dos fogos às torres de acesso e equipamentos é de certa de vinte metros* (RAMALHO, 1990, p. 49).

> respetiva, integrando todos os tipos de fogos (T2, T3, T4 e T5). Este módulo deveria incluir os diversos fogos nas percentagens recomendadas – 50% para o T2, 23% para o T3, 15% para o T4 e 10% para o T5 ou seja 2 T2, 1 T3 e 1 T4 ou T5"[584].

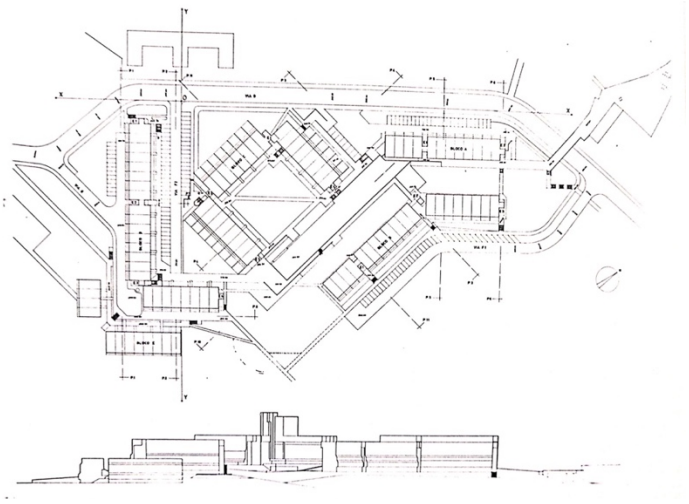
O caminho passou pela adaptação do módulo vertical, que por si só era bastante complexo, ao "sistema em túnel"[585], como resultado surgiram problemas, com o propósito de se construir o mais economicamente e eficientemente, a qualidade construtiva decaiu significativamente[586]. O resultado final foi completamente diferente ao que era pretendido ou idealizado pelo arquiteto. Quando questionado sobre a função social do arquiteto, este explica que "[...] O arquitecto é alguém que vai intervir na sociedade, tem de ter esse tipo de preocupação. [...] seja ao nível das Câmaras, seja ao nível dos projectos. Outra coisa é a força social que ele possa ter em relação a essa matéria, o poder de influenciar as pessoas. [...]"[587].

Pedro Ramalho enfatiza muito a ideia de contexto urbano ou físico, sendo que os seus projetos se encontram sempre diretamente relacionados com um espaço concreto. Este reitera: "Os homens que nos precederam construíram o seu habitat e a tendência mais ou menos generalizada, de considerar só as obras ditas *maiores* como marca da sua cultura, é um erro grave [...] A nossa cultura não pode ser definida somente pelas grandes realizações"[588]. O arquiteto expõe que a destruição em prol de um falso progresso é incongruente, logo, se entendermos cidade com o resultado da sobreposição de camadas temporais, no entanto, se as construções sobrevivem num tempo longo é porque possuem em si algum valor[589]. Nas palavras do próprio:

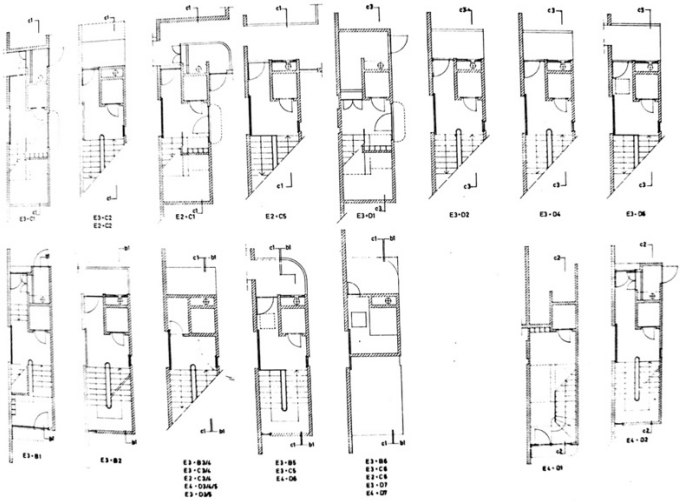
> "O homem, ao construir o seu próprio habitat nunca o faz fora dos condicionamentos sociais e económicos nem dos condicionamentos geográficos. Mas quando constrói segundo as suas próprias necessidades e de acordo com o seu meio cultural, os resultados são bem diferentes daqueles que resultam da imposição de alojamentos por outros homens em condições especulativas"[590].

---

[584] RAMALHO, 1990, p. 49.
[585] LOPES, C.N., 2015, p 47.
[586] LOPES, C.N., 2015.
[587] LOPES, C.N., 2015, pp. 48-49.
[588] RAMALHO, 1990, p. 53.
[589] LOPES, C.N., 2015.
[590] RAMALHO, 1990, p. 53-54.



[Fig. 163] *Planta, Conjunto Residencial para o FFH* (1973-82) Pedro Ramalho, Guimarães, (s/d).



[Fig. 164] *Planta, Conjunto Residencial para o FFH* (1973-82) Pedro Ramalho, Guimarães, (s/d).

[Fig. 165] (à esquerda) *Exterior, Conjunto Residencial para o FFH* (1973-82) Pedro Ramalho, Guimarães, (s/d).

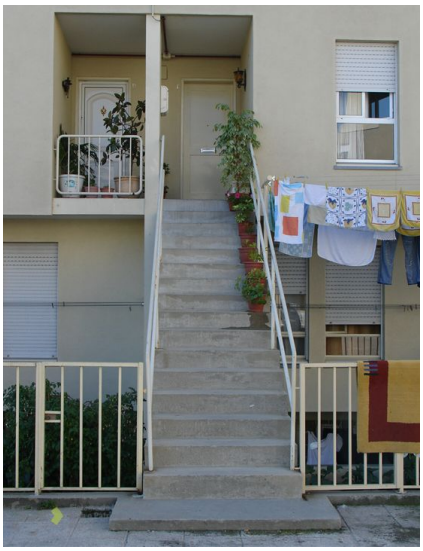
[Fig. 166] (à direita) *Exterior, Conjunto Residencial para o FFH* (1973-82) Pedro Ramalho, Guimarães, (s/d).





[Fig. 167] (à esquerda) *Exterior, Conjunto Residencial para o FFH* (1973-82) Pedro Ramalho, Guimarães, (s/d).

[Fig. 168] (à direita) *Exterior, Conjunto Residencial para o FFH* (1973-82) Pedro Ramalho, Guimarães, (s/d).





Como vimos, no Porto, por volta de 1850 surgiram as *ilhas*[591], habitações de pequenas dimensões que aproveitaram "os logradouros das casas burguesas"[592] para se desenvolver, localizavam-se maioritariamente nas zonas periféricas de cada cidade. Rapidamente, a situação saiu de controle. Em consequência, no final do século XIX, mais de metade[593] da população vivia nas *ilhas*. Este nível de fragilidade social viria a ocorrer novamente na década de 60, momento em que Portugal vivia em regime ditatorial. A habitação era controlada pelos privados, como consequência, a população mais carenciada via-se obrigada a optar por soluções precárias como bairros de lata ou habitações clandestinas[594]. No Porto, a situação piorou consideravelmente devido à degradação das *ilhas*, estas encontravam-se agora integradas no centro da cidade, "e mediante a rentabilidade financeira de reutilização dos terrenos por elas ocupadas para a construção de prédios novos, desenvolveu-se uma sistemática operação de rejeição para a periferia da população urbana de baixo nível de vida"[595], por outras palavras, a preocupação era financeira e não social. Deslocados e realojados na periferia, em bairros municipais sem qualquer respeito pelo sentido ou consciência de comunidade[596], subjugados e segregados, estavam sujeito a uma série de regulamentações, como poderem ser desalojados se não se mostrarem "dignos do direito de ocupação que lhe foi concedido"[597].

Em 1974, nas *ilhas* implantadas na zona das Antas receberam uma intervenção sendo esta "pautada pelo respeito que nos merece essa comunidade com todos os seus valores e marcada pela própria vontade da população na conservação da unidade, tanto social como urbana"[598], por outras palavras, através da recuperação as ilhas pré-existentes, o projeto manifesta um sentido de continuidade, uma consciência, um sentido de memória na relação entre a comunidade, o território e as "novas" habitações.

---

591 Ver capítulo: 02. Políticas de Habitação Públicas: Sintese

592 ALVES COSTA, 2020.

593 ALVES COSTA, 2020.

594 ALVES COSTA, 2020.

595 ALVES COSTA, 2020, p. 27.

596 ALVES COSTA, 2020.

597 Diário do Governo, Decreto nº. 35.106, Série I, de 6 de novembro de 1945, pelo Ministério do Interior – Direção Geral da Administração Política e Civil; Artigo 12º.
Decreto promulgado para fazer cumprir o artigo 3º do Decreto-Lei 34:486, de 6 de abril de 1945, referente à ocupação de casas destinadas a famílias pobres.

598 RAMALHO, 1990, p. 54.

Dito isto, a operação SAAL[599], – Serviço Ambulatório de Apoio Local - zona das Antas tem em consideração três pontos: "abrir a zona da cidade"[600], salvaguardando sempre que possível a "unidade social e urbana"[601]; "reservar os espaços para os equipamentos definidos pela dinâmica própria dos habitantes de que existiam exemplos"[602]; "intervir no domínio da habitação recuperando o maior número possível de casas e projectando as novas habitações segundo um processo evolutivo da unidade base existente"[603]. Nas palavras de Sérgio Fernandez, "A operação SAAL na zona das Antas merece especial atenção por constituir caso exemplar, não só pela qualidade da proposta de arquitetura, mas também pela singularidade da sua constituição original [...]"[604]. O projeto remete para um conjunto residencial unifamiliar, composto por habitações que rondam os 25 m^2 [605], em banda de dois andares com logradouro. Formas projetadas para tirar o máximo proveito da topografia, mais concretamente, dos desníveis do terreno. A casa[606], enquanto núcleo central, abre-se para um logradouro, este interliga-se a um espaço destinado a outras funções, podendo "ainda ser aumentado por mais uma divisão passível de ser construída à ilharga da caixa de escadas"[607], evidenciando um compromisso entre os modos de habitar e a própria construção, expondo de certa forma a ideia de uma habitação com alguma *elasticidade*[608], mantendo a sua escala humana. Para lá do arranjo compositivo, o arranjo visual do espaço evidencia-se pelos materiais e pelas texturas, que fazem parte integrante da linguagem das habitações. As cores[609] utilizadas demarcam-se pela sua significância:

> "Os tubos de drenagem pluvial, pintados de vermelho, enfatizando o traçado sinuoso da gravidade, e os fragmentos da fachada revestidos a chapa ondulada negra e as caixilharias amarelas são um manifesto

[599] O processo durou entre agosto de 1974 e outubro de 1976.
[600] RAMALHO, 1990, p. 55.
[601] RAMALHO, 1990, p. 55.
[602] RAMALHO, 1990, p. 55.
[603] RAMALHO, 1990, p. 55.
[604] FERNANDEZ, 2020, p. 61.
[605] Estas habitações organizaram-se de maneira muito semelhante às ilhas, sendo igualmente *servidas por estreitos arruamentos que criam o ambiente urbano da zona* (FERNANDEZ, 2020, p. 65).
[606] O modelo utilizado é o da parede única, de Adolf Loos (LOPES, C.N., 2015).
[607] FERNANDEZ, 2020, p. 68.
[608] LOPES, C.N., 2015, p. 112.
[609] A título de comparação no (SAAL) Bairro da Bouça, do arquiteto Álvaro Siza Vieira, este utiliza a cor avermelhada no último piso, como uma forma simbólica de homenagear o arquiteto alemão Bruno Taut, tido como um dos maiores projetistas de habitação social nos anos 30 (PINTO, 2016).

construtivo da obra neorealista e evolutiva, tornando-a politicamente simbólica"[610].

Dito isto, o SAAL Norte, mais concretamente SAAL Porto, destaca-se pelas suas soluções dispares e complexas, isto é, pelas múltiplas expressões de arquitetos da Escola do Porto mais ou menos próximos em termos geracionais. A título de exemplo, realizou-se uma análise comparativa entre o projeto das Antas de Pedro Ramalho, com os projetos de S. Víctor (1974-1976) e do Bairro da Bouça (1973-1977) de Álvaro Siza.

De forma sucinta, no projeto para S. Víctor evidenciou-se a vontade dos moradores em manter as suas moradas – lugar identitário que reconhecem como casa – ao mesmo tempo que apelam a implantação de condições de habitabilidades, dando preferência à "preservação dos pátios, pequenos espaços privados ou semi-privados, ao invés da construção de grandes áreas e habitações coletivas"[611]. Estes pedidos por parte dos moradores, assim como a forte influência dos preceitos da Arquitetura Popular levariam o arquiteto a ponderar a preservação das *ilhas* como base do projeto. Maria Gomes refere que: "No desenho dos projectos o que estava em causa era a maior ou menor tendência para a reinterpretação da arquitectura popular e conjugação dos modelos eruditos da arquitectura, ou para a cópia do pitoresco e recusa do papel do arquitecto"[612], no caso de S. Víctor, estas questões estiveram em constante debate. Neste sentido, Álvaro Siza "optou por uma estratégia urbanística que consistia em recuperar as unidades e garantir melhores condições de salubridade"[613], ao mesmo tempo que completaria as zonas vazias com novas edificações, desta forma, criou uma dualidade passado futuro, entre a ideia de memória e o vindouro, ao adotar uma linguagem e uma volumetria moderna, respeitando, contudo, as noções de escala.

Por outro lado, o Bairro da Bouça, demarca-se como um projeto mais autónomo uma vez que havia sido desenvolvido um estudo prévio para o FFH, que foi tido como uma base e apresentado aos moradores. Desta experiência resultou o que poderá ser entendido como um modelo arquitetónico que resulta da conjugação da arquitetura de raiz vernacular e a arquitetura erudita, atendendo às necessidades e convicções dos

[610] COSTA, N.B 2019, p. 41.
[611] GOMES, 2015, p. 34.
[612] GOMES, 2015, p. 38.
[613] GOMES, 2015, p. 72.

futuros moradores, manifestando o ideal do direito à cidade[614]. Este projeto remete formalmente para um conjunto de habitações organizadas em blocos[615], estes "diluem o limite do quarteirão, abrindo o interior ao espaço urbano, contrariamente ao que, por norma, se edificava na malha da cidade"[616], ou seja, o projeto foi cuidadosamente integrado na malha urbana prévia, apelando a um sentido de continuidade do espaço urbano.

Consequentemente, os projetos[617] de S. Víctor e do Bairro da Bouça demostram igualmente o sentido de mestria do arquiteto, adotando metodologias mais ou menos abstratas, ao conciliar soluções morfologicamente mais desafiantes com a identidade local, em outros termos, um equilíbrio entre arquitetura vernacular e a cooperação dos moradores[618].

Por conseguinte, se Pedro Ramalho opta por um projeto com um léxico diretamente influenciado pela ideia da *ilha*, oferece-lhe, no entanto, uma nova estrutura, entenda-se uma recomposição urbana e topográfica aliada à qualidade plástica[619] e funcional, questões que se traduzem em um novo sentido de habitabilidade carregado de memória e de essência comunitária que agradasse aos seus moradores, e ao mesmo tempo aceite por todos como parte da sociedade urbana. Álvaro Siza, opta por uma abordagem mais didática, oferecendo projetos díspares entre si, mas carregados da mesma capacidade critica e autónoma. Desta forma os moradores são confrontados com uma distinta noção de espaço, espaço esse que obriga a uma ideia de instrução perante o seu habitar.

Mais do que projetos díspares, podemos falar em diferentes "proporções" de equilíbrio entre o que os moradores querem e o que o arquiteto acha importante para o projeto. Tudo isto em benefício da adaptação entre o morador e a sua nova habitação, aliado à resolução do problema habitacional por meio da metodologia e desenho arquitetónico.

---

614 GOMES, 2015.

615 É possível traçar uma relação entre a organização destes blocos com a própria organização das ilhas, intercaladas por corredores.

616 GOMES, 2015, p. 62.

617 *Informações complementares:* GOMES, M. I. (2015). *Sobre a Realidade Social e a Autonomia do Desenho. Da ESBAP à política de habitação nos projetos SAAL de Siza Vieira*. Dissertação de Mestrado Integrado em Arquitetura. Porto: Faculdade de Arquitetura da Universidade do Porto.

618 GOMES, 2015.

619 COSTA, N.B 2019.



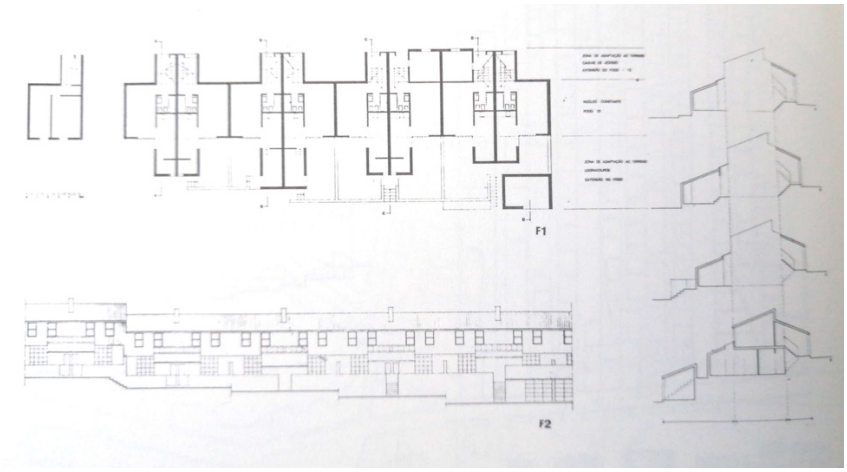
[Fig. 169] (à esquerda) Pátio, *"Ilhas",* Antas, Porto (s/d).



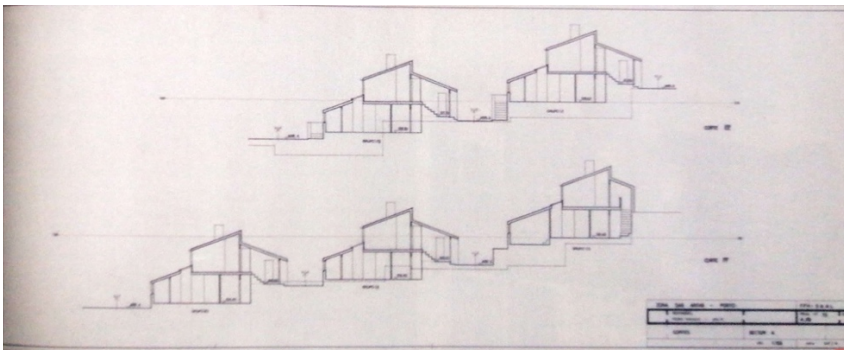
[Fig. 170] (à direita) Corredor, *"Ilhas",* Antas, Porto (s/d).



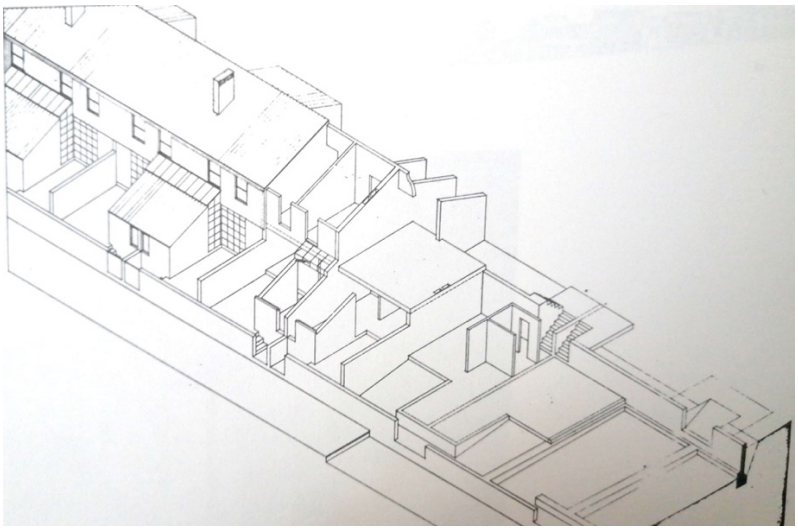
[Fig. 171] *Planta de Implantação, SAAL Antas* (1974-76) Pedro Ramalho, Porto (s/d).



[Fig. 172] *Planta, Cortes e alçado, SAAL Antas* (1974-76) Pedro Ramalho, Porto (s/d).



[Fig. 173] *Alçado (cortes), SAAL Antas* (1974-76) Pedro Ramalho, Porto (s/d).



[Fig. 174] *Alçado, SAAL Antas,* (1974-76) Pedro Ramalho, Porto (s/d).



[Fig.175] Construção do *Bairro SAAL Antas,* (1974-76) Pedro Ramalho, Porto (s/d).



[Fig. 176] (à esquerda) *Construção do Bairro SAAL Antas,* (1974-76) Pedro Ramalho, Porto (s/d)

[Fig. 177] (à direita) *Construção do Bairro SAAL Antas,* (1974-76) Pedro Ramalho, Porto (s/d)



[Fig. 178] (à esquerda) Acabamentos, *Bairro SAAL Antas* (1974-76) Pedro Ramalho, Porto (s/d).

[Fig. 179] (à direita) *Fachada, Bairro SAAL Antas* (1974-76) Pedro Ramalho, Porto (s/d).



[Fig. 180] (à esquerda) *Acabamentos, Bairro SAAL Antas,* (1974-76) Pedro Ramalho, Porto (s/d).

[Fig. 181] (à direita) *Acabamentos, Bairro SAAL Antas* (1974-76) Pedro Ramalho, Porto (s/d).



[Fig. 182] (à esquerda) Interior de uma casa, *SAAL Antas* (1974-76) Pedro Ramalho, Porto (s/d).

[Fig. 183] (à direita) Casa, *SAAL Antas* (1974-76) Pedro Ramalho, Porto (s/d).

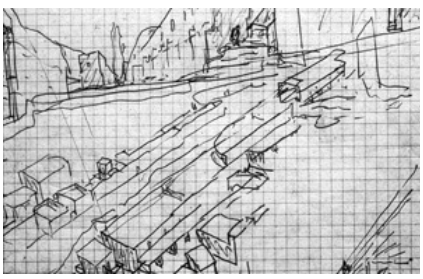
[Fig. 184] (à esquerda) *Vista aérea, SAAL S. Víctor* (1974-76), Álvaro Siza Vieira, Porto (s/d).



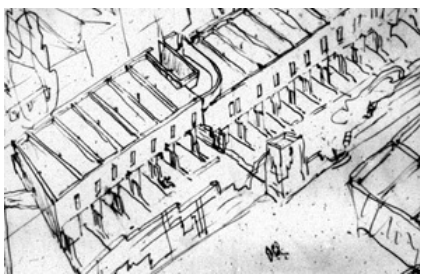
[Fig. 185] (à direita) *Fase de Construção, SAAL S. Víctor* (1974-76), Álvaro Siza Vieira, Porto (s/d).



[Fig. 186] (à esquerda) *Desenho, SAAL S. Víctor* (1974-76), Álvaro Siza Vieira, Porto (s/d).



[Fig. 187] (à direita) *Desenho, SAAL S. Víctor* (1974-76), Álvaro Siza Vieira, Porto (s/d).

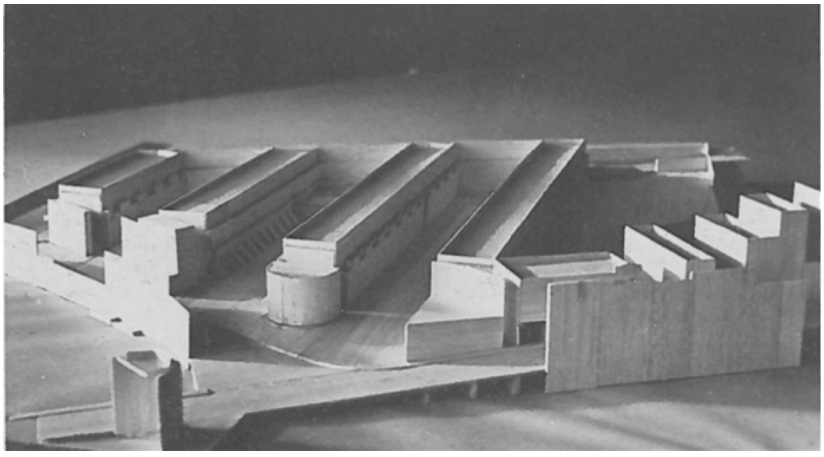




[Fig. 188] *SAAL S. Víctor* (1974-76), Álvaro Siza Vieira, Porto (2020).



[Fig. 189] *Vista aérea, SAAL S. Víctor* (1974-76), Álvaro Siza Vieira, Porto (2020).



[Fig. 190] *Maquete do Projeto Bairro da Bouça* (1973-77) Álvaro Siza Vieira, Porto, (s/d).



[Fig. 191] *1ª fase de construção, Bairro da Bouça* (1973-77) Álvaro Siza Vieira, Porto, (s/d).



[Fig. 192] *Bairro da Bouça* (1973-77) Álvaro Siza Vieira, Porto, (s/d).

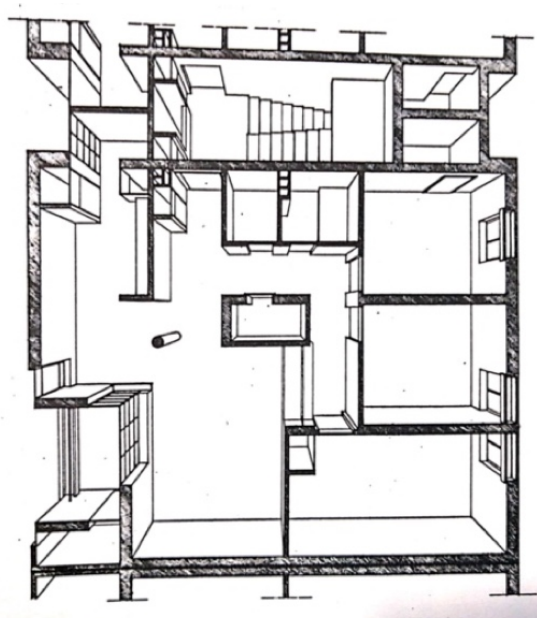


[Fig. 193] *Bairro da Bouça* (1973-77) Álvaro Siza Vieira, Porto, (s/d).

A experiência que adquire nas obras expostas anteriormente – privada, FFH e SAAL – torna-se, como o próprio reconhece, o impulso para "a ideia de vir a trabalhar com uma série de cooperativas de habitação. Nem sempre com sucesso, mas penso que a primeira foi interessante"[620]. Desta forma, a Cooperativa de habitação económica, Habitovar[621], viria a implantar todo o seu programa habitacional no terreno outorgado pela Câmara Municipal de Ovar, na zona de expansão a norte da então vila. "O Anteplano desta Zona limitava-se a estabelecer o esquema viário principal e a definir o equipamento essencial"[622]. É recomendado o uso de morfologias construtivas nunca superiores a três pisos, desta maneira o espaço não seria sobrepovoado. Portugal desenvolvia as primeiras experiências, no que se refere ao cooperativismo de ação social, em consequência, deste carácter vanguardista, poucas eram as diretrizes pré-existentes, o que se traduziu na falta de orientações por parte do promotor, o FFH[623]. "Do diálogo com os cooperantes da Habitovar retiraram-se conclusões sobre a ocupação dos solos, a organização do espaço envolvente e o equipamento a controlar"[624], em resultado as propostas[625] apresentadas tiveram a coparticipação dos associados[626] da cooperativa. Das tipologias adotadas, Pedro Ramalho, foi o responsável pela habitação coletiva. O plano proposto contava com a "associação linear de três elementos independentes com quatro pisos, sendo três de habitação [...] e outro [...] destinado a arrecadações complementares dos fogos e recreio coberto"[627]. No que concerne à organização interna, um pilar redondo opera como centro gerador de todos os espaços.

---

[620] LOPES, C.N., 2015, p. 60.
[621] Esta Cooperativa era composta por 500 famílias, a sua maioria operários (RAMALHO, 1990).
[622] RAMALHO, 1990, p. 59.
[623] RAMALHO, 1990.
[624] RAMALHO, 1990, p. 60.
[625] O programa contou com a colaboração de quatro gabinetes de arquitetura, onde se inseria Pedro Ramalho, Bernardo Ferrão, Alcino Soutinho e o Rolando Tordo.
[626] O diálogo criado entre os arquitetos e os futuros moradores é positivo quando ambos compreendem o seu lugar, no então, *esta prática colocava os arquitectos como meros executores das vontades das populações* (RAMALHO, 1990, p. 59). Este exercício é herdeiro do SAAL, todavia, com tempo se mostraria uma prática inoperável.
[627] RAMALHO, 1990, p. 60.



[Fig. 194] *Planta, CHE Habitovar* (1976-82), Pedro Ramalho, Ovar (s/d).



[Fig. 195] *Conjunto Habitacional, CHE Habitovar* (1976-82), Pedro Ramalho, Ovar (2019).



[Fig. 196] *Conjunto Habitacional, CHE Habitovar* (1976-82), Pedro Ramalho, Ovar (2020).



[Fig. 197] *Conjunto habitacional, CHE Habitovar* (1976-82), Pedro Ramalho, Ovar (2020).



[Fig. 198] *Exterior, CHE Habitovar, Pedro Ramalho (1976-82), Porto (s/d).*



[Fig. 199] *Exterior, CHE Habitovar, Pedro Ramalho (1976-82), Porto (s/d).*

Como referido anteriormente, estes projetos deverão ser entendidos à luz do seu pensamento critico, pensamento esse que o mesmo apresenta tanto nos seus textos como em entrevistas. "As palavras que Pedro Ramalho nos deixa [...] são claras e objetivas. Tal como é a sua arquitectura. Rigor, disciplina e sentido profissional poderão ser alguns dos atributos que caracterizam o seu modo de ver, de fazer e ser arquitecto"[628].

As suas obras possuem traços que se podem relacionar, estas constantes permitem assim compreender o seu processo, entenda-se modo de projetar. Ressalvam-se, contudo, duas questões determinantes: a sua posição objetiva em relação ao exercício do projeto, e a rejeição praticamente objetiva do exercer arquitetura "assente na especulação, ou seja, formal, ideológica ou tecnológica"[629]. Como afirma Carlos Lopes, as obras de Pedro Ramalho expõem a "materialidade com que se faz a arquitectura, dos processos de a edificar, da autenticidade dos materiais, dos lugares onde se constroem e das pessoas que a habitam, mas também nos fala do modo de a conceber; da origem; da razão de onde assenta (em seu entender) toda a criação da arquitectura"[630].

A sua metodologia projetual inicia-se com o estudo da encomenda, e uma análise do programa, posteriormente, pondera sobre o contexto urbano e físico, permitindo, desta forma, levantar todas as condicionantes que possam surgir independentemente da situação. Por último, recorre às técnicas construtivas que domina, resultado da sua contínua prática profissional, ou seja, o seu processo metodológico é extremamente racional. Nas palavras de Gil:

> "O artista volta incessantemente a esta massa primitiva. É o seu reservatório de experiências, de onde tira a força viva das suas formas; ao mesmo tempo, refaz um mundo já mais ao menos moldado pela linguagem. A sua experiência não é pura, mistura imagens actuais e imagens arcaicas, emoções esta mescla torna-se então a condição da imagem nova, [...]"[631].

Apesar de ter recolhido inúmeras influências ao longo do seu percurso, o seu modo de pensar e construir, a sua visão sobre aqueles que considerar os seus grandes mestres é meramente interpretativa e não literal, apenas os compreende, retirando os

---

[628] LOPES, C.N., 2015, p. 9.
[629] LOPES, C.N., 2015, p. 9.
[630] LOPES, C.N., 2015, p. 10.
[631] GIL, 1996, p. 23 *apud* COSTA, N.B 2019, p. 49.

ensinamentos que melhor se adequam à sua própria prática. Como reconhece Carlos Lopes:

> "[...] sem se fixar a autores, estilos ou conhecidas tendências cruzando materiais e propondo novas metodologias de construção e, por fim, pela capacidade de arriscar e tentar validar as suas convicções, o seu pensamento e inteligência, acreditando que há muitas possibilidades, muitos caminhos, muitos modos de pensar e de fazer arquitectura mas, apenas um único para fazer a sua própria Arquitectura"[632].

A sua obra é o reflexo da sua devoção à arquitetura em largo espetro, seja, através do ensino ou da prática profissional, ou pelo seu gosto pela técnica, que se traduz na arte de bem construir.

LOPES, C.N., 2015, p. 11.

CASOS DE ESTUDO:

Conjuntos Habitacionais de CHE

HABITOVAR [1976-1978]

A Cooperativa de habitação económica Habitovar apresenta-se como a primeira experiência do arquiteto Pedro Ramalho neste âmbito.

A Habitovar foi assim fundada com o propósito patente na sua definição, tendo sofrido ampliações ao longo de múltiplas fases construtiva que resultaram em múltiplas e profusas tipologias e morfologias. Inicialmente, seria composta por quinhentas famílias[633]. O processo preparatório à atribuição de uma habitação adaptada às suas necessidades, entenda-se, um espaço a que poderiam chamar de lar demostrava-se bastante complexo, sendo este iniciado através do preenchimento da ficha de inscrição.[634]

Após todas as regulamentações e formalidades que envolvem a criação de uma CHE, a Câmara Municipal de Ovar concedeu[635] o terreno para a implantação, lugar de expansão a norte da até então vila de Ovar[636], todavia, esta situação extraurbana manter-se-ia até à atualidade. Ricardo Pinto, na qualidade de antigo morador recorda o tempo em que em criança tudo era longe e de difícil acesso, criando o sentimento de isolamento proporcionado pelo facto a cooperativa ser rodeada por pinhal[637].

Evidencia-se que em consequência do 25 de abril e do período de inquietação e de grande ambiguidade que se vivia, mas também da oportunidade pela carência de planos e regulamentações definidas o surgimento de novas zonas de loteamento ocorria a ritmo

---

633 Salienta-se que maioria dos associados eram *operários especializados* (RAMALHO, 1990, p. 59).

634 A ficha de inscrição da Habitovar requeria informações como: Nome do chefe de família, a sua data de nascimento, estado civil; informações relativas ao seu regime de bens; profissão (qual, localização e telefone); morada; telefone; número de identidade; assinatura; bem como o nome, grau de parentesco, idade, sexo, profissão, ramo de atividade, salário e freguesia do local de trabalho de todos os que pretendiam habitar o espaço ao qual se estavam a concorrer. Existindo ainda um espaço para os rendimentos extra, assim como para o rendimento total mensal do sócio e do seu cônjuge. Material do acervo (PT/CA/PER/PA-025-05) – Ficha de inscrição.

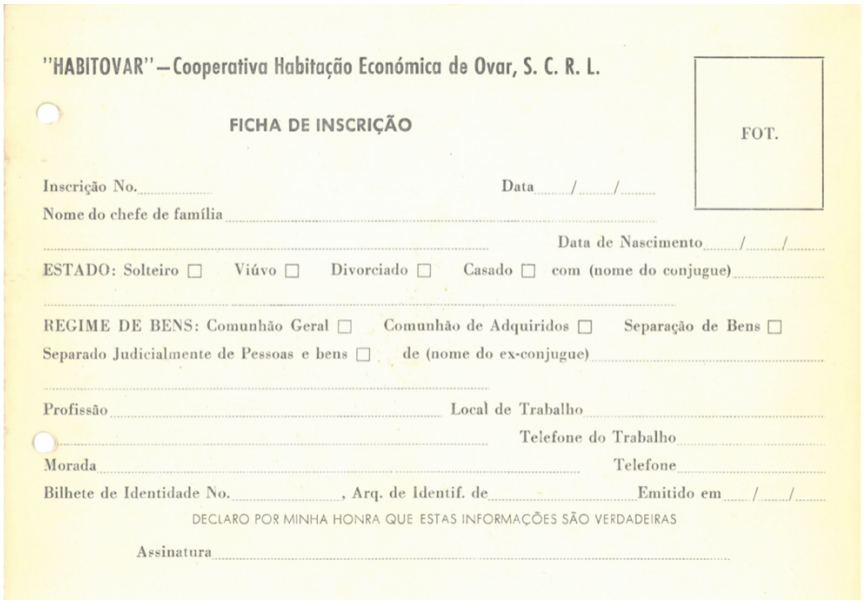
635 O espaço de implantação resulta da negociação entre a Camara Municipal de Ovar e a família Bonifácio. (LOPES J., 2021).

636 A vila de Ovar seria elevada a cidade em 1984 (JESUS, 2011).

637 Depoimento de Ricardo Pinto, antigo morador da Cooperativa Habitovar. Testemunho recolhido no âmbito da Celebração do 45º Aniversario da Cooperativa comemorado a 12 de março de 2021.

alucinante nas propriedades agrícolas existentes nas imediações[638]. Em consequência, nestas zonas adjacentes ao centro histórico foram edificados grandes bairros com o propósito de solucionar o problema de sobrelotação relacionado com o realojamento dos que viviam nos "bairros oitocentistas sobrelotados"[639]. Entre as décadas de 70 e 80 foram erguidos grandes núcleos construtivos em áreas de pinhal e plantação que haviam sido "confiscados durante o período revolucionário a grandes proprietários"[640]. Este impulso construtivo causou "um processo de desertificação da malha urbana do centro histórico"[641].

[638] JESUS, 2011.
[639] JESUS, 2011, p. 51.
[640] JESUS, 2011, p. 52.
[641] JESUS, 2011, p. 52.



"HABITOVAR" — Cooperativa Habitação Económica de Ovar, S. C. R. L.

FICHA DE INSCRIÇÃO

FOT.

Inscrição No. ..... Data ..../..../....

Nome do chefe de família .....

..... Data de Nascimento ..../..../....

ESTADO: Solteiro ☐ Viúvo ☐ Divorciado ☐ Casado ☐ com (nome do conjugue) .....

REGIME DE BENS: Comunhão Geral ☐ Comunhão de Adquiridos ☐ Separação de Bens ☐

Separado Judicialmente de Pessoas e bens ☐ de (nome do ex-conjugue) .....

Profissão ..... Local de Trabalho .....

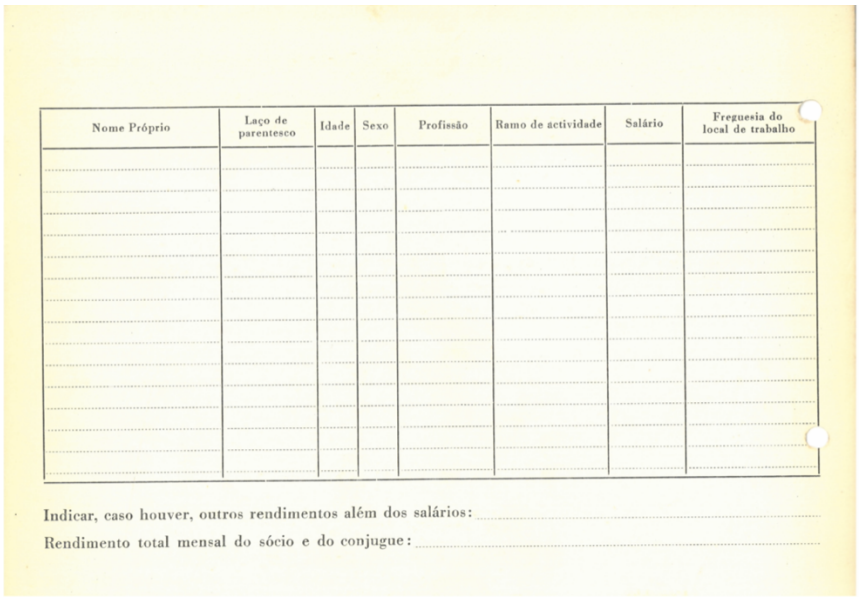
..... Telefone do Trabalho .....

Morada ..... Telefone .....

Bilhete de Identidade No. ....., Arq. de Identif. de ..... Emitido em ..../..../....

DECLARO POR MINHA HONRA QUE ESTAS INFORMAÇÕES SÃO VERDADEIRAS

Assinatura .....



Nome Próprio	Laço de parentesco	Idade	Sexo	Profissão	Ramo de actividade	Salário	Freguesia do local de trabalho

Indicar, caso houver, outros rendimentos além dos salários: .....

Rendimento total mensal do sócio e do conjugue: .....

[Fig. 200] *Ficha de Inscrição,* Habitovar – Cooperativa de Habitação Económica de Ovar, (s/d).



[Fig. 201] *Ovar* (pormenor), Vista de satélite, Google Earth, (julho de 2021).



[Fig. 202] *Ovar* (pormenor da zona norte), Vista de satélite, Google Earth, (julho de 2021).

Dito isto, solicitada a assistência da Câmara Municipal para o desenvolvimento do empreendimento terá contactado o arquiteto Jorge Gigante – pai de José Gigante – que se encontrava a realizar o plano de pormenor e de urbanização[642]. A ideia passaria pelo convite dirigido a vários arquitetos, que por sua vez realizariam uma série de projetos para esta cooperativa, ideia que se transpôs na coparticipação de quatro gabinetes de arquitetura, representados pelos arquitetos Pedro Ramalho, Bernardo Ferrão, Alcino Soutinho e Rolando Tordo[643].

Segundo os documentos em arquivo, aquando da realização do anteprojeto foi apenas estipulada a rede viária e a distribuição[644] dos equipamentos cruciais ao projeto, não existindo qualquer definição clara do ponto de vista urbanístico[645]. Todavia, mostrou-se indispensável a cumplicidade entre cooperantes e projetistas para que a imagem urbana, ainda que sectorial do espaço limitado por *núcleos habitacionais*[646] se tornasse mais coerente. A pretensão passava pela criação de um senso de unidade ao nível do conjunto, ideia que parece ter sido alcançada com sucesso como fica comprovado segundo o testemunho da moradora Maria Tereza Gama:

> "A minha casa é uma peça de figura geométrica, cor de salmão que se encaixa harmoniosamente num puzzle multicolor arquitectado por mentes brilhantes e bem intencionadas. Este jogo está engendrado de forma a ser acomodado numa caixa construída por seres humanos visíveis e outros imperceptíveis, mas presentes na memória dos primeiros[...]"[647].

Deste debate e por definição do autor do Plano, ficou estipulado que o conjunto habitacional contaria assim com quatro tipologias, sorteadas entre os quatro arquitetos: Casa-Pátio (Rolando Tordo); Casa banda1 piso (Bernardo Ferrão); Casa Banda de 2

---

642 LOPES C. N., 2015.

643 Assinatura do protocolo a 25 de fevereiro de 1977 onde ficaria estabelecida a realização de uma área residencial de 450 fogos para a CHE Habitovar, Valor que seria no final do mesmo ano ampliado para 554 fogos - Material do acervo (PT/CA/PER/PA-025-05) – Protocolo.

644 A distribuição ao longo das diferentes fases do programa de licenciamento foi se alterando consideravelmente.

645 RAMALHO, 1990.

646 Material do acervo (PT/CA/PER/PA-025-05) – Memória Descritiva.

647 Depoimento de Maria Teresa Griz da Gama, moradora da Cooperativa Habitovar. Testemunho recolhido no âmbito da Celebração do 45º Aniversario da Cooperativa comemorado a 12 de março de 2021.

pisos[648] (Alcino Soutinho) e habitação coletiva (Pedro Ramalho), este último ficaria também responsável pela coordenação de todos os projetos.

Relativamente ao processo, após a distribuição das tipologias, procedeu-se à avaliação do custo de construção[649]. Assim como a fixação do uso de morfologias construtivas nunca superiores a três pisos, desta forma o espaço urbano não se tornaria excessivamente povoado.

É necessário a imposição de um equilíbrio entre o que o arquiteto reconhece como imprescindível para a obra, e aquilo que o futuro morador acha importante. Retomando a ideia anteriormente exposta, admite-se o valor instrutivo tanto do arquiteto em relação ao habitante, como do próprio edifício relativamente à sua forma/modo de o habitar. Este confronto de pareceres poderá apresentar pontos positivos uma vez que os futuros moradores aceitam o seu lugar no processo de projeção da obra, melhor dizendo veem valor no diálogo criado entre eles e o arquiteto. A arquitetura projetada no âmbito do SAAL espelha a erudição e a vontade de dar aos moradores o que eles precisam, mais do que o que estes acham que querem. O léxico arquitetónico é aparentemente simples, contudo a sua aplicação eleva a arquitetura em si mesma.

Do debate entre os associados e os arquitetos "retiraram-se conclusões sobre a ocupação dos solos, a organização do espaço envolvente e o equipamento a controlar"[650], em resultado as propostas apresentadas tiveram a coparticipação dos associados da cooperativa. Isto só aconteceu porque, como vimos, em Portugal decorriam as primeiras experiências no que concerne o cooperativismo habitacional de ação social, havendo uma inexistência de orientações/diretivas por parte do promotor da obra, o Fundo de Fomento da Habitação[651].

---

[648] *Informações complementares:* Arquivo da Fundação Marques da Silva – Arquiteto Alcino Soutinho, Conjunto Habitacional da Cooperativa Habitovar. Obtido em 19 de julho de 2021: https://arquivoatom.up.pt/index.php/conjunto-habitacional-da-cooperativa-havitovar.
Acervo composto por uma pasta de material documental (memória descritiva, correspondências, orçamentos, ...), assim como um conjunto de 84 peças desenhadas.

[649] Como seria de esperar a casa-pátio enquanto habitação térrea era a mais cara e a habitação coletiva a mais barata.

[650] RAMALHO, 1990, p.60.

[651] RAMALHO, 1990.
Segundo a carta enviada pelo FFH em 1977 para a Cooperativa Habitovar, quaisquer financiamentos das obras das cooperativas só aconteceriam caso os valores se encontrassem dentro dos limites de custo traçados para as habitações de renda limitada (Portaria nº. 726/ 76 de 2 de dezembro). Contudo, por Despacho nº. 17/79 é regulamentada a atuação do FFH no que concerne o apoio financeiro para a criação de estudos e



[Fig. 203] *Habitovar, Processo Construtivo,* Década de 70.





[Fig. 204] (à esquerda) *Habitação Coletiva* (ao fundo), Habitovar.

[Fig. 205] (à direita) *Zona envolvente,* Habitovar.

projetos, nomeadamente para a Cooperativas de Habitação Económicas (Diário da República, Despacho n.º 17/79, n.º 195, Série II, de 24 de agosto de 1979, pela Secretaria do Estado da Habitação (Gabinete do Secretário de Estado))



[Fig. 206] (à esquerda) *Casa de Banda,* Habitovar.



[Fig. 207] (à direita) *Espaço verde,* Habitovar.



[Fig. 208] (à esquerda) *Espaço verde (envolvência),* Habitovar.



[Fig. 209] (à direita) *Campo de Jogos e Parque Infantil,* Habitovar.





[Fig. 210] (à esquerda) *Casa de Banda de 2 pisos* (envolvência), Habitovar.

[Fig. 211] (à direita) *Casa de Banda de 2 pisos,* Habitovar.





[Fig. 212] (à esquerda) *Arruamento,* Habitovar.

[Fig. 213] (à direita) *Casa de Banda de 2 pisos* (pormenor), Habitovar.





[Fig. 214] (à esquerda) *Espaço verde* (envolvência), Habitovar.

[Fig. 215] (à direita) *Arruamento,* Habitovar.

Em consequência, foi mais tarde reconhecido o erro de se deixar aos futuros moradores a oportunidade de se distribuírem pelas tipologias sem critérios pré-determinados. Tal conjuntura traduzir-se-ia na distribuição incorreta dos fogos, questão que repercutiu no planeamento urbano, mais concretamente no sentido de unidade entre os projetos e o espaço envolvente, como viria a afirmar Pedro Ramalho[652]:

> "Do diálogo com os utentes resultará a articulação do espaço interior. Da criatividade resultará o rigor e a economia das soluções técnicas. Na síntese final se qualificam os resultados"[653].

Em forma de reflexão, questionamo-nos se o problema da distribuição dos fogos não poderia ter sido evitado, uma vez que no inquérito realizado previamente ao início dos trabalhos tendo por base uma amostragem dos sócios foi equacionada uma questão que recaia sobre destruição dos fogos, mais concretamente, a distribuição em função da tipologia e morfologia. Porque é que não foi tida em consideração?

Tipos / Morfologias	T3		T4		T5		T6		Nº de fogos
	Inq.	Atrib.	Inq.	Atrib.	Inq.	Atrib.	Inq.	Atrib.	
Grupo I – casa Pátio	116	116	31	32	4	0	--	--	148
Grupo II – Banda de 1 piso	30	30	8	8	1	0	1	2	40
Grupo III –Banda de 2 pisos	123	124	52	52	8	14	1	0	190
Grupo VI – Habitação coletiva 3 pisos	11	60	2	12	1	0	--	--	72
Nº de fogos por tipologia:	--	330	--	104	--	14	-- (0)	2	450

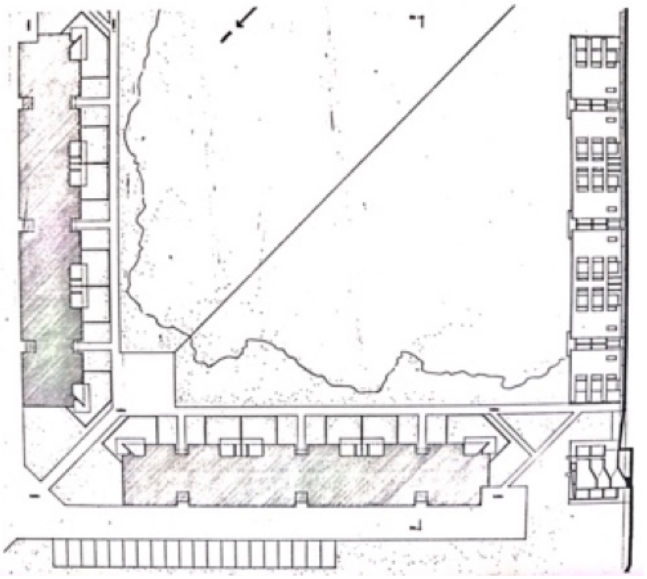
Tabela 2. *Distribuição e atribuição dos fogos*

Dada a amplitude do projeto e do tema em estudo, focar-nos-emos apenas na habitação coletiva. Preliminarmente foram projetados dois blocos alongados estruturados

[652] RAMALHO, 1990.
[653] RAMALHO, 1990, p.60.

em “L”, desta articulação nasceria um espaço amplo “arborizado para o qual se abriam as varandas dos fogos”[654], esta exigência seria mais tarde revogada como consequência dos já mencionados problemas de articulação espacial resultantes da distribuição dos fogos. Estes edifícios sofreriam uma implantação díspar no Plano de Pormenor. “Como reforço desta imagem inicial estabeleceram-se duas cotas de acesso marcando a diferenciação dos percursos mecânicos dos peões. As relações entre os dois níveis são estabelecidos pela caixa de escadas projetadas de forma a garantirem atravessamentos transversais das massas construídas”[655]. Houve um grande cuidado por parte do arquiteto em estabelecer “uma forte relação entre os espaços e a execução, numa tentativa de simultaneamente garantir uma qualidade de vida e uma racionalização dos aspectos construtivos”[656]. Deste modo, o processo de distribuição dos fogos, relativamente às fases do programa de licenciamento, tornou levemente moroso.

[654] RAMALHO, 1990, p.61.
[655] Material do acervo (PT/CA/PER/PA-025-05) – Memória Descritiva.
[656] Material do acervo (PT/CA/PER/PA-025-05) – Memória Descritiva.



[Fig. 216] Planta provisoria do *Conjunto Habitacional da CHE Habitovar,* (1976-78), Ovar.



[Fig. 217] *Implantação*[657] *do Conjunto Habitacional da CHE Habitovar* (1976-78), Ovar, Vista de satélite, Google Earth, (julho de 2021)

[657] Unidades habitacionais destacadas

Cada unidade[658] agrupa em si 36 fogos - quinze fogos T3 e três fogos T4 – esta decompõe-se em três elementos lineares independentes que se intersetam a partir das caixas de escada. Estas permitem o acesso a todos os níveis do edifício ao mesmo tempo que "estabelecem o atravessamento do edifício". Cada unidade integra ainda quatro pisos, três deles direcionados à habitação e o quarto, semienterrado, consequente da elevação do rés-do-chão, destina-se à zona das arrecadações – que atuam como um complemento espacial dos fogos – assim como ao abrigo dos automóveis. As habitações do nível térreo usufruem de logradouro privado posicionado paralelamente ao edifício atuando como uma extensão do fogo (ampliação do espaço). Como referido anteriormente, os acessos particularmente aos fogos, realizam-se através de uma caixa de escadas que possibilita o acesso a todos os níveis do equipamento - o átrio atua como uma zona de articulação/ distribuição enquanto unidade espacial - para tal, "foi necessário eliminar ao nível do rés-do-chão, os dois compartimentos de tratamento de roupas dos fogos aí situados, que passaram para a zona do logradouro"[659]. Destaca-se ainda a ideia da presença de valores duais relativamente à composição visual do próprio alçado, isto é o arranjo aplicado à frente do edifício é em tudo semelhante a um tratamento usualmente aplicada às traseiras de um edifício. O programa e a composição dos fogos tiveram em consideração o inquérito[660] realizado aos sócios, numa tentativa de compreenderem as necessidades dos futuros moradores[661].

No que concerne a disposição interna dos fogos[662] muito foi o tempo e o esforço investido, a aplicação de um *pilar redondo* como é referido pelo próprio arquiteto

---

[658] No documento de *Relação dos Terrenos a ceder pela Câmara Municipal de Ovar à Cooperativa de Habitação Económica de Ovar, S.C.R.L., em regime de direito a superfície e situadas dentro dos limites do "Plano de Pormenor da área envolvente do núcleo escolar a norte da vila de Ovar" (área administrativa a iniciativas da Habitovar)* datado de 7 de novembro de 1977, encontra-se esclarecido o facto, que ao momento, existem licenciados 2 talhões – lotes 419 e 420 – enquanto que por licenciar existem 6 talhões – lotes 40 a 42 e 378 a 380 – todos estes concedidos para a habitação coletiva de três pisos. Material do acervo (PT/CA/PER/PA-025-05).

[659] Material do acervo (PT/CA/PER/PA-025-05) – Memória Descritiva.

[660] O Inquérito elaborado compreendia quatro pontos destintos: 1- formas de agrupamento e composição; 2- Garagem; 3- Organização da zona de Estar, refeições e cozinha; 4 – Tipo de Habitação em função do número de quartos que pretende. Tendo sido realizados um total de 393 inquéritos. Material do acervo (PT/CA/PER/PA-025-05).

[661] Inquérito que levou em consideração as diretrizes presentes no Regulamento Geral das Edificações Urbanas (Decreto-Lei nº650/75 de 18 de novembro).

[662] Evidencia-se que cada arquiteto ficou responsável pela organização interna da sua tipologia.

totalmente dispensável[663] do ponto de vista estruturar, este assume a função "geradora dos espaços[664]", mais exatamente, do átrio da entrada, sala, sala de jantar, cozinha e varanda. O espaço das refeições deve ser entendido como um prolongamento da cozinha[665], ainda que este transponha a sala existe uma clara diferenciação entre as zonas. A varanda atua como um elemento de comunicação entre estes dois espaços. Como afirma Pedro Ramalho: "Era necessário dar aquelas casas tão pequenas a noção de profundidade, de uma série de relações de transparência, mais a varanda, prolongamento da casa"[666]. O arquiteto destaca ainda a importância para a dualidade do posicionamento da casa de banho, ao assinalar que a sua implantação no projeto foi pensada de forma a dialogar entre a zona diurna e a zona de dormir, não colocando, contudo, de parte a própria a ideia de uma certa economia de meios.

O facto do mesmo edifício dar resposta a dois tipos de fogos, T3 e T4 mostra como estes pouco diferem entre si, embora os fogos T4 usufruam do acrescento de um quarto relativamente simples localizado na proximidade da zona de estar, este possui desta forma um caracter ambíguo – dormir/trabalhar. Foi ainda considerada uma ampliação no que respeita a área das refeições[667].

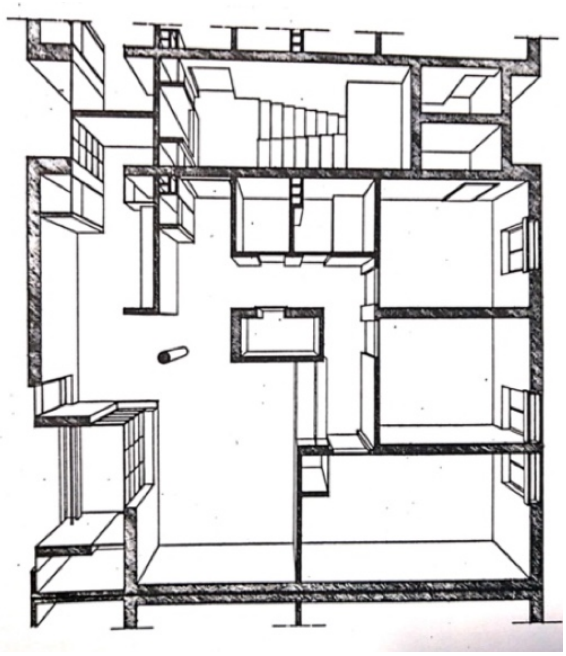
Do ponto de vista construtivos existiu um cuidado do arquiteto no que refere às questões estruturais, paredes, revestimentos (paredes, pavimentos e tetos), caixilharias, ... Contudo, nem sempre este cuidado na elaboração do projeto – no papel – se reflete nas questões práticas. Por conseguinte, a estrutura conjeturada foi constituída por "paredes resistentes de betão armado e pavimentos aligeirados[668]", estas "são duplas em alvenaria de tijolo sendo o paramento exterior de tijolo à vista. As paredes divisórias interiores são em alvenaria de tijolo simples", no entanto, adaptadas à sua função. Ao nível do revestimento do pavimento, nas zonas comuns priorizou-se a utilização de um pavimento em ardosia, enquanto no interior definiu-se que nas zonas "secas" a utilização de mosaico de cortiça versus o mosaico hidráulico nos espaços como cozinhas, casas de banho, varandas, arrumos, ... No entanto, em relação ao tratamento dos tetos exterior foi implementado o acabamento areado em contraposição ao tratamento interior estucado.

---

[663] LOPES, p. 62.
[664] RAMALHO, 1990, p.6.1
[665] Nesta existe um compartimento envidraçado destinado ao tratamento das roupas.
[666] LOPES C. N., 2015, p. 62.
[667] Material do acervo (PT/CA/PER/PA-025-05) – Memoria Descritiva.
[668]Material do acervo (PT/CA/PER/PA-025-05) – Caderno de Encargos.



[Fig. 218] *Envolvência do Conjunto Habitacional da CHE Habitovar* (1976-78), Ovar, Vista de satélite, Google Earth, (julho de 2021)



[Fig. 219] *Planta, CHE Habitovar* (1976-78), Ovar (s/d).



[Fig. 220] *Mosaico de Cortiça*, (s/d).

O projeto iniciado posteriormente à fundação da CHE Habitovar continuaria nas mãos de outros arquitetos, engenheiros, responsáveis por outros equipamentos em anos consecutivos. Contudo, ressalva-se o valor do projeto[669], "interessante" nas palavras de Pedro Ramalho, mas será pela multiplicidade se soluções apresentadas, como declara Patrícia Pedrosa: "A riqueza das soluções não ultrapassa as questões de tratamento de espaços intersticiais e consolidação do bairro que, apesar da passagem do tempo, continuam a estar presentes"[670]. Podemos também destacar o seu valor experimental enquanto a sua primeira cooperativa de Habitação, desencadeando uma nova visão sobre os modos de habitar coletivamente.

Ainda segundo Patrícia Pedrosa:

> "A complexidade dos processos, mas também das vidas destes bairros e arquiteturas pós-ocupação, deixa claro que não existem possibilidades de aferição dos sucessos e problemas das soluções de habitação cooperativa como um todo. As relações com as malhas urbanas preexistentes, as ofertas de equipamento e serviços dentro ou nos limites, as características dos ocupantes, os desenhos urbanos e de espaços públicos, mas também os desenhos, tipologias e materialidades, transformam cada conjunto em único e potencial caso de estudo para aferir estas e outras questões. Interessa este exemplo de Ovar para sublinhar que os investimentos no controlo do desenho e das soluções são só uma parte de um conjunto alargado de dinâmicas e possibilidades, concretizadas ou não, bem-sucedidas ou não"[671].

Este sentido de pertença é marcado pela próxima relação entre a necessidade e a resolução dos problemas em conjunto, como resultado, importa referir o senso de comunidade que se mantém vivo e percetível na voz dos que quiseram deixar o seu testemunho durante as comemorações do 45º Aniversário da Cooperativa Habitovar. Por parte dos que vivem, tenham vivido ou que de alguma forma a sua vida tenha sido marcada por esta cooperativa, permanece uma forte ligação, que passa de geração em geração, com o espaço e com as pessoas que fazem do lugar uma comunidade, uma família. Um coletivo de pessoas que continua a lutar por um amanhã diferente. Exemplos como o sócio José Silva que, no arranque da cooperativa, contribuiu diretamente para a

[669] Projeto que se encontra referenciado no Inquérito à Arquitetura do Século XX em Portugal.
[670] PEDROSA, 2018, p. 307.
[671] PEDROSA, 2018, p. 307.

edificação de espaços como o primeiro ATL para as crianças e a Sala de Convívio, ou como o sócio Vasco Pinto que quer ver as promessas cumpridas no que respeita a continuação dos projetos de requalificação adiados múltiplas vezes. Como estes, muitos outros se pronunciaram sobre os mais diversos assuntos, particularmente sobre a precária acessibilidade ou pela carência de infraestruturas de apoio[672].

[672] Depoimentos dos sócios/moradores/amigos da Cooperativa Habitovar. Testemunhos recolhidos no âmbito da Celebração do 45º Aniversario da Cooperativa comemorado a 12 de março de 2021 (Volume II-Anexo A).

PLENICOOPE [1978-1983]

O projeto[673] para a Plenicoope – Cooperativa de Habitação Económica de ílhavo – arrancou em 1978, tendo sido desenvolvida de forma faseada. Este programa tem por base a aplicação de um modelo, desta forma, o projeto apresenta uma composição unitária inter-relacionada e independente – Blocos B-C; D-E; F-G – estes três conjuntos apresentam uma orientação "noroeste-sudoeste, numa métrica deslizante onde os blocos C e D, e E e F, definem entre si as zonas verdes do conjunto"[674].

Voltando a trás, o atual município de Ílhavo[675] divide-se em quatro freguesias a Gafanha da Nazaré, a Gafanha da Encarnação e a Gafanha do Carmo – de um lado da ria – e a freguesia de São Salvador – do lado oposto – local de implantação do conjunto habitacional em análise. Todavia, em referência à organização do espaço urbano, particularmente ao centro histórico este deve ser entendido como uma consequência das transformações decorrentes da formação e desenvolvimento da "laguna". Como afirmam Sara Maia e Maria Pereira:

> "Ao nascer e crescer à medida do «episódio [da] formação da laguna», o espaço ocupado pelo homem teve de se ir adaptando às exigências que esta ia impondo, ao mesmo tempo que se ia moldando aos requisitos dos seus habitantes. Surge, pois, uma malha citadina apertada e sinuosa, recheada de becos e vielas que «simbolizam uma característica específica da paisagem urbana de Ílhavo»"[676].

Assim sendo, este conjunto habitacional encontra-se implantado na malha urbana de forma linear na zona de expansão a sudeste da cidade, mais concretamente, através de blocos habitacionais agrupados. O pensamento urbanístico traduz-se num *jogo de espelhos*, uma vez que o bloco C é igual ao E, assim como o bloco D é igual ao bloco

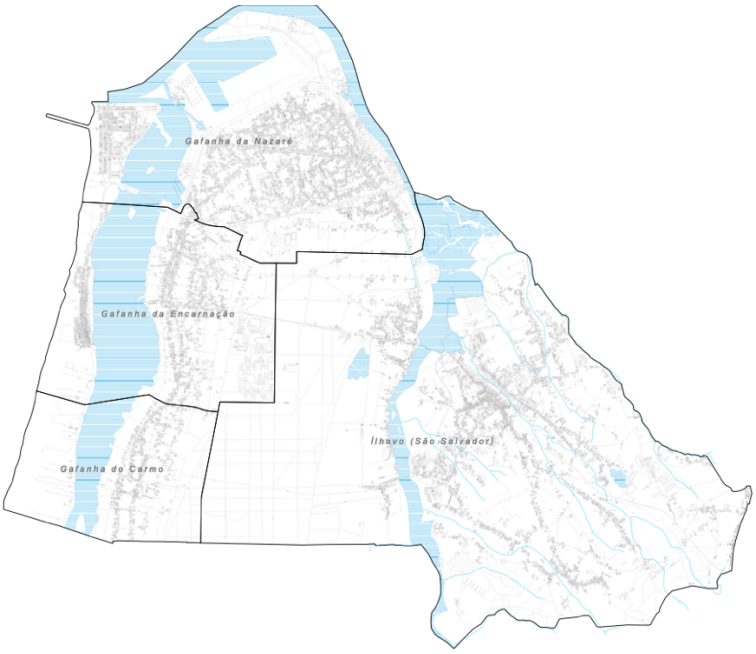
---

[673] Este projeto pode ser entendido como uma rutura a nível formar no que diz respeito aos projetos desenvolvidos para Cooperativas de Habitação Social por parte do arquiteto Pedro Ramalho.
[674] Material do acervo (PT/CA/PER/PA-030-05) – Projeto Geral (dezembro de 1985).
[675] O desenvolvimento de Ílhavo deve-se especialmente à atividade piscatória (MAIA & PEREIRA, 2014).
[676] MAIA & PEREIRA, 2014, s/p.

F e o B é simétrico ao bloco G. A articulação dos blocos define entre si arruamentos, a simetria entre os espaços encontrasse mais uma vez presente, pois o arrumamento entre os blocos B e C é simétrico ao dos locos F e G. Estas questões contribuíram para o desenvolvimento de um projeto equilibrado, entenda-se, a criação de um espaço harmonioso. Encontramo-nos mais uma vez perante a ideia de uma certa economia de meios que é conseguida através da repetição.

Relativamente à organização interna, o arquiteto optou pela adoção de um sistema de associação vertical sobre os tipos de fogos, em oposição à solução usual de sobreposição de pisos (esquerdo/direito). Este sistema propicia uma inteligibilidade em relação aos múltiplos aspetos de modulação, contribuindo para a sua multiplicação, bem como, para a diminuição do número de caixas de escadas instaladas. Manifesta ainda um cuidado no que respeita a articulação dos fogos por tipologia. Assim sendo, encontramos presente no projeto a utilização de dois módulos sobrepostos, o que perfaz quatro pisos. Usando como referência os blocos B e C, foi prevista a implantação de fogos da tipologia T2 – "ocupam parte dos últimos pisos dos blocos"[677] – e T3 – "ocupam a totalidade dos pisos inferiores dos blocos ... e ainda parte dos pisos superiores desses dois blocos"[678]. As habitações, do tipo duplex, apresentam acessos diferenciados entre si, ou seja, as habitações localizadas na zona inferior são acedidas através do terreno, enquanto as habitações localizadas nas zonas superiores são acedidas a partir de uma galeria, sendo esta interpretada como uma "rua para os peões"[679].

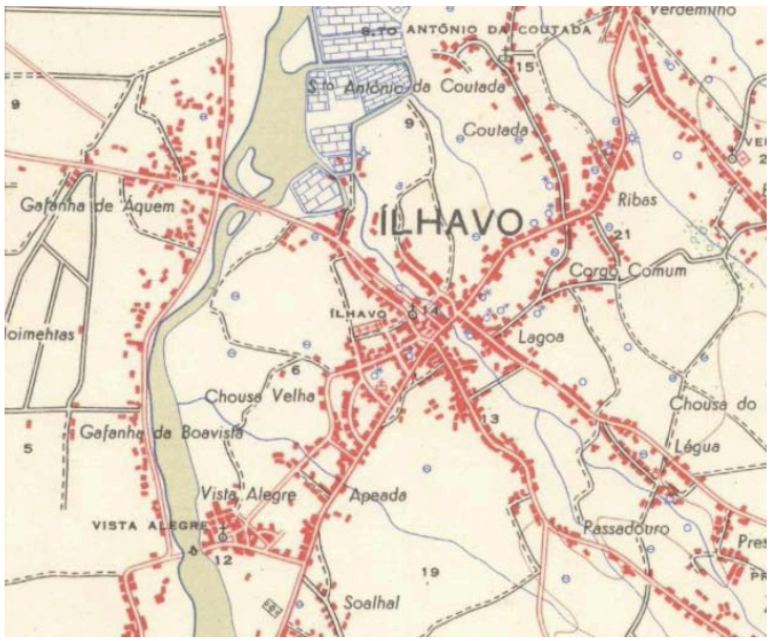
[677] Material do acervo (PT/CA/PER/PA-030-05) – Projeto Geral (dezembro de 1985).
[678] Material do acervo (PT/CA/PER/PA-030-05) – Projeto Geral (dezembro de 1985).
[679] Material do acervo (PT/CA/PER/PA-030-05) – Projeto Geral (dezembro de 1985).



[Fig. 221] *Mapa Administrativo de Ílhavo,* Câmara Municipal de ílhavo (2013).



Fig. 222] *Conjunto Habitacional Plenicoope* (Pormenor) Mapa Administrativo de Ílhavo, Câmara Municipal de ílhavo (2013).



[Fig. 223] *Estrutura Urbana,* Cartografia da década de 50



[Fig. 224] *Ílhavo,* Vista de satélite, Google Earth, (s/d).



[Fig. 225] *Conjunto Habitacional CHE Plenicoope* (1978-1983), Ílhavo, Vista de satélite, Google Earth (s/d).

No que concerne o T2, este é acedível através da galeria. Ao nível do primeiro andar, a partir do átrio de entrada distribuem-se a sala, a zona de refeições, a cozinha e o sanitário com uma zona especifica para arrumos e tratamento das roupas, enquanto o segundo andar seria dedicado aos dois quartos e uma casa de banho. Por outro lado, o T3 como referenciado anteriormente, apresenta dois tipos de organização, os acessíveis através da zona térrea, o fogo é composto no piso de entrada por três quartos, uma casa de banho e um espaço para arrumos, ao passo que o piso inferior inclui a sala, a zona de refeições, a cozinha com zona de lavagens, um sanitários e arrumos. Em oposição, os acessíveis pela galeria, o seu primeiro andar é composto pela sala, a zona de refeições, a cozinha e pelo sanitário com uma zona dedicada aos arrumos e tratamento de roupas, à medida que o piso inferior comporta os três quartos e uma casa de banho[680]. Saliente-se a clara separação entre as áreas de natureza social e as áreas privadas, esta organização reflete um cuidado perante as dinâmicas/ modos de viver um espaço.

Estruturalmente falando, o projeto foi pensado tendo em consideração as paredes resistentes e pavimentos em betão armado, a cobertura executada em chapas onduladas de fibrocimento assentes em muretes de tijolo. As paredes interiores e exteriores de tijolo rebocadas e pintadas, à exceção das zonas de água, onde seria implementado o revestimento a azulejo. Os pavimentos interiores, a mesma ideia se aplica, com a utilização de mosaico Klinker nas zonas de água e zona de refeição devido ao seu carater resistente e antiderrapante, enquanto nos restantes espaços alcatifa[681]. A proposta apresentada foi concebida na tentativa de minimizar quaisquer problemas estruturais, como de outras naturezas nomeadamente, ao nível das infiltrações.

Associado ao projeto encontra-se a implantação de um centro social, este espaço deveria comportar os serviços administrativos da Cooperativa, assim como um minimercado, uma sala multifuncional e um bar. Este espaço dividir-se-ia em dois pisos: "... o edifício é atravessado por uma escada que une os dois acessos, de forma a favorecer as ligações a partir do conjunto habitacional e naturalmente dos arruamentos circundantes"[682].

---

[680] Material do acervo (PT/CA/PER/PA-030-05) – Projeto Geral (dezembro de 1985).
[681] Material do acervo (PT/CA/PER/PA-030-05) – Projeto Geral (dezembro de 1985).
[682] Material do acervo (PT/CA/PER/PA-030-05) – Projeto Geral (dezembro de 1985).

Posto isto, é possível traçar um paralelismo entre o Bairro da Bouça[683] de Álvaro Siza e o projeto aqui em análise, pela forma como os espaços são aproveitados, existindo uma clara adaptação aos espaços de implantação e as volumetrias contidas, em suma, tratam-se de projetos aparentemente simples no entanto complexos ao nível do jogo compositivo. No Bairro da Bouça: "utilizaram-se elementos que permitem readequar o espaço e proporcionar momentos de maior familiaridade entre os moradores, como por exemplo, as escadas de acesso às unidades do rés-do-chão, bem como o percurso que permite o atravessamento dos pátios"[684]. Enquanto Pedro Ramalho opta por dois acessos distintos, ou seja, um através de escada que serve uma galeria, ao passo que o segundo acesso aproveitar a seu favor a topografia, sendo o acesso feito através do terreno. os espaços verdes entre os conjuntos dos blocos, podem ser entendidos como um espaço aberto ao convívio entre moradores, assim como as escadas e galerias acima tratadas. Ambos os projetos evidenciam, cada um à sua maneira, uma relação entre as habitações, os moradores e o local.

[683] Destaca-se que a construção parcial do Bairro da Bouça havia terminado em 1977.
[684] GOMES M. I., 2015, p. 97.

CHAVE [1980]

Este caso oferece-nos um vislumbre sobre o "outro lado" da empreitada, uma vez que este não chegou a ser concretizado, contudo, deve ser considerado pelo seu valor enquanto exercício de arquitetura.

Posto isto, a Cooperativa de Habitação e Construção de Aveiro, Chave, realizou um concurso tendo como objetivo a elaboração de um projeto que desse resposta à 1ª fase de construção desta CHE, tendo o gabinete do arquiteto Pedro Ramalho sido selecionado para a realização de um projeto de raiz, dentro dos requisitos apresentados. Primeiramente, e tendo como objetivo o financiamento do FFH, a empreitada deveria ter em consideração as condições apresentadas, assim como, os valores de custo e de entrega por projeto. Segundo o programa do concurso, era ambicionado um conjunto habitacional composto por 154 fogos a implantar num terreno de 22. 463 m^2, localizado a poente da avenida 25 de abril, em Aveiro[685] – junto ao núcleo histórico – este deveria guiar-se pela regulamentação redigida pelo arquiteto A. Fernandes Matias, no "Plano parcial de pormenor da urbanização [...]"[686]

A proposta apresentada por Pedro Ramalho deveria compreender os seguintes trabalhos, o projeto geral dos edifícios, estabilidades e redes interiores. O projetista teria ainda de "prospectar as necessidades do programa da Cooperativa em equipamento colectivo de modo a permitir a avaliação conjunta da Câmara Municipal e Cooperativa, do programa de equipamento a incluir eventualmente nos edifícios"[687].

---

[685] Material do acervo (PT/CA/PER/PA-031-05) – *Informação do Gabinete de urbanização: Urbanização a poente da Av. 25 de abril* (Informação GU/MR790419).

[686] Material do acervo (PT/CA/PER/PA-031-05) – Plano parcial de pormenor da urbanização a poente da avenida 25 de abril em Aveiro (20 de novembro de 1978).

[687] Material do acervo (PT/CA/PER/PA-031-05) – *Programa de concurso para a elaboração os projectos relativos ao programa habitacional da cooperativa de habitação económica "CHAVE" a desenvolver em*



[Fig. 226] *Avenida 25 de abril,* Aveiro, Vista de Satélite, Google Earth, (julho de 2021).

Aveiro – Anexo do documento: *Consulta limitada de projectistas com vista à elaboração dos projectos descritos no programa anexo, para a cooperativa de habitação "chave", de Aveiro* (23 de janeiro de 1980).

A suspensão dos trabalhos foi informada por telegrama no dia 7 de outubro de 1980 ao arquiteto Pedro Ramalho. A razão apresentada prende-se com a desaprovação do novo Estudo Prévio, mais concretamente, com a rejeição por parte dos sócios da solução duplex apresentada. Estes estariam contra os tipos e dimensões das janelas apresentados, desejando que estas fossem maiores, expressando ainda, a falta de arrumos e a configuração dos compartimentos, em outras palavras, preferiam que os compartimentos seguissem a forma quadrangular à retangular apresentada[688]. A cooperativa expõe ainda que os sócios se mostram a favor, caso os seus desejos sejam enquadrados. Dito isto, a mesma solicita o reinício dos trabalhos e a apresentação de um novo estudo tendo em consideração os seguintes pontos: "quartos com forma quadrada com uma largura mínima de 2,80m; sala comum com medidas entre 3.60 a 3.80 x 5.00m apx; zonas de arrumos mais amplas; janelas de 1.40m; outra solução para os acessos que evite a galeria (talvez um género de varanda)"[689] e a realização de no mínimo duas novas propostas.

A partir deste contacto, entrou-se num debate entre a Cooperativa de Habitação Chave e o Gabinete de Arquitetura, uma vez que a cooperativa solicitava constantes estudo prévios, não sendo apresentadas quaisquer razões validadas, nem por parte da mesma nem pelo F.F.H para as recusas constantes. Na carta enviada a 16 de dezembro de 1980, a CHE argumenta que "de acordo com o caderno de encargos anexo ao contrato celebrado em 20/5/80, se encontra a incorrer nas penalidades constantes do artº 14º daquele documento, que, apesar de tudo, a Direcção desta Cooperativa espera não ser forcada a exigir, por lhe desagradar o recurso a tal prerrogativa"[690]. Pelo que passados dois dias, é enviada a resposta atestando que não foram expostos quaisquer motivos validos por parte da CHE ou pelo FFH para a recusa dos Estudo prévios apresentados a 25 de julho e que as considerações expostas nas "reuniões de 25 de Julho, 5 de Agosto e 25 de Setembro, forma admitidas para serem consideradas nas fases de projecto subsequente e a Cooperativa sem base contratual, mas por simples desejo, pretende novos Estudos Prévios"[691] informando ainda que nos termos do artigo 6º do Caderno de

[688] Material do acervo (PT/CA/PER/PA-031-05) – Carta enviada da CHE "Chave" para o Arquiteto Pedro Ramalho (29 de novembro de 1980).
[689] Material do acervo (PT/CA/PER/PA-031-05) – Carta enviada da CHE "Chave" para o Arquiteto Pedro Ramalho (29 de novembro de 1980).
[690] Material do acervo (PT/CA/PER/PA-031-05) – Carta enviada da CHE "Chave" para o Arquiteto Pedro Ramalho (12 de dezembro de 1980).
[691] Material do acervo (PT/CA/PER/PA-031-05) – Carta enviada de Arquiteto Pedro Ramalho para a CHE "Chave Arquiteto Pedro Ramalho (18 de dezembro de 1980).

Encargos "uma vez que as alterações exigidas não resultaram *de erros ou vícios dos estudos*"[692], Pedro Ramalho solicitaria o pagamento dos honorários respeitantes a fase do projeto em curso, assim que este for pago, seria apresentado um novo Estudo Prévio, que deveria ser pago conforme estipulado no artigo 6º. Chama ainda à atenção para o facto das alterações deliberadas pela Cooperativa deverão ter o aval do FFH. Posteriormente, não existe mais nenhum contacto entre as entidades. Todavia, depreende-se que alguma das entidades tenha rescendido o contrato.

[692] Material do acervo (PT/CA/PER/PA-031-05) – Carta enviada de Arquiteto Pedro Ramalho para a CHE "Chave Arquiteto Pedro Ramalho (18 de dezembro de 1980).

NABÂNCIA [1980-82]

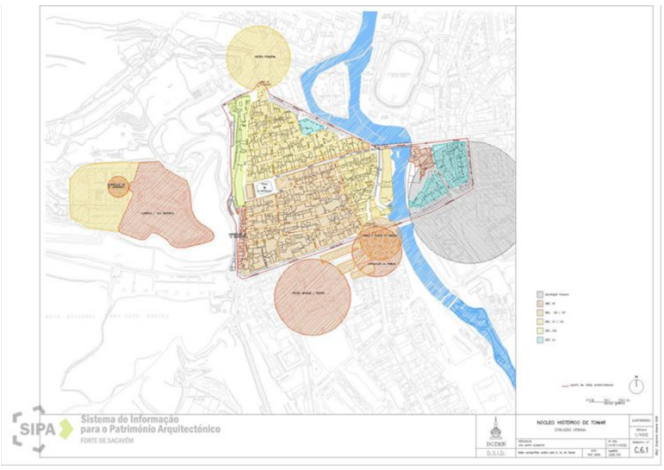
O nome da Cooperativa de Habitação Económica Nabância é um testemunho da ancestralidade do local onde esta foi implantada, uma vez que essa designação provém da primitiva fundação da Vila de Tomar momento em que a povoação era designada de *Nabancia*[693] em referência ao nome do rio Nabão. Deste sentido de orgulho e unidade social nasce a CHE Nabância que transparece a convicção que a solução para o problema da habitação passaria pelas Cooperativas de Habitação Económica[694]. De acordo com o Boletim da Cooperativa:

> "A nossa Cooperativa será uma realidade e com ela resolveremos o nosso problema habitacional, mas é evidente que teremos de ter paciência e saber esperar a nossa vez"[695].

Do ponto de vista urbano esta cidade apresenta uma malha substancialmente regular que se traduz na definição de quarteirões regulares. Estes devem ser entendidos como uma herança que terá tido início na segunda metade do século XIII e maioritariamente definida até ao século XV. Consequentemente, é de salientar que o arranjo urbanístico manteve maioritariamente as suas caraterísticas primitivas seja ao nível da regularidade do seu traçado, seja "pela existência de um tecido parcelar relativamente preservado, ao nível do edificado"[696] do conjunto urbano. Em suma, o constante desenvolvimento impulsionou a expansão[697], progressivamente para este do núcleo gerador, mantendo na sua base a estrutura pré-existente.

---

[693] COSTA A. C., 1706-1712.
[694] Material do acervo (PT/CA/PER/PA-033-05) – Boletim da Cooperativa nº 4.
[695] Material do acervo (PT/CA/PER/PA-033-05) – Boletim da Cooperativa nº 4.
[696] COSTA A. C., 1706-1712, s/p.
[697] Elaboração do Plano Geral de Urbanização em 1964, sendo este revisto em 1981 (CLEMENTE, 2006).



[Fig. 227] *Evolução Urbana,* Tomar (2006).



[Fig. 228] *Tomar,* Vista de satélite, Google Earth, (s/d).



[Fig. 229] *Implantação do Conjunto Habitacional CHE Nabância* (1980-1982), Tomar, Vista de satélite, Google Earth, (s/d).

A pedido da Cooperativa Habitacional Nabância o projeto elaborado teve por base o programa utilizado em Ovar pela CHE Habitovar, a reutilização do projeto preexistente necessitou de ser reajustada a um novo contexto urbano. Este estudo[698] foi realizado pelo gabinete de Planeamento e Arquitetura de Carlos Ramos, em outubro de 1978[699]. Em referência aos arruamentos conjeturados, foi optado pela não interferência, procedendo-se da mesma forma com os perfis transversais que acompanham o estudo acima referenciado. Foram apresentadas todas as alterações ao nível da implantação, contudo, na primeira fase o programa envolve a construção apenas dos setores A e D[700] a primeira pedra seria lançada a 11 de outubro de 1980.

FOGOS	T2	T3	T4	TOTAL
Sector A				
Bloco A1	8	4	4	16
Bloco A2	--	16*	--	16
Bloco A3	16	8	--	24
Bloco A4	--	20	4	24
Bloco A5	--	28	4	32
Totais	24	76	12	112
Sector D				
Bloco D1	16	4	4	24
Bloco D2	--	28	4	32
Total	16	32	8	56
TOTAL	40	108	20	168

Tabela 3. *Distribuição dos fogos por Blocos*.

[698] Transversalmente ao estudo de Implantação do Programa Habitacional acima mencionado, foi apresentado um estudo mais audacioso, podendo dar resposta a 708 fogos. *Excluindo uns terrenos intermédios onde parece não ser possível uma intervenção a curto prazo, as duas áreas disponíveis permitem a execução de um programa da ordem dos 538 fogos, o que parece exceder largamente o programa de uma primeira fase de construção* (Estudo de Implementação do programa habitacional da Nabância – Cooperativa de Habitação Económica de Tomar, Gabinete Carlos Ramos, Outubro de 1978, s/d) Este considera a implementação de um conjunto de equipamentos de apoio – "escola primaria, parques infantis, zonas verdes equipadas, equipamento comercial, [...]" - Material do acervo (PT/CA/PER/PA-033-05).

[699] Material do acervo (PT/CA/PER/PA-033-05) – Implantação do Programa Habitacional da Nabância Cooperativa de habitação Económica de Tomar, SACRL (Porto, 18 de maio de 1979).

[700] Material do acervo (PT/CA/PER/PA-033-05) – Implantação do Programa Habitacional da Nabância Cooperativa de habitação Económica de Tomar, SACRL (Porto, 18 de maio de 1979).

A partir de uma memória descritiva foi possível compreender o desenvolvimento da totalidade do conjunto habitacional. A primeira fase do projeto contou com a programação de 168[701] fogos[702] – quarenta T2; cento e oito T3 e vinte T4 – estes fizeram-se distribuir por sete unidades[703]. Cada unidade apresenta-se de forma linear e independente, sendo composta por quatro pisos dedicados exclusivamente à habitação. Ao nível do rés-do-chão foram instituídos logradouros privados, colocados paralelamente ao edifício, estes atuam com o mesmo propósito dos utilizados para a CHE Habitovar, ou seja, como uma extensão do fogo, reforçando as suas condições e privacidade. Os acessos fazem-se por meio de uma caixa de escadas que permitem o acesso diferenciado ao mesmo tempo que estabelecem o atravessamento do edifício[704].

Em relação à organização interna dos fogos, o átrio de entrada funciona como o espaço de distribuição para a zona social – zona de estar, refeições e trabalhos domésticos – e a zona privada – espaço dos quartos. Assim sendo, as instalações sanitárias são implantadas de forma a estabelecer uma interligação entre as zonas. Sublinha-se, contudo, que a zona de refeições deve ser vista como um prolongamento da cozinha, ainda que o mesmo transponha a sala existe uma clara separação entre as zonas, assim sendo, a varanda atua como um elemento de comunicação entre estes espaços. Existe ainda um compartimento envidraçado com funções de lavandaria.

Cada unidade foi pensada para dar resposta a três tipos de fogos T2, T3 e T4, mostrando de facto como as tipologias deferem muito pouco entre si. Posto isto, foi elaborado exclusivamente para este projeto o fogo T2, visto que a organização do T3 e T4 é a mesma que foi adotada para a CHE Habitovar. Consequentemente o T2 possui uma cozinha (com a zona de lavandaria, uma zona de refeições/trabalho, uma sala de estar, uma varanda, arrumos, as instalações sanitárias, o quarto de casal e um quarto duplo.

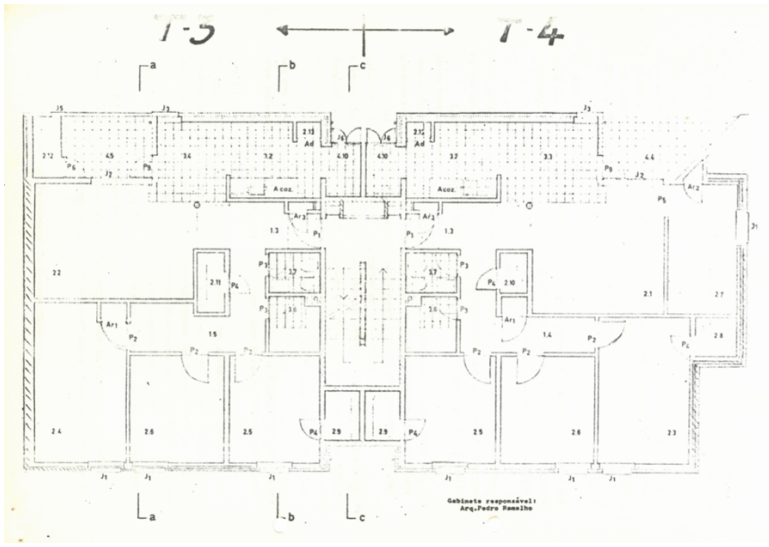
---

[701] No contrato de adaptação dos projetos da CHE Habitovar, celebrado a 5 de maio de 1979, foi estipulado um programa habitacional de 125 fogos - Material do acervo (PT/CA/PER/PA-033-05) – Memória Descritiva.

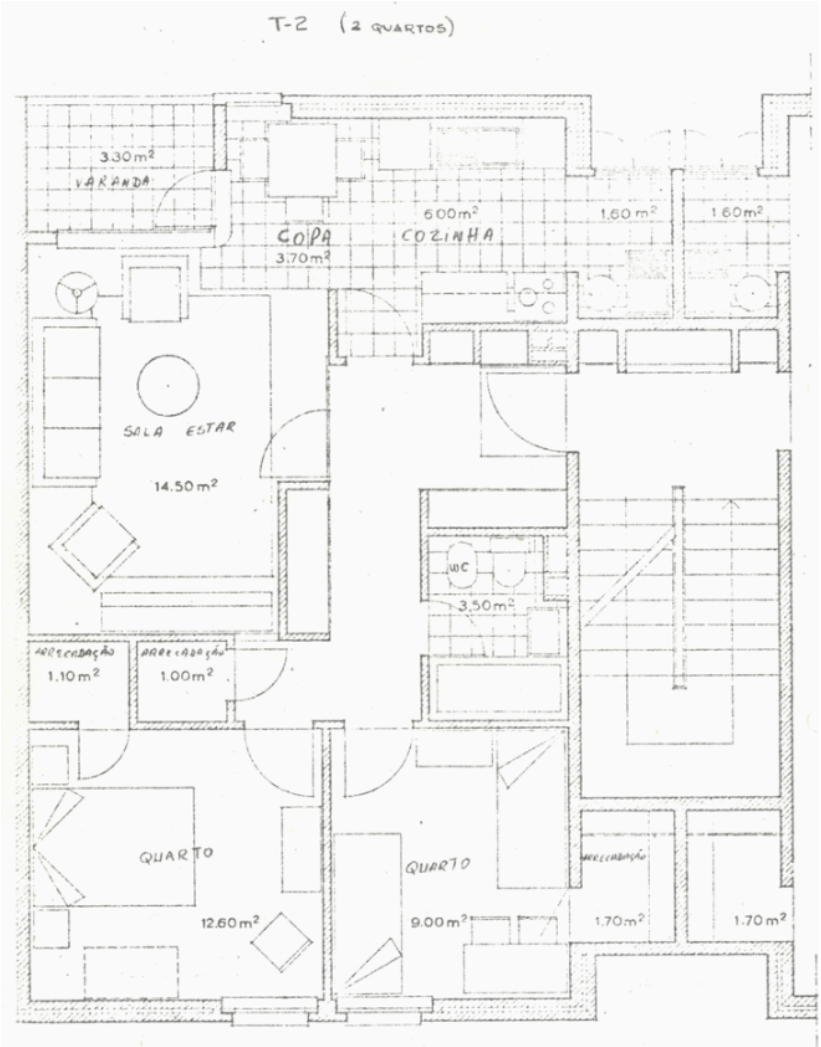
[702] Tem em consideração o regulamento extipulado pelo Decreto-Lei n.º 650/75 de 18 de novembro.

[703] Material do acervo (PT/CA/PER/PA-033-05) – Memória Descritiva.

[704] Foi necessário eliminar ao nível do rés-do-chão, os dois compartimentos destinados ao tratamento das roupas aí situados, que por sua vez passaram para a zona do logradouro.



[Fig. 230] *Planta Interna – Tipologia T3 e T4,* Conjunto Habitacional CHE Nabância, (1980-1982), Tomar (s/d).



[Fig. 231] *Planta Interna – Tipologia T2,* Conjunto Habitacional CHE Nabância (1980-1982), Tomar (s/d).

No que diz respeito aos aspetos construtivos, este é equivalente ao adotado para as habitações coletivas da Habitovar. Desta forma, a estrutura é composta por "paredes resistentes de betão armado e pavimentos aligeirados"[705]. A cobertura conta com a implementação de chapas onduladas de fibrocimento, sustentadas em muretes de tijolo. As paredes duplas em alvenaria de tijolo – utilização de tijolo à vista para o paramento exterior –, ao nível das paredes interiores que atuam como divisórias são em alvenaria simples.

Como Pedro Ramalho atestaria mais tarde sobre o empreendimento, este: "...teve muitas complicações de construção. Porque havia a ideia de que a construção social devia ser económica e isso significava má construção"[706]. Todavia, várias foram as adversidades que circularam em torno desta CHE. Visto que na fase inicial do programa, surgiu um problema relacionado com a imissão da *declaração de utilidade pública,* por parte da Direção Geral do Planeamento Urbanístico, relativamente à consignação dos terrenos para a implantação da cooperativa. Ao longo de vários meses esta sofreu uma série de bloqueios e boicotes, até que o processo "desapareceu", tais questões tiveram alguma cobertura por parte dos *media*[707]. O assunto acabaria por ser resolvido após ter sido emitido um parecer favorável por parte do Conselho de Ministros.

Como visto anteriormente no caso da Cooperativa Habitovar, também na Cooperativa de Nabância o sentido de comunidade encontra-se muito presente. Se no caso da Habitovar testemunhamos através dos depoimentos dos sócios, moradores e amigos passados 40 anos da sua fundação, no caso de Nabância é possível compreender este sentido de pertença através de depoimentos enviados para o boletim da cooperativa. A vontade por uma habitação digna, como afirma Oliveira Correia: "[...] a mais humana condição de viver condignamente, de ter quatro paredes decentes a que chamar lar, [...][708]", ou nas palavras de Mário Reis: "[...] Sou uma cooperativa de habitação económica. Sou a esperança dos sem lar. A tua esperança[709]". Estes indivíduos expressam

[705]Material do acervo (PT/CA/PER/PA-033-05) – Memória Descritiva.
[706] LOPES C. N., 2015, p. 70.
[707] Material do acervo (PT/CA/PER/PA-033-05) - Jornal: Diário Popular – O insólito acontece em Tomar: Documentos "desaparecem" Habitação Social Comprometida (s/a; s/d); Jornal: Forja – "Director na "Cidade de Tomar" Prejudica o bem comum" (s/a; s/d).
[708] CORREIA, 1978, p. 4.
[709] REIS, 1979, p. 2.

o desejo e a necessidade de ter uma casa, um espaço que seja o seu lar. Ou como descreve a sócia Lucinda Simões:

> "Quem não terá essa ambição? Têm-na aqueles que vivem por essas barracas e nunca souberam o que era o conforto de uma casa de banho; têm-na aquele que vivem a favor de amigos ou familiares; têm-na aqueles que vivem pagando rendas elevadíssimas e não sabem por quanto tempo ainda as vão poder pagar e ainda aqueles que vivem, se a isso se pode chamar viver, amontoados em quartos de pensões, porque a casinha que tinham feito com tanto carinho e sacrifício, teve que ser abandonada, porque os seus alicerces foram lançados noutras paragens, onde lhes dizem ser também Portugal. Mas como alguém disse um dia "parar é morrer" e como nós ainda estamos vivos, não devemos parar nem tao pouco perder a esperança, essa grande virtude, vitamina forte, a qual todos deveríamos possuir um pouco [...][710]"

Estas são algumas das vozes que se podemos encontrar nos boletins que as cooperativas fazem circular entre os seus sócios, um boletim que atua como um grito de atenção pela sua causa. Tanto esta como as outras cooperativas aqui analisadas operam dentro dos ideais de união e igualdade, tendo estas sido fundadas numa tentativa de solucionar parte dos problemas habitacionais dos locais onde se implantam.

Neste caso específico expormos questões concretas relativas às cooperativas de habitação, todavia, como vimos anteriormente é necessário relacionar as complexas dinâmicas do habitar em amplos aspetos e numa cronologia longa, ou seja, em simultâneo. Muitos destes testemunhos referem-se aos chamados retornados – que muitas das vezes inevitavelmente ocupavam casas devolutas sem quaisquer condições –, aos problemas das barracas, aos habitantes das pensões – realidade que é possível ver retratada em diversos filmes como *O Pai Tirano*[711]. Consequentemente, a realidade das cooperativas ocorre antes, paralelamente e após as operações do SAAL. Salienta-se ainda a importância do nome dado às cooperativas de habitação como *O Problema da Habitação*, *Tenho uma Casa*, *Lar Familiar*, espelham as realidades vividas, a necessidade resposta a situações preementes e encerram, de certa forma, para os nossos olhos, um sentido de consciência histórica.

---

[710] SIMÕES, 1979, p. 8.

[711] RIBEIRO, A. L., (*produção*) – *O Pai Tirano*, 1941. Duração: 01:59:51h. Obtido em 14 de setembro de 2021, no canal Relíquias e memórias (YouTube): https://www.youtube.com/watch?v=Iwx0JFpI218;

Matosinhos possui uma rica e complexa história relativamente à sua fundação e desenvolvimento ao longo dos séculos em torno do rio Leça. No entanto, o primeiro plano de urbanização de Matosinhos – uma proposta de um traçado regular ortogonal organizada em quarteirões – surgiria em 1896 pela mão do Engenheiro Licínio Guimarães[712]. Segundo Gomes:

> "A evolução urbana de Matosinhos está intrinsecamente ligada a evolução da cidade do Porto, onde a progressiva evolução da Foz da cidade para Norte provoca um grande crescimento urbano e populacional de Matosinhos e de Leça da Palmeira, as duas localidades que seguem a linha litoral a Norte da Foz e do Porto. Os factores que permitiram este grande desenvolvimento foram o aumento da população, a melhoria dos transportes com a cidade do Porto, em particular com a Foz, o crescimento do porto de Leixões e o prolongamento da moda dos banhos a estas duas localidades"[713].

Posto isto, o século XX traduzir-se-ia numa ininterrupta expansão urbana. Assim sendo, parte da zona mais antiga da cidade localizada junto à costa, apresenta uma malha urbana regular de matriz ortogonal resultante das melhorias do final do século XIX e consolidada desde 1965. Com a ampliação[714] da cidade em direção à Senhora da Hora este traçado regular fragmenta-se, ou seja, perde o sentido regular de outrora em detrimento do rápido desenvolvimento.

---

[712] GOMES F., 2013.

[713] GOMES F., 2013, p. 187.

[714] A estrutura fundiária da cidade anteriormente caracterizada pelos espaços de quintas e pequenas propriedades dava lugar a espaços de edificação de conjuntos habitacionais, inúmeras infraestruturas de apoio, bem como a espaços industriais (GOMES F., 2013).

A década de 80 traria a ampla distribuição dos conjuntos habitacionais por toda a área, entenda-se zona de expansão – Senhora da Hora e Leça da Palmeira[715]. Resumidamente, o crescimento da cidade incrementou a oferta de novas estruturas que dessem resposta às necessidades dos moradores como uma rede viária, espaços verdes, serviços, ... fatores que em si mesmos transformam as dinâmicas da própria cidade. Destaca-se ainda o facto de o parque habitacional atuar como um agente dinamizador da evolução e modificação da malha urbana, sendo que, este fenómeno está amplamente relacionado com a implantação das Cooperativas de Habitação Económica.

Posto isto, foi conduzido pela Câmara Municipal de Matosinhos um estudo urbanístico para a iminente implantação, junto a rua da Lagoa (Senhora da Hora) de 10 blocos habitacionais sendo estes parte integrante do futuro conjunto habitacional desenvolvido para a Cooperativa de Habitação e Construção Económica *19 de Fevereiro*. O estudo procurou potencializar o espaço, tendo em consideração as tipologias adotas para cada unidade, entenda-se torre, sem que estas tivessem de ser adaptadas. Sob outra perspetiva, e consideração "os condicionalismos para a habitação social a respeitar, a área de implantação dos blocos é inferior à prevista no referido estudo"[716].

Como referido acima, a matriz morfológica adotada foi a tipologia de torre, estas apresentam-se implantadas de forma orgânica no espaço, uma vez que constituem um grupo, no entanto, mantem-se distantes umas das outras[717]. Cada unidade é composta por quatro fogos por piso ao longo de quatro pisos, todos dedicados à habitação, o que perfaz um total de dezasseis fogos por torre. Destaca-se a existência de um piso semienterrado que resulta na elevação do rés-do-chão. Do ponto de vista organizacional, cada unidade habitacional desenvolve-se em redor de uma escadaria independente, permitindo uma dupla entrada, tanto ao nível do rés-do-chão, como do piso semienterrado, oferecendo um espaço ventilado e iluminado. Sublinha-se que foi considerado em projeto o espaço para a colocação/ montagem de um ascensor posteriormente.

---

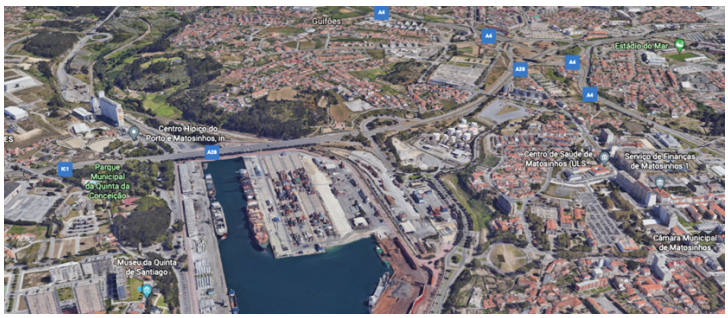
[715] I*nformações complementares:* GOMES, F. (2013). Cooperativas de Habitação Económicas e a forma urbana de Matosinhos 1965|2003. Mestrado Integrado de Arquitetura e Urbanismo. Porto: Escola Superior Gallaecia.

[716] Material do acervo (PT/CA/PER/PA-042-05) – Memória Descritiva (outubro de 1985).

[717] GOMES F., 2013.



[Fig. 232] *Porto de Leixões*, Meados do século XX.



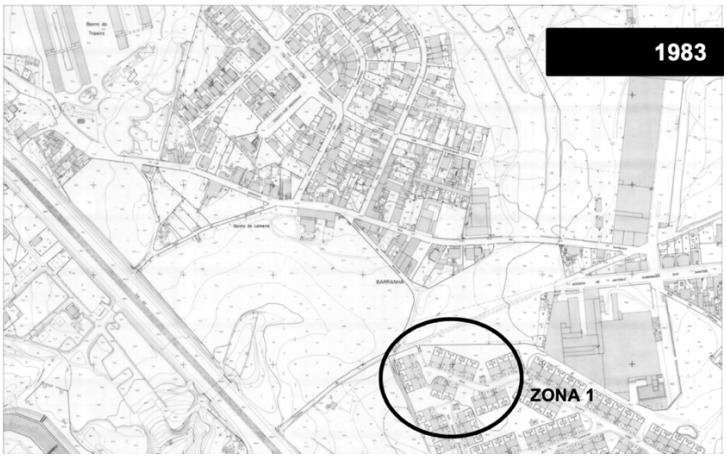
[Fig. 233] *Porto de Leixões* (pormenor), Vista de satélite, Google Earth (s/d).



[Fig. 334] *Porto de Leixões* (pormenor), Vista de satélite, Google Earth, (s/d).



[Fig. 235] *Cartografia,* Senhora da Hora (1965).



[Fig. 236] *Cartografia* (pormenor), Senhora da Hora (1983).

Nota: Zona 1 remete para "intervenção da cooperativa "as Sete Bicas"



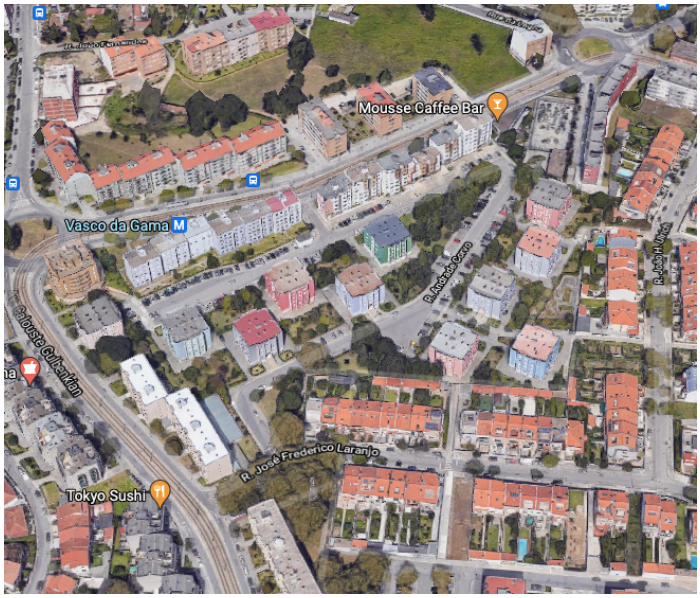
[Fig. 237] Envolvência do *Conjunto Habitacional CHE "19 de Fevereiro"* (pormenor), (1987-1989), Senhora da Hora, Vista de satélite, Google Earth, (s/d).



[Fig. 238] Envolvência do *Conjunto Habitacional CHE "19 de Fevereiro"* (pormenor), (1987-1989), Senhora da Hora, Vista de satélite, Google Earth, (s/d).

Encontra-se explicito que a primeira fase do empreendimento contou com a edificação de 3 blocos, contudo, o contrato estipulava a construção de um Programa Habitacional de 160 fogos – dez blocos – que acabaria por se realizar[718]. Cada conjunto habitacional apresenta-se organizado em cinco torres/blocos, de maneira a gerar entre si espaços verdes e pedonais que contribuem para a interligação entre os espaços publico e o privado[719]. A proposta, no que concerne, a composição estrutural/ material de cada bloco, passa pela implantação de paredes, pilares e vigas em betão armado, e pavimentos aligeirados. Ao nível das paredes exteriores estas seriam duplas e realizadas em alvenaria de tijolo vazado, sendo "os elementos de betão aparente das fachadas"[720] à vista, enquanto os panos de tijolo seriam rebocados e pintados. Em contrapartida, as paredes interiores seriam finalizadas de acordo com a função que iriam desempenhar, ou seja, a utilização de azuleja nas zonas de água e pintura sobre paredes rebocadas nas restantes zonas. Esta distinção também se aplica em relação ao pavimento, mosaico cerâmico e alcatifa[721]. Em relação à cobertura, esta seria realizada em chapas onduladas de fibrocimento, garantindo a impermeabilização térmica da mesma.

[718] Distribuição das tipologias habitacionais: T1 (8); T2 (82); T3 (62) e T4 (8).
[719] GOMES F., 2013.
[720] Material do acervo (PT/CA/PER/PA-042-05) – Memória Descritiva (outubro de 1985).
[721] Material do acervo (PT/CA/PER/PA-042-05) – Memória Descritiva (outubro de 1985).



[Fig. 239] *Conjunto Habitacional CHE "19 de Fevereiro",* Senhora da Hora, Vista de satélite, Google Earth, (2018).



[Fig. 240] *Conjunto Habitacional CHE "19 de Fevereiro",* Senhora da Hora, Vista de satélite, Google Earth, (2018).

AS SETE BICAS [1987-1994]

Tendo por base as alterações urbanas anteriormente descritas, o Programa habitacional desenvolvido para a CHE Sete Bicas[722], para a zona das Azenhas de Cima, mostra-se diferente de todas as cooperativas desenvolvidas pelo arquiteto Pedro Ramalho, uma vez que esta segue o modelo sueco[723] que por sua vez obedece a circunstância dos mercados de habitação. Como chegaria a afirmar:

> "E esse era o modelo que eles queriam que a gente fizesse: *vocês urbanizam um terreno, projectam e depois parte-se para o mercado, isto custa tanto e tem este faseamento, e não sei o quê...* As Sete Bicas eram um sistema dessa natureza"[724].

Deste modo, os programas habitacionais têm de ser compreendidos dentro de um ponto de vista racional, sujeitos a especulação imobiliária sendo, contudo, dependentes do financiamento controlado, neste caso por parte do Instituto Nacional de Habitação[725].

---

[722] *Informações Complementares*: ANDRADE, S.; RODRIGUES, E. (entrevistadores) – Guilherme Villaverde, 2018. Duração: 02:01:08h. Obtido em 24 de junho de 2021, de Arquivo da Memória: https://arquivodememoria.pt/mumma/pessoas_entrevista.aspx?ide=3805&ida=5448&idan=16900&lang=PO&taM=0; MATOS, F., NATÁLIO, A., & ROCHA, B. (2011). AS COOPERATIVAS DE HABITAÇÃO E A CRISE – QUE RESPOSTAS ? Estudo de Caso: Sete Bicas; CETA, SACHE . *Actas do VIII Congresso da Geografia Portuguesa: "Repensar a Geografia para novos desafios: Competências, Investigação e acção"* (p. ?). Lisboa : Instituto de Geografia e Ordenamento do Território.

[723] O modelo sueco tem na sua base a realização de uma proposta de projeto para a implantação de uma cooperativa de habitação para a qual é estabelecido um preço por fogo baseado no valor do orçamento do projeto.

[724] LOPES, C. N., 2015, p. 72

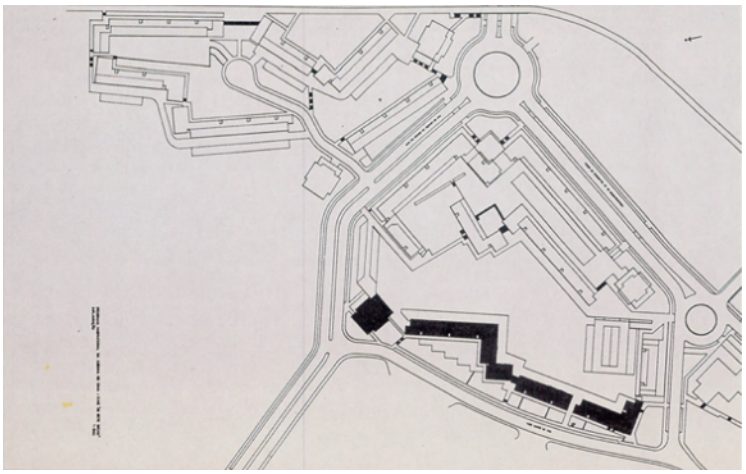
[725] GOMES F., 2013.



[Fig. 241] *Fotografia aérea Senhora da Hora, desde a Rua Afonso de Faria (Centro Oeste), à Avenida Merignac (Sul*) (1939-1940).



[Fig. 242] *Senhora da Hora, Avenida Merignac (Sul*), Vista de satélite, Google Earth (s/d).



[Fig. 243] *Planta de Implantação,* Conjunto Habitacional CHE Sete Bicas (1987-1993), Senhora da Hora (s/d).



[Fig. 244] *Conjunto Habitacional CHE Sete Bicas (*1987-1993), Senhora da hora, Vista de satélite, Google Earth, (s/d).

A proposta apresentada contava com a implantação de 520[726] fogos distribuídos por quatro tipologias, sendo estes construídos num decorrer de quatro fases. No entanto focar-nos-emos na 1ª fase[727] deste empreendimento com 112 fogos[728] ao longo de 5 Blocos -HC1, HC2, HC3, HC4 e HC5.

Quadro de distribuição dos fogos por Bloco						
Tipologia/ Bloco	T0	T1	T2	T3	T4	
HC1	2	--	9	9	--	
HC2	--	4	16	16	4	
HC3	--	--	8	8	--	
HC4	--	--	4	12	4	
HC5	--	--	8	8	--	
TOTAL	2	4	45	53	8	112 fogos

Tabela 4. *Distribuição dos fogos por Blocos*.

Usando como exemplo este empreendimento, compreenda-se que as áreas de cada fogo têm de corresponder aos valores estipulados em Portaria para que tais habitações se mantenham enquadradas nos critérios de "Habitação Social". Assim sendo, segunda a Portaria n.º 580/83[729], a área bruta mínima e máxima dos fogos é a seguinte:

[726] Contudo a Proposta para a elaboração e fornecimento dos estudos técnicos necessários à realização do programa habitacional de 3 de agosto de 1987 refere o total de 502 fogos. Material do acervo (PT/CA/PER/PA-048-05) – Proposta para a elaboração e fornecimentos dos estudos técnicos [...] do programa Habitacional [...] na Zona das Azenhas de Cima em Matosinhos 3 de agosto de 87.

[727] Em 1991 o Instituto Nacional de Habitação atribuiu o premio de promoção Cooperativa: Ex-Aequo, a este empreendimento (INH, 1991).

[728] Material do acervo (PT/CA/PER/PA-048-05) – Programa Habitacional para a Zona das Azenhas de Cima (29 de junho de 88).

[729] Diário da República, Portaria n.º 580/83, n.º 113, Série I de 17 de maio de 1983, pelo Ministério da Habitação, Obras Públicas e Transportes.

Tipologias	T1	T2	T3	T4
AB (m^2)				
- Mínima	52	72	91	105
- Máxima	65	85	100	114

Tabela 5. *Critérios de Edificação*: Áreas.

O Bloco HC1[730], mostra-se como um exemplo no que concerne ao equilíbrio as áreas, ou seja, foi reduzida a área do T2 para compensar o acrescento à área do T3.

> "Os átrios de entrada, as salas, as cozinhas, as zonas de tratamento de roupas, os quartos de casal, os quartos duplos e os quartos de banho têm as mesmas áreas habitáveis nos fogos T2 e T3. O fogo T3 somente excede as áreas do T2, na zona de refeições [...], num sanitário [...] e um arrumo [...], acréscimo de área insignificante quando o agregado familiar do fogo T3 pode exceder em 50% o do fogo T2. Note-se que as áreas de circulação interna nos dois casos são rigorosamente limitadas ao serviço dos compartimentos da zona de dormir"[731]

Consequentemente, este complexo de meados da década de 90, caracteriza-se pelo sofisticado traçado arquitetónico. O projeto apresenta um certo caráter abstrato na forma como os volumes se conjugam, apelando a um sentido orgânico. Segundo Pedro Ramalho: "Faz-se um pouco a sentimento, mas sempre poupado nas áreas e nos custos. No essencial, é isso. [...]"[732], acabando por expor que tudo se desenvolve a partir de um módulo: "[...] esquerdo-direito, com essa possibilidade de haver dois níveis de passagem. Isto nas bandas. E, depois, há núcleos de articulação, onde há variação de fogos, com

[730] *Tomando como exemplo o Bloco HC1 o andar tipo é composto por dois fogos T2 e dois fogos T3 com uma área bruta de 368,79 m^2, quando a Portaria fixa para o conjunto um limite de 370m^2* – Material do acervo (PT/CA/PER/PA-048-05) – Programa Habitacional para a Zona das Azenhas de Cima (29 de junho de 88) p. 1.
[731] Material do acervo (PT/CA/PER/PA-048-05) – Programa Habitacional para a Zona das Azenhas de Cima (29 de junho de 88) p. 1.
[732] LOPES C. N., 2015, p. 73.

caixas de escadas, que amarram essas bandas. [...]. Mas, com duas ou três variações. É tudo feito com módulo-tipo e depois dois ou três remates, além de blocos isolados"[733].

Assim sendo, ao nível da disposição espacial, estes edifícios de habitação coletiva, seguem a uma matriz ramificada, ou seja, implantam-se no espaço de forma alinhada obliquamente entre si. Esta matriz encerra em si a utilização do bloco em combinação com o restante edificado. Desta forma a distribuição dos volumes, tal como a sua adaptação às diferentes cotas[734] características do terreno atuam como fatores na forma como os equipamentos se relacionam com a cidade. Mais concretamente, "o espaço urbano encontra-se camuflado entre os espaços vazios dos edifícios, onde se desenrolam as vias, o estacionamento e os espaços verdes"[735]. Falamos de uma perfeita articulação entre o espaço preexistente e o espaço habitacional.

O volume arquitetónico apresenta "dois tipos formais que se vão dispondo no recinto reconfigurado: edifícios estendidos em L e edifícios compactos, pequenos torreões quadrangulares"[736], cujos panos se erguem em tijolo à vista. Cada edifício adapta-se ao espaço urbano, entenda-se rede viária, gerando uma harmonia ao nível da implantação e do projeto. Os pisos térreos, apresentam como galerias, criando um espaço de circulação.

A ordenação interna dos fogos institui-se tendo em ponderação as diretrizes estipuladas nas *Recomendações Técnicas para Habitações Sociais*, traduzindo-se num "sistema doméstico tradicional"[737]. Deste modo, prestou-se particular cuidado em relação às áreas de circulação tendo estas sido reduzidas à essência; à introdução de um espaço de diálogo interior-exterior que se traduziu na "marquise"; à instituição de um vestíbulo na entrada de cada fogo como elemento de privacidade (permite a separação entre a área social e a intima); à versatilidade da zona de refeições com dupla funcionalidade podendo atuar como uma extensão da cozinha ou da sala; à consideração "nos fogos T3 um

[733] LOPES C. N., 2015, p. 78.
[734] As zonas com as cotas mais baixas do terreno são reservadas a implantação dos espaços verdes e equipamentos.
[735] GOMES F., 2013, p. 289.
[736] COSTA N. B., 2019, p. 23.
[737] COSTA N. B., 2019, p. 24.

sanitário suplementar"[738], bem como, uma alternativa relativa à distribuição do terceiro quarto na proximidade da entrada garantindo a polivalência do espaço[739].

Assim como acontece na distribuição interna dos fogos das Cooperativas de Habitação Económica Habitovar e de Nabância, Pedro Ramalho recorre à implementação de um *pilar redondo* que não possui uma função estrutural ou organizacional. Consequentemente, é possível justificar o uso deste elemento segundo duas hipóteses: poderá tratar-se da criação material de uma ligação entre os dois espaços (sala de jantar/ sala) entrando-se deste modo numa dualidade simbólica entre o material e o imaterial, outro cenário levamos a levantar a hipótese de se tratar de uma herança dos mestres modernos como Van Der Rohe ou Frank L. Wright pela maneira como estes implementavam o uso do pilar nos seus projetos.

Destaca-se ainda que uma das preocupações da Cooperativa de Habitação Económica "Sete Bicas" passa pela preocupação em relação à dignificação da construção tida como social, relativamente, à qualidade da habitação, que por sua vez se traduz na própria imagem e no tratamento dos espaços, sejam estes os dedicados à habitação ou os espaços exteriores. Esta CHE optaria assim pelo investimento na construção de paredes exteriores que obedecem a uma articulação entre de tijolo aparente, caixa de ar e tijolo vazado (paramento interior), de forma a minimizar a degradação precoce do espaço, bem como, gastos futuros em preservação[740].

[738] INH, 1991, p. 7.
[739] INH, 1991.
[740] Material do acervo (PT/CA/PER/PA-048-05) – Programa Habitacional para a Zona das Azenhas de Cima (29 de junho de 88).



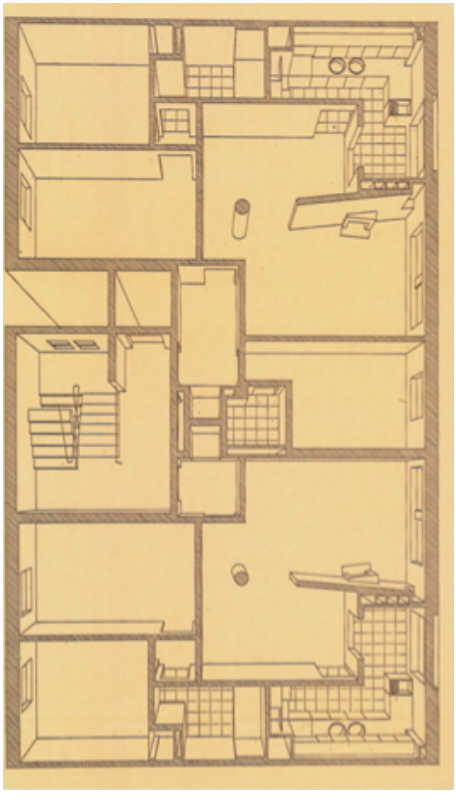
[Fig. 245] *Vista Exterior, Perfil Transversal,* Conjunto Habitacional CHE Sete Bicas (1987-1993), Senhora da Hora (s/d).



[Fig. 246] *Vista Exterior, Acesso (pormenor),* Conjunto Habitacional CHE Sete Bicas (1987-1993), Senhora da Hora (s/d).



[Fig. 247] (à esquerda) *Vista Exterior*, Acesso (pormenor), Conjunto Habitacional CHE Sete Bicas (1987-1993), Senhora da Hora (s/d).



[Fig. 248] (à direita) *Planta Conjunto Habitacional CHE Sete Bicas,* (1987-1993) Senhora da Hora (s/d).

Socialmente falando, estas habitações quando projetadas foram pensadas para pessoas de condições económicas mais delicadas, contudo, o mesmo não aconteceu uma vez que a "classe média" tornou-se o maior comprador deste conjunto habitacional. Esta informação é validada pelo arquiteto: "É a classe média que habita essas casas e, curiosamente, com mais poder de compra do que se imaginava. Através de poupanças, sacrifícios, vivendo mal, para depois, quando forem para a casa nova [...]"[741]. Encontramo-nos perante o ponto de viragem do sistema cooperativo habitacional.

Aproveitando esta premissa é de extremo interesse o fenómeno social adjacente aos modos de habitar o espaço, fenómeno este que se encontra em constante alteração. A casa na qualidade de objeto arquitetónico poderá ser entendida como uma soma de fatores que determinam a sua edificação, assim como as suas possíveis modificações. Posto isto, o assunto apresenta-se como de extrema complexidade pelo seu carácter variante, portanto, decidimos focar-nos na perspetiva do arquiteto Pedro Ramalho e na das Cooperativas de Habitação.

Pedro Ramalho testemunha a evolução do comportamento habitacional, admitindo tratar-se de um fenómeno curioso, afirmando: "Há uma democratização do desenho das plantas. As casas, seja que tipo for são todas iguais. Diferenciam-se nas áreas, nos materiais, no sanitário *social*, mas é tudo igual. [...] E, depois, a habilidade do arquitecto, se consegue resolver ou distribuir aquele espaço, da melhor forma. Mas, digamos que, é tudo igual, em termos de tipologia [...][742]". Este explica que ao nível do mercado é mais fácil vender aquilo que é reconhecível por todos, existindo, no entanto, condicionamentos ao nível das implantações, este problema ocorre igualmente fora das fronteiras nacionais. No que concerne o interior das habitações não se arrisca, ou seja, não são implementadas soluções fora da norma, em contrapartida, os países do norte da Europa possuem uma abordagem mais informal[743]. Complementa ainda que: "A casa continua espartilhada neste modelo: a função de dormir, a função de estar, a função de lazer, a função de cozinhar, e tal. Quando, hoje, se vive de forma completamente diferente. Estas funções misturam-se completamente mas as casas continuam rigidamente a apresentar o mesmo modelo [...][744]"

---

[741] LOPES, C.N., 2015, p. 105.
[742] LOPES, C.N., 2015, pp. 78-79.
[743] LOPES, C.N., 2015.
[744] LOPES, C.N., 2015, p. 81.

Quando o arquiteto foi questionado como deveriam ser projetadas as novas habitações, e se existe necessidade para tal, este reconhece: "Eu não tenho receitas. O que acho é que, as pessoas estão a habitar as casas de forma diferente. E a maior parte dos programas não acompanha esses ritmos diferentes, esses usos diferentes[745]", acabando por complementar "as pessoas não querem partilhar o mesmo espaço: os hábitos de uso da casa e os tempos de habitar. [...] A meu ver, a casa tem de ser uma coisa diferente do que a convencional[746]". Posto isto, os regulamentos seguidos não podem ser culpados pela forma de projetar, pois a maneira como estes são interpretados é que dita a edificação. Todavia, estes apresentam alguma flexibilidade.

Os edifícios de maneira geral, devem evoluir[747] paralelamente com as necessidades dos seus usuários, isto é, essa evolução relaciona-se diretamente com a forma como usamos os espaços, mas também com a forma como os vivenciamos, tendo sempre em consideração a questão do gosto, que em si mesmo é repleto de disparidades.

Relativamente às transformações, Pedro Ramalho reconhece que a maioria recai sobre o encerramento envidraçado das varandas[748], como resultado, são criados espaços de articulação entre o interior e o exterior, "necessários ao novo comportamento dos utentes[749]". Existe, no entanto, um outro tipo de transformação, uma de carácter menos definitivo e evasivo, mas igualmente transformador possível através da utilização de objetos pessoais, estes possuem em si a capacidade de transformar um espaço impessoal e sem qualquer dimensão emocional num espaço acolhedor. Cada individuo faz-se acompanhar por objetos[750] que possuem em si o valor de transformar o espaço através da sua colocação[751].

---

[745] LOPES, C.N., 2015, p. 86.
[746] LOPES, C.N., 2015, p. 87.
[747] COSTA, N. B., 2019.
[748] Anos após a conclusão do conjunto habitacional da CHE Habitovar, a mesma entrou em contato com Pedro Ramalho para pedir o seu parecer, relativamente ao pedido de autorização para transformar uma varanda da zona de secagem de roupa numa marquise. Este manifestou-se contra por questões de salubridade e estéticas – Material do acervo (PT|CA|PER|PA-025|03) – Carta da Cooperativa Habitovar para o Arquiteto Pedro Ramalho (27 de maio de 1985)
[749] RAMALHO,1990, p. 28.
[750] Estes objetos adquirem para os seus detentores um valor que se assemelha a "relíquias" (RYBCZYNSKI, 1999)
[751] BARROS, 2012.

Na nossa perspetiva, Pedro Ramalho, vê nas casas um espaço habitável a médio prazo, pois quando questionado: "*As casas deveriam adaptar-se?"*[752]*,* este respondeu:

> "Eu não digo isso, digo que as casas deveriam ter alguma elasticidade, mas não que a casa fosse permanentemente transformável. Não acho isso. O que havia haver era um mercado para as pessoas habitarem as casas segundo a sua idade. Por exemplo, uma pessoa está na idade de ter um estúdio, e depois de ter um T2, depois na idade de ter um T3 ou um T4, e a partir de certa altura começa a inverter, passa para o T2 e acaba num estúdio[753]"

Para Pedro Ramalho a ideia que tenta transpor para os projetos de uma certa *elasticidade*, permite de certa forma, que as casas possam "crescer" conforme a necessidade dos seus habitantes. Utilizando como exemplo o projeto SAAL Antas, foi criado um diálogo que permite a articulação entre a casa e o logradouro, este liga-se a "um compartimento destinado a funções complementares, pode, ainda, ser aumentado por mais uma divisão passível de ser construída à ilharga da caixa de escadas[754]", sendo isto só possível graças ao extremo domínio sobre as formas construtivas.

[752] LOPES, 2015, p. 112.
[753] LOPES, 2015, p. 112.
[754] FERNANDEZ, 2020, p. 68.

Em suma, os conjuntos habitacionais aqui em análise devem ser entendidos dentro da dualidade: Cooperativa de Habitação Económica e exercício individualizado de arquitetura, reconhecendo-se, todavia, a discrepância da afirmação. Assim sendo, é possível reconhecer estes equipamentos enquanto infraestruturas de significante envergadura que foram projetados de forma a proporcionarem uma habitação digna a valores de custo controlados, num contexto em que o acesso à habitação apresentava sérias dificuldades.

Conclui-se ainda que o arquiteto Pedro Ramalho não segue um "modelo" projetual pré-determinado no que concerne às Cooperativas de Habitação Económicas. Neste sentido encontramos uma irrevogável busca pela nova forma de encarrar o desafio que é o projeto. Contudo, existe sim uma reaplicação de ideias que já foram testadas e que se mostram aptas ao que lhe havia sido pedido. Usando como exemplo a aplicação do tijolo de burro nos panos murários exteriores das CHE's Habitovar[755] primitivamente, Nabância e Sete Bicas, estas paredes laranjada de tijolo possuem um valor significativo em si mesmo, uma vez que estes volumes alaranjados contrastam com o espaço pouco urbanizado em que foram edificados.

[755] Atualmente nenhuma das unidades habitacionais é revestida a tijolo de burro.



[Fig. 249] *Envolvência do Conjunto habitacional da Habitovar,* Vista de Satélite (Google Maps)



[Fig. 250] *Envolvência do Conjunto habitacional da Habitovar,* Vista de Satélite (Google Maps)



[Fig. 251] *Conjunto habitacional da Habitovar (posterior),* Vista de (Google Maps)

Evidencia-se uma certa preferência pela edificação com recurso a plantas regulares longitudinais, como é o caso das Cooperativas *Habitovar, Plenicoope, Nabância*. Excecionalmente o conjunto habitacional da Cooperativa *19 de fevereiro* apresenta uma tipologia de torre quadrangular, enquanto no conjunto habitacional da cooperativa *As Sete Bicas* o arquiteto Pedro Ramalho recorre formalmente à implantação da planta regular longitudinal e da torre quadrangular. Em média os complexos habitacionais não ultrapassam os quatro andares.

A maioria dos projetos aquando da sua implantação encontrava-se localizados nas zonas periféricas dos espaços urbanos, assim sendo, estes conjuntos habitacionais no momento da sua edificação atuaram como um foco urbanizador, melhor dizendo, atuaram como um agente promotor do desenvolvimento e da transformação da cidade. Estamos perante uma realidade excêntrica à inicialmente vivada. Desta forma, cada projeto em análise deve ser compreendido na sua individualidade, visto que cada um obedece a regras autónomas em função do lugar e do contexto em que é edificado e das transformações que originou ou com ele se relacionaram.

Por conseguinte, através da observação do espaço envolvente destes conjuntos é visível a sua influência sobre o demais edificado, seja ao nível formal ou material, ou mesmo uma mistura dos mesmos. Tendo como exemplo o caso da Habitovar, cujo edifício posteriormente implantado paralelamente é similar na forma e na linguagem desenvolvida, desde o revestimento das paredes exteriores com tijolo de burro alaranjado, à distribuição por três pisos. Evidencia-se ainda a forma como articula as volumetrias de forma a obter uma reentrância na zona de acesso e circulação vertical entre os andares, tratando-se de uma exploração formal recorrente nos edifícios analisados, tome-se como exemplo a cooperativa *As Sete Bicas*.

Como referido anteriormente, os complexos habitacionais das CHE's *Habitovar* e de *Nabância* partilham as mesmas bases projetuais a exceção de algumas alterações como a elaboração em exclusivo do fogo T2 para a CHE Nabância.

Ao nível interno, o arquiteto demostra um cuidado no que concerne a versatilidade através da fluidez da planta, deixando maior liberdade ao habitante para a utilização dos espaços interiores, recordando o conceito de planta livre.



[Fig. 252] *Cidade, Karina Puente,* (s/d).

CIDADE:

Metáfora para a Vida Urbana

De acordo com Kevin Lynch, uma paisagem, seja ou não urbana, reflete a sobreposição de camadas históricas que esta possui, esta ideia reforça o sentido da atuação humana como algo em aberto à espera de uma continuação[756] ou nas palavras de Rossi, com a passagem do tempo a cidade cresce e desenvolve-se sobre si adquirindo uma "autoconsciência e memória[757]", no entanto, a sua primitiva forma permanece absorvida pelas novas alterações e adições. Estes processos tornam facilmente reconhecível a vertiginosa velocidade da transformação urbana. Isto é, a cidade espelha diretamente o resultado das transformações que nela são aplicadas, ou seja, as edificações e as alterações constantes da estrutura urbana, embora uma certa estabilidade esteja patente num continuo processo de aprimoramento espacial. Esta questão procura reafirmar o facto que na cidade não se procura uma "conclusão", pois esta foi, é e sempre será uma sucessão de fases adaptadas a um contexto.

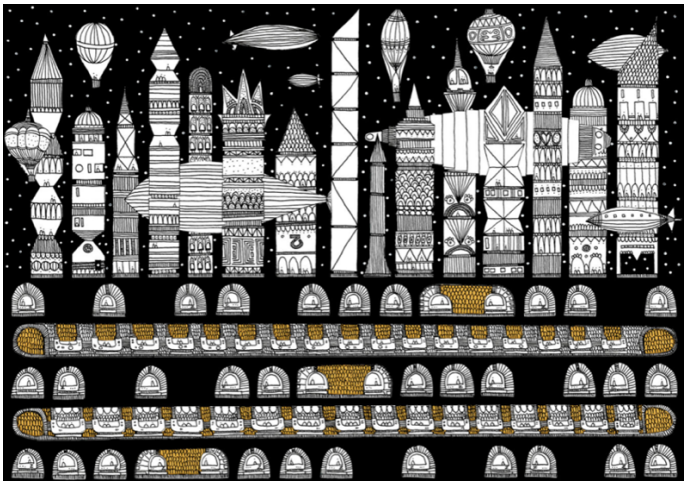
Desta forma, a cidade pode ser dividida em duas esferas, a pública e a privada (área residencial) esta divisão encontra-se intimamente relacionada com as dinâmicas da arquitetura, entenda-se, a relação entre o coletivo e o privado; o social e o individual[758].

Se a casa reflete o modo de vida do seu proprietário, logo a cidade reflete a forma como a vivemos. Sendo assim, não existe uma cidade sem o fator residencial, a forma como os edifícios se encontram implantados no espaço diz muito sobre a configuração urbana e como esta se desenvolve, consequentemente, a partir da área residencial desenvolvem-se os restantes edifícios, estes atuam como sistemas de apoio aos moradores[759]. O espaço urbano atua como supressor das necessidades dos seus habitantes através da conjugação de fatores – economia, política, cultura.

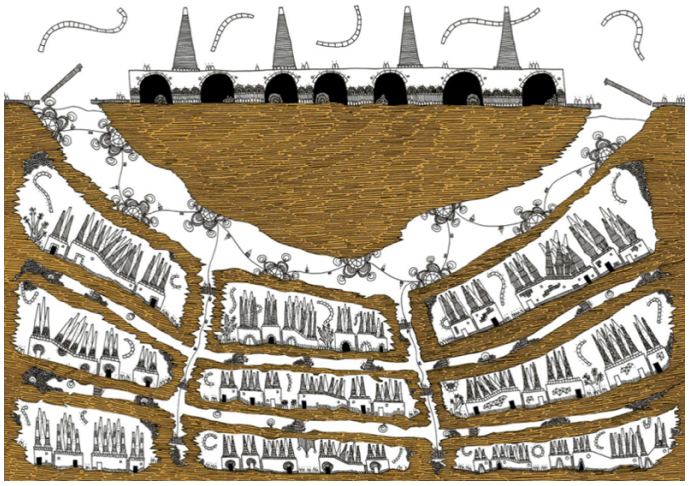
Segundo Lynch, a cidade compara-se à edificação de uma arquitetura, uma vez que esta é construída num espaço em grande escala e ao longo de uma extensão temporal, contudo, esta noção é algo de natureza imprevisível. Trata-se do resultado de um percurso e não propriamente de um projeto totalmente pré-determinado ou estabelecido como no caso da arquitetura[760]. Também Aldo Rossi se manifesta ao referir a arquitetura como o primeiro esboço da ideia de cidade[761].

---

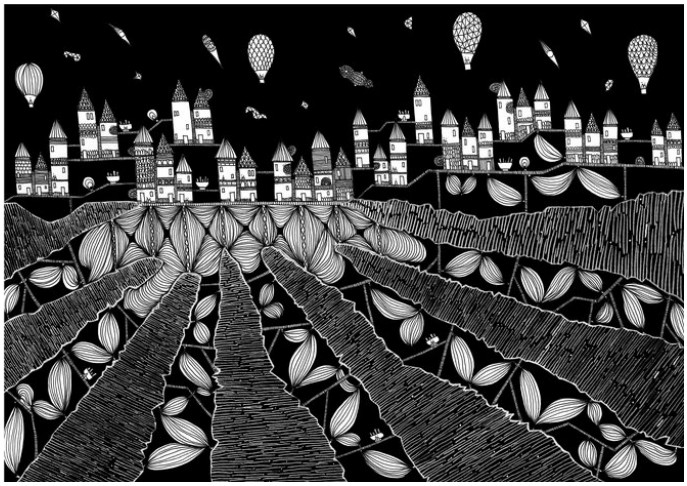
[756] LYNCH, 1990.
[757] ROSSI, 1982, p. 61 (*tradução livre da nossa autoria*).
[758] ROSSI, 1982.
[759] ROSSI, 1982.
[760] LYNCH, 1990.
[761] ROSSI, 1982.



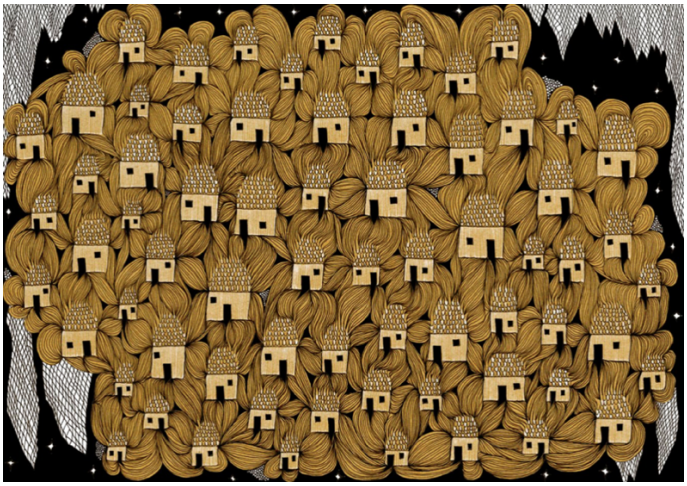
[Fig. 253] *Camadas Urbanas,* Karina Puente, (s/d).



[Fig. 254] *Camadas Urbanas,* Karina Puente, (s/d).



[Fig. 255] *Cidade*, Karina Puente, (s/d).



[Fig. 256] *Habitações*, Karina Puente, (s/d).

A relação entre o Homem e o lugar configura-se como um fator essencial que orienta o processo do desenvolvimento da própria cidade, ou seja, a existência de uma razão para o interesse pelo local. Como mencionado numerosas vezes a cidade:

> "é uma organização multifuncional e mutante, uma tenda para muitas funções, erguida por muitas mãos e com relativa velocidade. A forma deve ser um tanto evasiva, plástica para os propósitos dos cidadãos. No entanto, existem funções fundamentais das quais as formas das cidades podem ser expressivas: circulação, principais usos do solo, principais pontos focais"[762].

O significado adjacente à cidade é diverso podendo variar conforme o observador/ cidadão pois é este que lhe atribui o valor. Contudo, é importante ressalvar que o olhar sobre a cidade é sempre redutor uma vez que esta é mais do que a imagem e o conhecimento que temos sobre a mesma[763]. Deste modo, reconhecemos a complexidade da cidade, mas objetivamente não sabemos tudo sobre ela.

Por conseguinte, torna-se mais simples quando entendemos as dinâmicas daqueles que habitam a cidade, todavia, cada caso é um caso, frase que se aplica, pois cada cidade é um caso no qual concorrem demasiados fatores que devem ser tidos em consideração. Importa a relação entre o cidadão e a própria cidade, importa também que este vínculo se manifeste visualmente uma vez que as imagens adquirem significado e memória[764]. O cidadão assume a qualidade de parte integrante e relevante para os processos internos da cidade – senso de comunidade – através da criação de significados e conexões.

Se hipoteticamente pedirmos aos habitantes para rapidamente e objetivamente descreverem a cidade onde habitam quais seriam os pontos que estes destacariam? Seria um discurso mais ou menos unânime? Ou a visão de cada um é tão díspar que os fatores e/ou ideias não se repetiriam assim tão simplesmente? Seria que a forma de entender ao espaço urbano variaria conforme a geografia? Quais seriam os fatores a ter em consideração? Qual a amostragem? Ainda assim, questionamo-nos se a resposta não variaria consoante a imagem mental que cada um tem do local, mais concretamente, a sua memória mais significativa. A imagem da cidade não é mais do que a soma de todas as imagens dessa cidade, o que parece complexamente curioso.

---

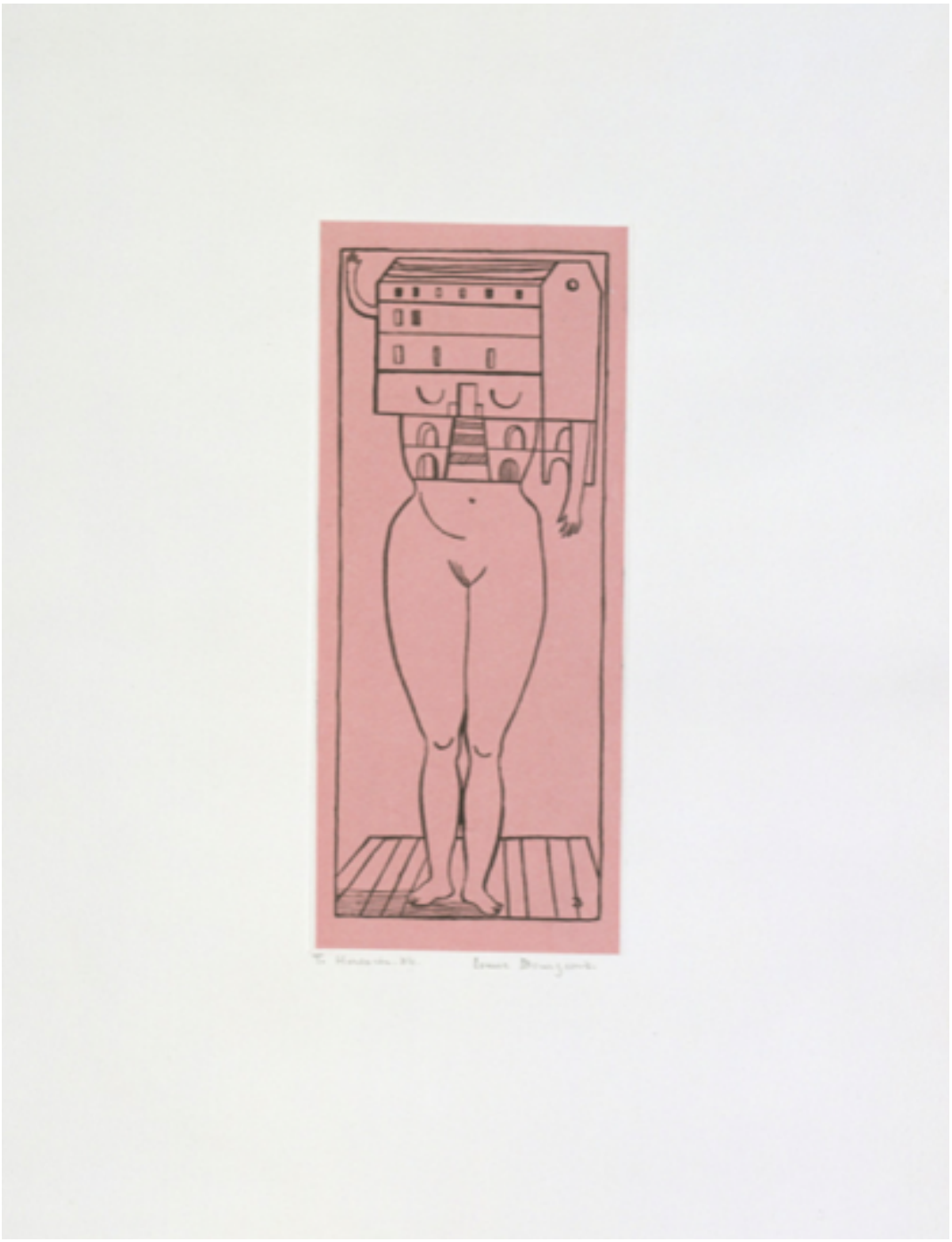
[762] LYNCH, 1990, p. 91 (*Tradução livre da nossa autoria*).
[763] LYNCH, 1990.
[764] LYNCH, 1990.

Posto isto, a dicotomia centro-periferia, associação que tem mudado significativamente ao longo dos anos, pode ser entendida como parte do processo evolutivo do espaço urbano, isto é, o que outrora era periferia agora pode ou não o ser, uma vez que o espaço pode ter sido integrado no sentido em que a expansão urbana foi acontecendo. Desta forma podemos afirmar que a periferia pode ser entendida como um momento transitório entre expansões. Em contrapartida, a forma como se processa a reorganização social do espaço urbano adverte-nos para a mesma dualidade, contudo, o seguimento é díspar ao encontrar-se na base das ruturas territoriais, sociais, mas também, das de origem simbólica. Sendo que a distinção entre centro e periferia se apresenta cada vez mais marcada, parecendo essencial estabelecer um distanciamento epistemológico "face a uma abordagem dicotómica da realidade e dos seus consequentes efeitos nefastos e perversos"[765]. Dito isto, o cooperativismo construtivo e habitacional é tido como um elo de ligação entre estes dois mundos, contribuindo positivamente, em muitos casos, para a "união" entre a dualidade cada vez mais visível entre o centro e a periferia.

No que concerne as cooperativas de habitação, como expomos anteriormente, estas na sua grande maioria no momento da sua edificação localizavam-se em território de expansão urbana como é o caso das cooperativas analisadas anteriormente, Cooperativas *Habitovar*, *Plenicoope*, *Nabância*, *19 de Fevereiro* e *Sete Bicas.* Assim sendo, verifica-se que a introdução de tais complexos habitacionais na malha urbana atuou como uma força impulsionadora para o desenvolvimento na área circundante, ou seja, atuam como um foco gerador de infraestruturas.

[765] GUERRA, MATOS, MARQUES, & SANTOS, 2012-2013, p. 74.

05. VIVER A CASA



[Fig. 257] *Femme Maison* (Mulher Casa), Louise Bourgeois (1984).

EXPERIÊNCIA MULTISSENSORIAL:

Arquitetura

> "Mais do que o resto das outras formas artísticas, a arquitetura captura a imediatez das nossas perceções sensoriais. A passagem do tempo, a luz, a sombra e a transparência; os fenómenos cromáticos, a textura, o material e os detalhes ... tudo isto participa na experiência total da arquitetura. [...] A arquitetura, ao unir o primeiro plano, o plano intermédio e vistas distantes, liga a perspectiva aos detalhes e o material ao espaço. [...] somente a própria arquitetura oferece as sensações tácteis da textura da pedra e dos bancos de madeira polida, a experiência das variações de luz com o movimento, o cheiro e os sons ressonantes do espaço, as relações corporais de escala e proporção. Todas essas sensações combinadas dentro de uma experiência complexa, que se torna articulada e específica, embora sem palavras"[766].

De acordo com Holli, Pallasmaa e Pérez-Gomes, a maneira como vivenciamos o mundo é condicionada pela nossa perceção, não se trata de um processo simples e objetivo, uma vez que cada individuo exibe um juízo autónomo sobre um determinado assunto[767], como por exemplo a nossa perceção sobre uma pintura de Magritte ou sobre uma instalação de Esther Stocker. Embora este vivencie determinado acontecimento, duas pessoas poderão percecioná-lo de maneiras completamente opostas, assim sendo, tudo o que acontece para lá da objetividade material, entenda-se fisicamente, é algo da perceção[768]. Por conseguinte, os sentidos permitem-nos captar os que nos rodeia – processo: estímulo > absorção > interpretação – através da perceção[769], no entanto, é necessário reconhecer a sua natureza subjetiva. "Vemos uma casa em construção e pensamos nela como um esqueleto incorpóreo, uma estrutura de inumeráveis pilares desnudados no ar. Mas se voltarmos quando a casa já está concluída e entramos no edifício, a nossa percepção será completamente diferente. Já não se pensa nas paredes como estrutura mas apenas como telas que limitam e encerram o volume das salas"[770].

Ao nível da perceção sensorial a arquitetura é entendida no seu todo. Como afirma Merleau-Ponty: "Minha perceção é [portanto] não uma soma dos dados visuais, táteis e auditivos: eu percebo de maneira total com todo o meu corpo, eu me apodero de uma estrutura única das coisas, uma maneira única de ser, que fala com todos os seus sentidos

---

[766] HOLL, PALLASMAA, & PÉREZ-GOMES, 2006, p. 41 *apud* BORGES, 2020, p. 37.

[767] O objetivo da perceção prende na criação de informações que nos permitam agir de forma adequada a cada situação (NORBERG-SCHULZ, 1968).

[768] NORBERG-SCHULZ, 1968.

[769] GAMBOIAS, 2013.

[770] RASMUSSEN, 2007, p. 41 *apud* GAMBOIAS, 2013.

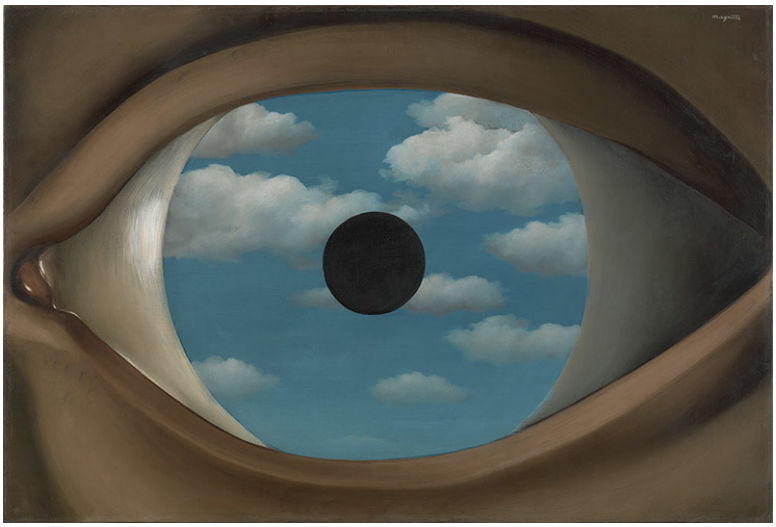
ao mesmo tempo"[771], estas palavras poderiam ser facilmente relacionadas com as fotografias de Serge Najjar e como este através da sua lente capta de forma intuitiva a relação entre o Homem e a Arquitetura.

A arquitetura apresenta-se como uma forma artística que cumpre funções práticas e utilitárias, todavia, não se esgota nestas realidades, a arquitetura "emerge de imagens mentais exteriores ao âmbito da utilidade"[772]. A repercussão artística da arquitetura possui uma "origem na ontologia do espaço habitado; o objetivo da arquitetura é emoldurar, estruturar e dar significado ao nosso ser-no-mundo"[773].

Juhani Pallasmaa defende que a arquitetura está amplamente relacionada com os sentidos – audição, olfato, tato, paladar e visão – relações que em si mesmas levantam várias interrogações. Contudo, não é o único a teorizar sobre o assunto, referenciando se entre vários, a obra *Body, Memory, and Architecture*[774] de Charles Moore, Robert J. Yudell e Kent C. Bloomer, esta aborda igualmente a regulação entre a arquitetura e os sentidos. O artista Gordon Matta-Clark, na década de 70, realizou variadíssimas intervenções em objetos arquitetónicos por meio do corte – começou por realizar intervenções que pequena *extração* extrapolando para procedimentos de maior dimensão e complexidade – este tinha como objetivo a libertação da arquitetura do ambiente *compressivo* onde esta estava inserida[775]. Estas experiências conceptualistas ao nível da arquitetura são dotadas de experiências sensoriais.

---

[771] MERLEAU-PONTY, 1964, p. 19 *apud* PALLASMAA, 20018, p. 111.
[772] PALLASMAA, 2017, p. 66 (*Tradução livre da nossa autoria*).
[773] PALLASMAA, 2017, p. 66 (*Tradução livre da nossa autoria*).
[774] MOORE, C., YUDELL, R. J., & BLOOMER, K. C. (1977). Body, Memory and Architecture.Yale University Press.
[775] LOEB, 2015



[Fig. 258] *The False Mirror,* René Magritte, Paris, (1929).



[Fig. 259] *Square Universe Esther Stocker,* Shanghai, (2020).

VER: *STOCKER, E. (entrevistada) – Square Universe; Action Media Talk (2020). Duração: 00:03:09h. Obtido em 31 de maio de 2021, no canal Action Media (YouTube): https://www.youtube.com/watch?v=VunC3vRAJqI.*



[Fig. 260] *"The Architecture of Light"* (I), Serge Najjar, (s/d).



[Fig. 261] *"The Architecture of Light"* (II), Serge Najjar, (s/d).



[Fig. 262] *Splitting,* Gordon Matta-Clark (1974).



[Fig. 263] *Conical Intersect,* Gordon Matta-Clark (1975).

A prática arquitetónica pode ser compreendida como o resultado direto do ato de habitar – "as primeiras imagens arquitetónicas podem ser identificadas com a máxima clareza na casa, morada do Homem"[776]. A arquitetura como "uma extensão da natureza na esfera antropogénica fornecendo as bases para a percepção e o horizonte da experimentação e compreensão do mundo. Ela não é um artefato isolado e independente; ela direciona nossa atenção e experiência existencial para horizontes mais amplos"[777]. Dito isto, esta manifesta-se de forma multissensorial, na maneira em que os nossos sentidos se relacionam com as suas características espaciais, materiais e de escala[778], suplementando-se a "sensação de pertencer ao mundo, e essa é essencialmente uma experiência de reforço da identidade pessoal"[779].

A obra de arquitetura possui em si mesma uma "presença material e espiritual"[780] que necessita de ser presenciada no local para a sua melhor compreensão. Porém, as imagens, retidas presencialmente possuem uma maior força, levando à manifestação de imagens associadas à memória[781] por exemplo. Segundo Bachelard "... o benefício mais precioso da casa, [...] abriga o devaneio, a casa protege o sonhador, a casa nos permite sonhar em paz. Somente os pensamentos e as experiências sancionam os valores humanos"[782], contudo, a casa enquanto espaço arquitetónico "enquadra, detém, reforça e foca nossos pensamentos, além de evitar que eles se percam"[783].

Dentro destas dinâmicas multissensoriais, o corpo funciona como o cerne de todas as nossas experiências, enquanto a arquitetura "tornar visível o modo como o mundo nos toca"[784]. De acordo com Stokes:

> "Como mães dos homens, os prédios são bons ouvintes. Sons longos, distintos ou aparentemente em conjuntos, acalmam os orifícios dos

---

[776] PALLASMAA, 2014, p. 165 (*Tradução livre da nossa autoria).*
[777] PALLASMAA, 2011, p. 39.
[778] PALLASMAA, 2011.
[779] PALLASMAA, 2011, p. 39.
[780] PALLASMAA, 2011, p. 42.
[781] Segundo o filósofo Edward S. Casey: *A memória é [...] o centro natural de qualquer relato sensível de lembrança* (CASEY, 2000, p. 148 *apud* PALLASMAA, 2018, p. 27) esta ideia é complementada por Pallasmaa ao afirmar: *o corpo não é o locus da recordação – ele também é o sítio e o meio de toda a obra criativa, inclusiva a obra do arquiteto* (PALLASMAA, 2018, p. 27).
[782] BACHELARD, 1988, p. 201.
[783] PALLASMAA, 2011, p. 42.
[784] MERLEAU-PONTY, 1948, s/p *apud* PALLASMAA, 2017, p. 61 (*Tradução livre da nossa autoria).*

> palácios, que se afastam gradualmente do canal ou do piso. Um som longo, com seu eco, traz consumação à pedra"[785].

Steen Rasmussen questiona: "A arquitectura pode ser ouvida? A maioria das pessoas diria provavelmente que, como a arquitectura não produz sons, não pode ser ouvida. Mas ela também não irradia luz e, no entanto, podemos vê-la"[786]. O edifício não "produz" som, contudo a arquitetura dialoga através da interação com o meio, como por exemplo, através do ranger das portas e pavimentos, ou através da entrada de ar por uma qualquer abertura[787]. Assim sendo, o som[788] contribui para o entendimento do espaço. Uma casa vazia, despida de qualquer conteúdo, onde apenas a voz ecoa, é completamente diferente de uma casa habitada onde "o som é refratado e suavizado pelas numerosas superfícies dos objetos da vida pessoal. Cada prédio ou espaço tem seu som característico de intimidade ou monumentalidade, convite ou rejeição, hospitalidade ou hostilidade"[789]. A audição cria um sentido de conexão com o espaço, desta forma, "a arquitetura é a arte do silêncio petrificado"[790], desde a solidão original no erguer do edifício ao momento de espera, anterior à chegada de quem vai explorar ou usufruir do espaço arquitetónico. Juhanni Pallasmaa afirma:

> "Recordo-me especialmente do aroma da casa do meu avô que atingia o meu rosto como se fosse uma parede invisível por trás da porta. Cada moradia tem seu cheiro individual de lar"[791].

O olfato desperta as imagens aprisionadas na memória, desta forma, deve ser entendido com um gatilho sensorial, logo, a memória que mais persiste de um espaço é o seu cheiro[792]. Por conseguinte, a memória e a imaginação encontram-se associadas, pela sua dinâmica, pluralidade e paradoxalidade. Nas palavras de Bachelard "Só eu, nas

---

[785] STOKES, 1978 *apud* PALLASMAA, 2011, p. 47.
[786] RASMUSSEN, 2007 *apud* GAMBOIAS, 2013, p. 23.
[787] GAMBOIAS, 2013.
[788] O artista John Cage desenvolveu vários trabalhos na área do som, nomeadamente, na relação entre o som e o espaço - *Onde quer que estejamos, o que ouvimos é maioritariamente ruído. Quando o ignoramos, ele perturba-nos. Quando o ouvimos, achamos fascinante* (CAGE, 1961, p. 3 *apud* GAMBOIAS, 2013, p. 27).
[789] PALLASMAA, 2011, p. 48.
[790] PALLASMAA, 2011, p.49.
[791] PALLASMAA, 2011, p.51.
[792] PALLASMAA, 2011.

minhas lembranças de outro século, posso abrir o armário que guarda ainda, só para mim, o cheiro único, o cheiro das uvas que secam sobre a sebe. O cheiro das uvas! Cheiro limite, é preciso muita imaginação para senti-lo"[793]. Nas palavras de Rilke:

> "[A]s mãos são organismos complicados, [...] têm seu histórico; elas têm até sua própria cultura e sua beleza particular. Conferimos-lhe o direito de ter seu próprio desenvolvimento, seus próprios desejos, sentimentos, humores e ocupações"[794].

Através do tato[795] a nossa "pele lê a textura[796], o peso, a densidade e a temperatura da matéria"[797], possibilitando o acesso à ideia tridimensional adjacente a estes fatores, por outras palavras, o tato permite-nos estabelecer conexões através do contacto físico. Segundo Pallasmaa, há uma grande afinidade "entre a pele nua e a sensação de um lar"[798], uma vez que o lar figura a "experiencia de calor íntimo"[799], o espaço de conforto e proteção emulado pela fogueira. De acordo com Pallasmaa:

> "Uma superfície de pedra polida de cor delicada é sentida subliminarmente pela língua. Nossa experiência sensorial do mundo se origina na sensação interna da boca, e o mundo tende a retornar às suas origens orais. [...]"[800].

O mais complexo dos sentidos no que concerne a arquitetura é o paladar, todavia, Gamboias falamos da existência de uma "tímida" relação entre o paladar e o tato – sabor /toque. Tomando-se como exemplo a madeira frequentemente utilizada no espaço arquitetónico, estas através da imposição do seu cheiro característico conquista uma dimensão gustativa, por outras palavras, o nosso cérebro reconhece a informação olfativa

---

[793] BACHELARD, 1988, p. 206.
[794] RILKE, 2004, p. 45 *apud* PALLASMAA, 2011, p. 53.
[795] Este sentido operava na base de todos os outros, não obstante, com o tempo deu lugar à visão que conquistou o papel fulcral na ação humana.
[796] A título de exemplo o arquiteto Alvar Aalto dota as suas arquiteturas de texturas tanto táteis como visuais, através de irregularidades, ritmos, deslocamentos e confrontos de formas mais ou menos depuradas.
[797] PALLASMAA, 2011, p. 53.
[798] PALLASMAA, 2011, p. 55.
[799] PALLASMAA, 2011, p. 55.
[800] PALLASMAA, 2011p. 56.

complementando-a de forma a criar um falso sentido de paladar, este processo contribuir para o aumento da nossa conexão sensorial com a arquitetura[801]. Segundo Le Corbusier:

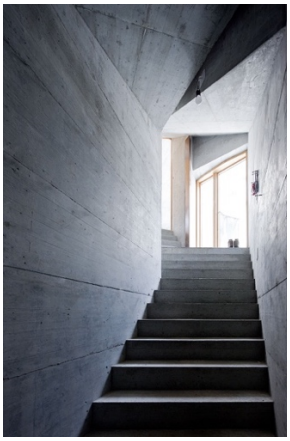
> "É preciso ver claramente para que se possa entender. [...] Eu insisto que vocês abram os olhos. Vocês abrem os olhos? Foram treinados para abrir os olhos? Vocês sabem abrir os olhos, vocês abrem-nos frequentemente, sempre, e bem?"[802].

A visão, permite a captação de informação instantânea, no entanto, é necessário levar em consideração dois fatores. O primeiro, a veracidade da informação recolhida e o contexto da mesma, uma vez que vemos apenas o que sabemos, como afirma Berger "Sé vemos aquilo para que olhamos. Olhar é um ato de escolha [...] Nunca nos limitamos a olhar para uma coisa: estamos sempre a olhar para a relação entre a coisa e nós mesmos [...]"[803]. O segundo fator, pende-se na relação entre a visão e os outros sentidos, uma vez que não se consegue "desconetar" um sentido em detrimento de outro[804]. Por conseguinte, a visão apresenta-se como o sentido predominante, aquele que nos oferece as sensações de luz e cor.

[801] GAMBOIAS, 2013, p. 27.
[802] CORBUSIER, 1930, p. 222 *apud* GAMBOIAS, 2013, p. 33.
[803] BERGER, 2018, p. 18.
[804] Os sentidos têm de ser entendidos numa relação com o todo.



[Fig. 264] ***Sensorial**, Villa Vals*, “The Hole House” (2009), Suiça (s/d).



[Fig. 265] (à esquerda) *Escadaria,* Villa Vals “The Hole House” (2009), Suiça (s/d).



[Fig. 266] (à direita) *Villa Vals* “The Hole House” (2009), Suiça (s/d).





[Fig. 267] (à esquerda) *Vista exterior/ interior,* "Secular Retreat" (2018), Peter Zumthor, Inglaterra, (s/d).

[Fig. 268] (à direita) *Casa de banho,* "Secular Retreat" (2018), Peter Zumthor, Inglaterra, (s/d).



[Fig. 269] ***Textura***, *Casa Exprimental Muuratsalo* (1952-54), Alvar Aalto, Jyväskylä, Finlândia, (s.d).



[Fig. 270] ***Luz,***

Unidade de Habitação Nantes-Rezé (1952-54), Le Corbusier, França (s/d).



[Fig. 271] (à esquerda) *Vista para o exterior,* Casa Ghat (2015), Max Núñez, Cachagua, Chile (2015).



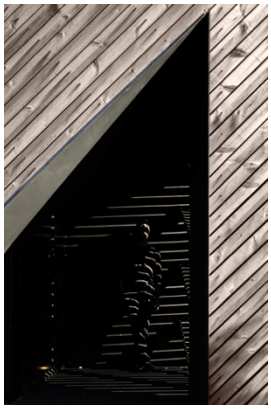
[Fig. 272] (à direita) *Interior*, Casa Ghat (2015), Max Núñez, Cachagua, Chile (2016).



[Fig. 273] (à esquerda) *Interior,* Casa Bahia Azul, Cecilia Puga (2001-02), Los Vilos, Chile (2017)



[Fig. 274] (à direita) *Exterior,* Casa Bahia Azul, Cecilia Puga (2001-02), Los Vilos, Chile (2017)



[Fig. 275] (à esquerda) *Casa A,* Atelier REM'A (2019), Guimarães, Portugal (2019).



[Fig. 276] (à direita) *Casa A,* Atelier REM'A (2019), Guimarães, Portugal (2019).

Assim como as imagens acima expostas no permitem traçar narrativas entre a arquitetura e a maneira como a experienciamos integralmente recorrendo aos nossos sentidos, reconhecemos à imagem o seu papel de extrema importância, na maneira como esta se relaciona diretamente com a arquitetura. Na obra "Modernity and Hegemony of vision", David Levin apresenta um conjunto de ensaios de carater filosófico, entre eles, um dedicado à relação da visão com o conhecimento. "É na captação óptica que estão alojados o conhecimento, a verdade e a realidade"[805], atualmente com o desenvolvimento tecnológico esta afirmação está cada vez mais incorreta. Vivemos numa sociedade maioritariamente visual, onde a difusão excessiva de imagens é tida como negativa pela superficialidade e destruição de qualquer "lógica tectônica e senso de materialidade e empatia"[806].

Recuando ao princípio do desenvolvimento Humano, como refere Sacriste:

> "Nossos antepassados deambularam durante muito tempo, alimentando-se da caça, da pesca e da recolha de frutos. Deve-se presumir que, nesse constante ir e vir de experiências avassaladores ou deslumbrantes, o Homem aguçou o seu engenho e alertou a sua inteligência. Os nómadas não necessitavam de construir albergues duradouros e adaptados à topografia, construíam refúgios à medida que a sua urgência exigia. Talvez aproveitassem os materiais [...]"[807].

Com o passar dos tempos o Homem tornou-se sedentário, em consequência, os seus abrigos tornaram-se cada vez mais permanentes. Com a conquista do próprio espaço, os albergues passam a promover "um ambiente artificialmente seguro e confortável"[808]. Podemos afirmar que as primeiras "construções" apesar de rudimentares e simples, fazem parte de um processo de tentativa erro, aliando a memória à repetição[809] e habilidade, estes fatores foram evoluindo até à criação de um resultado que atenderia as necessidades dos seus "construtores"[810]. Gaston Bachelard, escreve que a imagem traz à superfície o mais primitivo dos indivíduos, complementando:

---

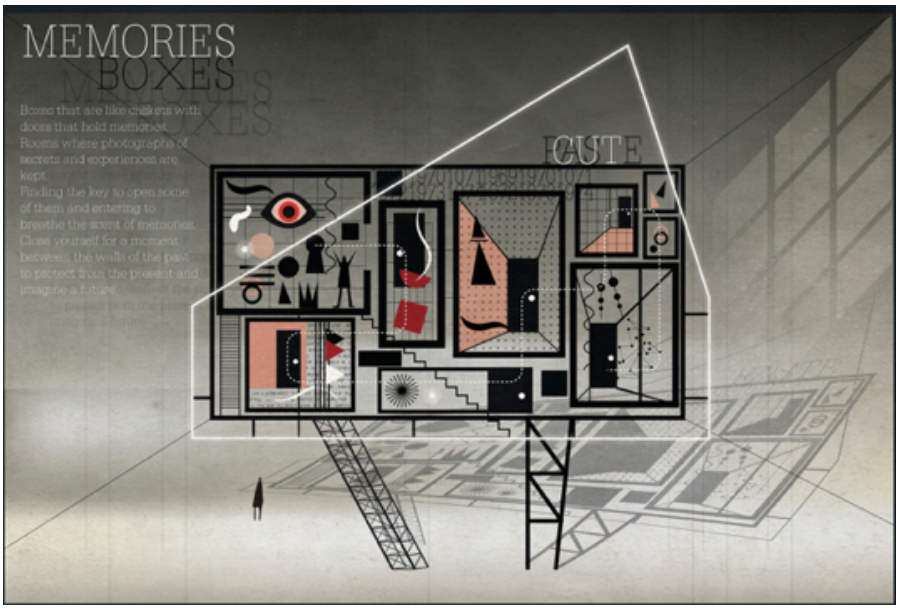
[805] GAMBOIAS, 2013, p. 37.
[806] PALLASMAA, 2011, p. 22.
[807] SACRISTE, 1968, p. 11 (*Tradução livre da nossa autoria).*
[808] SACRISTE, 1968, p.12 (*Tradução livre da nossa autoria).*
[809] PALLASMAA, 2011.
[810] SACRISTE, 1968.

> "As casas sucessivas em que habitamos mais tarde tomaram banais os nossos gestos. Mas ficamos surpreendidos quando voltamos à velha casa, depois de décadas de odisséia, com que os gestos mais hábeis, os gestos primeiros fiquem vivos, perfeitos para sempre. Em suma, a casa natal inscreveu em nós a hierarquia das diversas funções de habitar. Somos o diagrama das funções de habitar aquela casa e todas as outras não são mais que variações de um tema fundamental"[811].

O termo "hábito" é utilizado – em demasia – para expressar esta ligação umbilical entre o corpo e a casa preservada na nossa memória[812]. Desconhecendo por completo o que levou o artista Federico Babina a criar a obra *Memories* da série Diodrama é nos possível traçar uma relação entre esta obra e as palavras de Bachelard, uma vez que a memórias que esta cita aparenta-se a uma casa, um espaço concreto. De acordo com Federico Babina as:

> "Caixas que são como caixões com portas que guardam memórias.
> Salas onde se guardam fotografias de segredos e experiências.
> Encontrar a chave para abrir algumas delas e entrar para respirar o cheiro das memórias.
> Fechar-se por um momento entre as paredes do passado para proteja do presente e imagine o futuro"[813].

[811] BACHELARD, 1988, p. 207.
[812] BACHELARD, 1988.
[813] BABINA, F., s/d (*Tradução livre da nossa autoria).*



[Fig. 277] *"Memories"* (pormenor), Série Diodrama, Federico Babina (s/d)

Ver: BABINA, F. (artista) – Memories (s/d). Duração: 00:00:45h Obtido em 31 de maio de 2021, no canal Federico Babina (YouTube): https://www.youtube.com/watch?v=mQ9LtwiAWqU&t=31s.

Como mencionado anteriormente, a arquitetura não deve ser reduzida à sua funcionalidade. Esta "não deve se tornar transparente em seus motivos utilitários e racionais; ela deve manter seu segredo impenetrável e mistério, para que possa provocar nossa imaginação e nossas emoções"[814]. Mais do que uma edificação em si mesma, o espaço arquitetónico, é um espaço aberto a possibilidades, na qual a casa se apresenta com refúgio em *stricto sensu*, onde se dialoga e interage com o espaço.

Como especificado múltiplas vezes, o Homem tem uma habilidade inata para se memorizar e fantasiar, as edificações que continuamente são erguidas são disso resultado. Como Pallasmaa aponta: "Continuamos construindo uma imensa cidade de evocações e recordações, e todas as cidades que visitamos são ambientes desta metrópole que chamamos de mente"[815]. Relativamente à memoria arquitetónica é necessário levar em consideração o facto de esta fazer parte das nossas vidas, dado que trabalhamos, habitamos, socializamos, fazemos praticamente tudo em arquiteturas. Ainda assim é possível distinguir a memória arquitetónica em dois tipos: a individual e a coletiva/ histórica. No que diz respeito à memória individual, esta está intimamente relacionada com as experiências de cada um, o percurso subdivide-se no mesmo sentido, ora pela "construção de um arquivo mental do arquitecto através do contacto crítico com um contexto distinto"[816], ora pela "operacionalidade da memória no exercício de projecto"[817]. Por outro lado, a memória coletiva/ histórica é reconhecida por todos, esta atesta as camadas históricas do objeto arquitetónico.

Consequentemente, a arquitetura possibilita a compreensão entre a dinâmica da permanência e a transformação/alteração, ou seja, permite ver as metamorfoses histórico-culturais num continuo temporal. Esta relação encontra-se presente em projetos como o do edifício multifamiliar Alegria ou na Casa Gólgota, onde a arquitetura atua como conexão entre o presente e o passado através da memória[818], da História, [em última instância, com as outras pessoas]. De forma sintética a arquitetura apresenta-se como a arte que nos reconcilia e conecta ao mundo através dos sentidos[819].

---

[814] PALLASMAA, 2011, p. 59
[815] PALLASMAA, 2011, p. 64.
[816] SANTOS, 2012, p. 139
[817] SANTOS, 2012, p. 139.
[818] *O corpo lembra, mesmo quando não somos capazes de acessar outras marcas sensoriais* (PALLASMAA, 2017, p. 23 - *Tradução livre da nossa autoria).*
[819] PALLASMAA, 2011.

Remetendo para o arquiteto dos nossos casos de estudo, Pedro Ramalho, é possível traçar relações entre as suas arquiteturas e a forma com as explora tendo presente a relação entre a necessidade de edificar habitação de interesse social sobre um orçamento limitado e a ideia de que a construção da casa continua pelas mãos do seu proprietário. Usando novamente o projeto desenvolvido para o SAAL Antas, Pedro Ramalho projeta uma habitação com alguma *elasticidade* permitindo ao seu proprietário ampliar o espaço habitável. Trata-se igualmente de um projeto em que o arquiteto explora uma próxima relação com a sensorial idade da arquitetura. Como Nuno Brandão Costa reconhece: "Os tubos de drenagem pluvial, pintados de vermelho, enfatizando o traçado sinuoso da gravidade, e os fragmentos da fachada revestidos a chapa ondulada negra e as caixilharias amarelas [...]"[820].

Estas dinâmicas de cor, texturas e luz são igualmente implementadas nos projetos para as cooperativas de habitação económicas. O uso do tijolo de burro como revestimento murário comporta em si valor simbólico uma vez que a sua textura e cor alaranjada contrastam com os espaços envolventes.

Podemos relacionar as ideia exploradas anteriormente também com as palavras de Teresa Gama, moradora na cooperativa de habitação económica Habitovar quer dizer quando descreve a sua habitação:

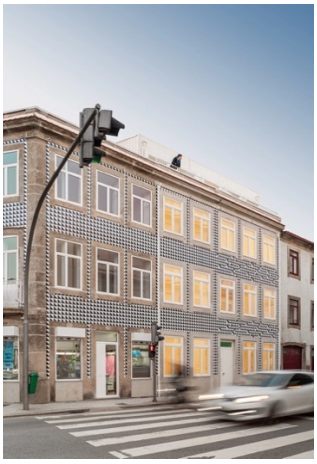
> "A minha casa é uma peça de figura geométrica, cor de salmão que se encaixa harmoniosamente num puzzle multicolor arquitectado por mentes brilhantes e bem intencionadas. Este jogo está engendrado de forma a ser acomodado numa caixa construída por seres humanos visíveis e outros imperceptíveis, mas presentes na memória dos primeiros[...]"[821].

Esta moradora traça uma relação entre o seu espaço habitacional e a forma como ela o perceciona e por consequência vivência apesar destas palavras serrem proferidas 45 anos após a edificação da cooperativa. Com o passar do tempo o espaço da casa adquire um valor superior à arquitetura em si mesma para o seu morador. A casa torna-se o espaço que o morador adapta a si mesmo.

---

[820] COSTA, N.B 2019, p. 41.

[821] Depoimento de Maria Teresa Griz da Gama, recolhido no âmbito das comemorações do 45º Aniversario da Cooperativa de Habitação Económica Habitovar em 2021 – Consultar: Volume II Parte A.



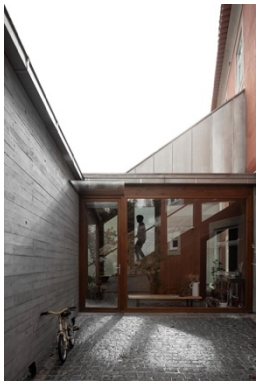
[Fig. 278] (à esquerda) *Fachada,* Edifício Multifamiliar Alegria, MiMool Arquitectura & Design de Interiores (?), Porto (2019).



[Fig. 279] (à direita) *Traseiras,* Edifício Multifamiliar Alegria, MiMool Arquitectura & Design de Interiores (?), Porto (2019).



[Fig. 280] (à esquerda) Exterior, Gólgota, Floret Arquitectura (?), Porto (2020).



[Fig. 281] (à direita) *Passagem,* Gólgota, Floret Arquitectura (?), Porto (2020).



[Fig. 282] *Espaço Habitável*, (s/d).

A CASA:

vivemos o espaço e habitamos o tempo

O que é a Casa?[822] É a questão que oportunamente levanta Eduardo Sacriste. Algo tão básico na sua essência ao qual não lhe é concedido espaço de reflexão. Todavia, a casa é entendida como parte da vivencia continua experienciada sendo a sua definição acessória[823], contudo, mais complexa do que aparenta ser, uma vez que a casa é "o lugar onde se vive todos os dias"[824].

O termo *casa* sintetiza, desta forma, todas as noções de habitação privada sem levar em consideração qualquer tipo de diferenciação social: "São representativas da arquitetura mais elementar, mais próxima e utilizável pelo ser humano, [...] que o protege do meio ambiente onde vive"[825]. Esta terminologia, remete para a noção *casa* que advém do Império Romano, relacionada diretamente com a palavra "cabana, tugúrio, choupana, de característica rural"[826], em oposição ao termo d*omus*[827].

Não obstante, a casa[828] surge por definição como um espaço que tem como propósito a habitação humana, isto quer dizer, trata-se de um espaço edificado, um objeto arquitetónico, apto para o usufruto dos seus moradores, quer do ponto de vista espacial, quer emocional. É esta dinâmica emocional, entre objeto arquitetónico e morador, que transforma a casa num lar[829]. Muitas vezes esta relação entre casa e lar funde-se, Frank L. Wright afirmava que se a casa era uma obra de arte, o lar seria-o mais naturalmente[830], por outro dado Sacriste afirma que nem a casa, nem o lar precisam de ser uma obra de arte: "... não se concebe uma casa para que seja uma obra de arte, mas sim, de alguma

---

[822] *¿QUÉ ES LA CASA?* – título do livro de Eduardo Sacriste.

[823] SACRISTE, 1968.

[824] SACRISTE, 1968, p. 34 (*Tradução livre da nossa autoria).*

[825] MIGUEL, 2002, s/p.

[826] MIGUEL, 2002, p. s/p.

[827] A palavra *domus* encontra-se intimamente relacionada com a designação *dominus*, que por sua vez quer dizer senhor, dono, mestre (...). sendo possível traçar uma relação entre o espaço – a casa – e o seu detentor – o senhor.
"*dominus*" in Dicionário Glosbe: latim-português [em linha] ??-2021 https://pt.glosbe.com/la/pt/dominus [consultado em 30-03-2021].

[828] Ressalva-se o facto que ao longo da história a designação Casa recebeu múltiplos significados, sendo estes adaptados aos mais dispares contextos.

[829] Salienta-se que o conceito lar em si mesmo, muitas vezes funde-se com o conceito casa, no entanto, existem alguns fatores que facilitam esta distinção.
A designação lar deriva da palavra lareira – *A lareira primitiva que faz do seu fogo o elemento inseparável da cabana rústica* (MIGUEL, 2002, p. s/p) – o fogo adquire o valor simbólico associado à reunião e proteção.

[830] SACRISTE, 1968.

forma, esta é projetada para dar a possibilidade de um lar seja criado [...]"[831]. Posto isto, o lar[832] exprime uma labiríntica série de vicissitudes, sejam estas ligadas à memória[833], ou a "imagens, passado e presente, sendo um complexo de ritos pessoais e rotinas quotidianas que constitui o reflexo de seus habitantes, aí incluídos seus sonhos, esperanças e dramas"[834]. A relação que possuímos com a casa, que chamámos de lar, reflete as nossas próprias histórias, as experiências pelas quais passamos, e como nos relacionamos com o exterior. Segundo Pallasmaa "a arquitetura tem a necessidade de ecoar com a história da humana para tocar a base das emoções e dos afetos"[835].

A simbologia associada à casa reflete o seu papel central na vida dos seus habitantes[836], desta forma, surge referenciada como o "centro do mundo", é um reflexo do universo, uma unidade em si mesma, uma vez que comporta várias dimensões, sejam elas a espacial, emocional, física ou psicológica. Assim sendo, a casa adquire o valor de refúgio, as próprias paredes que delimitam o espaço assumem uma importância simbólica – separação entre o publico e o privado, o fora e o dentro, o desprotegido e o protegido – no prolongar da vida quotidiana. Enquanto a comodidade[837] que todos procuramos "é uma conquista artificial [...] que facilita ao Homem o seu trabalho e descanso"[838]. Ao

---

[831] SACRISTE, 1968, p. 25 (*Tradução livre da nossa autoria).*

[832] *O lar não é um simples objeto ou um edifício, mas uma condição complexa e difusa, que integra memórias e imagens, desejos e medos, o passado e o presente [...] um conjunto de rituais, ritmos pessoais e rotinas do dia a dia* (PALLASMAA, 2017, p. 18 *Tradução livre da nossa autoria)* trata-se de uma adaptação gradual à sociedade, ao mundo.

[833] PALLASMAA, 2011

[834] MIGUEL, 2002, s/p

[835] PALLASMAA, 2014, p. 162 (*Tradução livre da nossa autoria).*

[836] BARROS, 2012.

[837] A "comodidade" é foi adquirida com o tempo, assim como a privacidade, pois outrora, não existia a necessidade para tal. Não nos podemos esquecer que as casas medievas eram lugares "do público", o salão era o lugar de convívio e reunião (RYBCZYNSKI, 1999). Só pós seculo XVIII, é que a casa passa a ser um lugar pessoal e íntimo, tornando-se um espaço *para a unidade social nova e compacta: a família [...]. A casa esta se tornando um ar e, após a privacidade e a domesticidade, o palco estava armado para [...] a noção de conforto* (RYBCZYNSKI, 1999, p. 87).
Ressalva-se o as "comodidades" no texto referidas, tem em consideração o seu entendimento na contemporaneidade.

[838] SACRISTE, 1968, p. 19 (*Tradução livre da nossa autoria).*

mesmo tempo que o conforto[839] proporcionado pela casa[840] é algo igualmente criado, este é intimamente relacionado com o espaço: "Trata-se de alcançar uma distribuição inteligente e adequada das partes distintas da casa, com uma harmoniosa relação interespacial e uma fluidez interna natural"[841].

Exteriormente as casas possuem uma aparência díspar entre si na maioria dos casos, sendo que, a predisposição humana no que diz respeito à edificação manifesta-se através de uma infinidade de formas. Dito isto, a casa enquanto objeto arquitetónico é um produto de fatores, sejam eles económicos, humanos, geográficos, socioculturais ... São estes que determinam a forma como a mesma é erguida, bem como todas as transformações, mais ou menos invasivas pela qual a habitação passa[842]. A casa deve ser vista como o "produto" dos modos de habitar, dos seus moradores, por outras palavras, a casa é um registo direto das vivências/ experiências de cada um, o reflexo de uma narrativa entre a cultura e a tradição[843].

Em virtude do assunto exposto achamos pertinente tentar transmitir o itinerário visual que nos acompanhou ao longo deste trabalho, uma seleção de imagens que operarem dualmente enquanto reflexo da interação habitante/casa, mas também como fontes visuais, sendo que se pretende orientar o leitor para uma reflexão pessoal sobre os "modos de habitar" e vivenciar o espaço. A leitura que pretendemos impor é a relação entre a dimensão tempo-memória, mas concretamente, refletir sobre a casa enquanto espaço que se transforma mediante as necessidades do seu habitante. Reconhece-se, contudo, o sentido redutor da amostra comparativamente à complexidade do assunto.

---

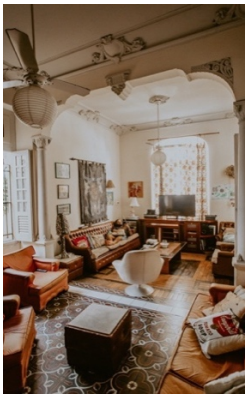
[839] A palavra confortável, teve origem na designação latina *confortare – fortalecer ou consolar* –, esta denominação associada à *noção de apoio foi mais tarde ampliada para pessoas e coisas que precisassem de uma determinada quantidade de satisfação, e "confortavel" passou a significar tolerável ou suficiente* (RYBCZYNSKI, 1999, p. 34). Todavia, a sua designação associada ao bem-estar surgiria apenas no século XVIII associada à palavra inglesa *cozy* (RYBCZYNSKI, 1999, p. 35).

[840] Quanto menor for a habitação, mais difícil é torná-la proporcional e por consequência harmoniosa.

[841] SACRISTE, 1968, p. 20 (*Tradução livre da nossa autoria).*

[842] A adequação da casa ao habitante, levanta enumeras considerações, começando na elaboração do próprio projeto. A título de exemplo, no caso dos comummente designados bairros sociais, os projetos são realizados sem ter em consideração as necessidades dos habitantes – os equipamentos são edificados sem ter em mente os seus proprietários, bem como outras questões relacionadas com a economia de custos.

[843] PALLASMAA, 2018.





[Fig. 283] (à esquerda) *Interior de uma casa* (pormenor), Brasil, (s/d).

[Fig. 284] (à direita) *Interior de uma casa* (pormenor), Yazd, provincia de Yazd, Iran (2019).





[Fig. 285] (à esquerda) *Jardim de inverno* (pormenor), (s/l), (s/d).

[Fig. 286] (à direita) *Interior* (pormenor), (s/l), (s/d).



[Fig. 287] Exterior/interior de uma casa, (s/l), (2017?)

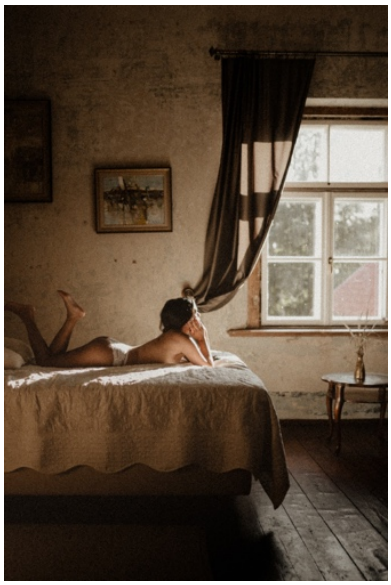


[Fig. 288] (à esquerda)

Interior de uma Casa (pormenor), Reino Unido (s/d).



[Fig. 289] (à direita)
Interior de uma casa (pormenor), Mehrshahr, Karaj; Alborz, Iran, (s/d).

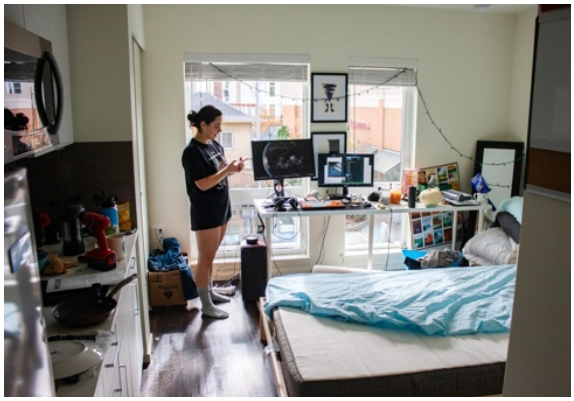




[Fig. 290] (à esquerda) *Interior de uma casa* (pormenor), Lituânia, (s/d).

[Fig. 291] (à direita) *Interior* (pormenor), (s/l), (s/d).





[Fig. 292] (à esquerda) *Interior de uma casa* (pormenor), Melbourne, VIC, Austrália, (s/d).

[Fig. 293] (à direita)

Interior de um Estúdio (pormenor), (s/l), (s/d).

Cada individuo faz-se acompanhar de um sem número de objetos que para o mesmo faz todo o sentido, estes objetos[844] possuem em si o valor de transformar o espaço através da sua colocação[845]. A casa, ao "absorver" estes valores, adapta-se muitas vezes às necessidades dos seus moradores. No que diz respeito à relação entre a espacialidade e a implementação da memória, esta encontra-se ligada maioritariamente a lugares/ambientes/eventos, uma vez que muitas das vezes os objetos são usados para nos lembrarmos de determinada situação. O arquiteto Alexandre Alves Costa quando fala da sua própria casa[846], que integra uma das torres projetadas pelo arquiteto Pedro Ramalho na zona da Pasteleira (Porto), afirma: "[...] esta casa para mim funciona um pouco como uma espécie de reserva de memória a que todos os dias vou acrescentando coisas. Ocasionalmente também as retiro, quando me aborrecem. [...]"[847]. Criando-se o devido distanciamento o arquiteto Miguel Ferreira levanta a questão: "haverá melhor crítico de arquitectura que o próprio habitante?"[848], sendo que o individuo que vivencia o espaço é aquele que mais facilmente reconhece as suas fragilidades. Apesar disto, a habitação de cada um referencia-o, sendo que as diferenças ao nível do "modelo" habitacional devem ser consideradas tanto a macro como a microescala geográfica, neste sentido, é possível aplicar a ideia que cada casa é mesmo um caso completamente díspar.

[844] Estes objetos adquirem para os seus detentores um valor que se assemelha a "relíquias" (RYBCZYNSKI, 1999).
[845] BARROS, 2012.
[846] Casa na Pasteleira, projeto dos arquitetos Pedro Ramalho e Sérgio Fernandez.
[847] MILANO & CREMASCOLI, 2017, p. 34.
[848] FIGUEIRA, 2008.





[Fig. 294] (à esquerda) *Memórias*, Hove, Bélgica, Melbourne, (s/d).

[Fig. 295] (à direita)

Memória de Infância de Anita Jankovic,, (s/l), (s/d).





[Fig. 296] (à esquerda) *Memórias*, USA, (s/d).

[Fig. 297] (à direita) *Mémorias,* (s/l), (s/d).





[Fig. 298] (à esquerda) *"Homemade mood board for kids",* (s/l), (s/d).

[Fig. 299] (à direita) *Memórias da Família Fuhrman*(?), (s/l), (s/d).





[Fig. 300] (à esquerda) I*nterior*, Casa de Caminha de Sérgio Fernandez (pormenor), (2008).

[Fig. 301] (à direita)

I*nterior*, Casa de Caminha do Arq. Sérgio Fernandez (pormenor), (2008).



[Fig. 302] *Interior* (pormenor), Casa do Arq. A. Alves-Costa, Porto, (s/d).



[Fig. 303] (à esquerda) *Interior* (pormenor), Casa do Arq. A. Alves-Costa, Porto, (s/d).



[Fig. 304] (à direita) *Interior (*pormenor), Casa do Arq. A. Alves-Costa, Porto, (s/d).

A ideia adjacente à primeira casa – "arquétipo e origem"[849] – está amplamente relacionada com a tratadística[850], tão explorada na época moderna. No entanto, Vitrúvio terá sido o primeiro a debruçar-se sobre a questão habitacional[851], mais propriamente sobre a essência da casa. Desta forma, a "[...] verdadeira arquitetura faz-nos lembrar outros edifícios [...] ao concretizar o presente, evocam a nossa consciência do passado e a nossa confiança no futuro"[852], provando que a casa enquanto estrutura/equipamento evoluiu paralelamente com a História da Humanidade, ou seja, as nossas arquiteturas podem ser entendidas como uma soma do nosso desenvolvimento económico, social e técnico, que espelha um saber acumulado ao longo de séculos.

A arquitetura[853] pode ser entendida como algo tangível, físico, palpável, material que se relaciona com o Homem e com o Espaço. Como afirma o arquiteto e teórico Juhani Pallasmaa: "A arquitetura é nosso principal instrumento de relação com o espaço e o tempo [...] Ela domestica o espaço ilimitado e o tempo infinito, tornando-o tolerável, habitável e compreensível para a humanidade"[854].

No entanto, muitas vezes a arquitetura surge separada do seu contexto, seja este paisagístico, cultural ou social. A mesma é desenha/projetada como um objeto independente do espaço de implantação e dos valores que pretende comunicar[855]. Porém, as arquiteturas podem ser entendidas como extensões e exteriorizações das nossas capacidades, enquanto indivíduos, tendo como recurso a imaginação[856], a memória e as capacidades conceituais[857], a título de exemplo incluímos cinco projetos – dos arquitetos

---

[849] MIGUEL, 2002, s/p.

[850] *Informações complementares*: FERREIRA, J. S. (2010). História da Teoria da Arquitetura no Ocidente. Lisboa: Vega.

[851] FERREIRA, 2010.

[852] PALLASMAA, 2014, p. 157 (*Tradução livre da nossa autoria).*

[853] *Somente as obras de arte e arquitetura que estabelecem um diálogo vital e respeitoso com seus passados possuem a força e a profundidade para sobreviver ao tempo e estimulares os observadores, leitores e usuários futuros* (PALLASMAA, 2018, p. 34).

[854] PALLASMAA, 2011, pp. 16-17.

[855] PALLASMAA, 2014.

[856] *A singularidade da condição Humana é que vivemos em mundos repletos de possibilidades, criados e sustentados por nossas experiências, recordações, imagens e sonhos* (PALLASMAA, 2017, p. 81 *Tradução livre da nossa autoria*)

[857] PALLASMAA, 2014.

como Aalto, Coderch, Fehn e Utzon – onde a arquitetura pode ser descrita como um exercício mental[858]. De acordo com Pallasmaa:

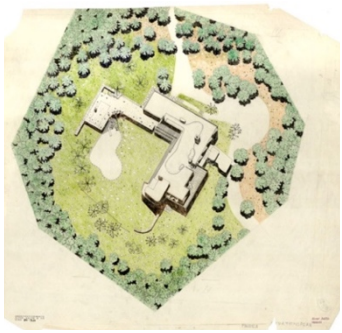
> "Como construção material, um edifício não é um objetivo ou um fim em si mesmo. Modifica e condiciona a nossa experiência da realidade: um edifício emoldura e estrutura, une e separa, facilita e proíbe. As experiências arquitetónicas profundas são relações e ações, em vez de objetos físicos ou entidades visuais simples. Como consequência desta ação implícita o encontro corporal com uma estrutura arquitetónica, o seu espaço e a sua luz, constituem um aspeto inseparável da experiência"[859].

Por conseguinte, toda a casa convida à execução de uma ação, seja abrir uma porta ou subir uma escada, reforçando-se assim, esta relação entre o individuo e o espaço, estas "ações" contribuem para a perceção da experiência multissensorial arquitetónica.

---

[858] Salienta-se a importância das imagens no desenvolvimento da arquitetura, assim como noutras formas artísticas.
Importa ainda referir que um individuo pode não compreender a arquitetura, mas pode ficar comovido por esta, da mesma forma, que as imagens arquitetónicas projetam experiências, associações e até mesmo sentimentos (PALLASMAA, 2014).

[859] PALLASMAA, 2014*,* p. 157 (*Tradução livre da nossa autoria).*



[Fig. 305] (à esquerda) *Planta,* Villa Mairea (1937-39), Noormarkku, Finlândia, (s/d).



[Fig. 306] (à direita) *Villa Mairea,* Traseiras (1937-39), Noormarkku, Finlândia, (s/d).



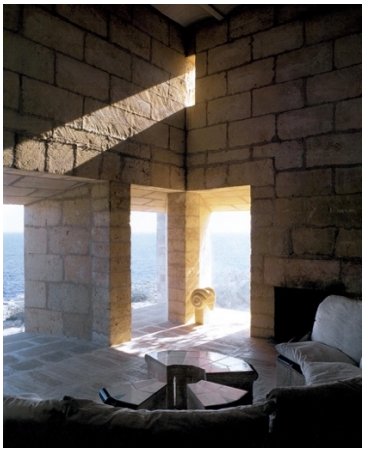
[Fig. 307] *Alvar Aalto no jardim de casa* (1835-36), Helsínquia, Finlândia, (s/d)



[Fig. 308] *Vista Exterior da casa Ugalde*, J. A. Coderch (Década de 50), Catalunha, Espanha, (s/d)



[Fig. 309] *Vista Interior,* Villa Schreiner, Sverre Fehn (Década de 50), Oslo, Noruega, (s/d).



[Fig. 310] (à esquerda) *Vista Interior/exterior, Casa Can Lis,* Jørn Utzon (19971-74), Maiorca, Espanha, (s/d).



[Fig. 311] (à direita) *Vista Interior/exterior, Casa Can Lis,* Jørn Utzon (19971-74), Maiorca, Espanha, (s/d).

"Como será a casa do futuro?"[860] Tendo por base esta premissa questionamo-nos: Como viveremos no futuro? Qual é o rumo a seguir? Para tal analisamos o passado para melhor compreendermos o presente em ordem de nos preparamos para o futuro[861].

O futuro da arquitetura surge muitas vezes conceptualmente desenvolvido no campo do cinema, mais concretamente no género ficção científica, neste criam-se complexos enredos de sociedades cujas dinâmicas se manifestam através dos que vivem e habitam o espaço temporal. Neste caso refletiremos sobre o cinema enquanto ferramenta para o pensamento conceptual e artístico da arquitetura[862], uma vez que este não se fixa por completo ao abstrato, constatamos, no entanto, que tais arquiteturas "ficcionadas" como o nome indica possuem em si uma forte componente imaginativa.

O cineasta Manoel de Oliveira reconhece a relação entre os dois campos artísticos:

> "O cinema, e é nisso que há um ponto de ligação com a arquitectura, é extremamente concreto. Fisicamente, não subsiste como a arquitectura, mas a sua forma de se realizar é uma forma que exige o concreto." (...) "Cada peça da obra tem uma função. É na ligação das diferentes funções que estabelecemos uma base. O argumento, num filme, é um esquisso para fazer a planificação. O arquitecto também parte de um argumento, que é o programa, e depois passa esse programa para o projecto, que corresponde à planificação no cinema. Passa-se depois à realização, que corresponde à construção."[863].

A arquitetura e o cinema ao partilharem a relação com o espaço, bem como, as dinâmicas sensoriais relacionadas com a cor, luz, cheios e vazios[864]. A arquitetura possui em si uma essência futurista ao ser projetada e desenvolvida no presente para o futuro. Todavia, reconhece-se o papel do cinema no que concerne a divulgação e critica de

---

[860] SACRISTE, 1968, p.92 (*Tradução livre da nossa autoria).*

[861] SANTOS, 2020.

[862] Salienta-se que a teorização entre a arquitetura e o cinema é basta, uma vez que ambas atuam como ferramenta de reflexiva.

Para mais informações consultar: SANTOS, B. R. (2020). *Learning from Tomorrow: Ensinamentos do Cinema para a Arquitetura*. Dissertação de Mestrado Integrado em Arquitectura. Coimbra: Universidade de Coimbra.

[863] OLIVEIRA, 1997, p. 15 *apud* SANTOS, 2020, p. 37.

[864] SANTOS, 2020.

arquitetura[865], dado que o cinema é uma arte com forte impacto ao nível persuasivo das massas dada a sua capacidade expositiva[866].

O cinema conceptualiza tendo por base os problemas contemporâneos debatendo-se uma possibilidade mais ou menos exequível para o futuro[867], dado que se prevê um excesso populacional, um planeta cada vez mais poluído, escassez de recursos, extinção de biodiversidade, entre outras possibilidades igualmente alarmantes. Estes fatores que são comumente abordados de múltiplos ângulos pelo cinema, são atualmente tidos como certezas confirmadas pela comunidade científica caso medidas drásticas não sejam tomadas[868]. Do ponto de vista da cinematografia o futuro da arquitetura encontra-se associado a ambientes citadinos fortemente compactos por consequência do grande défice espacial, como é possível observar em filmes como *Metropolis* (1927), *Blade Runner* (1982) ou *Ready Player One* (2018).

Filmes como *Metropolis* (1927) enfatizam a ideia dos desafios adjacentes aos problemas relacionados com o habitar dignamente. Procuramos com estas breves referências no âmbito da cultura visual refletir sobre a forma como o cinema projeta soluções futuristas, refletindo sobre os problemas do seu próprio tempo e antecipando, em muitos casos, soluções que viriam a ser construídas e permitindo uma reflexão sobre os problemas do nosso tempo.

---

[865] SANTOS, 2020.

[866] Coletânea de entrevistas entre arquitetos e cineastas: *Circa 1963 – Conversas com Arquitetos e Cineastas,* de Luís Urbano (2018); *O lugar dos Ricos e dos Pobres no Cinema e na Arquitectura Portuguesa*, coordenada por José Neves (2014).

[867] No entanto, o cinema relativamente ao futuro da arquitetura demostra uma inabalável confiança no papel da tecnologia (SANTOS, 2020).

[868] *Para mais informações consultar*: STEVENS, F *(director*) – *Before the Flood*, 2016. Duração: 01:36:00.



[Fig. 312] *Cidade futurista,* Metropolis (1927).



[Fig. 313] *Cidade Futurista*, Blade Runner (1982).



[Fig. 314] *Cidade Futurista*, Ready Player One (2018).

Compreendendo que as necessidades construtivas são proporcionais ao aumento demográfico e reconhecendo que a população mundial irá continuar a aumentar, visto que se prevê que até 2050 75% da população mundial viverá em cidades[869]. Se há décadas atrás se pensava na cidade enquanto local de espaço ilimitado, compreende-nos agora que as cidades possuem um limite. Como referido anteriormente a cidade é tida como um espaço de oportunidade onde tudo acontece a um ritmo frenético o que complica a sua projeção e organização espacial, como consequência, as habitações projetadas oferecem e continuaram a oferecer uma área habitável cada vez menor. Tome-se como exemplo a cidade de Hong Kong onde a média da área habitacional encontra-se nos 50 m^2. Cada vez mais é imperativo repensar a cidade e as suas habitações sobre um ponto de vista da economia de espaço[870].

O arquiteto Max Schwitalla apresenta o seu pensamento conceptual sobre o que poderá ser a cidade do futuro e por consequência da arquitetura partindo da premissa da mobilidade. Os seus projetos aparentam um certo utopismo, contudo o próprio descarta essa hipótese[871] , o cerne de toda a questão conceptual gira em torno da alteração da forma como nos movimentamos hoje em dia, ou seja, a ideia reside na alteração das formas convencionais de mobilidade[872]. No seu projeto "Babel Town"[873] este arquiteto repensa a cidade tradicional, uma vez que a estrutura citadina é pensada segundo uma "espiral vertical atingindo cerca de 300m de altura, com inclinação de 5% para permitir que o comboio e o metro circulem pela estrutura"[874]a partir da qual a cidade se desenvolve. [875] O mesmo ocorre no projeto "V-illage"[876], este apresenta-se formalmente como uma

---

[869] FITSCH, 2021

[870] FITSCH, 2021.

[871] FITSCH, 2021.

[872] A forma como nos movimentamos é condicionada pelo uso do carro e do elevador que por sua vez se traduzem na forma como a arquitetura é planeada. Uma cidade vertical possui uma alta concentração de edições em altura, isto só é possível graças ao elevador, por outro lado uma cidade vertical, onde a construção é mais dispensa implica a utilização do carro. Max Schwitalla reconhece que a questão da mobilidade necessita de ser repensada e reajustada pois os modelos utilizados atualmente não são suportáveis (FITSCH, 2021.).

[873] Para mais informações consultar: SCHWITALLA, S. (2012). *Babel Town*. Obtido em 30 de agosto de 2021, de Studio Schwitalla: https://studioschwitalla.com/Babel-Town.

[874] SCHWITALLA, S., 2012, s/p. (*Tradução livre da nossa autoria).*

[875] FITSCH, 2021.

[876] *Para mais informações consultar*: SCHWITALLA, S. (2013). *The V-illage*. Obtido em 30 de agosto de 2021, de Studio Schwitalla: https://studioschwitalla.com/The-V-illage.

pirâmide invertida, segundo Schwitalla "[...] a ideia foi ver o que acontece quando temos um elevador diagonal num movimento em zigzag" [877]. A movimentação no espaço apresenta-se como o mote para todo o projeto. Este tipo de arquitetura conceptualista evidencia um caracter sustentável na forma como garante uma economia de recursos através da flexibilidade formal a uma escala humana, garantindo a sustentabilidade social das cidades através das suas dinâmicas[878]. O pensamento de Schwitalla sobre a forma como vivemos a cidade e por consequência com habitamos comporta em si a possibilidade de solucionar o problema da habitação digna, uma vez que este relaciona conceito como viver confortavelmente e de forma acessível. Estas reflexões implicam, contudo, novas soluções ao nível das formas de pensar e edificar arquitetura.

A arquitetura deve ser tida como uma oportunidade para a inclusão desta forma devem existir espaços de interação social. Aproveitamos a oportunidade para fazer uma chamada de atenção aos efeitos da especulação imobiliária, mais concretamente, à questão adjacente aos empreendimentos localizados nos grandes centros urbanos e que são adquiridos enquanto investimento e mantido inabitáveis. Esta questão traz problema na atualidade e continuará a trazer no futuro, pois a cidade é um "mecanismo" dependente de pessoas. Kent Larson codiretor do projeto "City Science" do MIT falamos de uma tecnologia que permite simular e consequentemente prever as repercussões das decisões urbanas[879]. Expõe ainda a ideia por detrás dos interiores "robotizados"[880], tendo por base o aproveitamento de espaços de reduzidas áreas, este desenvolvimento tecnológico oferece-se aos habitantes um espaço que comporte todas as suas necessidades através da sua metamorfização das áreas. Este conceito pretende dar resposta à escassez de espaço e ao aumento do preço dos terrenos.

A edificação de novos edifícios é um processo dispendioso, nomeadamente ao nível dos recursos, estes são amplamente usados e a longo prazo os atuais sistemas construtivos demonstram-se pouco sustentáveis[881]. Segundo o ponto de vista abordado

---

[877] FITSCH, 2021, [00:09: 03] (*Tradução livre da nossa autoria).*

[878] FITSCH, 2021.

[879] FITSCH, 2021.

[880] Ideia que levou à criação da startup Ori Living, cujo lema é *live large in a small footprint* (ORI Living (s/d). Obtido em 30 de agosto de 2021, de ORI Living: https://www.oriliving.com/about).

[881] Ao nível construtivo a procura por soluções inovadoras é constante numa tentativa de alterar o pensamento construtivo, tome-se como exemplo a criação de blocos de construção sustentáveis produzidos a partir de areia e plástico.

ao longo do documentário *Flexible Buildings: The Future of architecture*[882] a nova maneira de encarar a construção no futuro passará pela ideia humanística de construir mantendo-se a premissa da escala humana. Joséphine Bourat soma a este fator a incorporação dos desejos dos futuros habitantes, na sua tese procurou responder à questão: "Como é que estes desejos podem ser incorporados na arquitetura diretamente?"[883]. Na base da sua conceptualização arquitetónica encontra-se a captação das ondas cerebrais dos futuros habitantes como meio para chegar ao aspeto formal do edifício, sendo que "o edifício altera-se à medida que as ondas cerebrais vão-se alterando reagindo às emoções e necessidades dos habitantes"[884], a mesma complementa que a ideia passa pelo questionamento de uma hipotética relação entre o ADN do corpo humano e a arquitetura: "Nós estamos a pensar como é que construiremos e viveremos os edifícios no futuro"[885]. Estes estudos fazem-se ainda acompanhar de modelos 3D realizados a partir de "transcrições" de ondas cerebrais através da geometria[886].

Usando como sustentação o que foi anteriormente exposto deparamo-nos com um certo questionamento que recai sobre o papel do arquiteto, tanto atualmente como num futuro, dentro de uma dinâmica de trabalho multidisciplinar, Odile Decq reconhece:

> "Se a nossa profissão requerer que sigamos regras e projetemos edifícios que vão de encontro com os regulamentos, então, o trabalho de um arquiteto eventualmente desaparecerá. Se os arquitetos, ou como prefiro dizer pessoas que estudaram arquitetura, porque nem todos acabam necessariamente por se tornar arquitetos, têm uma visão do mundo, um ponto de vista que lhe permite não só fazer o seu trabalho, mas também imaginar o futuro, então a arquitetura continuará a possuir um papel no mundo"[887].

Consultar para mais informações: DUST, G. (*apresentação*) – *Building from the sand up*, 2016. Duração: 00:09:13h. Obtido em 30 de Agosto de 2021, do Canal do YouTube (TEDx Talks): https://www.youtube.com/watch?v=sIkyAdY1OOA.

[882] FITSCH, M. (*produtor*) – *Flexible Buildings: The Future of Architecture*, 2021. Duração: 00:51:40h. Obtido em 30 de agosto de 2021, do Canal do YouTube (Free Documentary): https://www.youtube.com/watch?v=sw9zpH717ts.

[883] FITSCH, 2021, [00:45:28] (*Tradução livre da nossa autoria).*

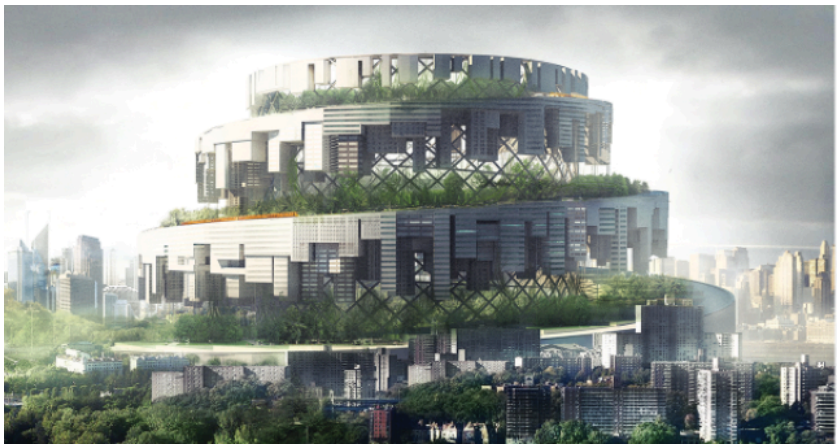
[884] FITSCH, 2021, [00:45:57] (*Tradução livre da nossa autoria).*

[885] FITSCH, 2021, [00:49:19] (*Tradução livre da nossa autoria).*

[886] *Claro que nós não temos a habilidade de interpretar as ondas cerebrais e compreender o que estão a pensar ou a sentir no momento, mas, podemos recolher pistas sobre as sensações das pessoas, sentimentos ou impressões* (FITSCH, 2021, [00:47:03] - *Tradução livre da nossa autoria*).

[887] FITSCH, 2021, [00:48:45] (*Tradução livre da nossa autoria*).

Deste modo, o arquiteto reconhece o seu papel enquanto influenciador das dinâmicas sociais a cada obra que edifica, assim, mantêm-se a pregunta: *como será a casa do futuro?* Como vimos, a resposta contará com uma multiplicidade cada vez maior e mais rápida de respostas a questões de ordem social, económica e de sustentabilidade, entre outras, sem esquecer as novas possibilidades tecnológicas. Nesse sentido, a questao que deixamos em aberto é: qual será o papel do modelo cooperativa perante estes desafios e oportunidades?



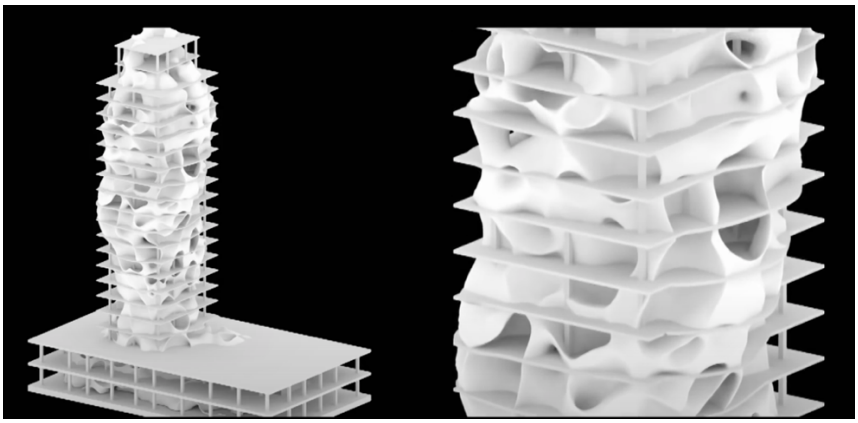
[Fig. 315] *Babel Town*, Studio Schwitalla (2012).



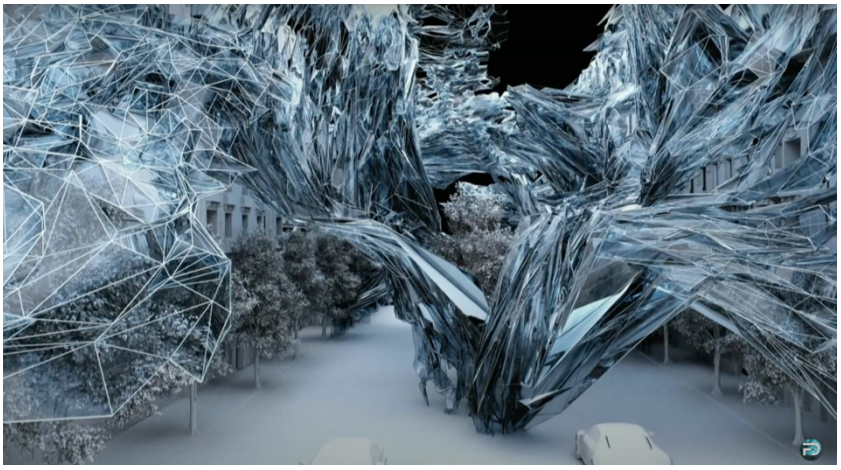
[Fig. 316] *The V-illage*, Studio Schwitalla (2012).



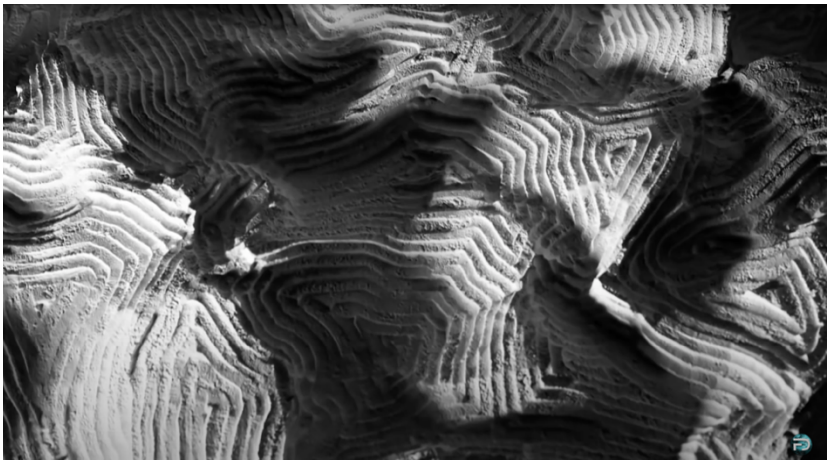
[Fig. 317] *Interior de um apartamento "robotizado"* (pormenor), Washington DC (zona oeste).



[Fig. 318] *Modelação formal do edifício a partir das ondas cerebrais*.



[Fig. 319] *Projeto de uma cidade conceptual a partir de ondas cerebrais*. Autor desconhecido, (s/d).



[Fig. 320] *Projeto de uma cidade conceptual a partir de ondas cerebrais.* Autor desconhecido, (s/d).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em jeito de conclusão podemos afirmar que de um modo geral abordamos as problemáticas inicialmente definidas para a conceção deste trabalho.

Ao nível do estudo das políticas de habitação públicas em território nacional numa cronologia superior a 200 anos, deparamo-nos com um sucessivo promulgar de diplomas relativos às dinâmicas habitacionais. No entanto, a existência de legislação não significa que as medidas pré-determinadas sejam de facto implementadas total ou parcialmente. Podemos afirmar que existe uma preocupação no que concerne a habitação desde muito cedo, nomeadamente, com os problemas de insalubridade e de falta de infraestruturas nas cidades portuguesas em consequência do aumento demográfico. Como o passar dos anos denota-se um progressivo cuidado por meio do debate de tais problemáticas urbanas.

Como vimos ao longo desta investigação muitas foram as medidas e critérios estabelecidos, porém, reconhecemos a necessidade de relacionar as dinâmicas habitacionais ao nível das medidas e da sua cronologia. A constante tentativa de solucionar o problema que decorre da habitação deve ser vista enquanto percurso e resultado da cronologia. Presentemente a discussão do problema habitacional persiste, no entanto, difere dos problemas "anteriores", ou seja, as lutas travadas pelos que reivindicavam o direito a uma habitação no pós 25 de abril de 1974, são diferentes daqueles que batalham em 2021 pelo direito à uma acessível em consequência do excessivo aumento das rendas por exemplo. A lei de bases da habitação – Lei n.º 83/2019 – enquanto instrumento de superior valor no que concerne a habitação ficou muito a quem daquilo que inicialmente equacionamos uma vez que a Lei possui várias lacunas nomeadamente ao nível da proteção do direito habitacional.

Refletimos sobre o cooperativismo enquanto resultado de um movimento que procura solucionar as necessidades dos que dele fazem parte. Por conseguinte, o cooperativismo habitacional assenta no princípio da edificação de espaços de habitação para os seus associados. O conceito inerente traduz-se no facto de que as cooperativas de habitação económicas, ao longo da história assim como na atualidade, defrontam

múltiplas adversidades, visto que se relacionam diretamente com o setor social. O problema reside na promoção habitacional com o propósito de arrendamento. Os complexos habitacionais edificados por meio das cooperativas de habitação que têm com objetivo de venda e não o arrendamento das habitações demonstra-se experiências bem sucessivas. Tais dificuldades residem na carência de senso de responsabilidade, uma vez que não existem mecanismos de atuação e proteção da população, tal problema extravasa ao campo das cooperativas de habitação. Concluímos ainda que as Cooperativas de habitação económicas só poderão ter um futuro próspero a partir do momento em que o Estado se torne ativo na criação de medidas no que concerne a dinâmica arrendatário-senhorio. Salientamos ainda o valor intrínseco das cooperativas de habitação enquanto soluções arquitetónicas *grosso modo* sustentáveis pela forma como operam através da organização e senso de responsabilidade enquanto comunidade, ou seja, a prosperidade de tais equipamentos, permitem uma maior e personalizada relação entre a habitação, o habitante e a cidade. Estes aspetos demonstram o quão importante é discussão em torno das "novas" políticas habitacionais. Relativamente às dinâmicas entre as cooperativas de habitação portuguesas e suecas a ideia de uma cooperação entre as duas é alcançável, no entanto, existe uma lacuna historiográfica. Posto isto, evidencia-se o contributo deste trabalho para o estabelecimento de bases para um caminho futuro a explorar.

Os conjuntos habitacionais analisados ao longo dos casos de estudo reportam às cooperativas de habitação económica projetadas pelo Arquiteto Pedro Ramalho – *Habitovar*, *Plenicoope*, *Chave*, *Nabância*, *19 de Fevereiro*, *As Sete Bicas*. Tais conjuntos demarcam-se em grande parte pela pluralidade existente entre si. Foram edificadas tendo por base o propósito assente na geração de habitação digna a preços controlados. Dispondo da análise de todas as suas cooperativas de habitação económicas concluímos que existe um cuidado relativamente ao pensamento projetual que se traduz num questionável sentido de procura e superação, persiste, no entanto, a aplicações de soluções previamente testadas em projetos anteriores, como é exemplo o tijolo de burro. Como havíamos concluído num capítulo anterior, o arquiteto Pedro Ramalho não obedece a um modelo formal pré-determinado. Achamos importante ressalvar que parte dos casos de estudo não se encontram desenvolvidos na produção escrita sobre a obra do arquiteto ficando aqui o nosso contributo para a análise deste aspeto da sua produção[888].

[888] As cooperativas de habitação económica do arquiteto Pedro Ramalho referenciadas pela historiografia são a *Habitovar*, *Nabância* e *As Sete Bicas.*

O arquiteto Pedro Ramalho apresenta um equilíbrio entre uma visão tradicionalista e o experimentalismo, onde o desenho habilidoso e perspicaz dos espaços em harmonia com uso e domínio dos materiais em maior ou menor escala conferem aos projetos um espírito vanguardista. O experimentalismo acima mencionado encontra-se na forma com projeta as suas composições espaciais, uma vez que joga com o posicionamento e articulação dos volumes ao mesmo tempo que varia as escalas e as formas, isto é, as suas obras espelham uma simplicidade aparente que esconde uma imensa complexidade que só é possível para quem tem um domínio e uma sensibilidade sobre as formas e sobre o desenho no seu todo, basicamente um descomunal conhecimento sobre a essência da arquitetura.

Partimos do pressuposto da casa enquanto definição genérica de uma qualquer habitação, no entanto, esta investigação levou-nos a olhar para a casa como algo mais do que um exercício de arquitetura. A conceção da casa enquanto um reflexo do seu habitante tornou-se uma ideia que quisemos prosseguir, esta reflete-nos enquanto indivíduos por meio de escolhas e objetos que por sua vez comportam em si um sentido de memória. A ligação entre a imagem, a casa e a memória foi por nós explorada, ao mesmo tempo que exploramos os sentidos e como estes condicionam a nossa perceção de ver, viver e sentir a arquitetura.

A realização do estágio contribui para o desenvolvimento de novas competências e metodologias de investigação. O facto deste ter sido condicionado pelo encerramento da instituição levou-nos a repensar alternativas de atuação. A vontade de ter feito mais e tirado maior proveito das situações é, contudo, identificada. Como uma outra investigação esta teve as suas dificuldades, nomeadamente, pelas condicionantes da pandemia assim como a referida exposta de historiografia.

Com esta investigação procuramos valorizar o acervo documental do arquiteto Pedro Ramalho, uma vez que nos debruçamos apenas uma parte sobre daquele. Embora não tenha sido possível a sua total exploração procuramos desenvolver e apresentar metodologias e reflexões que poderão ser aplicadas ao restante material de arquivo ainda por explorar, contribuindo assim para o um mais aprofundado conhecimento da obra do arquiteto.

BIBLIOGRAFIA

About Sweden. (s.d.). Obtido em 20 de julho de 2021, de Co-operative Housing Internacional. A Sector of the Internacional Co-operative Allience: https://www.housinginternational.coop/co-ops/sweden/

AGAREZ, R. C. (2018). *Cem anos de Políticas Púbicas em Portugal: Notas para uma história em construção*. Em R. C. AGAREZ, Habitação: Cem anos de Políticas Púbicas em Portugal (1918-2008) (pp. 11-40). Lisboa: IHRU.

AGAREZ, R. C. (2020). *A habitação apoiada em Portugal*. Lisboa: Fundação Francisco Manuel dos Santos.

ALLEGRA, M. (23 de outubro de 2019). *O Estado da Habitação, entre crise e novas políticas*. Obtido em 4 de maio de 2021, de Blogue ATS - Grupo de Investigação Ambiente, Território e Sociedade do ICS-ULISBOA: https://ambienteterritoriosociedade-ics.org/2019/10/23/o-estado-da-habitacao-entre-crise-e-novas-politicas/

ALLEGRA, M., & TULUMELLO, S. (junho de 2019*). O estado da habitação: Introdução ao dossier*. Cidades, Comunidades e Territórios, nº 38, iii-ix.

ALLEN, J. S. (2015). *HOME: How Habitat made us Human*. Basic Books.

ALMEIDA, B. J. (2005). *O Sector Cooperativo em Portugal: aspetos económicos*. REVI. & EMP. Nº.28, 55-63.

ALMEIDA, P. B., & MARAT-MENDES, T. (2021). *A atualidade da investigação científica em arquitetura e urbanismo desenvolvida no LNEC (1961-1979) face ao desafio da sustentabilidade*. Cidades, Comunidades e Territórios, 15-40.

ALMEIDA, V. A. (2019). *O espaço não edificado como mecanismo de melhoramento da vida da população. O Caso das Ilhas do Porto*. Dissertação de Mestrado Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Porto: FAUP.

ALMEIDA-LEITE, R. (1968). I*nquérito fogo-família - Olivais Sul*. Boletim do Gabinete Técnico de Habitação, II (15), pp. 315-364.

ALVES COSTA, A. (2020). *Intervenção participada na cidade - O SAAL. A experiência do Porto*. Em A. A. Costa, & S. (. FERNANDEZ, Cidade Participada: Arquitectura e Democracia, Operações SAAL - Antas, Pedro Ramalho (pp. 25-59). Lisboa: Tinta da China.

AMARAL, F. d. (1971). *Cooperativas de Habitação*. Lisboa: Sociedade Nacional de Fomento Imobiliário.

ANDRADE, I. R. (1981). *Cooperativismo em Portugal (das origens à actualidade)*. Lisboa: Instituto António Sérgio do Sector Cooperativo.

ANTUNES, G., LÚCIO, J. M., SOARES, N. H., & & JULIÃO, R. P. (2016). *Políticas de habitação social precedentes a Abril de 1974*. Geolnova - Revista do Departamento de Geografia e Planeamento Regional, 53-81.

AUMONT, J. (2013). *A análise do filme*. Lisboa: Edições Texto & Grafia.

BACHELARD, G. (1988). *A poética do espaço*. Os pensadores. São Paulo: Nova Cultural.

BARBOSA, F. A. (2015). *Reabilitação de um Edifício em Matosinhos: Estudo de Caso*; Dissertação de Mestrado em Engenharia Civil. Porto: Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto.

BARREIRA, H. D. (2017). *Imagens na Imagem em Movimento*. Documentos e Expressões. Doutoramento em História da Arte Portuguesa. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

BARROS, A. d. (12 de junho de 2012). *Hábitos no Habitar: Hábitos de morar e a criação do espaço arquitetônico*. Obtido em 7 de junho de 2021, de Vitruvius: https://www.vitruvius.com.br/revistas/read/drops/12.057/4386

BANDEIRINHA, J. A. (janeiro-março de 2007). *Anos sessenta. Verdades e Consequências da crise da habitação em Portugal*. Jornal Arquitetos (JA), 24-29.

BANDEIRINHA, J. A. (2011). *O Processo SAAL e a Arquitectura no 25 de Abril de 1974*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra.

BANDEIRINHA, J. A., CASTELA, T., ARISTIDES, R., & ALVES, J. G. (2018). *Fundo de Fomento da Habitação de 1969 a 1982: Ordenamento, alternativas e mercado*. Em R. C. AGAREZ, Habitação: Cem anos de Políticas Públicas em Portugal (1918-2018) (pp. 235-280). Lisboa.

BAPTISTA, L. (1999). *Cidade e Habitação Social. O Estado Novo e o Programa das Casa Económicas em Lisboa.* Oeiras: Celta Editora.

BEEK, J. V. (1993). *Adof Loos - patterns of town houses*. In M. RISSELADA, Raumplan versus Plan Libre (pp. 27-46). Rizzoli.

BERGER, J. (2018). *Modos de Ver*. Lisboa: ANTIGONA.

BLUTEAU, R. (1712-1728). *Vocabulario portuguez e latino, aulico, anatomico, architectonico, bellico, botanico, brasilico, comico, critico, chimico, dogmatico, dialectico, dendrologico, ecclesiastico, etymologico, economico, florifero, forense, fructifero... autorizado com exemplo. Coimbra*: Collegio das Artes da Companhia de Jesus.

BORGES, M. F. (2020). *Do reconhecimento da identidade do luar à materialidade do habitar: a Quinta do Paul*; Mestrado Integrado em Arquitetura. Porto: Faculdade de Arquitetura da Universidade do Porto.

BUCKNELL, A. (15 de outubro de 2018). *Tocar, sentir, cheirar: desenvolvendo arquitetura para os sentidos* [Touch It, Smell It, Feel It: Architecture for the Senses] (Trad. Souza, Eduardo). Obtido em 14 de abril de 2021, de ArchDaily Brasil: https://www.archdaily.com.br/br/903934/tocar-sentir-cheirar-desenvolvendo-arquitetura-para-os-sentidos

CAEIRO, J. M. (janeiro/junho de 2008). *Economia Social: Conceitos, fundamentos e tipologia*. Katálysis, 11, 61-72.

CAGE, J. (1961). *Silence*. Middletown, Connecticut: UPNE.

CAPELA, J. (2007). *Utilidade da Arquitectura 0+6 possibilidades*. Porto: Dafne.

Casa da Arquitectura. (2017). Obtido em 20 de abril de 2021, de Real Vinícola: https://casadaarquitectura.pt/instituicao/instalacoes/futuras/

Casa Roberto Ivens. (s.d.). Obtido em 20 de abril de 2021, de Casa da Arquitectura: http://casadaarquitectura.pt/instituicao/instalacoes/temporarias/

CASSARES, N. C. (2000). *Como fazer conservação preventiva em Arquivos e Bibliotecas*. São Paulo: Arquivo do Estado/ Imprensa Oficial.

CASEY, E. S. (2000). *Memorizing: A Phenomenologia Study...Bloomington*, Indiana: Indiana University Press.

CECODHAS. (2017). Obtido em 15 de agosto de 2021, de Housing Europe Observatory: www.housingeurope.eu/page-91/the- -observatory

CLEMENTE, M. (2006). *Núcleo Urbano da Cidade de Tomar*. Obtido em 15 de julho de 2021, de SIPA: Sistema de Informação para o Património Arquitectónico: http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=6271

CMHC-SCHL. (n.d.). *HOUSING RESEARCH REPORT: New Models for Co-operative Housing*. Obtido em 21 de julho de 2021, de Malatest: https://eppdscrmssa01.blob.core.windows.net/cmhcprodcontainer/sf/project/archive/research_2/new_models_for_co-op_housing.pdf

CODERCH, J. A. (novembro de 1961). *It is not geniuses what we need now*. Domus magazine, s/p.

COELHO, A. B. (2006). *1984-2004: 20 Anos a Promover a Construção de Habitação Social*. Lisboa: Instituto Nacional de Habitação.

COELHO, A. B. (2009). *Entre casa e cidade, a humanização do Habitar* - OPÚSCULO 18. Porto: Dafne.

COELHO, A. B. (2013). *Sobre os "anos dourados" dos conjuntos cooperativos de habitação económica, 1974-1984. Habitação para o maior número Portugal os naos de 1950-1980*. Lisboa: Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana.

CORBUSIER, L. (1930). *Precisões sobre um estado presente da arquitectura e do urbanismo*. São Paulo: Cosas Naify.

CORREIA, O. (1978, dezembro). *No 1º Aniversário de uma Ideia*. Nabância - Cooperativa de Habitação Económica S.C.A.R.L., Boletim n.º 4, 4.

COSTA, A. C. (1706-1712). *Corografia portugueza e descripçam topografica do famoso Reyno de Portugal, com as notícias das fundações das cidades, villas, & lugares,*

que contem; varões illustres, gealogias das familias nobres, fundações de conventos, catalogos dos Bispos, antiguidad (Vol. III). Lisboa: Officina de Valentim da Costa Deslandes impressor de Sua Magestade, & á sua custa impresso.

COSTA, F. C. (janeiro de 1957). *O movimento cooperativista português é uma realidade*. Boletim Cooperativista, 3-12.

COSTA, F. F. (1976). *As Cooperativas na legislação Portuguesa*. Lisboa: Livraria Petrony.

COSTA, N. B. (2019). *Bande à Parte: Tipologia e Revolução*. Circo de Ideias.

COSTA, N. B. (2019). *Pedro Ramalho: Orgânico Racional*. Matosinhos: Casa da Arquitectura.

COSTA, P. A. (2001). *Descrição Topográfica e Histórica da Cidade do Porto*. Porto: Frenesi.

COUTINHO, R. S. (2015). *Identidade Nórdica, Construção de lugar na paisagem Norueguesa*. Dissertação de Mestrado Integrado em Arquitetura. Porto: Faculdade de Arquitetura da Universidade do Porto.

CUTIERU, A. (26 de junho de 2021). *Como as ciências sociais estão ajudando a transformar o espaço construído*. Obtido em 15 de agosto de 2021, de ArchDaily: https://www.archdaily.com.br/br/962790/como-as-ciencias-sociais-estao-ajudando-a-transformar-o-espaco-construido.

DOXIADIS, C. A. (1936). *Architecture in transition*. Nueva York: Orford University Press.

ESTANQUE, E. (2012). *A Classe Média: Ascensão e Declínio. Lisboa*: Fundação Francisco Manuel dos Santos.

FENACHE. (s.d). Anexo I - 1981. Em Cooperativa António Sérgio para a Economia Social (pp. 6-7).

FERNANDEZ, S. (2020). *Operação SAAL - Antas*. Em A. A. COSTA, & S. (. FERNANDEZ, Cidade Participada: Arquitectura e Democracia; Operações SAAL - Antas, Pedro Ramalho (pp. 60-69). Lisboa: Tinta da China.

FERRÃO, J. (17 de janeiro de 2018). *A Habitação regressa à agenda política?* Obtido em 14 de abril de 2021, de Bloque ATS - Grupo de Investigação Ambiente, Território e Sociedade do ICS-ULisboa: https://ambienteterritoriosociedade-ics.org/2018/01/17/a-habitacao-regressa-a-agenda-politica/

FERREIRA, J. S. (2010). *História da Teoria da Arquitetura no Ocidente*. Lisboa: Vega.

FIGUEIRA, M. (2008). *A Minha Casa em Montemor* - OPÚSCULO 10. Porto: Dafne.

FIGUEIREDO, R. (2010). *Bairro da Quinta do Bacalhau / Bairro SAAL da Quinta do Bacalhau / Bairro da Cooperativa de habitação Económica Portugal Novo*. Obtido em 24 de julho de 2021, de SIPA - Sistema de Informação para o Património Arquitetónico: http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=29734.

FLEIG, K., & AALTO, E. (Edits.). (1990). *Alvar Aalto - Das Gesamtwerk/ L'oeuvre Complète/ The Complete Work*. Birkhäuser Architecture.

FONSECA, J. P. (2005). *Forma e Estrutura no Bloco de Habitação, Património Moderno em Portugal*. Porto: Faculdade de Arquitetura da Universidade do Porto.

FREIRE, D., & BORGES, P. N. (2018). *O Problema da Habitação Rural. Debates e políticas publicas durante o Estado Novo*. Em R. C. AGAREZ, Habitação: Cem anos de Políticas Públicas em Portugal (1918-2018) (pp. 119-159). Lisboa.

FREITAS, M. J. (2015). *Financiamento das Cooperativas*. Dissertação de Mestrado em Contabilidade e Finanças. Porto: Instituto Superior de Contabilidade e Administração do Porto.

FUÃO, F. F. (1 de dezembro de 2000). *Brutalismo: a última trincheira do movimento moderno*. Obtido em 5 de maio de 2021, de Vitruvius: https://vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/01.007/949

GADANHO, P. (2006). *Para que serve a Arquitectura?* Porto: Dafne.

GAMBOIAS, H. F. (2013). *Arquitectura com sentido(s): Os sentidos como modo de viver a arquitetura*. Dissertação de Mestrado Integrado em Arquitetura. Coimbra: Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra.

GARRIDO, J. T. (2009). *Voltar a Casa. Reflexões sobre racionalismo e empirismo na arquitectura contemporânea*. Prova final de Licenciatura em Arquitetura. Coimbra: Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra.

GOMES, F. (2013). *Cooperativas de Habitação Económicas e a forma urbana de Matosinhos 1965|2003*. Mestrado Integrado de Arquitetura e Urbanismo. Porto: Escola Superior Gallaecia.

GOMES, M. I. (2015). *Sobre a Realidade Social e a Autonomia do Desenho. Da ESBAP à política de habitação nos projetos SAAL de Siza Vieira*. Dissertação de Mestrado Integrado em Arquitetura. Porto: Faculdade de Arquitetura da Universidade do Porto.

GONÇALVES, F. (1978). *A mitologia da habitação social: o caso português*. Cidade e Campo.

GONÇALVES, J. F. (2007). *Edifícios modernos de habitação colectiva, 1948-61: Desenho e standard na arquitectura portuguesa*. Tese de Douturamneto em Arquitectura. Barcelona : Universidade de Coimbra .

GONÇALVES, J. P. (2020). *Arquitectura para o Maior Número. Uma estrutura de proximidade para o caso específico das ilhas do Porto*. Dissertação de Mestrado Faculdade de Arquitetura da Universidade do Porto. Porto: FAUP.

GRAVE, J. (1903). *Os Famintos*. Porto.

GUERRA, I. (1997). *Um olhar sociológico sobre o alojamento*. Sociologia - Problemas e Práticas, nº 24, 165-181.

GUERRA, I. (2008). *Europa e Políticas Habitacionais: Mudança em Cursos*. Cidades - Comunidades e Territórios, 47-61.

GUERRA, I. (2011). *As políticas de habitação em Portugal: à procura de novos caminhos*. Cidades, Comunidades e Territórios, 22, 41-68.

GUERRA, P., MATOS, F. L., MARQUES, T., & SANTOS, M. (2012-2013). *As Cooperativas e as Modalidades Contemporâneas de Direito à Cidade*. Cooperativismo e Economia Social, nº. 35, 67-90.

GUICHARD, R. (2006). *O Regime da Sociedade Cooperativa Europeia (SCE): Alguns Aspetos*. Revista de Ciências Empresariais e Jurídicas, 203-261.

HAGY, S., & BALAY, P. (2014). *Adaptable Design for the HSB Living Lab*, Gothenburg: Chalmers University of Technology.

HOLL, S., PALLASMAA, J., & PÉREZ-GÓMEZ, A. (2006). *Questions of Perception: Phenomenology of Architecture*. San Francisco: Wiliam Stout Publishers.

IHRU. (2018). *Promovemos o direto a uma habitação condigna. 1º Direito - Programa de Apoio ao Acesso à Habitação*. Obtido em 28 de fevereiro de 2021, de Portal da Habitação: https://www.portaldahabitacao.pt/documents/20126/35870/GUIA+1DRT_20190531.pdf/deb61c37-bb10-7417-ad87-d69cc8d6ee00?t=1559321079494.

ILDEFONSO, S., MACHETE, R., FALCÃO, A., & & HEITOR, T. (2019). *A Proto-habitação social na cidade de lisboa: uma leitura integrada da vila operária no contexto urbano atual*. URBE Revista Brasileira de Gestão Urbana.

Ílhavo, C. M. (2013). *Revisão pdm ílhavo: Plano Director Municipal. Estudos de caracterização. Estrutura e forma urbana*. Ílhavo: Câmara Municipal de Ílhavo.

I. N. (1991). *Prémio INH 1991*. Apresentação dos Empreendimentos. Lisboa.

INH. (1991). *Prémio INH 1991 de Promoção Cooperativa: EX-AEQUO. Empreendimento de 112 fogos em Azenhas de Cima, Matosinhos.* Instituto Nacional de Habitação: Prémio 1991 - Apresentação dos Empreendimentos, 5-8.

Instituição. (s.d.). Obtido em 20 de abril de 2021, de Casa da Arquitetura: https://casadaarquitectura.pt/instituicao/

JESUS, A. M. (2011). *Ovar: memórias industriais de uma urbe*. Dissertação de Mestrado de Património e Turismo Cultural. Braga: Universidade do Minho, Instituto de Ciências Socias.

LAMBERTZ, K.-H. (. (2017). *Parecer do Comité das Regiões Europeu — Rumo a uma agenda europeia para a habitação (2018/C 164/10*). Jornal Oficial da União Europeia, 57-61.

LEFEBVRE, H. (1972). *O Pensamento Marxista e a Cidade*. Póvoa de Varzim: Ulisseia.

LEFEBVRE, H. (2001). *O Direito à Cidade*. São Paulo: Centauro Editora.

LÉGER, J.-M. (dezembro de 2001). *Modos de Habitar e Arquitectura - As Respostas Francesas*. Cidades - Comunidades e Territórios, nº3, 41-52.

LEITE, J. S. (2011). *Passado e Presente do Cooperativismo Português: Regime Jurídico*. (p. s/p.). Buenos Aires: CIRIEC.

LEVIN, D. M. (1993). *Modernity and the Hegemony of Vision*. California: University of California.

LOEB, A. V. (2015). *Caminho aberto: o caminho em papel e vídeo*. São Paulo: Universidade de São Paulo, Universidade de São Paulo.

LOPES, C. N. (2015). *Arquitectura e modos de habitar: Pedro Ramalho*. Porto: CIAMH.

LOPES, J. (2021, abril 1). *45.º Aniversário da Habitovar: Cooperativa de Habitação de Ovar reclama promessas por cumprir por parte dos autarcas*. Obtido em 14 de julho de 2021, de ETC e TAL jornal: https://etcetaljornal.pt/j/2021/04/45-o-aniversario-da-habitovar-cooperativa-de-habitacao-de-ovar-reclama-promessas-dos-autarcas-por-cumprir/

LYNCH, K. (1990). *The image of the city*. Massachusetts: MIT Press.

MACHADO, I. (27 de setembro de 2011). *O SAAL e a participação popular na produção habitacional*. Obtido em 13 de abril de 2021, de Instituto de Sociologia da Universidade do Porto: http://www.barometro.com.pt/2011/09/27/o-saal-e-a-participacao-popular-na-producao-habitacional/

MAIA, S. V., & PEREIRA, M. E. (2014). *Os becos e as vielas de Ílhavo - as origens e os mitos*. In M. M. BAPTISTA, J. E. FRANCO, & B. (. CIESZNSKA, Europa das nacionalidades: Imaginário e metamorfoses políticas (pp. 84-100). Grácio Editor.

MARQUES, R. A. (2018). *Dinâmicas e dilemas da habitação portuguesa no séc. XXI - Sustentabilidade habitacional e construção de territórios sustentáveis*. Tese de Doutoramento em Sustentabilidade e Desenvolvimento. Universidade Aberta.

MARTINS, J. R. (2014). *Habitação Social em Portugal: da intenção de inserção ao sentimento de exclusão*. Dissertação de Mestrado Integrado em Arquitetura. Lisboa: Faculdade de Arquitetura e Artes da Universidade Lusíada de Lisboa.

MATOS, F. L., & RODRIGUES, R. M. (janeiro de 2009). *AS ILHAS DO PORTO: Lugares de Resistência*. OBSERVATORIUM: Revista Eletrônica de Geografia, v.1, n.1, 33-57.

MATOS, F. L. (1994/5). *Habitação Cooperativa no Grande Porto (1974/94).* Revista da Faculdade de Letras - Geografia, 19-38.

MATOS, F. L. (1994). *Os bairros sociais no espaço urbano Porto: 1901-1956*. Análise social, XXIX, 677-695.

MATOS, F., NATÁLIO, A., & ROCHA, B. (2011). *As Cooperativas de Habitação e a Crise – que respostas? Estudo de Caso: Sete Bicas; CETA, SACHE*. Actas do VIII Congresso da Geografia Portuguesa: "Repensar a Geografia para novos desafios: Competências, Investigação e acção" (p.?). Lisboa: Instituto de Geografia e Ordenamento do Território.

MATOS, F. L. (2015). *Da implantação da república à primeira guerra: As primeiras tentativas de resolução do problema habitacional das classes operárias*. Em G. M. PEREIRA, J. F. ALVES, L. A. ALVES, M. C. MEIRELES, & (Coord.), A Grande Guerra (1914-1918): Problemáticas e Representações (pp. 369-381). Porto: CITCEM.

MATOS, V. P. (2018). *Habitação coletiva de promoção cooperativa, critérios de autenticidade na sua conservação e reabilitação*. Doutoramento em Arquitetura. Lisboa: Faculdade de Arquitetura da Universidade de Lisboa.

MATOSO, J. (2013). *A habitação corrente da época pré-industrial em Lisboa: o caso do bairro da Madragoa* . Lisboa : Instituto Superior Técnico de Lisboa , Tese de Mestrado.

MEIRA, D., & RAMOS, M. E. (2017). *Lei Basilar das Cooperativas Memórias de uma Lei Precursora e Contraditória*. Revista da Ordem dos Advogados, 63-93.

MELLO, D. C. (maio de 1979). *Projectos para cooperativas de habitação económica*. Arquitectura, 18-19.

MENDES, M. C. (1984). *A habitação em Portugal: Caracterização e Políticas,* in Seminário 25 de Abril 10 Anos Depois. Obtido em 13 de março de 2021, de Associação 25 de abril: https://a25abril.pt/wp-content/uploads/2019/01/MClaraMendes.doc.pdf.

MOREAU, S., & & PITTINI, A. (2012). *Profiles of a Movement: Co-oPerative Housing around the World*. Obtido em 24 de junho 24 de 2021, de Co-operative Housing Internacional. A sector of the Internacional Co-operative Alliance:

https://4bfebv17goxj464grl4a02gz-wpengine.netdna-ssl.com/wp-content/uploads/drupal/Profiles%20of%20a%20movement%20final%20web%20ISBN.pdf

MERLEAU-PONTY, M. (1948). *Sense and non-sense*. Paris: Nagel.

MERLEAU-PONTY, M. (1964). *The Film and the New Psychology*. Em C. (. LEFORT, The Visible and the Invisible. Evanston, Illinois: North-western University Press.

MIGUEL, J. M. (03 de outubro de 2002). *Casa e lar: a essência da arquitetura*. Obtido em 4 de abril de 2021, de Vitruvius: - https://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/03.029/746

MILANO, M., & CREMASCOLI, R. (2017). *Alexandre Alves Costa. Os Verdes Anos*. Matosinhos: Cardume Editores.

MOORE, C., YUDELL, R. J., & BLOOMER, K. C. (1977). *Body, Memory and Architecture*. Yale University Press.

MOSCA (Ed.). (1956-1971). *Boletim Cooperativista*. Obtido em março de 2021, de Arquivo Histórico-Social: Projecto MOSCA: http://mosca-servidor.xdi.uevora.pt/arquivo/?p=digitallibrary/digitalcontent&id=882

NAÇÕES UNIDAS. (2015). *Transforming our World: The 2030 Agenda for Sustainable Development*. Obtido em 20 de março de 2021, de Nações Unidas: https://unric.org/pt/objetivos-de-desenvolvimento-sustentavel/

NACÕES, U. (2016). *Nova Agenda Urbana*. Obtido em 20 de março de 2021, de HABITAT III: http://uploads.habitat3.org/hb3/NUA-Portuguese-Angola.pdf

NAMORADO, R. (2000). *Introdução ao Direito Cooperativo: Para uma expressão jurídica da cooperatividade*. Coimbra: Almedina.

NAMORADO, R. (2008-2009). *Sobre o sector Cooperativo em Portugal*. Cooperativismo e Economia Social (nº 31), 233-240.

NORBERG-SCHULZ, C. (1968). *Intentions in Architecture*. Cambridge, Massachusetts: MIT Press.

NORBERG-SCHULZ, C. (1979). *Genius Loci: Towards a Phenomenology of Architecture*. RIZZOLI.

NUNES, J. P. (2007). *À Escala Humana. Planeamento Urbano e Arquitectura de Habitação em Olivais Sul (Lisboa, 1959-1969)*. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa.

NUNES, J. P. (2011). *Florestas de Cimento Armado. Os Grandes Conjuntos Residenciais e a Constituição da Metrópole de Lisboa (1955-2005)*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

NUNES, J. P. (2013). *O programa Habitações de Renda Económica e a constituição da Metrópole de Lisboa (1959-1969)*. Análise Social, XLVIII (1.º), 82-100.

OGILVIE, D. (2017). *Paradoxes de «l'archive». Sociétés & Représentations*, vol. 43, n. 1, 121-134.

OLIVEIRA, J. C. (2019). *Habitar Flexível - A Casa do Bairro Económico campo de estudo de módulos compactos e multifuncionais*. Mestrado em Design de Interiores. Porto: ESAD.

OLIVEIRA, C. (outubro de 2008). *Edifício da Real Companhia Vinícola*. Obtido em 20 de abril de 2021, de Património Cultural: http://www.patrimoniocultural.gov.pt/pt/patrimonio/patrimonio-imovel/pesquisa-do-patrimonio/classificado-ou-em-vias-de-classificacao/geral/view/156099

OLIVEIRA, M. (2018). *Manoel Oliveira*. Em L. URBANO, Circa 1963: Conversas Com Arquitectos e Cineastas (pp. 13-18). Porto: AMDJAC.

OLIVEIRA, S. F. (2020). *DO TRATAMENTO À PREVENÇÃO. A Arquitetura como Determinante Social da Saúde no caso da Ilhas do Porto*. Dissertação de Mestrado Faculdade de Arquitetura da Universidade do Porto. Porto: FAUP.

ORI Living (s/d). Obtido em 30 de agosto de 2021, de ORI Living https://www.oriliving.com/about.

PALLASMAA, J. (2011). *OS OLHOS DA PELE: A arquitetura e os sentidos*. (A. SALVATERRA, Trad.) Porto Alegre: bookman.

PALLASMAA, J. (2014). *La imagen corpórea: Imaginación e imaginario en la arquitetura*. Barcelona: Gustavo Gili.

PALLASMAA, J. (2017). *Habitar*. Barcelona: Gustavo Gili.

PALLASMAA, J. (2018). *Essências.* São Paulo: Gustavo Gili.

Para uma nova Geração de Políticas de Habitação (outubro de 2017). *Sentido estratégico, objetivos e instrumentos de atuação*. Obtido em 20 de março de 2021, de Portugal.gov: https://www.portugal.gov.pt/download-ficheiros/ficheiro.aspx?v=%3D%3DBAAAAB%2BLCAAAAAAABAAzNjWzAADDhmRABAAAAA%3D%3D

PEDROSA, P. S. (2010). *Habitar em Portugal nos anos 1960: Ruptura e Antecedentes, Um Caminho pelo interior do discurso.* Tese de Douturamento. Barcelona : Universitat Politècnica de Catalunya.

PEDROSA, P. S. (2018). *As cooperativas de habitação portuguesas: O jogo dos possíveis*. Em R. C. AGAREZ, Habitação: Cem anos de Políticas em Portugal (1918-2018) (pp. 281-316). Lisboa: Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana.

PEREIRA, G. M. (1996). *CASA E FAMILIA. As "Ilhas" no Porto em finais do século XIX.* Em F. d. SOUSA, População e Sociedade (pp. 159-183). Porto: CEPFAM.

PEREIRA, G. M. (2011). *As Ilhas no Percurso das Famílias Trabalhadoras do Porto em Finais do Século XIX*. Em C. (. SANTOS, Família, Espaço Doméstico e Espaço Social no Porto Contemporâneo (pp. 477-493). Porto: CITCEM.

PEREIRA, G. M. (2014). *SAAL: um programa de habitação popular no processo revolucionário*. Revista da FLUP, IV Série, vol. 4, 13-31.

PEREIRA, N. T. (1981). *A arquitetura do Estado Novo*.

PEREIRA, N. T. (1994). *Pátios e vilas de Lisboa, 1870-1930: a promoção privada do alojamento operário*. Análise Social, XXIX (127), 509-524.

PINTO, R. J. (2015). *AS ILHAS DO PORTO. Em I. B. VAZQUEZ, & P. CONCEIÇÃO, "Ilhas" do Porto - Levantamento e Caracterização* (pp. 5-18). Porto: Município do Porto.

PINTO, S. C. (2008). *Vilas Operárias em Lisboa - Emergência de Novos Modos de Habitar: O caso da Vila Berta*. Dissertação. Lisboa: Instituto Superior Técnico.

Plataforma digital: *Mapa da Habitação: Reflexão crítica sobre arquitectura habitacional apoiada pelo Estado em Portugal (1910-1974)*. Obtido em 8 de maio de 2021: https://www.mapadahabitacao.arq.up.pt/pt/

Políticas na Suécia. (2010, junho 12). Obtido a 14 de junho de 2021, de Portal da Habitação: https://www.portaldahabitacao.pt/opencms/export/sites/ihru/pt/ihru/docs/hru/Politicas_Suecia.pdf

QUINTAS, A. J. (2008). *Onde está o bairro social? O caso de um realojamento social em lotes dispersos na Freguesia da Brandoa: Percepção dos residentes sobre o novo espaço residencial*. Lisboa: Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa.

RAMALHO, P. (1990). *Itinerário*. Porto: FAUP- Faculdade de Arquitetura da Universidade do Porto.

RAMALHO, P. (junho de 2019). *Orgânico Racional: Entrevista a Pedro Ramalho*. (J. M. Rodrigues, Entrevistador, & C. d. Arquitectura, Editor)

RAMALHO, P. (2020). *Inesquecível momento de libertação*. Em A. A. COSTA, & S. FERNANDEZ, Cidade Participada: Arquitectura e Democracia; Operações SAAL - Antas, Pedro Ramalho (pp. 106-113). Lisboa: Tinta da China.

RAMOS, R. J. (2001). *Pasteleira*. Em Porto 1901-2001, Guia de arquitectura moderna (p. s/p). Porto: Ordem dos Arquitetos SRN, Civilização.

RASMUSSEN, S. E. (2007). *Viver a arquitectura*. Casal de Cambra: Caleidoscópio.

REIS, M. (1979, março - abril). *Nabância ... O que és tu?* Nabância - Cooperativa de Habitação Económica S.C.A.R.L., Boletim n.º 6, 2.

RICOEUR, P. (2004). *Memory, History, Forgetting*. Chicago: The University of Chicago Press.

RILKE, R. M. (2004). *Rodin*. New York: Archipelago Books.

RIOS, G. S. (2017). *O que é Cooperativismo*. São Paulo: Editora Brasiliense.

RISSELADA, M. (1993). *Documentation of 16 houses*. In M. RISSELADA, Raumplan versus Plan Libre (pp. 78-97). Rizzoli.

RYBCZYNSKI, W. (1999). *CASA: Pequena história de uma ideia.* Record.

RODRIGUES, E. V., SAMAGAIO, F., FERREIRA, H., & JANUÁRIO, S. (1998). *A Pobreza e a Exclusão Social: Teorias, Conceitos e Políticas Sociais em Portugal*. Sociologia: Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 63-101.

RODRIGUES, S. M. (2019). *Do PREC à atualidade: poderá o SAAL ser a base de novas políticas de reabilitação urbana?* Dissertação de Mestrado em Políticas Europeias. Lisboa: IGOT-UL.

ROSSI, A. (2001). *A arquitectura da Cidade*. Lisboa: Edições Comos.

ROSSI, A. (1982). *La arquitectura de la Ciudad*. Barcelona: GG.

s.a. (2005?). *Zeca Afonso - Os Índios da Meia Praia*. Obtido em 22 de maio de 2021, de Alfarrabio: http://alfarrabio.di.uminho.pt/zeca/cancoes/119.html

SACRISTE, E. (1968). *Qué és la casa?* Buenos Aires: Columbia.

SANCHES, D. (2015). *Processo Participativo como Instrumento de Morada Digna: Uma avaliação dos projetos da área central de São Paulo (1990 a 2012)*. Tese de Doutoramento em Arquitetura e Urbanismo. São Paulo: Universidade Presbiteriana Mackenzie.

SANTOS, A. S. (2012). *Memória Deslocadas: Experiências de Keil do Amaral e Álvaro Siza entre Portugal e a Holanda.* Dissertação de Mestrado Integrado em Arquitetura. Coimbra: Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra.

SANTOS, B. R. (2020). *Learning from Tomorrow: Ensinamentos do Cinema para a Arquitetura*. Dissertação de Mestrado Integrado em Arquitectura. Coimbra: Universidade de Coimbra.

SANTOS, P. M. (2016). *A Habitação Popular Oitocentista na Cidade Contemporânea. O Caso Portuense - Estratégias de Intervenção para a sua requalificação*. Dissertação de Mestrado da Faculdade de Arquitetura da Universidade do Porto. Porto: FAUP.

SARAIVA, R. F. (2019). *Construir além da memória. Uma ilha no Porto, Bonfim.* Dissertação de Mestrado Faculdade de Arquitetura da Universidade do Porto. Porto: FAUP.

SARTI, R. (2001). *Casa e Família: Habitar, Comer e Vestir na Europa Moderna.* Lisboa: Editorial Estampa.

SCHWITALLA, S. (2012). *Babel Town*. Obtido em 30 de agosto de 2021, de Studio Schwitalla: https://studioschwitalla.com/Babel-Town

SCHWITALLA, S. (2013). *The V-illage.* Obtido em 30 de agosto de 2021, de Studio Schwitalla: https://studioschwitalla.com/The-V-illage

SERENO, I. (1995). *Edifício da Real Companhia Vinícola*. Obtido em 20 de abril de 2021, de SIPA - Sistema de informação para o Património Arquitectónico: http://www.monumentos.gov.pt/site/app_pagesuser/SIPA.aspx?id=4967

SÉRGIO, A. (. (196?). *O Cooperativismo: objectivo e modalidades*. Lisboa: Sociedade Industrial Tipografia.

SERRA, N. (dezembro de 1997). *Território e Habitação em Portugal*, nº 101. pp. 1-18.

SERRA, N. (2002). *Estado, Território e Estratégias de Habitação.* Coimbra: Quarteto Editora.

SILVA, M. F. (2014). *Regime Transitório da Nova Lei do Arrendamento Urbano*. Dissertação de Mestrado em Ciências Jurico-Forenses. Coimbra: Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra.

SILVA, T. A. (2013). *Porto: [Re] Habitar a Cidade. Obsolescência urbana e a readaptação habitacional à cidade contemporânea*. Dissertação de Mestrado Faculdade de Arquitetura da Universidade do Porto. Porto: FAUP.

SILVA, V. M. (2011). *O papel das Cooperativas de habitação no Porto entre 1933 e 1956.* Dissertação de Mestrado em Arquitetura. Porto: FAUP.

SIMÕES, L. (1979, março-abril). *Nabância - Cooperativa de Habitação Económica S.C.A.R.L.*, Boletim n. º6, 8.

SOARES, A. D. (2020). *Intervir na memória. Repensar o futuro de um edifício cultural em Ovar*. Dissertação de Mestrado em Arquitetura. Porto: Faculdade de Arquitetura da Universidade do Porto.

STEINER, H., & STERNBERG, M. (2017). *Phenomenologies of the City: studies in history and philosophy of architecture*. Farnham: Ashgate.

STOKES, A. (1978). *Smooth and Rough.* Em A. STOKES, The Criticai Writings of Adrian Stokes (p. 245). London: Thames & Hudson.

TAKAHASHI, B. d. (2019). *Arquitetura em vão – Estágio na Casa da Arquitectura (Matosinhos)*. Mestrado em História da Arte, Patrimonio e Cultura Visual. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto .

TAVARES, D. (2017). *Transformações na Arquitectura Portuense O caso António da Silva*. Porto: Dafne Editora.

TAVARES, M. (2015). *Habitações Económicas", Federação de Caixas de Previdência (Arquitectura e modos de actuação no exercício do projeto*). Porto: Tese de doutoramento pela Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto.

TAVEIRA, J. (1954). *O movimento Cooperativista português in Conferência proferida pelo engenheiro Joaquim Taveira, na Comemoração do 56º Aniversário da Cooperativa de Lordelo do Ouro, em 31 de dezembro de 1953*. Porto: Sociedade Cooperativa Humanitária de Todas as Classes.

TEIXEIRA, L. C., & GHIZONI, V. R. (2012). *Conservação Preventiva de Acervos - Coleção Estudos Museológicos* (Vol. 1). Florianópolis: FCC Edições.

TEIXEIRA, M. C. (1992). *As estratégias de habitação em Portugal, 1880-1940*. Análise Social, XXVII (115), 65-89.

THYSSEN, M. (. (2017). *Recomendação (UE) 2017/761 da comissão de 26 de abril de 2017 sobre o Pilar Europeu dos Direitos Sociais*. Jornal oficial da União Europeia, 56-61.

TIAGO, M. d. (2010). *Bairros sociais da I República: projectos e realizações*. Ler História, 59, 249-272.

TULUMELLO, S. (2019). *O Estado e a habitação: regulação, financiamento e planeamento*. Cidades, Comunidades e Territórios, 1-7.

UE. (2016). *Agenda Urbana para a UE: Pacto de Amesterdão*. Obtido em 22 de março de 2021, de Comissão Europeia: https://ec.europa.eu/futurium/en/system/files/ged/pact-of-amsterdam_pt.pdf.

VALE, C. P. (2018). *The social rise of a housing intervention: álvaro siza project for bouça neighbourhood. 42nd iahs world congress: The housing for the dignity of mankind*. Nápoles. s/p.

VAZ, G. M. (2017). *Real Vinícola - Casa da Arquitectura*. Obtido em 20 de abril de 2021, de Guilherme Machado Vaz: https://www.guilhermemachadovaz.pt/portfolio/centered-gallery/real-vinicola-casa-da-arquitectura/

VESTBRO, D. U. (2014). *Cohousing in Sweden, history and present situation*. Estocolmo.

VIEIRA, J. M. (2015). *Objetivos de desenvolvimento do Milénio: O incremento do acesso a água potável e a saneamento como meio de combate à pobreza e à despesa da saúde pública*. INGENIUM, 38-42.

VILAÇA, E. (2001). *O Estado da Habitação. Medidas sem políticas num país adiado*. Cidades, Comunidades e Territórios, pp. 83-92.

VILAÇA, E., & FERREIRA, T. (2018). *Os anos de crescimento (1969-2002)*. Em R. C. AGAREZ, Habitação. Cem anos de Políticas Públicas em Portugal (1918-2018) (pp. 317-364). Lisboa: Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana.

XEREZ, R., RODRIGUES, P. G., & CARDOSO, F. D. (2018). *A política de habitação em Portugal de 2002 a 2017: Programas, políticas públicas implementadas e instituições envolvidas*. Em R. C. AGAREZ, Habitação: cem anos de políticas públicas em Portugal (1918-2018) (pp. 465-511). Lisboa: IHRU.

ZEIN, R. V. (7 de maio de 2007). *Vitruvius Brutalismo, sobre sua definição (ou, de como um rótulo superficial é, por isso mesmo, adequado)*. Obtido em 4 de maio de 2021, de Vitruvius: https://vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/07.084/243

ZEVI, B. (1996). *Saber ver a Arquitetura*. São Paulo: Livraria Martins Fontes Editora Ltda.

FONTES AUDIOVISUAIS

AFONSO, J. (*compositor*) – *Os Índios da Meia-Praia*, 1976.

ALVES-COSTA, C. (*realização*) – *Casa para o Povo*, 2010. Duração: 00:15:09h. Obtido em 21 de maio de 2021, em Vimeo: https://vimeo.com/111230531.

ANDRADE, S.; RODRIGUES, E. (*entrevistadores*) – *Guilherme Villaverde*, 2018. Duração: 02:01:08h. Obtido em 24 de junho de 2021, de Arquivo da Memória: https://arquivodememoria.pt/mumma/pessoas_entrevista.aspx?ide=3805&ida=5448&idan=16900&lang=PO&taM=0.

ANTUNES, C. (*realizador*) – *Fernando Távora*, 2001. Duração: 00:50:51h. Obtido em 3 de junho de 2021, de RTP Arquivos: https://arquivos.rtp.pt/conteudos/fernando-tavora-2/.

BABINA, F. (*artista*) – *Memories* (s/d). Duração: 00:00:45h Obtido em 31 de maio de 2021, no canal Federico Babina (YouTube): https://www.youtube.com/watch?v=mQ9LtwiAWqU&t=31s.

BUILDING PICTURES (*direção e produção*) – *Apresentação Casa de Arquitectura*, 2016. Duração: 00:06:12h. Obtido em 4 de agosto de 2021, no canal Building Pictures (Youtube): https://www.youtube.com/watch?v=ZI7dP2FQyII.

COLAÇO, I. (*produtor*) – *Fernando Távor*a, Magazine de Arquitectura e Decoração, 1993. Duração: 00:26:33h. Obtido em 3 de junho de 2021, de RTP Arquivos: https://arquivos.rtp.pt/conteudos/fernando-tavora/.

DIAS, J. (realizador) – *Operações SAAL*. 2007. Duração: 00:97:00h. Obtido em 23 de dezembro de 2020, de FILMIN: https://www.filmin.pt/filme/as-operacoes-saal.

DUST, G. (*apresentação*) – *Building from the sand up*, 2016. Duração: 00:09:13h. Obtido em 30 de Agosto de 2021, do Canal do YouTube (TEDx Talks): https://www.youtube.com/watch?v=sIkyAdY1OOA.

EUROPEAN ACTION COALITION (*promotor*) – *Habitação Social na Europa - Uma breve história: da construção à demonização*, 2021. Duração: 00:09:58h. Obtido em 29 de julho de 2021, em European Action Coalition (YouTube): https://www.youtube.com/watch?v=v9pbcKD6-bY.

EUROPEAN ACTION COALITION (*promotor*) – *How the System Works*, 2021. Duração: 00:09:04h. Obtido em 29 de julho de 2021, em European Action Coalition (YouTube): https://www.youtube.com/watch?v=rvNsz8AVxOc.

EUROPEAN ACTION COALITION (*promotor*) – *What it Could be*, 2021. Duração: 00:08:35h. Obtido em 29 de julho de 2021, em European Action Coalition (YouTube): https://www.youtube.com/watch?v=nVKItBHnFck&t=17s.

FELDMAN, E. (*realizador*) – *Maria Manuel Godinho de Almeida e Duarte Cabral de Mello,* 1993. Duração: 00:23:09h. Obtido em 28 de junho de 2021, de RTP Arquivos: https://arquivos.rtp.pt/conteudos/maria-manuel-godinho-de-almeida-e-duarte-cabral-de-mello/.

FITSCH, M. (*produtor*) – *Flexible Buildings: The Future of Architecture,* 2021. Duração: 00:51:40h. Obtido em 30 de agosto de 2021, de Canal do YouTube (Free Documentary): https://www.youtube.com/watch?v=sw9zpH717ts.

GARRIDO, M. J. (*jornalista*) – *"Portugal Novo": O bairro no Coração de Lisboa onde "as casas não são de ninguém",* 2021. Duração: 00:25:47h. Obtido em 28 de julho de 2021, de TVI 24: https://tvi24.iol.pt/videos/sociedade/portugal-novo-o-bairro-no-coracao-de-lisboa-onde-as-casas-nao-sao-de-ninguem/605cf0930cf277cf82bdf5ab.

GODINHO, S. (Compositor) – *Liberdade*, 1974. Obtido em 22 de maio de 2021, de Sérgio Godinho TV (YouTube): https://www.youtube.com/watch?v=HVCt3RGcjRQ.

LANG, F. (*diretor*) – *Metropolis,* 1927. Duração: 02:33:00h. Obtido em 31 de agosto de 2021, de Canal do YouTube (Mega Tudo): https://www.youtube.com/watch?v=Vnp_TAb52AI.

MACIÁ, A.; PUERTO, P. (*produtor*) – *C1: Memórias do Bairro Portugal Novo "Nas Olaias",* 2020. Duração: 00:08:46h. Obtido em 28 de julho de 2021, de Canal do YouTube (Clube Intercultural Europeu): https://www.youtube.com/watch?v=d0t5TyOGEXQ.

MACIÁ, A.; PUERTO, P. (*produtor*) – *C2: Memórias do Bairro Portugal Novo "As Barracas",* 2020. Duração: 00:11:47h. Obtido em 28 de julho de 2021, de Canal do YouTube (Clube Intercultural Europeu): https://www.youtube.com/watch?v=kGR1LGPKjBM.

MACIÁ, A.; PUERTO, P. (*produtor*) – *C3: Memórias do Bairro Portugal Novo "As Memórias Fazem o Bairro",* 2020. Duração: 00:08:52h. Obtido em 28 de julho de 2021, de Canal do YouTube (Clube Intercultural Europeu): https://www.youtube.com/watch?v=ozt1PvpmKsA.

MACIÁ, A.; PUERTO, P. (*produtor*) – *C4: Memórias do Bairro Portugal Novo "Um Bairro de Pessoas",* 2020. Duração: 00:20:54h. Obtido em 28 de julho de 2021, de Canal do YouTube (Clube Intercultural Europeu): https://www.youtube.com/watch?v=NXpFRR3dk9Y.

MACIÁ, A.; PUERTO, P. (*produtor*) – *C5: Memórias do Bairro Portugal Novo "As Janelas Destrancadas",* 2020. Duração: 00:13:39h. Obtido em 28 de julho de 2021, de Canal do YouTube (Clube Intercultural Europeu): https://www.youtube.com/watch?v=NJiSsn2rdW4.

MACIÁ, A.; PUERTO, P. (*produtor*) – *C6: Memórias do Bairro Portugal Novo "Nossa Senhora da Graça",* 2020. Duração: 00:11:22h. Obtido em 28 de julho de 2021, de Canal do YouTube (Clube Intercultural Europeu): https://www.youtube.com/watch?v=EKxHea1ALPU.

MACIÁ, A.; PUERTO, P. (*produtor*) – *C7: Memórias do Bairro Portugal Novo "A Pandemia no Bairro",* 2020. Duração: 00:07:55h. Obtido em 28 de julho de 2021, de Canal do YouTube (Clube Intercultural Europeu): https://www.youtube.com/watch?v=rSAal-Xp2Dg.

MARTINS, J. *(produtor) - Os Bairros Operários… Lisboa no Princípio do Século*, As Pedras e o Homem, 1974. Duração: 00:29:13h. Obtido em 21 de maio de 2021, em RTP Arquivos: https://arquivos.rtp.pt/conteudos/os-bairros-operarios-lisboa-no-principio-do-seculo/.

MARTINS, J. *(produtor) – Pátio Sem Cantigas*, 1974. Duração: 00:40:47h. Obtido em 3 de junho de 2021, em RTP Arquivos: https://arquivos.rtp.pt/conteudos/patio-sem-cantigas/.

MATTA-CLARK, G (*artista*) – *Conical Intersect*, Electronic arts intermix inc., 1975. Duração: 00:19:23h. Obtido em 11 de setembro de 2021, no canal Public Delivery (YouTube): https://www.youtube.com/watch?v=W8_laap8y5c&list=PLxY9pKla-sEMTCMcbC7uqEPaeiW4GjXcM&index=3.

MATTA-CLARK, G (*artista*) – *Splitting*, Electronic arts intermix inc., 1974. Duração: 00:11:01h. Obtido em 11 de setembro de 2021, no canal Public Delivery (YouTube): https://www.youtube.com/watch?v=LcpAMXKInFQ&list=PLxY9pKla-sEMTCMcbC7uqEPaeiW4GjXcM&index=3&t=10s.

NICHE, G. (*realizador*) – *A Arquitectura e o 25 de abril: Conversa com José António Bandeirinha*, 2016. Duração: 00:25:19h. Obtido em 21 de maio de 2021, no Centro de Documentação 25 de abril, Universidade de Coimbra em: https://arqmultimedia.cd25a.uc.pt/en/mmcs/1380.

OLIVEIRA, M. (*realizador*) – *Douro, Faina Fluvial*, 1931. Duração: 00:18:53h. Obtido em 26 de agosto de 2021, no canal Domínio Público (YouTube): https://www.youtube.com/watch?v=5AydVnMFosE&t=659s.

PCP Lagos (*divulgação*) – *Construção do Bairro SAAL da meia Praia*, 1975. Duração: 00:28:29h. Obtido em 21 de maio de 2021, em Vimeo: https://vimeo.com/22259925.

PINHEIRO, P. M. (*autoria*) – *As ilhas do Porto, Visita Guiada*, Episódio nº 15, 2019. Duração: 00:39:41h. Obtido em 20 de setembro de 2021, de RTP Play: https://www.rtp.pt/play/p5656/e429030/visita-guiada

PINTO, C. (*autoria*) – *VIZINHOS: Revolução e as Casas de siza vieira no Porto*, 2016. Duração: 00:38:13h. Obtido em 15 de dezembro de 2020, de SIC Noticias: https://sicnoticias.pt/programas/vizinhos/2016-05-28-A-revolucao-e-as-casas-de-Siza-no-Porto.

RIBEIRO, A. L., (*produtor*) – *O Pai Tirano*, 1941. Duração: 01:59:51h. Obtido em 14 de setembro de 2021, no canal Relíquias e memórias (YouTube): https://www.youtube.com/watch?v=Iwx0JFpI218.

RIBEIRO, A. L., (*produtor*) – *Pátio das Cantigas*, 1942. Duração: 02:02:05h. Obtido em 26 de agosto de 2021, no canal VIP (YouTube): https://www.youtube.com/watch?v=0GKFIkUPySw&t=2s.

SOUSA, A. de; PALLA, M. A. (*edição*) – *Direito à Habitação*, CINEQUIPA, Departamento de Programas Culturais (RTP), 1975. Duração: 00:49:38h. Obtido em 21 de maio de 2021, no Centro de Documentação 25 de abril, Universidade de Coimbra em: https://arqmultimedia.cd25a.uc.pt/pt/mmcs/744.

STEVENS, F (*director*) – *Before the Flood,* 2016. Duração: 01:36:00.

STOCKER, E. (*entrevistada*) – *Square Universe*; Action Media Talk (2020). Duração: 00:03:09h. Obtido em 31 de maio de 2021, no canal Action Media (YouTube): https://www.youtube.com/watch?v=VunC3vRAJqI.

TELLES, A. C. (*realização*) – *Continuar a viver*, Instituto Português de Cinema, 1976. Duração: 01:40:06h. Obtido em 21 de maio de 2021, no YouTube: https://www.youtube.com/watch?v=qE0NlsQTs_k.

VAREJÃO, J. (entrevistado) – *Filha da crise financeira Internacional*, 2020. Duração: 00: 04:22h. Obtido em 1 de setembro de 2021, de Fundação Francisco Manuel dos Santos: https://www.ffms.pt/crises-na-economia-portuguesa/5046/filha-da-crise-financeira-internacional.

Cooperativa de Habitação Económica *Habitovar* (PT/CA/PER/PA-025-05)

- Caderno de Encargos
- Carta da Cooperativa Habitovar para o Arquiteto Pedro Ramalho (27 de maio de 1985)
- Carta da Cooperativa Habitovar para o Arquiteto Pedro Ramalho (7 de maio de 1979).
- Ficha de inscrição.
- Inquérito
- Memória Descritiva
- Protocolo
- "Relação dos Terrenos a ceder pela Câmara Municipal de Ovar à Cooperativa de Habitação Económica de Ovar, S.C.R.L., em regime de direito a superfície e situadas dentro dos limites do "Plano de Pormenor da área envolvente do núcleo escolar a norte da vila de Ovar" (7 de novembro de 1977)

Cooperativa de Habitação Económica *Plenicoope* (PT/CA/PER/PA-030-05)

- Projeto Geral (dezembro de 1985)

Cooperativa de Habitação Económica *Chave* (PT/CA/PER/PA-031-05)

- Carta enviada da CHE "Chave" para o Arquiteto Pedro Ramalho (29 de novembro de 1980)
- Carta enviada de Arquiteto Pedro Ramalho para a CHE "Chave Arquiteto Pedro Ramalho (18 de dezembro de 1980)
- "Informação do Gabinete de urbanização: Urbanização a poente da Av. 25 de abril (Informação GU/MR790419)"

- "Plano parcial de pormenor da urbanização a poente da avenida 25 de abril em Aveiro" (20 de novembro de 1978)
- "Programa de concurso para a elaboração os projectos relativos ao programa habitacional da cooperativa de habitação económica "CHAVE" a desenvolver em Aveiro – Anexo do documento: Consulta limitada de projectistas com vista à elaboração dos projectos des critos no programa anexo, para a cooperativa de habitação "chave", de Aveiro" (23 de janeiro de 1980)

Cooperativa de Habitação Económica *Nabância* (PT/CA/PER/PA-033-05)

- Boletim da Cooperativa nº 4.
- "Estudo de Implementação do programa habitacional da Nabância – Cooperativa de Habitação Económica de Tomar, Gabinete Carlos Ramos" (Outubro de 1978).
- Implantação do Programa Habitacional da Nabância Cooperativa de habitação Económica de Tomar, SACRL (Porto, 18 de maio de 1979)
- Jornal: Diário Popular – O insólito acontece em Tomar: Documentos "desaparecem" Habitação Social Comprometida (s/a; s/d);
- Jornal: Forja – "Director na "Cidade de Tomar" Prejudica o bem comum" (s/a; s/d).
- Memória Descritiva.

Cooperativa de Habitação *19 de Fevereiro* (PT/CA/PER/PA-042-05)

- Memória Descritiva (outubro de 1985)

Cooperativa de Habitação Económica *As Sete Bicas* (PT/CA/PER/PA-048-05)

- Programa Habitacional para a Zona das Azenhas de Cima" (29 de junho de 88)
- "Proposta para a elaboração e fornecimentos dos estudos técnicos [...] do programa Habitacional [...] na Zona das Azenhas de Cima em Matosinhos" (3 de agosto de 87)

Constituição Política da República Portuguesa, 21 de agosto de 1911;

Constituição Política da República Portuguesa, 11 de abril de 1911;

Constituição Política da República Portuguesa, 10 de abril de 1976;

Diário do Governo, Lei do Cooperativismo Português (Sociedade Cooperativas), 2 de junho de 1867;

Diário da República, Decreto 4:137, I Série, nº 87, de 25 de abril de 1918, pela Presidência do Ministério;

Diário do Governo; Decreto nº. 4:163; Série I, de 29 de abril de 1918, pelo Ministério do Comércio (8.ª Repartição da Direcção Geral de Contabilidade Pública;

Diário do Governo; Decreto 4:415, Série I, de 15 de junho de 1918, pela Secretaria de Estado do Comércio (8.ª Repartição da Direcção Geral de Contabilidade Pública);

Diário do Governo, Decreto nº 4:447; Série I, de 22 de junho de 1918, pela Secretaria do Estado e do Comercio – Secretaria Geral;

Diário do Governo, Decreto nº 5:397, Série I, de 14 de abril de 1919, pelo Ministério do Trabalho – Gabinete do Ministério;

Diário do Governo, Decreto 5:443, Série I, de 26 de abril de 1919, pelo Ministério do Trabalho (11ª. Repartição da Direção Geral da Contabilidade Pública);

Diário do Governo, Lei nº 1:258, Série I, de 5 de maio de 1922, pelo Ministério do Trabalho (Repartição da Secretaria Geral);

Diário do Governo, Decreto nº 15:289, Série I, de 30 de março de 1928, pelo Ministério das Finanças – Direção Geral das Contribuições e Impostos;

Diário do Governo, Decreto nº 16: 055, Série I, de 22 de outubro de 1928, pelo Ministério do Comercio e Comunicações -Secretaria Geral do Ministério – Repartição Central;

Diário do Governo, Decreto nº 16:085, Série I, de 29 de outubro de 1928, pelo Ministério do Comércio e Comunicações -Secretaria Geral do Ministério – Repartição Central;

Diário do Governo, Decreto-Lei n.º 22:513; nº 104; Série I, de 12 de maio de 1933, pelo Ministério das Finanças – Direção Geral das Contribuições e Impostos;

Diário do Governo, Decreto-Lei nº. 23:052, nº 217, Série I, de 23 de setembro de 1933, pela Presidência do Conselho – Sub-Secretário de Estado das Corporações e Previdência Social;

Diário do Governo, Decreto-Lei nº. 28:912; nº 186, Série I, de 12 de agosto de 1938, pelo Ministério das Obras Públicas e Comunicação (Gabinete do Ministério);

Diário do Governo, Decreto nº. 35:106, Série I, de 6 de novembro de 1945, pelo Ministério do Interior – Direção Geral da Administração Política e Civil.

Diário do Governo, Decreto-Lei nº. 34:486; nº 73, Série I, de 6 de abril de 1945, pelo Ministério das Obras Públicas e Comunicação (Gabinete do Ministério);

Diário do Governo, Lei nº. 2:007; nº 98, Série I, de 7 de maio de 1945, pelo Ministério das Obras Públicas e Comunicação;

Diário do Governo, Decreto-Lei nº. 36:212; nº 78, Série I, de 7 de abril de 1947, pelo Ministério das Obras Públicas e Comunicação;

Diário do Governo, Decreto-Lei nº. 42:454; nº 188, Série I, de 18 de agosto de 1959, pela Presidência do Conselho;

Diário do Governo, Lei nº. 2:090; nº 290, Série I, de 21 de agosto de 1957, pela Presidência da República;

Diário do Governo, Lei nº. 2:092; nº 72, Série I, de 9 de abril de 1958, pela Presidência da República;

Diário do Governo, Decreto-Lei nº. 44:645; nº 246, Série I, de 25 de outubro DE 1962, pelos Ministério do Interior e da Obras Públicas;

Diário do Governo, Decreto-Lei nº. 49:033; nº 126, Série I, de 28 de maio de 1969, pelo Ministério das da Obras Públicas – Gabinete do Ministro;

Diário do Governo, Decreto-Lei nº. 576/70; nº 273, Série I, de 24 de novembro de 1970, pela Presidência do Conselho;

Diário do Governo, Decreto-Lei nº. 613/71; nº 304, Série I, de 31 de dezembro de 1971, pelo Ministério do Interior;

Diário do Governo, Decreto-Lei nº587/72; nº 302, Série I, de 30 de dezembro de 1972, pelo Ministério do Interior – por ação da Câmara Municipal de Lisboa;

Diário do Governo, Decreto-Lei n.º 730/74, nº 296, Série I, de 20 de dezembro de 1974, pelos Ministérios da Justiça, do Equipamento Social e do Ambiente;

Diário do Governo, Decreto-Lei nº737-A/74; I Suplemento, Série I, de 23 de dezembro de 1974, pelo Ministério do Equipamento Social e do Ambiente – Secretária de Estado da Habitação e Urbanismo;

Diário da República, Decreto-Lei n.º 349/75, Série I, de 4 de junho de 1975, pelo Ministério para o Planeamento e Coordenação Económica;

Diário da República, Decreto-Lei nº. 794/76; nº. 259, Série I, de 5 de novembro de 1976, pelo Ministério da Habitação, Urbanismo e Construção – Gabinete do Ministério;

Diário da República, Decreto-Lei n.º 902/76, nº 303, 1º Suplemento, Série I, de 31 de dezembro de 1976, pela Presidência do Conselho de Ministros;

Diário da República, Decreto-Lei nº 268/78, Série I, de 1 de agosto de 1978, pelo Ministério da Habitação e obras Públicas – Gabinete do Ministro;

Diário da República, Despacho n.º 17/79, n.º 195, Série II, de 24 de agosto de 1979, pela Secretaria do Estado da Habitação (Gabinete do Secretário de Estado);

Diário da República, Decreto-Lei n.º 454:80, nº 234, Série I, de 9 outubro de 1980, pela Presidência do Conselho de Ministros – Gabinete do Ministério Adjunto do Primeiro Ministro;

Diário da República, Resolução nº 224/81, Série I de 30 de outubro de 1981, pela Presidência do Conselho de Ministros, Gabinete do Primeiro Ministro;

Diário da República, Decreto-Lei n.º 218/82, nº 125, Série I, de 2 de junho de 1982, pela Presidência da República de Ministros;

Diário da República, Decreto-Lei nº 214/83, Série I de 29 de maio de 1982, pelo Ministério da Habitação, Obras Públicas e Transportes;

Diário da República, Portaria n.º 580/83, n.º 113, Série I de 17 de maio de 1983, pelo Ministério da Habitação, Obras Públicas e Transportes;

Diário da República, Decreto-Lei n.º 349/83; Série I, de 30 de junho de 1983, pelos Ministério das Finanças e do Plano de Habitação, Obras Públicas e Transportes;

Diário da República, Decreto-Lei nº 177/84, Série I, de 25 de maio de 1984, pelos Ministérios das Finanças, do Plano e do Equipamento Social;

Diário da República, Decreto-Lei n.º 76/85; Série I, de 25 de março de 1985, pelo Ministério do Equipamento Social;

Diário da República, Decreto-Lei nº 202-B/86, nº 166/1986, 1º Suplemento, Série I de 22 de junho de 1986, pelo Ministério das Obras Públicas, Transportes e Comunicações;

Diário da República, Lei n.º 51/96, nº 208, Série I-A, de 7 de setembro de 1996, pela Assembleia da República;

Diário da República, Decreto-Lei nº 349/98; I Série – A, de 11 de novembro de 1998, pelos Ministérios das Finanças e do Equipamentos, do Planeamento e da Administração do Território;

Diário da República, Decreto-Lei n.º 502/99, nº 207, Série I-A, de 19 de novembro de 1999;

Diário da República, Lei nº 16-A/2002; I Série – A, de 31 de maio de 2002, pela Assembleia da República;

Diário da República, Lei nº 54/2005; Série I-A de 15 de novembro de 2005, pela Assembleia da República;

Diário da República, Resolução do Conselho de Ministros n.º 48/2015, n.º 136, Série I, de 15 de julho de 2015, pela Presidência do Conselho de Ministros;

Diário da República, Resolução da Assembleia da República nº 56/2017, Série I de 20 de março de 2017, pela Assembleia da República;

Diário da República, Lei n.º 83/ 2019, 1ª Série, nº 168, de 3 de setembro de 2019, pela Assembleia da República;

Diário da República, Decreto-Lei n.º 1/2020, 1ª Série, nº6, de 9 de janeiro de 2020, pela Presidência da República; Artigo 1º;

Ministério do Equipamento Social e do Ambiente – Secretária de Estado da Habitação e Urbanismo;

Resolução do Conselho de Ministros n.º 50-A/2018, de 2 de maio de 2018. Série I de 2 de maio de 2018, pela Presidência do Conselho de Ministros;

Resolução do Conselho de Ministros n.º 63/2021, Série I de 26 de maio de 2021, pela Presidência do Conselho de Ministros.

ÍNDICE DE TABELAS

Tabela 1 – Quadro de explicação do código de arquivação (*Casa da Arquitectura*). Fonte: Da nossa autoria;

Tabela 2 – Quadro de distribuição e atribuição dos fogos. Cooperativa de Habitação Económica Habitovar. Fonte: Material do acervo (PT/CA/PER/PA-025-05);

Tabela 3 – Quadro de distribuição dos fogos por Blocos. Cooperativa de Habitação Económica Nabância. Fonte: Material do acervo (PT/CA/PER/PA-033-05);

Tabela 4 – Quadro de distribuição dos fogos por Blocos. Cooperativa de Habitação Económica As Sete Bicas. Fonte: Revista INH, 1991;

Tabela 5 – Critérios de Edificação: Áreas. Fonte: Portaria nº. 580/83, de 17 de maio de 1983.

CRÉDITOS DAS IMAGENS

Capítulo 01.

[Fig. I] Casa da Arquitectura (Website): https://casadaarquitectura.pt/instituicao/instalacoes/futuras/;

[Fig. II] Casa da Arquitectura (Website): https://casadaarquitectura.pt/instituicao/instalacoes/futuras/;

[Fig. III] Archdaily (Website): https://www.archdaily.com.br/br/884700/real-vinicola-nil-casa-da-arquitectura-guilherme-machado-vaz. Autoria: Arquiteto Guilherme Machado Vaz;

[Fig. VI] Casa da Arquitectura (Website): https://casadaarquitectura.pt/instituicao/instalacoes/futuras/;

[Fig. V] Casa da Arquitectura (Website): https://casadaarquitectura.pt/instituicao/instalacoes/futuras/;

[Fig. VI] Casa da Arquitectura (Website): https://casadaarquitectura.pt/instituicao/instalacoes/futuras/;

[Fig. VII] Casa da Arquitectura. Website: https://casadaarquitectura.pt/instituicao/instalacoes/futuras/;

[Fig. VIII] Divisare (Website): https://divisare.com/projects/372314-guilherme-machado-vaz-luis-ferreira-alves-casa-da-arquitectura. Autoria: Fotografo Luís Ferreira Alves;

[Fig. IX] Divisare (Website): https://divisare.com/projects/372314-guilherme-machado-vaz-luis-ferreira-alves-casa-da-arquitectura. Autoria: Fotografo Luís Ferreira Alves;

Capítulo 02.

[Fig. 1] Arquivo Histórico do Porto (GisaWeb) – conjunto de 81 provas fotográficas: *Ilhas e casas insalubres;*

[Fig. 2] Teixeira. M. A (1996) Habitação Popular na cidade Oitocentista – As ilhas do Porto, p. 185;

[Fig. 3] Teixeira. M. A (1996) Habitação Popular na cidade Oitocentista – As ilhas do Porto, p. 184;

[Fig. 4] Elaborado por Paula Gândara Reis *apud* SARAIVA, R. F. (2019). *Construir além da memória. Uma ilha no Porto, Bonfim, p. 34.*

[Fig. 5] Arquivo Histórico do Porto (GisaWeb) – conjunto de 81 provas fotográficas: *Ilhas e casas insalubres;*

[Fig. 6] Arquivo Histórico do Porto (GisaWeb) – conjunto de 81 provas fotográficas: *Ilhas e casas insalubres;*

[Fig. 7] Arquivo Histórico do Porto (GisaWeb) – conjunto de 81 provas fotográficas: *Ilhas e casas insalubres;*

[Fig. 8] Arquivo Histórico do Porto (GisaWeb) – conjunto de 81 provas fotográficas: *Ilhas e casas insalubres;*

[Fig. 9] Arquivo Histórico do Porto (GisaWeb) – conjunto de 81 provas fotográficas: *Ilhas e casas insalubres;*

[Fig. 10] Arquivo Histórico do Porto (GisaWeb) – conjunto de 81 provas fotográficas: *Ilhas e casas insalubres;*

[Fig. 11] Arquivo Histórico do Porto (GisaWeb) – conjunto de 81 provas fotográficas: *Ilhas e casas insalubres;*

[Fig. 12] Arquivo Histórico do Porto (GisaWeb) – conjunto de 81 provas fotográficas: *Ilhas e casas insalubres;*

[Fig. 13] Arquivo Histórico do Porto (GisaWeb) – conjunto de 81 provas fotográficas: *Ilhas e casas insalubres;*

[Fig. 14] Arquivo Histórico do Porto (GisaWeb) – conjunto de 81 provas fotográficas: *Ilhas e casas insalubres;*

[Fig. 15] Arquivo Histórico do Porto (GisaWeb) – conjunto de 81 provas fotográficas: *Ilhas e casas insalubres;*

[Fig. 16] Arquivo Histórico do Porto (GisaWeb) – conjunto de 81 provas fotográficas: *Ilhas e casas insalubres;*

[Fig. 17] Arquivo Histórico do Porto (GisaWeb) – conjunto de 81 provas fotográficas: *Ilhas e casas insalubres;*

[Fig. 18] Arquivo Histórico do Porto (GisaWeb) – conjunto de 81 provas fotográficas: *Ilhas e casas insalubres;*

[Fig.19] Fotograma do filme *Douro, Faina Fluvial* de Manoel de Oliveira [00:11:00h];

[Fig.20] Fotograma do filme *Douro, Faina Fluvial* de Manoel de Oliveira [00:11:02h];

[Fig.21] Fotograma do filme *Douro, Faina Fluvial* de Manoel de Oliveira [00:11:09h];

[Fig.22] Fotograma do filme *Douro, Faina Fluvial* de Manoel de Oliveira [00:11:20h];

[Fig.23] Fotograma do filme *Douro, Faina Fluvial* de Manoel de Oliveira [00:11:23h];

[Fig.24] Fotograma do filme *Douro, Faina Fluvial* de Manoel de Oliveira [00:11:25h];

[Fig. 25] Arquivo Municipal de Lisboa. Autor: Artur João Goulart;

[Fig. 26] Arquivo Municipal de Lisboa. Autor: Amadeu Ferrari;

[Fig. 27] Arquivo Municipal de Lisboa. Autor: Armando Madureira;

[Fig.28] Fotograma do filme *Pátio das Cantigas* de António Ribeiro [00:03:36h];

[Fig.29] Fotograma do filme *Pátio das Cantigas* de António Ribeiro [00:36:26h];

[Fig.30] Fotograma do filme *Pátio das Cantigas* de António Ribeiro [01:46:51h];

[Fig.31] Sequência de fotogramas do filme *Pátio das Cantigas* de António Ribeiro [00:12:34 – 00:12:45h];

[Fig. 32] Fotograma do filme *Os Bairros Operários… Lisboa no Princípio do Século* de João Martins [00:04:41h];

[Fig. 33] Fotograma do filme *Os Bairros Operários… Lisboa no Princípio do Século* de João Martins [00:19:18h];

[Fig. 34] Fotograma do filme *Os Bairros Operários… Lisboa no Princípio do Século* de João Martins [00:23:09h];

[Fig. 35] Arquivo Nacional do Tombo;

[Fig. 36] Arquivo Nacional do Tombo;

[Fig. 37] Arquivo Nacional do Tombo;

[Fig. 38] Arquivo Nacional do Tombo;

[Fig. 39] Arquivo Nacional do Tombo;

[Fig. 40] Mapa da Habitação, Bairro Sídónio Pais/ Bairro de Casa Económicas da Arrábida;

[Fig. 41] Arquivo Histórico do Porto (GisaWeb), Foto Guedes;

[Fig. 42] Arquivo Histórico do Porto (GisaWeb) – Conjunto de 13 fotografias;

[Fig. 43] Arquivo Histórico do Porto (GisaWeb) – Conjunto de 13 fotografias;

[Fig. 44] Arquivo Histórico do Porto (GisaWeb) – Conjunto de 13 fotografias;

[Fig. 45] Fotograma do filme *Os Bairros Operários… Lisboa no Princípio do Século* de João Martins [00:28:01h];

[Fig. 46] Fotograma do filme *Os Bairros Operários… Lisboa no Princípio do Século* de João Martins [00:28:14h];

[Fig. 47] Arquivo Histórico do Porto (GisaWeb) – Conjunto de 2 fotografias;

[Fig. 48] Arquivo Histórico do Porto (GisaWeb) – Conjunto de 2 fotografias;

[Fig. 49] Arquivo Histórico do Porto (GisaWeb) – Conjunto de 2 fotografias;

[Fig. 50] Arquivo Histórico do Porto (GisaWeb) – Conjunto de 2 fotografias;

[Fig. 51] Arquivo Histórico do Porto (GisaWeb);

[Fig. 52] Arquivo Histórico do Porto (GisaWeb) – Conjunto de 4 fotografias;

[Fig. 53] Arquivo Histórico do Porto (GisaWeb);

[Fig. 54] Arquivo Histórico do Porto (GisaWeb) – Conjunto de 4 fotografias; [Fig. 43]

[Fig. 55] Arquivo Municipal de Lisboa. Autoria: Salvador de Almeida;

[Fig. 56] Arquivo Municipal de Lisboa. Autoria: Salvador de Almeida;

[Fig. 57] Arquivo Municipal de Lisboa. Autoria: Armando Maia Serôdio;

[Fig. 58] Arquivo Municipal de Lisboa. Autoria: Armando Maia Serôdio;

[Fig. 59] Arquivo Municipal de Lisboa. Autoria: Armando Maia Serôdio;

[Fig. 60] Arquivo Municipal de Lisboa. Autoria: Armando Maia Serôdio;

[Fig. 61] Arquivo Municipal de Lisboa. Autoria: Câmara Municipal de Lisboa – Repartição dos Serviços Culturais, Seção de Propaganda e Turismo;

[Fig. 62] Arquivo Municipal de Lisboa

[Fig. 63] Centro de Documentação do 25 de abril: Coleção de fotografia Alexandre Alves-Costa;

[Fig. 64] Centro de Documentação do 25 de abril: Coleção de fotografia Alexandre Alves-Costa;

[Fig. 65] Centro de Documentação do 25 de abril: Coleção de fotografia Alexandre Alves-Costa;

[Fig. 66] Centro de Documentação do 25 de abril: Coleção de fotografia Alexandre Alves-Costa;

[Fig. 67] Centro de Documentação do 25 de abril: Coleção de fotografia Alexandre Alves-Costa;

[Fig. 68] Centro de Documentação do 25 de abril: Coleção de diapositivos Alexandre Alves-Costa;

[Fig. 69] Centro de Documentação do 25 de abril: Coleção de diapositivos Alexandre Alves-Costa;

[Fig. 70] Fotograma do filme *Continuar a Viver* de António C. Telles [00:06:43h]

[Fig. 71] Fotograma do filme *Continuar a Viver* de António C. Telles [00:10:38h]

[Fig. 72] Fotograma do filme *Continuar a Viver* de António C. Telles [00:47:54h]

[Fig. 73] Fotograma do filme *Continuar a Viver* de António C. Telles [01:16:51h]

[Fig. 74] Centro de Documentação do 25 de abril: Coleção de diapositivos Alexandre Alves-Costa;

[Fig. 75] Centro de Documentação do 25 de abril: Coleção de diapositivos Alexandre Alves-Costa;

[Fig. 66] Centro de Documentação do 25 de abril: Coleção de fotografia Paulo Portas;

[Fig. 77] Centro de Documentação do 25 de abril: Coleção de fotografia Paulo Portas;

[Fig. 78] Centro de Documentação do 25 de abril: Coleção de fotografia Alexandre Alves-Costa;

[Fig. 79] Centro de Documentação do 25 de abril: Coleção de fotografia Paulo Portas;

[Fig. 80] Centro de Documentação do 25 de abril: Coleção de fotografia Paulo Portas;

[Fig. 81] Centro de Documentação do 25 de abril: Coleção de diapositivos Alexandre Alves-Costa;

[Fig. 82] Centro de Documentação do 25 de abril: Coleção de fotografia Alexandre Alves-Costa;

[Fig. 83] Centro de Documentação do 25 de abril: Coleção de fotografia Alexandre Alves-Costa;

[Fig. 84] Centro de Documentação do 25 de abril: Coleção de fotografia Alexandre Alves-Costa;

[Fig. 85] Centro de Documentação do 25 de abril: Coleção de fotografia Alexandre Alves-Costa;

[Fig. 86] Fotograma do filme *Casa para o Povo* de Catarina Alves-Costa [00:01:30h]

[Fig. 87] Fotograma do filme *Casa para o Povo* de Catarina Alves-Costa [00:01:19h]

[Fig. 88] FENACHE;

[Fig. 89] Cooperativa de Habitação e Construção de Cedofeita, CRL;

[Fig. 90] Organização: Ação pela Habitação;

[Fig. 91] Instituto Português de Estatística;

[Fig. 92] Biblioteca e Arquivo de José Pacheco Pereira;

[Fig. 93] Biblioteca e Arquivo de José Pacheco Pereira.

Capítulo 03.

[Fig. 94] Arquivo Histórico-Social/ Projecto Mosca (Website): http://mosca-servidor.xdi.uevora.pt/arquivo/?p=digitallibrary/digitalcontent&id=882

[Fig. 95] HSB BRF (website): https://www.hsb.se/stockholm/brf/finnbodaport/om-foreningen/valkommen-hem/

[Fig. 96] Google Maps (website): https://www.google.com/maps/@59.3094095,18.1217585,644a,35y,39.26t/data=!3m1!1e3

[Fig. 97] Co-operative Housing Internacional (website): https://www.housinginternational.coop/co-ops/sweden/. Autoria: Mats Samuelsson.

Capítulo 04.

[Fig. 98] Federico Babina (website): https://federicobabina.com/work; Capa da Edge Conditions Magazine. Autoria Federico Babina;

[Fig. 99] Plataforma Unsplash (website): https://unsplash.com/photos/9vN81NNl30k Autoria: Yana Marudova;

[Fig. 100] Hansaviertel Berlim (website): https://hansaviertel.berlin/en/bauwerke/haendelallee-3-9-w-gropius-tac-w-ebert/;

[Fig. 101] Fondation Le Corbusier (Website): http://www.fondationlecorbusier.fr/corbuweb/morpheus.aspx?sysId=65&sysLanguage=en-en&itemPos=1&sysParentId=65&clearQuery=1;

[Fig. 102] Hansaviertel Berlim (website): https://hansaviertel.berlin/en/bauwerke/haendelallee-3-9-w-gropius-tac-w-ebert/;

[Fig. 103] Fundació Mies Van der Rohe Barcelona (Website): https://miesbcn.com/the-pavilion/images/;

[Fig. 104] Casa Tudendhat (website): https://www.tugendhat.eu/en/mies-online/photogallery-before-reconstruction-2010.html. Autoria: David Židlický;

[Fig. 105] Casa Tudendhat (website): https://www.tugendhat.eu/en/mies-online/photogallery-before-reconstruction-2010.html. Autoria: David Židlický;

[Fig. 106] Plataforma Unsplash (website): https://unsplash.com/photos/rgl1uZyaEww. Autoria: Kirk Thornton;

[Fig. 107] Plataforma Unsplash (website): https://unsplash.com/photos/bUFq3qz7PI4. Autoria: Claudia Lorusso;

[Fig. 108] Fundação Frank L. Wright (website): https://franklloydwright.org/site/arthur-heurtley-house/;

[Fig. 109] José António Coderch (website): http://joseantoniocoderch.org/casa-senillosa/;

[Fig. 110] José António Coderch (website): http://joseantoniocoderch.org/casa-senillosa/;

[Fig. 111] José António Coderch (website): http://joseantoniocoderch.org/casa-catasus/;

[Fig. 112] José António Coderch (website): http://joseantoniocoderch.org/casa-catasus/;

[Fig. 113] Museum Alvar Aalto (website): https://www.alvaraalto.fi/en/architecture/saynatsalo-town-hall/. Autoria: Maija Holma;

[Fig. 114] Museum Alvar Aalto (website): https://www.alvaraalto.fi/en/architecture/saynatsalo-town-hall/;

[Fig. 115] Museum Alvar Aalto (website): https://www.alvaraalto.fi/en/architecture/saynatsalo-town-hall/. Autoria: Maija Holma;

[Fig. 116] OfHouse (website): https://ofhouses.com/post/184171586936/662-erik-gunnar-asplund-villa-snellman. Autoria: Andreas Buschmann;

[Fig. 117] OfHouse (website): https://ofhouses.com/post/184171586936/662-erik-gunnar-asplund-villa-snellman. Autoria: Andreas Buschmann;

[Fig. 118] OfHouse (website): https://ofhouses.com/post/184171586936/662-erik-gunnar-asplund-villa-snellman. Autoria: Andreas Buschmann;

[Fig. 119] OfHouse (website): https://ofhouses.com/post/184171586936/662-erik-gunnar-asplund-villa-snellman. Autoria: Andreas Buschmann;

[Fig. 120] OfHouse (website): https://ofhouses.com/post/104746752875/127-erik-gunnar-asplund-summer-house-at. Curadoria: Ido Avissar;

[Fig. 121] OfHouse (website): https://ofhouses.com/post/104746752875/127-erik-gunnar-asplund-summer-house-at. Curadoria: Ido Avissar;

[Fig. 122] OfHouse (website): https://ofhouses.com/post/104746752875/127-erik-gunnar-asplund-summer-house-at. Curadoria: Ido Avissar;

[Fig. 123] OfHouse (website): https://ofhouses.com/post/149825467920/344-

jørn-utzon-can-lis-santany%C3%AD. Autoria: Henning Larsen et al;

[Fig. 124] OfHouse (website): https://ofhouses.com/post/149825467920/344-jørn-utzon-can-lis-santany%C3%AD. Autoria: Henning Larsen et al;

[Fig. 125] FERREIRA, J. M. F. F. (2009) A Periferia Perfeita, Pós-Modernidade na Arquitectura Portuguesa, Anos 60-Anos 80, p. 38;

[Fig. 126] Google Maps (website): https://www.google.com/maps/@41.1590845,-8.6530904,3a,75y,295.89h,96.82t/data=!3m6!1e1!3m4!1soWJtAGbMWAoHjp70KE3AZg!2e0!7i16384!8i8192?hl=pt-PT;

[Fig. 127] FERREIRA, J. M. F. F. (2009) A Periferia Perfeita, Pós-Modernidade na Arquitectura Portuguesa, Anos 60-Anos 80, p. 42;

[Fig. 128] Google Maps (website): https://www.google.com/maps/@38.7249892,-9.1475829,3a,75y,100.17h,97.66t/data=!3m6!1e1!3m4!1sgs2J-0gC-BLl26qvsMAaDQ!2e0!7i16384!8i8192?hl=pt-PT;

[Fig. 129] Olhares (Website): https://olhares.com/igreja-sagrado-coracao-de-jesus-lisboa-foto6036057.html. Autoria: Rita Bastião;

[Fig. 130] Fundação Marques da Silva (website): https://arquivoatom.up.pt/index.php/alcado-10;

[Fig. 131] Arquitectures (website): https://darquitectura.tumblr.com/post/174657366002/549-fernando-távora-casa-dr-fernando-ribeiro Curadoria: Pedro Dionísio;

[Fig. 132] Arquitectures (website): https://darquitectura.tumblr.com/post/174657366002/549-fernando-távora-casa-dr-fernando-ribeiro Curadoria: Pedro Dionísio;

[Fig. 133] Arquitectures (website): https://darquitectura.tumblr.com/post/174657366002/549-fernando-távora-casa-dr-fernando-ribeiro Curadoria: Pedro Dionísio;

[Fig. 134] Website Alvar Aalto https://www.alvaraalto.fi/en/architecture/neue-vahr-highrise-residential-building/. Autoria: Franz Scheper;

[Fig. 135] Website Alvar Aalto https://www.alvaraalto.fi/en/architecture/neue-vahr-highrise-residential-building/;

[Fig. 136] Museum Alvar Aalto (website): https://www.alvaraalto.fi/en/architecture/wolfsburg-cultural-centre/. Autoria: Maija Holma;

[Fig. 137] Museum Alvar Aalto (website): https://www.alvaraalto.fi/en/architecture/wolfsburg-cultural-centre/. Autoria: Maija Holma;

[Fig. 138] Museum Alvar Aalto (website): https://www.alvaraalto.fi/en/architecture/wolfsburg-cultural-centre/.

[Fig. 139] Museum Alvar Aalto (website): https://www.alvaraalto.fi/en/architecture/wolfsburg-cultural-centre/. Autoria: Maija Holma;

[Fig. 140] Hansaviertel Berlim (website): https://hansaviertel.berlin/en/bauwerke/klopstockstrasse-30-32-alvar-aalto/#alvar-aalto;

[Fig. 141] Hansaviertel Berlim (website): https://hansaviertel.berlin/en/bauwerke/klopstockstrasse-30-32-alvar-aalto/#alvar-aalto;

[Fig. 142] RAMALHO, P. (1990). Itinerário, p. 37;

[Fig. 143] RAMALHO, P. (1990). Itinerário, p. 37;

[Fig. 144] RAMALHO, P. (1990). Itinerário, p. 37;

[Fig. 145] RAMALHO, P. (1990). Itinerário, p. 38;

[Fig. 146] RAMALHO, P. (1990). Itinerário, p. 38;

[Fig. 147] Green-Acres (website): https://www.green-acres.pt/pt/properties/61494a-47630.htm?utm_source=Mitula&utm_medium=CPC&utm_campaign=premium;

[Fig. 148] Green-Acres (website):https://www.green-acres.pt/pt/properties/61494a-47630.htm?utm_source=Mitula&utm_medium=CPC&utm_campaign=premium;

[Fig. 149] Green-Acres (website): https://www.green-acres.pt/pt/properties/61494a-

47630.htm?utm_source=Mitula&utm_medium=CPC&utm_campaign=premium;

[Fig. 150] Green-Acres (website):https://www.green-acres.pt/pt/properties/61494a-47630.htm?utm_source=Mitula&utm_medium=CPC&utm_campaign=premium;

[Fig. 151] Green-Acres (website): https://www.green-acres.pt/pt/properties/61494a-47630.htm?utm_source=Mitula&utm_medium=CPC&utm_campaign=premium;

[Fig. 152] Green-Acres (website):https://www.green-acres.pt/pt/properties/61494a-47630.htm?utm_source=Mitula&utm_medium=CPC&utm_campaign=premium;

[Fig. 153] RISSELADA, M. (1993) – Documentation of 16 houses, p. 93;

[Fig. 154] RISSELADA, M. (1993) – Documentation of 16 houses, p. 91;

[Fig. 155] Adolf Loos in Prague (website): https://adolfloos.cz/en/villa-muller;

[Fig. 156] Adolf Loos in Prague (website): https://adolfloos.cz/en/villa-muller;

[Fig. 157] RAMALHO, P. (1990). Itinerário, p. 44;

[Fig. 158] RAMALHO, P. (1990). Itinerário, p. 44;

[Fig. 159] RAMALHO, P. (1990). Itinerário, p. 45;

[Fig. 160] RAMALHO, P. (1990). Itinerário, p. 45;

[Fig. 161] MILANO. M.; CREMASCOLI (2016) – *Alexandre Alves-Costa, Os Verdes Anos*. Fotografia da autoria: Inês D' Orey; p. 15;

[Fig. 162] MILANO. M.; CREMASCOLI (2016) – *Alexandre Alves-Costa, Os Verdes Anos*. Fotografia da autoria: Inês D' Orey; p. 29;

[Fig. 163] RAMALHO, P. (1990). Itinerário, p. 50;

[Fig. 164] RAMALHO, P. (1990). Itinerário, p. 51;

[Fig. 165] RAMALHO, P. (1990). Itinerário, p. 52;

[Fig. 166] RAMALHO, P. (1990). Itinerário, p. 52;

[Fig. 167] SIPA (website): http://www.monumentos.gov.pt/site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=27205;

[Fig. 168] SIPA (website): http://www.monumentos.gov.pt/site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=27205;

[Fig. 169] COSTA-ALVES, A. & FERNADEZ, S. (2020) – *Cidade Participada: Arquitectura e Democracia, Operações SAAL: Antas, Pedro Ramalho*, p. 107;

[Fig. 170] COSTA-ALVES, A. & FERNADEZ, S. (2020) – *Cidade Participada: Arquitectura e Democracia, Operações SAAL: Antas, Pedro Ramalho*, p. 107;

[Fig. 171] RAMALHO, P. (1990). Itinerário, p. 56;

[Fig. 172] RAMALHO, P. (1990). Itinerário, p. 58;

[Fig. 173] COSTA-ALVES, A. & FERNADEZ, S. (2020) – *Cidade Participada: Arquitectura e Democracia, Operações SAAL: Antas, Pedro Ramalho*, p. 67;

[Fig. 174] RAMALHO, P. (1990). Itinerário, p. 58;

[Fig. 175] COSTA-ALVES, A. & FERNADEZ, S. (2020) – *Cidade Participada: Arquitectura e Democracia, Operações SAAL: Antas, Pedro Ramalho*, p. 44;

[Fig. 176] Centro de Documentação do 25 de abril; Coleção de fotografia Alexandre Alves-Costa;

[Fig. 177] Centro de Documentação do 25 de abril; Coleção de fotografia Alexandre Alves-Costa;

[Fig. 178] COSTA-ALVES, A. & FERNADEZ, S. (2020) – *Cidade Participada: Arquitectura e Democracia, Operações SAAL: Antas, Pedro Ramalho*, p. 49;

[Fig. 179] COSTA-ALVES, A. & FERNADEZ, S. (2020) – *Cidade Participada: Arquitectura e*

Democracia, Operações SAAL: Antas, Pedro Ramalho, p. 51;

[Fig. 180] Centro de Documentação do 25 de abril; Coleção de fotografia Alexandre Alves-Costa;

[Fig. 181] Centro de Documentação do 25 de abril; Coleção de fotografia Alexandre Alves-Costa;

[Fig. 182] Centro de Documentação do 25 de abril; Coleção de fotografia Nuno Portas;

[Fig. 183] RAMALHO, P. (1990). Itinerário, p. 5;

[Fig. 184] Centro de Documentação do 25 de abril; Coleção de fotografia Nuno Portas;

[Fig. 185] Centro de Documentação do 25 de abril; Coleção de fotografia Alexandre Alves-Costa;

[Fig. 186] Centro de Documentação do 25 de abril; Coleção de fotografia Nuno Portas;

[Fig. 187] Centro de Documentação do 25 de abril; Coleção de fotografia Nuno Portas;

[Fig. 188] Google Maps (website): https://www.google.pt/maps/@41.1441127,-8.601139,3a,60y,49.58h,90t/data=!3m6!1e1!3m4!1s8EhfDDYKjFbixp2IkNotBg!2e0!7i16384!8i8192;

[Fig. 189] Google Maps (website): https://www.google.pt/maps/@41.1441127,-8.601139,3a,60y,24.93h,98.67t/data=!3m6!1e1!3m4!1s8EhfDDYKjFbixp2IkNotBg!2e0!7i16384!8i8192;

[Fig. 190] FRAMPTON, K. (????) – *Profésion poética -Profissão poética*/ Álvaro Siza Vieira *apud* GOMES. M.I. (2015) *Sobre a Realidade Social e a Autonomia do Desenho. Da ESBAP à política de habitação nos projetos SAAL de Siza Vieira*. p. 62;

[Fig. 191] Drawing mater COLLECTIONS – Álvaro Siza *apud* GOMES. M.I. (2015) *Sobre a Realidade Social e a Autonomia do Desenho. Da ESBAP à política de habitação nos projetos SAAL de Siza Vieira*. p. 67;

[Fig. 192] Espaço de Arquitetura (website): https://espacodearquitetura.com/projetos/bairro-da-bouca/. Arquivo Álvaro Siza;

[Fig. 193] Espaço de Arquitetura (website): https://espacodearquitetura.com/projetos/bairro-da-bouca/. Arquivo Álvaro Siza;

[Fig. 194] RAMALHO, P. (1990). Itinerário, p. 62;

[Fig. 195] Google Maps (website): https://www.google.com/maps/@40.8663178,-8.6268844,27a,35y,359.97h,73.9t/data=!3m1!1e3?hl=pt-PT;

[Fig. 196] Google Maps (website): https://www.google.com/maps/@40.8663178,-8.6268844,27a,35y,359.97h,73.9t/data=!3m1!1e3?hl=pt-PT;

[Fig. 197] Google Maps (website): https://www.google.com/maps/@40.8668757,-8.6268756,3a,75y,3.29h,87.53t/data=!3m6!1e1!3m4!1slqHsKgPqSCKpjh0XCVycKg!2e0!7i16384!8i8192?hl=pt-PT;

[Fig. 198] RAMALHO, P. (1990). Itinerário, p. 63;

[Fig. 199] RAMALHO, P. (1990). Itinerário, p. 63.

[Fig. 200] Acervo CA - (PT/CA/PER/PA-025-03);

[Fig. 201] Google Earth (Website): *https://earth.google.com/web/search/ovar/@40.86033537,-8.62801693,9.92787698a,5019.67541647d,35.00007107y,0.00005653h,0t,0r/data=CigiJgokCcZso2jOcERAEQkzEhXYbERAGaQ_YR-SNiHAIbxNfbptRyHA;*

[Fig. 202] Google Earth (Website): *https://earth.google.com/web/search/ovar/@40.86607262,-8.6248183,15.03565695a,2619.24395031d,35.00007107y,0.00005068h,0t,0r/data=CigiJgokCcZso2jOcERAEQkzEhXYbERAGaQ_YR-SNiHAIbxNfbptRyHA;*

[Fig. 203] Etc e Tal Jornal (Website): https://etcetaljornal.pt/j/2021/04/45-o-aniversario-da-habitovar-cooperativa-de-habitacao-de-ovar-reclama-promessas-dos-autarcas-por-cumprir/. Autoria: José Lopes;

[Fig. 204] Etc e Tal Jornal (Website): https://etcetaljornal.pt/j/2021/04/45-o-aniversario-da-habitovar-cooperativa-de-habitacao-de-ovar-reclama-promessas-dos-autarcas-por-cumprir/. Autoria: José Lopes;

[Fig. 205] Etc e Tal Jornal (Website): https://etcetaljornal.pt/j/2021/04/45-o-aniversario-da-habitovar-cooperativa-de-habitacao-de-ovar-reclama-promessas-dos-autarcas-por-cumprir/. Autoria: José Lopes;

[Fig. 206] Etc e Tal Jornal (Website): https://etcetaljornal.pt/j/2021/04/45-o-aniversario-da-habitovar-cooperativa-de-habitacao-de-ovar-reclama-promessas-dos-autarcas-por-cumprir/. Autoria: José Lopes;

[Fig. 207] Etc e Tal Jornal (Website): https://etcetaljornal.pt/j/2021/04/45-o-aniversario-da-habitovar-cooperativa-de-habitacao-de-ovar-reclama-promessas-dos-autarcas-por-cumprir/. Autoria: José Lopes;

[Fig. 208] Etc e Tal Jornal (Website): https://etcetaljornal.pt/j/2021/04/45-o-aniversario-da-habitovar-cooperativa-de-habitacao-de-ovar-reclama-promessas-dos-autarcas-por-cumprir/. Autoria: José Lopes;

[Fig. 209] Etc e Tal Jornal (Website): https://etcetaljornal.pt/j/2021/04/45-o-aniversario-da-habitovar-cooperativa-de-habitacao-de-ovar-reclama-promessas-dos-autarcas-por-cumprir/. Autoria: José Lopes;

[Fig. 210] Etc e Tal Jornal (Website): https://etcetaljornal.pt/j/2021/04/45-o-aniversario-da-habitovar-cooperativa-de-habitacao-de-ovar-reclama-promessas-dos-autarcas-por-cumprir/. Autoria: José Lopes;

[Fig. 211] Etc e Tal Jornal (Website): https://etcetaljornal.pt/j/2021/04/45-o-aniversario-da-habitovar-cooperativa-de-habitacao-de-ovar-reclama-promessas-dos-autarcas-por-cumprir/. Autoria: José Lopes;

[Fig. 212] Etc e Tal Jornal (Website): https://etcetaljornal.pt/j/2021/04/45-o-aniversario-da-habitovar-cooperativa-de-habitacao-de-ovar-reclama-promessas-dos-autarcas-por-cumprir/. Autoria: José Lopes;

[Fig. 213] Etc e Tal Jornal (Website): https://etcetaljornal.pt/j/2021/04/45-o-aniversario-da-habitovar-cooperativa-de-habitacao-de-ovar-reclama-promessas-dos-autarcas-por-cumprir/. Autoria: José Lopes;

[Fig. 214] Etc e Tal Jornal (Website): https://etcetaljornal.pt/j/2021/04/45-o-aniversario-da-habitovar-cooperativa-de-habitacao-de-ovar-reclama-promessas-dos-autarcas-por-cumprir/. Autoria: José Lopes;

[Fig.215] Etc e Tal Jornal (Website): https://etcetaljornal.pt/j/2021/04/45-o-aniversario-da-habitovar-cooperativa-de-habitacao-de-ovar-reclama-promessas-dos-autarcas-por-cumprir/. Autoria: José Lopes;

[Fig. 216] RAMALHO, P. (1990). Itinerário. p. 62;

[Fig. 217] Google Earth (Website): https://earth.google.com/web/search/ovar/@40.86872927,-8.62738264,27.31411681a,1059.44074261d,35y,0.00000001h,0.5054635t,0r/data=CigiJgokCcZso2jOcERAEQkzEhXYbERAGaQ_YR-SNiHAIbxNfbptRyHAMicKJQojCiExWjdTM0FaRjRtWGxmanRsYkxvblpzblZEejc5cjJwTWw;

[Fig. 218] Google Earth (Website): https://earth.google.com/web/@40.86877283,-8.6281276,23.99861985a,412.78001879d,35y,108.6317251h,59.99883465t,0r/data=MicKJQoj

CiExWjdTM0FaRjRtWGxmanRsYkxvblpzblZEejc5cjJwTWw;

[Fig. 219] RAMALHO, P. (1990). Itinerário. p. 62;

[Fig. 220] i.pinimg (Website): https://i.pinimg.com/originals/38/46/88/384688a0b1d459775986af73a6ff7a61.jpg;

[Fig. 221] Câmara Municipal de Ílhavo (2013). Revisão PDM Ílhavo, p.12;

[Fig. 222] Câmara Municipal de Ílhavo (Website): https://www.cm-ilhavo.pt/cmilhavo2020/uploads/writer_file/document/2316/REFORMA_ADMIN_ILHAVO_2013.pdf ;

[Fig. 223] Câmara Municipal de Ílhavo (Website): https://www.cm-ilhavo.pt/cmilhavo2020/uploads/writer_file/document/2316/REFORMA_ADMIN_ILHAVO_2013.pdf.;

[Fig. 224] Google Earth (Website): https://earth.google.com/web/@40.60115414,-8.66880232,9.5981757a,4243.67455624d,34.99999556y,0h,0t,0r/data=MicKJQojCiExWjdTM0FaRjRtWGxmanRsYkxvblpzblZEejc5cjJwTWw;

[Fig. 225] Google Earth (Website): https://earth.google.com/web/@40.60115414,-8.66880232,9.5981757a,4243.67455624d,34.99999556y,0h,0t,0r/data=MicKJQojCiExWjdTM0FaRjRtWGxmanRsYkxvblpzblZEejc5cjJwTWw;

[Fig. 226] Google Earth (Website): https://earth.google.com/web/search/avenida+25+abril+aveiro/@40.63329195,-8.64736427,14.31875521a,381.93536227d,35y,-173.59968829h,44.99747785t,-0r/data=CigiJgokCWtg5f8vdURAEeJEG1HDW0RAGcjFY6d_8CDAIXcVGokSlyHAMicKJQojCiExWjdTM0FaRjRtWGxmanRsYkxvblpzblZEejc5cjJwTWw ;

[Fig. 227] SIPA (Website): http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=6271

[Fig. 228] Google Earth (Website): https://earth.google.com/web/@39.60423087,-8.4047056,61.06355328a,4918.26841291d,35y,0h,0t,0r;

[Fig. 229] Google Earth (Website): https://earth.google.com/web/@39.60169438,-8.40188871,62.41722298a,461.79948255d,34.99999771y,0.00000001h,60.00000525t,360r/data=MicKJQojCiExWjdTM0FaRjRtWGxmanRsYkxvblpzblZEejc5cjJwTWw;

[Fig. 230] Boletim Nabância n.4 (1978), p.3;

[Fig. 231] Boletim Nabância n.6 (1979), p.7;

[Fig. 232] A Voz de Leça (Website): www.artigosvozdeleca.blogspot.pt/ Autoria: s/a;

[Fig. 233] Google Earth (Website): https://earth.google.com/web/search/Rio+Leça/@41.19135695,-8.68449571,2.58508568a,1704.66496519d,35y,67.60060744h,59.98448628t,0r/data=CigiJgokCUNTAoHEnERAEQxlCIqGnERAGaYoMLOQJiHAIQHDN37WJyHA;

[Fig. 234] Google Earth (Website): https://earth.google.com/web/search/Rio+Leça/@41.19135695,-8.68449571,2.58508568a,1704.66496519d,35y,67.60060744h,59.98448628t,0r/data=CigiJgokCUNTAoHEnERAEQxlCIqGnERAGaYoMLOQJiHAIQHDN37WJyHA;

[Fig. 235] GOMES, F. (2013). Cooperativas de Habitação Económicas e a forma urbana de Matosinhos 1965|2003. p.195;

[Fig. 236] GOMES, F. (2013). Cooperativas de Habitação Económicas e a forma urbana de Matosinhos 1965|2003. p.203;

[Fig. 237] Google Earth (Website): https://earth.google.com/web/@41.18994766,-8.65991666,75.65463896a,855.37690662d,35y,-0h,0t,0r/data=MicKJQojCiExWjdTM0FaRjRtWGxmanRsYkxvblpzblZEejc5cjJwTWw;

[Fig. 238] Google Earth. Website: https://earth.google.com/web/@41.19003881,-8.65976612,90.21009195a,544.61267422d,34.99991982y,-16.36668024h,0t,0r/data=MicKJQojCiExWjdTM0FaRjRtWGxmanRsYkxvblpzblZEejc5cjJwTWw;

[Fig. 239] Google Earth (Website): https://earth.google.com/web/@41.19045332,-8.66006474,83.3507182a,1057.73589112d,35y,166.48931689h,60t,0r/data=KAI;

[Fig. 240] Google Earth (Website): https://earth.google.com/web/@41.19045332,-8.66006474,83.3507182a,1057.73589112d,35y,166.48931689h,60t,0r/data=KAI;

[Fig. 241] Arquivo Histórico do Porto (GisaWeb) – Fotografia aéria da cidade do Porto: 1939-1940: fiada 6, nº 053. Website: http://gisaweb.cm-porto.pt/units-of-description/documents/587479/?q=senhora+da+hora;

[Fig. 242] Google Earth (Website): https://earth.google.com/web/@41.18211506,-8.66613753,50.29667295a,579.77629096d,35y,-80.38635175h,44.99677292t,359.9999988r/data=MicKJQojCiExWjdTM0FaRjRtWGxmanRsYkxvblpzblZEejc5cjJwTWw;

[Fig. 243] INH. (1991). Prémio INH 1991 de Promoção Cooperativa, p.7;

[Fig.244] Google Earth (Website): https://earth.google.com/web/@41.18211506,-8.66613753,50.29667295a,579.77629096d,35y,-80.38635175h,44.99677292t,359.9999988r/data=MicKJQojCiExWjdTM0FaRjRtWGxmanRsYkxvblpzblZEejc5cjJwTWw;

[Fig. 245] INH. (1991). Prémio INH 1991 de Promoção Cooperativa, p.9;

[Fig. 246] INH. (1991). Prémio INH 1991 de Promoção Cooperativa, p.7;

[Fig. 247] INH. (1991). Prémio INH 1991 de Promoção Cooperativa, p.8;

[Fig. 248] INH. (1991). Prémio INH 1991 de Promoção Cooperativa, p. 8;

[Fig. 249] Google Maps (Website): https://www.google.com/maps/@40.8673623,-8.6282524,71a,35y,329.94h,66.54t/data=!3m1!1e3?hl=pt-PT;

[Fig. 250] Google Maps (Website): https://www.google.com/maps/@40.8704552,-8.6298022,39a,35y,154.94h,79.26t/data=!3m1!1e3?hl=pt-PT;

[Fig. 251] Google Maps (Website): https://www.google.com/maps/@40.8694395,-8.6288499,3a,75.2y,234.8h,86.31t/data=!3m6!1e1!3m4!1svJfrjvLUePdsfN36r8U7Og!2e0!7i16384!8i8192?hl=pt-PT.

[Fig. 252] "Zobeide City" Série: [in]visible cities (Website): https://karinapuente.com/shop-1. Autoria: Karina Puente;

[Fig. 253] " City Dorothea" Série: [in]visible cities (Website): https://karinapuente.com/shop-1. Autoria: Karina Puente;

[Fig. 254] "City Zirma" Série: [in]visible cities (Website): https://karinapuente.com/shop-1. Autoria: Karina Puente;

[Fig. 255] " City Anastasia" Série: [in]visible cities (Website): https://karinapuente.com/shop-1. Autoria: Karina Puente;

[Fig. 256] " City Zaira" Série: [in]visible cities (Website): https://karinapuente.com/shop-1. Autoria: Karina Puente;

[Fig. 257] MoMA (Website).

[Fig. 258] MoMA (Website).

[Fig. 259] Esther Stocker (Website).

[Fig. 260] Série: The Architecture of Light. Lens Culture (Website): https://www.lensculture.com/sergenajjar?modal=project-95711. Autoria: Serge Najjar

[Fig. 261] Série: The Architecture of Light. Lens Culture (Website): https://www.lensculture.com/sergenajjar?modal=project-95711. Autoria: Serge Najjar

[Fig. 262] Fotograma do filme *Splitting* de Gordon Matta-Clark [00:10:24h]

[Fig. 263] Fotograma do filme *Conical Intersect* de Gordon Matta-Clark [00:13:19h]

[Fig. 264] Iwan Baan (Website): https://iwan.com/portfolio/search-villa-vals/#7949; Autoria: Iwan Baan;

[Fig. 265] Iwan Baan (Website): https://iwan.com/portfolio/search-villa-vals/#7949; Autoria: Iwan Baan;

[Fig. 266] Iwan Baan (Website): https://iwan.com/portfolio/search-villa-vals/#7949; Autoria: Iwan Baan;

[Fig. 267] Archello (Website): https://archello.com/story/55668/attachments/photos-videos; Autoria: Jack Hobhouse;

[Fig. 268] Archello (Website): https://archello.com/story/55668/attachments/photos-videos; Autoria: Jack Hobhouse;

[Fig. 269] Website: Museum Alvar Aalto. Autoria: Martti Kapanen;

[Fig. 270] Lucien Hervé (Website): https://lucienherve.com/N_IV_130.html. Autoria: Lucien Hervé;

[Fig. 271] Roland Halbe (Website): https://rolandhalbe.eu/portfolio/casa-ghat-by-nunez/. Autoria: Roland Halbe.

[Fig. 272] Roland Halbe (Website): https://rolandhalbe.eu/portfolio/casa-ghat-by-nunez/. Autoria: Roland Halbe.

[Fig. 273] Roland Halbe (Website): https://rolandhalbe.eu/portfolio/casa-bahia-azul-by-cecilia-puga/. Autoria: Roland Halbe.

[Fig. 274] Roland Halbe (Website): https://rolandhalbe.eu/portfolio/casa-bahia-azul-by-cecilia-puga/. Autoria: Roland Halbe.

[Fig. 275] Ivo Tavares (Website): https://www.ivotavares.net/casa-a-rem-arquitetos/. Autoria: Ivo Tavares Studios

[Fig. 276] Ivo Tavares (Website): https://www.ivotavares.net/casa-a-rem-arquitetos/. Autoria: Ivo Tavares Studios

[Fig. 277] Federico Babina (Website): https://federicobabina.com/DIODRAMA. Autoria Federico Babina;

[Fig. 278] Ivo Tavares (Website): https://www.ivotavares.net/rua-da-alegria-porto-mimool/. Autoria: Ivo Tavares Studios;

[Fig. 279] Ivo Tavares (Website): https://www.ivotavares.net/rua-da-alegria-porto-mimool/. Autoria: Ivo Tavares Studios;

[Fig. 280] Ivo Tavares (Website): https://www.ivotavares.net/golgota-floret-arquitectura-no-porto/. Autoria: Ivo Tavares Studios;

[Fig. 281] Ivo Tavares (Website): https://www.ivotavares.net/golgota-floret-arquitectura-no-porto/. Autoria: Ivo Tavares

[Fig. 282] Federico Babina (Website): https://federicobabina.com/work. Autoria Federico Babina;

[Fig. 283] Plataforma Unsplash. Autoria: Jonathan Borba;

[Fig. 284] Plataforma Unsplash. Autoria: Mohammad Mahdi Samei;

[Fig. 285] Plataforma Unsplash. Autoria: Arno Smit;

[Fig. 286] Plataforma Unsplash. Autoria: Jonathan Borba;

[Fig. 287] Plataforma Unsplash. Autoria: Stephan Bechert;

[Fig. 288] Plataforma Unsplash. Autoria: Harmanjot Kaur;

[Fig. 289] Plataforma Unsplash. Autoria: Nasim Keshmiri;

[Fig. 290] Plataforma Unsplash. Autoria: Gantas Vaičiulėnas;

[Fig. 291] Plataforma Unsplash. Autoria: Raphael Nast;

[Fig. 292] Plataforma Unsplash. Autoria: Fabio Hanashine;

[Fig. 293] Plataforma Unsplash. Autoria: David Schultz;

[Fig. 294] Plataforma Unsplash. Autoria: Ulrich Derboven;

[Fig. 295] Plataforma Unsplash. Autoria: Anita Jankovic;

[Fig. 296] Plataforma Unsplash. Autoria: Charisse Kenion;

[Fig.297] Plataforma Unsplash. Autoria: Jon Tyson;

[Fig. 298] Plataforma Unsplash. Autoria: Sven Brandsna;

[Fig. 299] Plataforma Unsplash. Autoria: Laura Fuhrman;

[Fig. 300] ALVES-COSTA, A; TAVARES, A.; FIGUEIRA, J.; *et al*., (2008) – *Só Nós e Santa Tecla: A Casa de Caminha de Sérgio Fernandez.* Fotografia da autoria: Inês D' Orey; p. 88;

[Fig. 301] ALVES-COSTA, A; TAVARES, A.; FIGUEIRA, J.; *et al*., (2008) – *Só Nós e Santa Tecla: A Casa de Caminha de Sérgio Fernandez*. Fotografia da autoria: Inês D' Orey; p.(?);

[Fig. 302] MILANO. M.; CREMASCOLI (2016) – *Alexandre Alves-Costa, Os Verdes Anos*. Fotografia da autoria: Inês D' Orey; p. 41;

[Fig. 303] MILANO. M.; CREMASCOLI (2016) – *Alexandre Alves-Costa, Os Verdes Anos*. Fotografia da autoria: Inês D' Orey; p. 12;

[Fig. 304] MILANO. M.; CREMASCOLI (2016) – *Alexandre Alves-Costa, Os Verdes Anos*. Fotografia da autoria: Inês D' Orey; p. 48;

[Fig. 305] Museum Alvar Aalto (Website).

[Fig. 306] Museum Alvar Aalto Website). Autoria: Maija Holma

[Fig. 307] Museum Alvar Aalto (Website). Autoria: Eva já Pertti Ingervo;

[Fig. 308] La Casa Ugalde (Website): https://www.casaugalde.com/imagenes-exterior/;

[Fig. 309] Coleção: Nasjonalmuseet. Autoria: Dextra Photo;

[Fig. 310] Arquitectura Viva (Website). Autoria: Torben Eskerod e Bent Ryberg;

[Fig. 311] Arquitectura Viva (Website). Autoria: Torben Eskerod e Bent Ryberg;

[Fig. 312] Fotograma do filme *Metropolis* de Fritz Lang [00:18:24h];

[Fig. 313] Fotograma do filme *Blade Runner* de Ridley Scott [tempo não especificado] - SANTOS, B.R. (2020) Learning from Tomorrow, p. 132;

[Fig. 314] Fotograma do filme Ready Player One de Steven Spielberg [tempo não especificado] -] - SANTOS, B.R. (2020) Learning from Tomorrow, p. 182;

[Fig. 315] Studio Schwitalla **(**Website): https://studioschwitalla.com/Babel-Town. Autoria: Studio Schwitalla;

[Fig. 316] Studio Schwitalla **(**Website): https://studioschwitalla.com/The-V-illage. Autoria: Studio Schwitalla;

[Fig. 317] Studio Schwitalla **(**Website): https://www.oriliving.com/blog/2021/07/apartment-tours-west-half-in-washington-dc-featuring-the-studio-suite-slim. Autoria: ORI Living;

[Fig. 318] Fotograma do documentário *Flexible Buildings: The Future of architecture* de Marcus Fitsch [00:45:56h];

[Fig. 319] Fotograma do documentário *Flexible Buildings: The Future of architecture* de Marcus Fitsch [00:47: 33];

[Fig. 320] Fotograma do documentário *Flexible Buildings: The Future of architecture* de Marcus Fitsch [00:47:35]